



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **Instrução Normativa TCU nº 63/2010**, da **Decisão Normativa TCU nº 134/2013** e **Portaria-SecexAmbiental nº 08/2014**, onde consta o Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão - *layout* e das orientações do órgão de controle interno.

DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Responsável pela elaboração do Relatório

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO PRINCIPAL.....	13
1. Identificação e Atributos do INCRA	13
1.1 Identificação da Autarquia	13
1.2 Identidade Funcional	14
1.3 Informações Complementares	15
2. Ambiente de Atuação	16
2.1 Ambiente de atuação da entidade	16
2.2 Ambiente de negócios das Superintendências Regionais do INCRA	21
3. Resultados da Gestão e dos Objetivos Estratégicos.....	27
3.1 Objetivo estratégico 01.....	27
3.1.1 Descrição	27
3.1.2 Análise.....	27
3.1.3 Conclusão	41
3.2 Objetivo estratégico 02.....	42
3.2.1 Descrição	42
3.2.2 Análise.....	43
3.2.3 Conclusão	52
3.3 Objetivo Estratégico 03.....	55
3.3.1 Descrição	55
3.3.2 Análise.....	55
3.3.3 Conclusão	61
3.4 Objetivo Estratégico 04.....	62
3.4.1 Descrição	62
3.4.2 Análise.....	62
3.4.3 Conclusão	65
3.5 Objetivo Estratégico 05.....	66
3.5.1 Descrição	66
3.5.2 Análise.....	66
3.5.3 Conclusão	71
3.6 Objetivo Estratégico 06.....	72
3.6.1 Descrição	72
3.6.2 Análise.....	72
3.6.3 Conclusão	74
4. Informações sobre a gestão.....	74
4.1 Descrição.....	74
4.1.2 Análise.....	74
4.1.3 Conclusão	77

4.2	Descrição	78
4.2.2	Análise	78
4.2.3	Conclusão	80
5	Resultado da Implantação do Planejamento Estratégico	81
5.1	Avaliação e avanços	81
5.2	Análise dos indicadores de desempenho relacionados com o processo de gestão estratégica	85
5.3	Principais dificuldades e mudanças previstas.....	85
6	Informações sobre a Governança.....	86
6.1	Avaliação do Chefe da Auditoria Interna	86
6.2	Atividades de correção:	87
6.3	Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos	89
6.4	Balanco recomendações do plano permanente de providências da CGU.....	90
7	Principais receitas e despesas	91
8	Relacionamento com a Sociedade	93
8.1	Canais de acesso do cidadão e informações gerenciais/estatísticas sobre o atendimento	93
8.2	Carta de Serviço ao Cidadão	96
8.3	Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	96
8.4	Acesso às informações do INCRA	97
8.5	Avaliação de desempenho da Unidade Jurisdicionada.....	97
	PARTE B – INFORMAÇÕES SOBRE OS ITENS DE 9 A 16 REF 6 A 13 DN	98
9	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	98
9.1	Demonstração da execução das despesas	98
9.2	Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	99
9.3	Demonstração de passivos reconhecidos.....	99
9.4	Restos a pagar de exercícios anteriores	99
9.5	Transferências de recursos	100
9.6	Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento	107
9.7	Informações sobre renúncia de receitas.....	107
10	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	108
10.1	Estrutura de pessoal.....	108
10.2	Mão de obra de apoio e contratação de estagiários	121
10.3	Desoneração da folha de pagamento	124
11	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	125
11.1	Gestão da frota de veículos	125
11.2	Patrimônio imobiliário da União sob a responsabilidade da UJ.....	126
11.3	Imóveis locados de terceiros	129
12	Gestão da Tecnologia da Informação	130
13	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	142

13.1	Critérios de sustentabilidade ambiental.....	142
14	Atendimento de Demandas de Órgão de Controle	143
14.1	Determinações em acórdãos do TCU	143
14.2	Recomendações feitas pelo órgão de controle interno	146
14.3	Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730, de 10/11/1993	148
14.4	Medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.....	149
14.5	Demonstração da correção e tempestividade da inserção das informações no SIASG e SICONV 150	
15	Informações Contábeis.....	151
15.1	Adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	151
15.2	Sistemática de apuração de custos.....	151
15.3	Conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UJ..	152
15.4	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	153
16	Outras Informações sobre a Gestão.....	153
17	SOBRE A SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL.....	154
	PARTE C – ANEXOS SOBRE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AOS ITENS 1 A 8	157
	Anexo I: complementa informações do item 1.1 – Normas da UJ.....	157
	Anexo II: Finalidades e competências institucionais – REF 1.2 DN	159
	Anexo III: Complementa item 1.2 - Organograma	165
	Anexo IV: Complementa itens 3 e 4 - Responsáveis pelos Objetivos Estratégicos.....	166
	Anexo V: Complementa item 2.2 – Visão por Regional.....	168
	Anexo VI: Complementa itens 3.1.2, 3.2.2, 3.3.2, 3.4.2, 3.5.2, 3.6.2 e 4.2.1 – Indicadores de Desempenho	196
	Anexo VII: complementa informações do item 5.1 c) – Objetivos PPA_LOA	203
	Anexo VIII: Descrição das estruturas de governança – REF 2.1 DN	207
	Anexo IX: Complementa item 6.3 – Avaliação dos Sistemas de Controles	209
	Anexo X: Complementa item 8.2 - Carta de serviços ao cidadão.....	211
	Anexo XI: Medidas adotadas para cumprimento das normas relativas à acessibilidade REF 3.6 DN	214
	Anexo XII: Complementa itens 3.1.2, 3.2.2, 3.3.2, 3.4.2, 3.5.2, 3.6.2, 4.1.1 e 4.2.1 - Fontes dos dados das Tabelas comparativas de indicadores em três exercícios	215
	Anexo XIII – Complementa item 6.4 - Balanço recomendações do plano permanente de providências da CGU	222
	Anexo XIV – Complementa o item 4.2.1 – Contribuição das SRs para o Índice de Horas de Capacitação	235

Lista de Quadros

<i>Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.</i>	13
<i>Quadro 2 - Identificação dos administradores</i>	14
<i>Quadro 3 - Ambiente de negócios</i>	21
<i>Quadro 4 - Ações do Cadastro 2013 e 2014</i>	44
<i>Quadro 5 - Comissões instauradas para apuração dos ilícitos administrativos.</i>	87
<i>Quadro 6 - Serviços da Sala da Cidadania em 2014.</i>	95
<i>Quadro 7 - Acesso às informações do INCRA</i>	97
<i>Quadro 8 - Demonstração das despesas com publicidade e propaganda</i>	99
<i>Quadro 9 - Demonstração de passivos reconhecidos</i>	99
<i>Quadro 10 - Demonstração de Restos a Pagar</i>	99
<i>Quadro 11 - Solicitação de novo concurso para o INCRA</i>	113
<i>Quadro 12 - Demonstração dos ingressos e egressos ao longo dos anos</i>	119
<i>Quadro 13 - Contratos e custos de estágio vigentes por trimestre - Ano 2014</i>	121
<i>Quadro 14 - Descrição dos serviços de transporte do INCRA</i>	125
<i>Quadro 15 - Imóveis locados de terceiros</i>	129
<i>Quadro 16 - Relação de Sistemas do INCRA</i>	130
<i>Quadro 17 - Sistemas em desenvolvimento</i>	138
<i>Quadro 18 - Contratos de TI vigentes</i>	141
<i>Quadro 19 - Acórdãos do TCU</i>	143
<i>Quadro 20 - Processos de Tomadas de Contas</i>	149
<i>Quadro 21 - Informações de contas contábeis</i>	151
<i>Quadro 22 - Demonstração de conformidade contábil</i>	152
<i>Quadro 23 - Demonstração de conformidade contábil – encerramento do exercício</i>	153

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 01</i>	34
<i>Tabela 2 - Execução orçamentária e física – Objetivo 01</i>	37
<i>Tabela 3 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 02</i>	46
<i>Tabela 4 - Execução orçamentária e física – Objetivo 02</i>	49
<i>Tabela 5 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 03</i>	57
<i>Tabela 6 - Execução orçamentária e física – Objetivo 03</i>	58
<i>Tabela 7 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 04</i>	64
<i>Tabela 8 - Execução orçamentária e física – Objetivo 04</i>	64
<i>Tabela 9 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 05</i>	68
<i>Tabela 10 - Execução orçamentária e física – Objetivo 05</i>	69
<i>Tabela 11 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 06</i>	73
<i>Tabela 12 - Execução orçamentária e física – Objetivo 06</i>	73
<i>Tabela 13 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – item 4.1</i>	76
<i>Tabela 14 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – item 4.2</i>	79
<i>Tabela 15 - Finanças do INCRA em milhares (R\$) - Principais receitas</i>	91
<i>Tabela 16 - Finanças do INCRA em milhares (R\$) - Principais despesas</i>	92
<i>Tabela 17 - Termo de Execução Descentralizada</i>	100
<i>Tabela 18 - Quantitativo de servidores por nível e localização</i>	109
<i>Tabela 19 - Quantitativo de servidores por nível e macroprocesso</i>	109
<i>Tabela 20 - Distribuição de servidores por grau de instrução e unidade</i>	114
<i>Tabela 21 - Custos associados aos Recursos Humanos</i>	116
<i>Tabela 22 - Expectativa de aposentadoria por nível e sexo ao longo dos anos</i>	120
<i>Tabela 23 - Resultados físicos e financeiros – SRFA</i>	154

Lista de Figuras

<i>Figura 1 – Mapa estratégico MDA/INCRA.....</i>	<i>16</i>
<i>Figura 2 – Financiamento da Reforma Agrária</i>	<i>30</i>
<i>Figura 3 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 01</i>	<i>31</i>
<i>Figura 4 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 02</i>	<i>45</i>
<i>Figura 5 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 03</i>	<i>56</i>
<i>Figura 6 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 04</i>	<i>63</i>
<i>Figura 7 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 05</i>	<i>68</i>
<i>Figura 8 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 06</i>	<i>72</i>
<i>Figura 9 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – item 4.2.....</i>	<i>79</i>
<i>Figura 10 - Avaliação do alinhamento dos planos estratégicos.....</i>	<i>83</i>
<i>Figura 11 - Gráfico de Demonstração das Receitas do INCRA em 2014.....</i>	<i>91</i>
<i>Figura 12 - Gráfico de Demonstração das Despesas do INCRA em 2014.....</i>	<i>92</i>
<i>Figura 13 - Gráfico e quadros de demonstração do atendimento ao cidadão</i>	<i>93</i>
<i>Figura 14 - Demonstração dos atendimentos realizados no e-SIC.....</i>	<i>93</i>
<i>Figura 15 - Demonstração da execução financeira.....</i>	<i>98</i>
<i>Figura 16 - Gráfico demonstrativo da Força de Trabalho</i>	<i>108</i>
<i>Figura 17 - Gráfico de distribuição de Servidores por macroprocesso</i>	<i>110</i>
<i>Figura 18 - Gráfico de distribuição de servidores por grau de instrução.....</i>	<i>113</i>
<i>Figura 19 - Gráfico de evolução da Despesa com Pessoal</i>	<i>117</i>
<i>Figura 20- Gráfico de demonstração de Ingressos e Egressos no INCRA ao longo dos anos – evolução....</i>	<i>119</i>
<i>Figura 21 - Histograma por faixa etária e nível.....</i>	<i>120</i>
<i>Figura 22 – Imóveis de posse do INCRA</i>	<i>126</i>
<i>Figura 23 – Declaração de cumprimento das exigências da Lei 8.730/1993.....</i>	<i>148</i>
<i>Figura 24 – Ações planejadas e obtidas no exercício – SRFA</i>	<i>154</i>

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU – Advocacia Geral da União
ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
BASA – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CadÚnico – Cadastro Único
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CDRU - Concessão do Direito Real de Uso
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CEF – Caixa Econômica Federal
CGMI - Coordenação Geral de Modernização e Informática
CGU - Controladoria Geral da União
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONJUR – Consultoria Jurídica
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CPN – Comissão Pedagógica Nacional do Pronera
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAH – Coordenação-geral de Gestão de Pessoas
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DD – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
DDA – Coordenação-geral de Desenvolvimento de Assentamentos
DDE - Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFC – Coordenação-Geral de Cadastro Rural
DFG – Coordenação-Geral de Cartografia
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU - Diário Oficial da União
DPMR – Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais
DT – Diretoria de Obtenção de Terras e implantação de projetos de Assentamento
EAT – Equipes de Articulação Territorial

ECGR - Estudos de Capacidade de Geração de Renda
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMA - Associação Educação e Meio Ambiente
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENERA - Encontro Nacional de Educadores/as da Reforma Agrária
EO – Entidade Organizadora
EPI – Equipamento de Proteção Individual
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FBB – Fundação Banco do Brasil
FCP – Fundação Cultural Palmares
FIG - Federação Internacional dos Geômetras
FLONA – Floresta Nacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FUNCAMP - Fundação de Desenvolvimento da Unicamp
GNSS - Global Navigation Satellite System (Sistema de Navegação Global por Satélite)
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IFGoiano – Instituto Federal Goiano
IN - Instrução Normativa
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MCid – Ministério das Cidades
MCMVR – Minha Casa Minha Vida Rural
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPOG – Ministério do Planejamento
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MPS – Ministério da Previdência Social
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NEF – Núcleo de Estudos Fundiários

NPC - Núcleo de Pesquisa e Conservação da Fauna e Flora Silvestre
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PBSM – Plano Brasil Sem Miséria
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.
PF – Polícia Federal
PGBC - Procuradoria-Geral do Banco Central
PGF – Procuradoria-Geral Federal
PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PGPMBio - Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PO – Plano Orçamentário
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PPR - Planilha de Preços Referenciais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RAP – Restos a Pagar
RB – Relação de Beneficiários
RESEX – Reserva Extrativista
RFB - Receita Federal do Brasil
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RG - Relatório de Gestão
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERFAL – Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
SGPR - Secretaria Geral da Presidência da República
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIATER – Sistema Informatizado de ATER
SIC – Sistema de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Avaliação
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário
SR – Superintendência Regional
SRFA – Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TED - Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UFPA – Universidade Federal de Lavras
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UO - Unidade Orçamentária
WikiInra – Sistema de Desenvolvimento Colaborativo de Documentos do INCRA

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do INCRA Sede foi desenvolvido em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e Portaria-SecexAmbiental nº 08/2014, com os conteúdos integrantes da Parte A e B, composto de 16 (dezesesseis) itens com 70 (setenta) subitens. Observando as orientações do Tribunal de Contas da União – TCU descritas no manual para confecção do Relatório de Gestão 2014.

Os itens foram estruturados em Ambiente de atuação, Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos (no qual cada um dos 6 objetivos foram detalhados), Informações sobre a gestão, Resultado da implantação do Planejamento Estratégico, Informações sobre a governança, Principais receitas e despesas e Relacionamento com a sociedade. Por fim foram inseridas as informações pertinentes aos itens de 6 a 13 da DN 134/2013.

Foi acrescido o item 17 para apresentar as informações pertinentes à gestão da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal – SRFA (Programa Terra Legal).

As consultas para verificação da execução orçamentário-financeira do orçamento 2014 e a execução referente aos Restos a Pagar de exercícios anteriores, relacionadas aos quadros de execução dos objetivos, iniciativas e planos orçamentários sob a responsabilidade da unidade foram efetuadas no sistema Siafi Gerencial por meio de consultas utilizando os grupos de itens da Secretaria do Tesouro Nacional - STN:

- Execução orçamentária: PUBLIC MENSAL;
- Provisões Recebidas: MOVIMENTO CRÉDITOS;
- Restos a Pagar de exercícios anteriores para os quadros das Ações: RP PROC N PROC NE.

Alerta-se que por meio da portaria INCRA nº 27 de 2012, a Unidade Avançada de Altamira passou a ser subordinada diretamente à Presidência do INCRA Sede, sendo assim não responde, desde então, à SR 30 – Santarém. Os recursos orçamentários e financeiros foram operados, portanto em UG própria (373032).

PARTE A – CONTEÚDO PRINCIPAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO INCRA

1.1 Identificação da Autarquia

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Nome completo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA		
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 37201
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		CNPJ: 00.375.972/0001-60
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3411-7474	
Endereço eletrônico: publico@incra.gov.br		
Página na Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: SBN Qd. 01 Bl. D - Edifício Palácio do Desenvolvimento - CEP: 70.057-900 - Brasília-DF		

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Superintendências regionais

SR/UF	UG	SR/UF	UG	SR/UF	UG
SEDE/DF	373001	SR-09/PR	373067	SR-20/ES	373057
SEDE/DF	373002	SR-10/SC	373070	SR-21/AP	373039
SEDE /DF	373083	SR-11/RS	373072	SR-22/AL	373051
SR-01/PA	373030	SR-12/MA	373040	SR-23/SE	373052
SR-02/CE	373045	SR-13/MT	373073	SR-24/PI	373044
SR-03/PE	373048	SR-14/AC	373015	SR-25/RR	373029
SR-04/GO	373080	SR-15/AM	373025	SR-26/TO	373085
SR-05/BA	373053	SR-16/MS	373058	SR-27/MBA	133080
SR-06/MG	373055	SR-17/RO	373082	SR-28/DFE	133088
SR-07/RJ	373062	SR-18/PB	373047	SR-29/MSF	373050
SR-08/SP	373066	SR-19/RN	373046	SR-30/STM	373037

Unidades Avançadas

UA/UF	UG	UA/UF	UG
UNIDADE AVANÇADA DE COLIDER/MT	133005	PROJETO FUNDIÁRIO PARAGOMINAS/PA	373035
PROJETO FUNDIARIO PEIXOTO DE AZEVEDO/MT	133007	CAPITÃO POÇO/PA	373036
UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI/PA	133081	PROJETO FUNDIÁRIO TOME AÇU/PA	373038
UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA	133082	PIC BARRA DO CORDA/MA	373041
UNIDADE AVANÇADA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA	133083	PROJETO FUNDIARIO BACABAL/BA	373042
PROJETO FUNDIÁRIO ARAGUAINA/TO	133084	UNIDADE AVANÇADA DE ZÉ DOCA /MA	373043
PROJETO FUNDIÁRIO IMPERATRIZ/MA	133085	OESTE BAIANO – SERRA DO RAMALHO/BA	373054
PROJETO FUNDIÁRIO AÇAILÂNDIA/MA	133086	PROJETO FUNDIÁRIO CORUMBA/MS	373059
INCRA-UNIDADE AVANÇADA JARU OURO PRETO/RO	373012	PROJETO FUNDIÁRIO JARDIM/MS	373060
INCRA-UNIDADE AVANÇADA CORUMBIARA/RO	373013	PROJETO FUNDIÁRIO DOURADOS/MS	373061
INCRA-UNIDADE AVANÇADA GUAJARA MIRIM/RO	373014	UNIDADE AVANÇADA DE XINGU/PA	373063
PROJETO FUNDIÁRIO ALTO PURUS/AC	373016	PROJETO FUNDIÁRIO IGUAÇU/PR	373069
PROJETO FUNDIÁRIO ALTO JURUA/AC	373017	PROJETO FUNDIÁRIO SANTA CATARINA/PR	373071
PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO BRASILÉIA/AC	373024	PROJETO FUNDIÁRIO CARCERES/MT	373074
PROJETO FUNDIÁRIO BOCA DO ACRE/AM	373026	PROJETO FUNDIÁRIO VALE DO ARAGUAIA/MT	373075
PROJETO FUNDIÁRIO HUMAITA/AM	373027	PROJETO FUNDIÁRIO VALE DO GUAPORE/MT	373076
PROJETO FUNDIÁRIO MÉDIO MADEIRA -BORBA/AM	373028	PROJETO FUNDIÁRIO NORTE DO MATO GROSSO/MT	373077

PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO ALTAMIRA/PA	373031	PROJETO FUNDIÁRIO DIAMANTINO/MT	373078
PROJETO FUNDIÁRIO-ALTAMIRA/PA	373032	UNIDADE FUNDIÁRIA DE GURUPI/TO	373079
PROJETO FUNDIÁRIO CACHIMBO-ITAITUBA/PA	373033	UNIDADE AVANÇADA ARAGUATINS/TO	373086
PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO MONTE ALEGRE/PA	373034		

As Unidades Avançadas que não possuem UG correspondente no SIAFI não foram apresentadas nesta tabela.

1.2 Identidade Funcional

Quadro 2 - Identificação dos administradores

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Presidente	Carlos Mário Guedes de Guedes	606.955.950-91	01/01/2014 a 09/03/2014; 24/03/2014 a 03/08/2014; 16/08/2014 a 28/09/2014 e 07/10/2014 a 31/12/2014
Presidente Substituto	Érika Galvani Borges	042.724.006-90	10/03/2014 a 23/03/2014; 04/08/2014 a 15/08/2014 e 29/09/2014 a 06/10/2014
Diretor da Diretoria de Gestão Administrativa (DA)	Juliano Flávio dos Reis Rezende	967.754.406-34	01/01/2014 a 05/01/2014; 18/01/2014 a 15/06/2014; 24/06/2014 a 03/08/2014 e 08/08/2014 a 25/12/2014
Diretor da Diretoria de Gestão Administrativa (DA) – Substituto	Francisco José Nascimento	068.104.542-68	06/01/2014 a 17/01/2014; 16/06/2014 a 23/06/2014; 04/08/2014 a 07/08/2014 e 26/12/2014 a 31/12/2014
Diretor da Diretoria de Gestão Estratégica (DE)	Simone Gueresi de Mello	590.483.360-15	01/01/2014 a 02/02/2014; 20/02/2014 a 09/03/2014 e 23/03/2014 a 25/05/2014
Diretor da Diretoria de Gestão Estratégica (DE)	Eduardo Granha Magalhães Gomes	855.834.056-00	03/02/2014 a 19/02/2014; 10/03/2014 a 22/03/2014
Diretor da Diretoria de Gestão Estratégica (DE) - Substituta	Maria Jeigiane Portela da Silva	629.027.682-49	27/06/2014 a 31/12/2014
Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD)	César Fernando Schiavon Aldrighi	425.920.200-63	01/01/2014 a 05/01/2014; 07/01/2014 a 25/01/2014; 27/01/2014 a 02/02/2014; 10/02/2014 a 23/03/2014; 03/04/2014 a 15/06/2014 e 25/06/2014 a 31/12/2014
Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) – Substituto	Sérgio Ricardo Rezende	112.589.388-55	06/01/2014 a 06/01/2014; 26/01/2014 a 26/01/2014; 03/02/2014 a 09/02/2014; 24/03/2014 a 02/04/2014 e 16/06/2014 a 24/06/2014
Diretor da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT)	Marcelo Afonso Silva	311.875.526-15	01/01/2014 a 09/07/2014 e 22/07/2014 a 31/12/2014
Diretor da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT) – Substituto	Robson de Oliveira Fonzar	930.997.461-34	10/07/2014 a 21/07/2014
Diretor da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF)	Richard Martins Torsiano	824.775.740-00	01/01/2014 a 06/06/2014 e 19/07/2014 a 30/12/2014

Diretor da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) – Substituto	Evandro Carlos Miranda Cardoso	319.294.002-68	07/07/2014 a 18/07/2014 e 31/12/2014 a 31/12/2014
Diretor da Diretoria de Programas	Érika Galvani Borges	042.724.006-90	01/01/2014 a 01/01/2014 09/01/2014 a 23/02/2014 29/02/2014 a 05/03/2014 10/03/2014 a 15/06/2014 21/06/2014 a 31/12/2014
Substituto da Diretoria de Programas	Luz Marilda de Moraes Maciel	615.978.724-15	02/01/2014 a 08/01/2014 24/02/2014 a 28/02/2014 06/03/2014 a 09/03/2014 16/06/2014 a 20/06/2014
Chefe de Gabinete	Raimunda Helena Nahum Gomes	431.105.842-04	01/01/2014 a 20/07/2014 09/08/2014 a 19/11/2014
Substituto do Chefe de Gabinete	Ivonete Pereira Motta	342.416.201-91	21/07/2014 a 08/08/2014
Substituto do Chefe de Gabinete	Maria Mota Pires	149.547.371-68	20/10/2014 a 24/10/2014 29/12/2014 a 31/12/2014
Procurador-Chefe	Sergio de Britto Cunha Filho	076.977.497-00	01/01/2014 a 23/02/2014 28/02/2014 a 08/06/2014 01/07/2014 a 31/12/2014
Substituto do Procurador-Chefe	Maíra Esteves Braga	788.765.675-34	24/02/2014 a 27/02/2014 09/06/2014 a 30/06/2014

Fonte: Rol de responsáveis (DA)

Missão	Visão de Futuro	Valores
Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.	Ser reconhecido nacional e internacionalmente como ator fundamental na construção de um meio rural com equidade, com mais oportunidades de renda e vida, mais humano, com inclusão produtiva e social e respeito ao meio ambiente.	Compromisso com o interesse público, a solidariedade, a ética e a transparência; Gestão democrática com participação social; Valorização e respeito às pessoas; Redução das desigualdades regionais, de renda, de gênero, de raça, de etnia e de geração nas áreas rurais; Valorização das diversidades do Brasil Rural; Responsabilidade econômica, social e ambiental; Integração com parceiros públicos e privados; Valorização e qualificação dos recursos humanos e dos ambientes de trabalho da autarquia; Busca permanente por eficiência e inovação.

1.3 Informações Complementares

Nenhuma informação complementar.

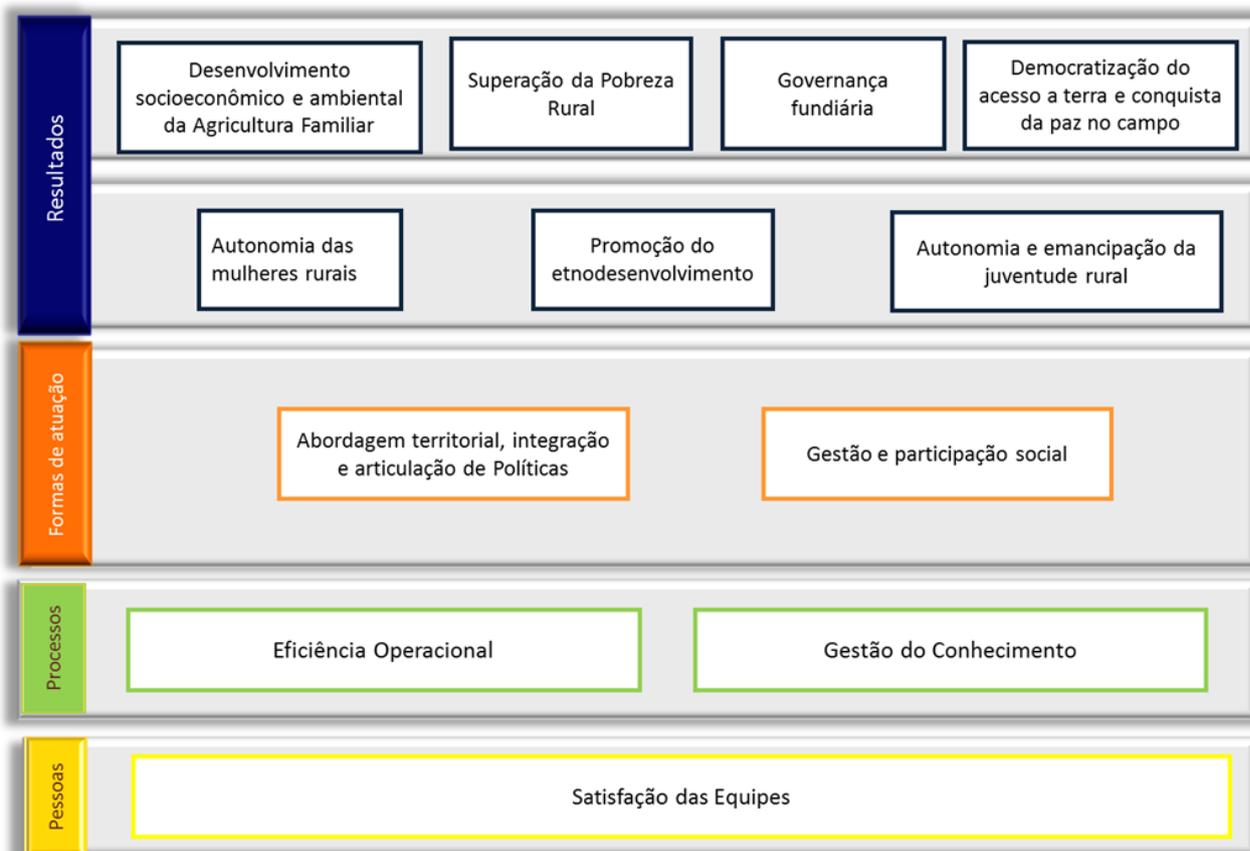
2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

2.1 Ambiente de atuação da entidade

Executor da política da reforma agrária e do ordenamento fundiário nacional, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970 e atualmente compõe a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

O planejamento da autarquia seguiu na sua dimensão estratégica o Planejamento do MDA/INCRA para 2013/2014, em especial no que se refere a implementação dos eixos “Desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Agricultura Familiar”, “Governança Fundiária”, “Democratização do acesso à terra e conquista da paz no campo” abrangendo também “Autonomia das mulheres rurais”, “Promoção do etnodesenvolvimento”, “Autonomia e emancipação da juventude rural” e “Satisfação das equipes” que podem ser observados no Mapa Estratégico na figura a seguir.

Figura 1 – Mapa estratégico MDA/INCRA



Fonte: MDA/SPOA

Os serviços que a autarquia oferece abrange uma gama variada de público que vai desde o grande produtor rural até o pequeno agricultor familiar perpassando por realidades econômicas, sociais, culturais, demográficas, políticas e ecológicas diversas.

No último período foi ampliada a cobertura dos serviços prestados pelo INCRA. A integração de políticas de governo para o Programa de Reforma Agrária permitiu um investimento adicional de R\$ 1,7 bilhão. Ações de governo como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos e Água para Todos estão chegando aos assentamentos. Além disso, as novas áreas

reformadas têm garantia de que são viáveis para o desenvolvimento da agricultura de economia familiar.

Com relação ao ambiente interno, o INCRA possui a Sede em Brasília, 30 Superintendências Regionais, 43 Unidades Avançadas, 2 Unidades Avançadas Especiais, criadas em 2014, em sintonia com as necessidades relativas a implantação de grandes obras, nestes casos Usina Hidroelétrica de Belo Monte e Tapajós, além de outras unidades em funcionamento, como escritórios locais, e unidades ainda não totalmente desativadas. Além disso, há atendimento, conforme já citado, via as Salas da Cidadania, físicas e digitais e as Unidades Municipais de Cadastros - UMC, instaladas em mais de 2,3 mil Prefeituras Municipais.

As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados, responsáveis pela coordenação e execução das ações do INCRA nos estados. Cabe a essas unidades coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas a planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa. Também devem garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

No tocante ao suporte e apoio técnico aos servidores realizou-se ações de aquisição de Computadores (3.000), Notebooks (400), Estações Gráficas (72) para a Sede e SR e implantação de Controle de Ativos de TI na Sede (inventário dos equipamentos e softwares) e extensão do serviço de suporte técnico ao usuário para a SRFA/SERFAL.

Como unidades administrativas ou centros de custo administrativo, a Autarquia possui 96 prédios próprios com necessidade de manutenção e reparos de todos os tipos e administração predial, tais prédios perfazem uma área construída total de 152.862,02 m².

O INCRA possui cerca de 1100 veículos cadastrados em seu sistema de gestão patrimonial, entretanto, há carência de gestão sobre o uso efetivo dos veículos, instrumento fundamental para os trabalhos de campo.

No final de 2014 contratou-se Sistema de Monitoramento de Frota a ser implantada durante o exercício de 2015. Com a localização precisa dos veículos, haverá possibilidade de gestão dos trabalhos em campo sob a ótica tático-operacional e da gestão patrimonial sob a ótica gerencial nacional. O custo mensal será de R\$ 44,20 por veículo, o que perfaz um total anual de R\$ 583 mil.

A renovação da frota está estimada em 45 veículos anuais, com melhor gestão na distribuição dos mesmos, o que significa um investimento anual total de R\$ 4.950.000,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta mil Reais) para manter a frota economicamente viável.

Em 2014, o INCRA contou com 5.461 servidores (ativos permanentes, exercício descentralizado de carreira, anistiados CLT, sem vínculo e requisitados), incluindo-se afastados e cedidos. Deste contingente, 2.118 são cargos de nível superior, 2.689 de nível intermediário, 238 são de outras carreiras, 166 não possuem vínculo com o serviço público (apenas 3% do total) e 250 estão cedidos ou afastados. Seu corpo dirigente contou com 30 servidores (Presidente, Diretores e Coordenadores). Destes, 10 são de cargos de nível superior, 3 de nível intermediário, 5 em exercício descentralizado de carreira, 3 requisitados e 9 não possuem vínculo com o serviço público.

O orçamento inicial previsto foi de R\$ 4.088.576.200, sendo contingenciados 9% pelo Decreto nº 8.197 de 20 de fevereiro de 2014, passando para R\$ 3.718.465.931. Assim, foi realizada a revisão das metas físicas e créditos orçamentários considerando o ajuste da meta orçamentária até o limite disponível.

A seguir, alguns aspectos relevantes sobre a Autarquia e seu ambiente de atuação:

a) **Principais demandas:**

A autarquia busca promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento através do fornecimento de infraestrutura básica; financiamento de créditos; estabelecimento de parcerias para a prestação de assessoria técnica e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária;

titulação e destinação de imóveis; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias; bem como na promoção da cidadania e educação no campo, visando a equidade de gênero, raça e etnia.

Demanda por Reforma Agrária: Durante o exercício de 2014 foi realizado novo levantamento do número de acampados na área de jurisdição de cada Superintendência Regional. Esse levantamento aponta que existem cerca de 117.765 famílias acampadas, com destaque para as SR 05/BA, 03/PE e 08/SP.

Titulação de áreas quilombolas: Até 2014 existiam 2.431 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP e 1.493 processos abertos no INCRA para regularização fundiária. Até o momento foram expedidos 179 títulos sendo 164 pela autarquia e órgãos parceiros como a SPU e institutos de terras estaduais e 15 pela FCP que representam ao todo uma área 1.010.770,3173 ha. Existem atualmente 63 decretos de interesse social sendo que 4 (quatro) enfrentam problemas na justiça (suspensão das imissões ou do processo com base na ADI 3239). Trinta e oito (38) territórios ainda têm demanda para desintrusão (avaliação e ajuizamento). Nesse, encontram-se cerca de 750 imóveis (com registro e posses) a serem desapropriados.

Certificação de Imóveis Rurais: Está é uma demanda que independe da vontade do INCRA. A contratação do serviço é de iniciativa do particular e é obrigatório somente nos casos em que o proprietário proceder alguma alteração de domínio e/ou registro do imóvel e ainda, desde que esse imóvel tenha área acima de 250 ha, conforme determina o decreto 4449/02 alterado pelo decreto 5570/05. Desde 2004, o INCRA certificou o georreferenciamento de 156.615 imóveis rurais totalizando mais de 211,8 milhões de hectares. A área certificada pelo INCRA, com precisão posicional de 50 cm, é superior à soma dos territórios de países como Alemanha, Espanha, Itália, Noruega e Suécia. O trabalho desenvolvido pela autarquia recebeu em 2014 o reconhecimento de vários setores da sociedade e ainda o Prêmio E-Gov que reconhece projetos e soluções de governo eletrônico que visem a modernização da gestão pública e o Prêmio do 17º Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública - CONIP como melhor ferramenta digital de gestão interna.

Infraestrutura: A autarquia busca promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento e levar qualidade de vida às famílias assentadas através do fornecimento de infraestrutura básica com acesso à água, estradas e outras obras. O INCRA atua de forma direta, através de parcerias com governos estaduais e/ou municipais além de fazer a articulação junto à outros entes o acesso a políticas públicas voltadas à infraestrutura como acesso à energia, saneamento, moradia, água, etc. O fornecimento desses serviços é um dos principais desafios da autarquia dada a enorme extensão territorial que apresenta culturas, climas, geografia e solos muitos variados.

Crédito produtivo: Visando subsidiar o desenvolvimento das famílias, o INCRA atua na área de microcrédito e crédito produtivo e com implantação da nova política de financiamento da Reforma Agrária, busca garantir a soberania alimentar, estruturação e inclusão produtiva, sem gerar o endividamento das famílias.

Assistência Técnica: Através da ampliação do acesso à Assistência Técnica, social e produtiva, a autarquia busca qualificar as famílias ao enfrentamento das diversidades relacionadas à produção e comercialização. Procurou-se um serviço de ATER adaptada ao modo de vida das famílias que residem em áreas ambientalmente diferenciadas, contribuindo para estruturar a produção agrícola a partir de sistemas produtivos adequados às realidades socioambientais específicas e que ainda vise o fortalecimento da transformação da produção através de Agroindústria (Terra Sol e Terra Forte) e ampliação do acesso a mercados institucionais e a comercialização direta (PAA, PNAE, PNPB, feiras da agricultura familiar e da Reforma agrária).

Serviços Sociais: O INCRA busca garantir ações de educação, cidadania, lazer e cultura para os Projetos de Assentamentos, por meio de articulação de políticas públicas, além de priorizar em seu atendimento, o público menos favorecido conforme qualificação do CadÚnico.

Para o enfrentamento dessas e de outras demandas, o INCRA vem inovando na implementação dos seus serviços, agora prestados de forma mais moderna e próxima aos cidadãos. Exemplos disso são a Sala da Cidadania Digital, que beneficiou mais de 112 mil famílias e

proporcionou acesso a serviços inéditos, como a renegociação de dívidas do PRONAF, dispensando a necessidade de deslocamento dos beneficiários até às agências bancárias; o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, que em 1 ano já certificou mais de 63 milhões de hectares de terras públicas e privadas, o que representa 46% de todo o trabalho realizado nesta área na última década; as mudanças ocorridas na política de crédito, que possibilitarão acesso mais ágil e transparente ao financiamento para 255 mil famílias no Plano Safra 2014/2015; a regularização ambiental, que proporcionará a elaboração do Cadastro Ambiental Rural para 100% dos assentamentos da reforma agrária.

b) Caracterização do mercado de terras que o INCRA atua

O preço da terra no Brasil sofre valorização, ao comparar por região e os últimos três anos observamos que: o Centro-Oeste acompanhou a elevação dos preços nacional, que foi devido à expansão de grãos; condição semelhante tem-se em parte da região Norte, da região Sul e da região do Matopiba (MA, TO, PI e BA), esta com destaque; o Sudeste acompanha a elevação dos preços, mas devido a cultura da cana-de-açúcar; a região Nordeste, contrariando o cenário, houve a desvalorização, isso provavelmente devido à estiagem local. Pelo exposto, não há estagnação do mercado de terras, com exceções.

c) Principais Instituições Públicas e Privadas envolvidas no Processo de Reforma Agrária, fornecimento de serviços, crédito de infraestrutura aos Projetos de Assentamento e Quilombolas

Além do INCRA, no processo de obtenção, existem os institutos estaduais de terras para formas onerosas e não onerosas, o Ministério de Minas e Energia, da Justiça, do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Cultura, dos Transportes, o Conselho de Defesa Nacional, as prefeituras municipais em projetos de assentamento na modalidade casulo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da Procuradoria-Geral Federal – PGF ou a Procuradoria-Geral do Banco Central – PGBC na adjudicação e a sociedade civil organizada (representada pelos movimentos sociais e sindicatos afins).

O estreitamento de laços com parceiros estratégicos é uma das principais ações conduzidas pela direção do INCRA e permite aprimorar os instrumentos de governança fundiária desenvolvidos pelo Instituto. Até o momento, o INCRA possui acordos de cooperação com 14 órgãos de governo e cerca de 2.630 municípios.

A autarquia tem como princípios a gestão participativa e a elaboração e implementação das políticas públicas de forma relacional no sentido de priorizar o diálogo com o público beneficiário (trabalhadores rurais assentados da Reforma Agrária) e a articulação com outras Instituições (governos municipais e estaduais, legislativo, outros Ministérios e Autarquias, e Instituições de Ensino). Desta forma, no ano de 2014, alguns dos parceiros da autarquia foram: BB/BNB/BASA – (Financiamento da Reforma Agrária, renegociação de dívidas); MF – Ministério da Fazenda (Financiamento da Reforma Agrária); MPOG – Ministério do Planejamento (Financiamento da Reforma Agrária); MI – Ministério da Integração Nacional (Termo de Cooperação Infraestrutura, Política Nacional de Irrigação (Semiárido); MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (ATER, PBSM, agroindustrialização, implantação de quinta produtivas, água para a produção e consumo familiar); MMA – Ministério do Meio Ambiente (ATER); MC – Ministério das Cidades (PNHR); ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ATER); Casa Civil (PLANAPO); Exército (estradas rurais); Municípios e Governos Estaduais (Infraestrutura e parcerias na área da Educação do Campo); CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa Científica (PRONERA); MEC – Ministério da Educação (PRONERA); IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplica (PRONERA); CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento (PAA, PGPMBio, agroindustrialização); PETROBRÁS Biocombustíveis – (PNPB,

agroindustrialização); Programa Luz para Todos; Programa Água para todos; e Universidades Federais, Estaduais, Secretarias municipais e estaduais de ensino, etc. (PRONERA, Terra Sol, Terra Forte, Capacitação de agentes de ATER).

A autarquia, por meio dos seus servidores, teve participação em diversos Grupos de Trabalho (GT), Comissões e Comitês Interministeriais. Dentre os realizados no ano de 2014 podemos destacar, na área de desenvolvimento de projetos: Comitê Gestor Nacional do Terra Forte (FBB, BB, BNDES, CONAB, SGPR, MDA, MDS); Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO; Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO; GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta e acompanhar a implantação de Projeto Piloto de Irrigação para Assentamentos da Reforma Agrária, vilas produtivas rurais e outros públicos da agricultura familiar; CPN – Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA; Comitê Nacional de ATER; Plano Safra; Plano Semiárido; Reuniões com BB (Banco do Brasil), BNB (Banco do Nordeste) e BASA (Banco da Amazônia); CONDRAF; Grupo de Trabalho do MCMVR e ANATER. Na área fundiária: GTI de Governança Fundiária composto por representantes do MDA; INCRA; Ministério das Cidades; IRIB/ANOREG/ARISP; MMA; ICMBio; IBAMA; FUNAI; MAPA, CNJ, MPF, ANOTER; SPU; Receita Federal do Brasil; Banco Mundial; FAO; IBGE; Serviço Florestal Brasileiro, Unicamp e EMBRAPA.

d) Custo médio previsto dos Projetos de Assentamento por Região de Atuação do INCRA, desde a criação até a consolidação

O custo médio nacional de obtenção de terras, pela forma onerosa, nos anos de 2013 e 2014 foi de R\$ 3138,75 por hectare. Observa-se existência de variação localizada, que influenciou no custo da ação. Os dados regionalizados apresentam-se da seguinte forma: R\$ 8.090,95/ha, R\$ 7.290,88/ha, R\$ 3.599,67/ha, R\$ 3.332,80/ha e R\$ 1.733,79,00/ha , respectivamente nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

As atividades que vão desde a implantação, passando pelo desenvolvimento dos projetos de assentamento até sua consolidação, ultrapassam a esfera da autarquia, sendo que muitas atividades são realizadas por outros entes governamentais através de programas como, por exemplo, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, entre outros. Ressalta-se que o custo por Projeto de Assentamento não é um indicador comumente utilizado pela autarquia tendo em vista que os assentamentos variam muito em tamanho (tanto em área quanto em número de famílias), fatores que tendem a criar vieses no cálculo desse custo.

O custo médio nacional de obtenção de terras por família¹ nos anos de 2013 e 2014 foi de R\$ 66.764,50 na região Norte, R\$ 44.483,34 na região Nordeste, R\$ 93.916,18 na região Sudeste, R\$ 124.864,64 na região Sul e de R\$ 124.019,24 na região Centro-Oeste.

Estudo que teve por base 249 projetos de assentamento criados com 15.593 famílias assentadas², verificou que o custo médio levantado em 2014 para implantação dos projetos de assentamento com ações que abrangem o Programa Luz para Todos (eletrificação), Minha Casa Minha Vida (moradia), Abastecimento de Água, Infraestrutura (estradas), Crédito Instalação (Apoio Inicial), Assistência Técnica e Demarcação Topográfica é de R\$ 70.300,00 para a região Norte (Amazônia Legal), de R\$ 62.000,00 para a região Nordeste e de R\$ 54.850,00 para as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Para todas as regiões, o custo unitário para as ações relativas ao cadastro, seleção e homologação de famílias, educação de jovens e adultos, capacitação e formação

¹ Fonte: Coordenação de Obtenção de Terras - DTO

² Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica – DE. Estudo Previsão Orçamentária 2015-2017 (Quantidade de projetos de assentamento – Norte: 59, Nordeste: 133, Sul: 11, Sudeste: 30 e Centro-Oeste: 16)

de profissionais de nível médio e superior, concessão de bolsas de capacitação e formação profissional em ATES, fomento à agroindustrialização e à comercialização, supervisão ocupacional, supervisão e fiscalização da concessão do crédito de instalação e titulação é de R\$ 12.541,00.

Somando-se o custo médio nacional de obtenção de terras por família, concluímos que o custo médio previsto para implantação de projetos de assentamento conforme as ações elencadas acima é de R\$ 149.605,50 na região Norte, R\$ 119.024,34 na região Nordeste, R\$161.307,18 na região Sudeste, R\$ 192.255,64 na região Sul e de R\$191.410,24 na região Centro-Oeste.

e) Situação da Regularização Fundiária

A demanda por regularização fundiária é ampla, pois o reconhecimento e destinação das terras devolutas ou propriamente das questões como redimensionamento das propriedades rurais, com base no ordenamento jurídico e novas tecnologias de agrimensura, aliadas ao reconhecimento da propriedade como um direito, provocam inúmeras expectativas quanto a efetividade da ação pública para esse fim e na resolução de conflitos, principalmente no ambiente rural. Neste aspecto, além da autarquia promover a arrecadação e destinação de terras públicas federais, também atua no apoio à regularização fundiária de terras estaduais, de forma indireta, por meio de instrumentos de cooperação, tais como, nos Estados do Ceará, Piauí, Pernambuco e Sergipe. Este é um passo para a reforma agrária, pois a regularização fundiária proporciona a segurança jurídica da posse aos agricultores familiares sendo alvo sumário desta política a organização dos espaços fundiários, em parceria com os governos estaduais e municipais, além da sociedade civil organizada e movimentos sociais para dar celeridade à governança descentralizada da terra, bem como sua democratização, enquanto ambiente de serviços e desenvolvimento deste país.

2.2 Ambiente de negócios das Superintendências Regionais do INCRA

Quadro 3 - Ambiente de negócios

Norte	
Descrição Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Grande dimensão territorial e insuficiência das infraestruturas básicas necessárias, como estradas, energia e água, além de assistência técnica e educação, que dificultam o desenvolvimento rural da região; • Existência de projetos de assentamentos em áreas longínquas e bastante dispersos no território; • Alta incidência de conflitos sobre o domínio de terras especialmente nos estados do Amazonas e Pará; • Grande número de registros indevidos, dificultando a obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária; • Disputas pela posse da terra com cerceamento de acesso ao deslocamento e a recursos naturais, ocorrência de ameaças, agressões físicas/morais, mortes, etc.; • Número considerável de comunidades quilombolas, reforçando a demanda por regularização fundiária desse público; • Grande demanda social originária dos assentamentos criados, sobretudo no que se refere à implantação de infraestrutura e à prestação de assistência técnica; • Quadro insuficiente de servidores do INCRA, principalmente frente à redução do número de servidores causada por aposentadoria; • Metas audaciosas de assentamento de famílias; • Avanço da reforma agrária nas áreas de várzeas e de unidades de conservação; • Presença da nova fronteira agrícola brasileira, com crescente desenvolvimento de projetos agrícolas e valorização das terras; • Demanda de regularização fundiária de áreas estaduais e federais, esta última sob a responsabilidade do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário; • Grandes obras do governo federal, tais como: o asfaltamento da BR-163, sentido Cuiabá-Santarém, a futura implantação da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, a construção de portos, no Território da BR-163, com destaque ao Município de Itaituba e às margens do rio Tapajós; • Crescimento da cultura da soja na região vem causando forte impacto em razão da disputa por áreas inicialmente ocupadas por agricultores familiares.
Adversidades	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de deslocamento às regiões ribeirinhas e mais remotas: acomodação, transporte, água potável,

<p>comunicação entre as equipes, falta de infraestrutura das estradas vicinais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício para recuperação das instalações físicas, recuperação e manutenção dos bens móveis diversos (máquinas e equipamentos), e cumprimento em tempo das obrigações assumidas através de contratos administrativos e convênios formalizados ou em execução no exercício; • Instalações físicas inadequadas e recursos materiais insuficientes e antigos; • Número de servidores inferior à necessidade da administração; • Desmotivação ou pouca integração e baixa qualificação dos poucos servidores; • Falta de capacitação de servidores; • Plano de cargos e carreiras inadequado, com salários defasados, que resulta em insatisfação generalizada; • Falta de EPIs para os Peritos Federais Agrários; • Dificuldade em obter as certidões dos imóveis para obtenção solicitadas aos cartórios; • Demora dos órgãos estaduais em informar sobre autenticidade, legitimidade e localização dos Títulos Definitivos apresentados como origem dos imóveis, que poderão ser obtidos para fins de reforma agrária; • Cerceamento de acesso no deslocamento dentro dos imóveis quilombolas e a recursos naturais, além de ameaças de agressões físico-morais, mortes, etc.; • Incidência de ocupação de lotes em áreas tanto de estudo para a criação de novos projetos, com em assentamentos já criados; • Insuficiência de empresas prestadoras do serviço de Ater na região; • Morosidade na regularização ambiental dos assentamentos; • Base de dados cartográfica dos assentamentos encontra-se desatualizada, inclusive, divergindo das informações identificadas em alguns cartórios de registro de imóveis.
<p>Riscos</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de disponibilizar servidor habilitado para os serviços de campo, dada a falta de EPIs; • Comprometimento da tempestividade na condução das ações e não cumprimento de metas dado o número insuficiente de servidores e a sobrecarga dos servidores que ainda se mantém propriamente na ativa; • Não cumprimento de pagamentos de contratos visto a indisponibilidade de recursos orçamentários ou financeiros; • Inviabilização da prestação de serviços, por insuficiência e também pela demora na liberação dos recursos para execução dos trabalhos; • Comprometimento da fiscalização dos contratos e convênios firmados com a Autarquia, o que resulta em inúmeras demandas dos Órgãos de Controle; • Possibilidade de paralisação das atividades em decorrência da inadequação dos recursos materiais e frente à desmotivação dos servidores; • Acirramento dos conflitos agrários em virtude de dificuldades no processo de obtenção de terras para criação de assentamentos e no processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas.
<p>Estratégia de enfrentamento</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Deslocamento de servidores treinados até as Comarcas para realizar o trabalho de elaboração das cadeias dominiais junto aos Cartórios, especialmente dos imóveis com processo tramitando de desapropriação e/ou aquisição; • Solicitação de treinamento ao Serviço de Desenvolvimento Humano para realização da capacitação dos servidores; • Realização de reuniões com comunidades, lideranças, autoridades, movimentos sociais nas SRs e em comunidades de forma a antecipar situações de tensão/conflito e agir com maior eficácia na resolução das situações, evitando seu agravamento; • Organização de força-tarefa com vistas ao alcance das metas planejadas; • Articulação com o INCRA/Sede para fornecimento completo dos EPIs; • Negociação junto ao INCRA/Sede, para estabelecimento de metas compatíveis com a força de trabalho; • Negociação junto ao INCRA/Sede, para encontrar mecanismos que possibilitem o aumento da força de trabalho ou que pelos menos cesse a redução; • Contratação de mão-de-obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos; • Definição de áreas prioritárias para fiscalização visando a obtenção de terras com a participação dos movimentos sociais e a elaboração de cronograma de vistorias de imóveis rurais; • Gestão junto aos municípios para implantar a Sala da Cidadania com a capacitação de agentes municipais; • Ampliação das parcerias, especialmente com MPF, PF, Força Nacional, IBAMA, ICMBIO, SFB, Vara Agrária e afins, visando dar maior celeridade na condução das questões fundiárias da região.
<p>Mudanças ocorridas</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Foi possível cumprir a maioria das metas operacionais previstas para o exercício de 2014, em especial a meta de

<ul style="list-style-type: none"> • assentamento de famílias; • Com relação às ocupações houve uma diminuição significativa, possibilitando o assentamento de famílias previsto para ser realizado; • Alinhamento político-institucional através do estabelecimento de parcerias (União, Estado e Municípios) com melhoria nas relações entre o INCRA e outros órgãos; • Gestão junto ao Ministério do Planejamento por parte do INCRA/SEDE para autorização de concurso público; • Implantação do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) ampliou e acelerou a certificação de imóveis rurais na região; • Implantação da Sala da Cidadania Digital facilitou o acesso do público aos servidos do INCRA com a emissão <i>online</i> de documentos; • Chamamentos públicos de Infraestrutura, Terra Sol e Pronera incentivaram a apresentação de propostas e participação de outros atores (municípios, instituições de ensino, cooperativas e associações de agricultores familiares) no planejamento e desenvolvimento de ações destinadas aos projetos de assentamentos; • Realização de audiências públicas para tratar de conflitos agrários auxiliou no combate aos casos de violência e no enfrentamento de estratégias para solucionar os casos de disputa pela posse da terra; • Melhoria nos equipamentos de trabalho e nas instalações oferecidas aos servidores em algumas SRs.

Nordeste
<p>Descrição Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contexto fundiário caracterizado pela radical diminuição do estoque de terras com possibilidade de serem incorporadas à política de reforma agrária; • Grande extensão territorial localizada na região semiárida, dificuldades de acesso à água e condições climáticas regionais desfavoráveis ao processo produtivo, particularmente daqueles que compõem o conjunto dos pequenos agricultores; • Os projetos de assentamento ainda se encontram em condições de baixa sustentabilidade econômica, social e ambiental, requerendo a presença do Estado e políticas públicas concentradas para que se consolide a sua inserção nas cadeias e arranjos produtivos e proporcione às famílias os direitos de cidadania que permitam concretizar seus anseios de qualidade de vida, qualificação profissional e dignidade social e política, evitando assim, a evasão do meio rural, em busca de novas oportunidades nas cidades.
<p>Adversidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência da força de trabalho; • Desmotivação dos servidores em razão do salário e das responsabilidades institucionais; • Ausência de equipamentos de proteção individual; • Falta de estrutura física para alocação de servidores, organização de processos administrativos e material e equipamentos diversos; • Descompasso entre a execução orçamentária e a disponibilidade financeira; • Pequeno estoque de terras com potencialidade para serem incorporadas à política de reforma agrária (determinado pelo aumento do preço por hectare e pela defasagem dos índices mínimos de produtividade e uso da terra determinados pela legislação); • Pressões políticas provenientes dos latifundiários direcionadas às comunidades quilombolas, as quais dificultaram o avanço dos processos de reconhecimento dos seus territórios ancestrais, pois as comunidades estão sentindo receio de que o prosseguimento dos processos aumente às referidas pressões e coloque em risco sua segurança; • Não utilização pelas prefeituras das máquinas doadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na melhoria da infraestrutura dos assentamentos; • Dificuldade de órgão parceiros, como companhia de abastecimento de água, de energia elétrica, prefeituras, e outros, têm para implantar políticas públicas em parceria com o INCRA.
<p>Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades financeiras para muitas entidades parceiras, limitando o andamento de convênios, acordos e parcerias; • Criação de passivos em virtude da insuficiência da força de trabalho, em setores como a análise de prestação de convênios; • Impossibilidade de ampliar a obtenção de terras frente a diminuição de estoques; • Ampliação dos conflitos no campo; • Inexecução da ação de infraestrutura nos projetos de assentamento devido a ausência suficiente de crédito orçamentário para celebração das avenças e atraso nas obras em andamento devido a morosidade do repasse de recursos financeiros; • Paralisação dos serviços de vistoria e avaliação de imóveis rurais; • Comprometimento da execução das ações e atingimento das metas; • Desconfiança dos parceiros (prefeituras) e contratados pelo não atendimento dos prazos de repasses e atraso no

pagamento das faturas.
Estratégia de enfrentamento
<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de Equipes de Articulação Territorial-EAT que atualizam sistematicamente as demandas de organização e infraestrutura dos diversos assentamentos; • Intensificação de parcerias com os governos estaduais e com outros ministérios, como forma de buscar a ampliação das ações de acesso à energia e água nos assentamentos; • Priorização do saneamento de passivos importantes que implicavam no engessamento da gestão, a exemplo da análise de convênios e pagamento de recursos de restos a pagar, com intensas articulações com outras superintendências e com a Sede do INCRA, no sentido de viabilizar técnicos para a consecução dos trabalhos; • Especial atenção foi dedicada ao relacionamento com os órgãos de controle, no sentido de priorizar o atendimento às demandas dos mesmos, não obstante as dificuldades operacionais, notadamente aquelas relacionadas ao grande número de ações desenvolvidas pela Superintendência Regional, sem as respectivas condições necessárias e suficientes de infraestrutura, força de trabalho e aporte financeiro; • Implantação do Sistema de Atendimento ao Público onde o público é atendido pela Sala da Cidadania; • Priorização da capacitação de servidores envolvidos com a obtenção de terras e racionalizar seu processo de trabalho, buscando aproveitar ao máximo o pequeno estoque de terras passíveis de vistoria para fins de reforma agrária; • Realização de reuniões com Prefeituras e lideranças de assentamentos para ratificação de demanda, elaboração de propostas e esclarecimento de dúvidas relativas às ações em andamento.
Mudanças ocorridas
<ul style="list-style-type: none"> • A atitude cooperativa dos movimentos sociais no contexto da execução dos contratos de ATER; • Parceria bem-sucedida com algumas prefeituras na efetivação de atividades do INCRA em ações conjuntas com a Delegacia Federal do MDA; • Retomada das atividades de ATER; • Saneamento de alguns processos, notadamente na área de análise de convênios, com abertura de TCE; • Na questão da regularização ambiental, estudos e peças técnicas foram modificados para atender as exigências do órgão ambiental estadual; • Cumprimento das metas de obtenção.
Centro-Oeste
Descrição Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Grande quantidade de assentamentos e extensão territorial o que dificulta a presença do INCRA nos assentamentos; • Alto índice de imóveis de grande extensão e baixo índice de povoamento nas zonas rurais e muitos latifúndios; • Vastas áreas de grande interesse ambiental.
Adversidades
<ul style="list-style-type: none"> • Grande extensão territorial faz com que haja grande distância entre alguns PAs e as sedes das SRs; • Falta de estrutura física adequada e número de reduzido de servidores, agravado pelo grande número de aposentadorias recentes sem a correspondente contratação de novos servidores; • Valorização imobiliária inviabilizando a obtenção de terras; • Indisponibilidade de recursos orçamentários.
Riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento do atingimento das metas; • Ocorrência de transferências sem anuência do órgão, dado o distanciamento das comunidades; • Abandono e comercialização das parcelas, e dificuldade em fixar os filhos dos beneficiários nas parcelas, dada a falta de estruturação das mesmas; • Êxodo dos beneficiários para as cidades, o que acaba por estimular a compra e venda, ou mesmo permuta, de parcelas que acabam por ficar inviabilizadas; • Inviabilização de uma fiscalização mais efetiva; • Aumento da tensão no campo;
Estratégia de enfrentamento
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de parcerias com municípios e a Sociedade Civil Organizada, bem como parceria com os órgãos de controle e Judiciário; • Articulação da equipe de Engenharia junto aos Municípios e entidades organizadas para auxiliar o acesso aos recursos de Infraestrutura e PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural); • Gestão junto ao INCRA Sede sobre a atual situação da força de trabalho, solicitando apoio e subsidiando o planejamento de contratação de novos servidores, de forma a suprir a demanda, assim como tratativas com o governo estadual e prefeituras para cooperações técnicas de apoio aos trabalhos;

- Discussão com as instâncias superiores sobre as limitações impostas para aquisição de terras, assim como a atuação dentro de um Plano Estratégico focado na região prioritária, determinada após estudo em prospecção por sensoriamento remoto e integrado ao planejamento de desenvolvimento do Governo Estadual, sendo priorizadas áreas de grande extensão com fortes indícios de improdutividade em áreas com boa capacidade de geração de renda;
- Foram feitas campanhas de conscientização tanto dos servidores efetivos quanto dos colaboradores para a racionalização e diminuição dos gastos administrativos.

Mudanças ocorridas

- Grande quantidade de Projetos apresentados pelos Municípios para estradas e grande quantidade de proposta para o PNHR;
- Estabelecimento de parcerias com as prefeituras e com governo do estado nas atividades fundiárias;
- As vistorias de terras na região prioritária identificaram um considerável número de imóveis improdutivos com excelentes condições para implantação de assentamentos;
- As pressões e conflitos agrários têm sido mitigados pela percepção de eficiência na busca por recursos fundiários, mas ainda há expectativas de mobilizações frequentes para o próximo período;
- Assinatura de alguns convênios com prefeituras para construção de sistemas de água, construção de pontes e recuperação de estradas;
- No aspecto ambiental, houve avanços significativos na concessão de licenças ambientais por parte dos órgãos licenciadores estaduais.

Sudeste

Descrição Geral

- Região estruturada em seus setores produtivos;
- Ocorrência de imóveis valorizados;
- Existência de conflitos fundiários importantes.

Adversidades

- Licenciamento ambiental, extremamente difícil;
- Quadro de servidores insuficiente, quadro agravado com diversas aposentadorias ocorridas no último ano;
- Constantes demandas que surgem fora do planejamento e das metas institucionais, como demandas do Ministério Público Federal, Procedimentos administrativos, Inquéritos Cíveis Públicos, Ações Cíveis Públicas, decisões judiciais, parlamentares ou demandas do próprio movimento social atrapalham a execução daquilo que foi planejado;
- Diversos processos de obtenção de terras paralisados por decisões judiciais;
- Dificuldade em conseguir informações sobre registros, mapas e documentos relativos à Fazenda Nacional de Santa Cruz (F.N.S.C.) para regularização de posses nos Municípios de Rio de Janeiro (Santa Cruz), Japeri, Itaguaí, Seropédica e Paracambi;
- Indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros;
- Questionamento da constitucionalidade do decreto 4.887/2003 que regulamente a regularização das áreas Quilombolas no processo de desapropriação com vistas a titulação da Comunidade de Santana, eventual decisão desfavorável poderá paralisar todos os processos nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Falta de capacitação dos técnicos;
- Muitos assentamentos antigos e consolidados que ainda demandam trabalho com questões referentes a titulação e quitação do pagamento referente aos lotes concedidos, bem como a destinação de áreas remanescentes de antigos projetos que absorvem uma parcela importante da força de trabalho da Superintendência.

Riscos

- Investimento elevado na busca por imóveis improdutivos e dúvidas na sua obtenção judicial;
- Interrupção das programações de campo e da fluidez dos trabalhos, ou mesmo suspensão de serviços contratados devido à descontinuidade no recebimento de recursos financeiros;
- Impossibilidade de atender as demandas por engessamento da Administração da Superintendência, pela escassez de servidores;
- Suspensão ou atraso em trabalhos já planejados em decorrência do atendimento a demandas externas como Ministério Público, parlamentares ou movimento social.

Estratégia de enfrentamento

- Aprimoramento dos mecanismos de eleição dos imóveis a serem fiscalizados, reuniões com o Judiciário, mecanismos alternativos de obtenção de imóveis; compra, arrecadação de terras devolutas judiciais, acordos judiciais na desapropriação;
- Intensificação da articulação institucional com as Prefeituras e com o Governo do Estado visando a parcerias para a gestão da malha fundiária através da implantação das Unidades Municipais de Cadastro, da fiscalização

da função social das propriedades rurais, da regularização de territórios quilombolas, da implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, combate à violência no campo, entre outras atividades de menor destaque;

- Tratativas com os cartórios dos municípios e com a SPU para recolher maiores documentos a fim de subsidiar e aperfeiçoar as informações a fim de iniciar com segurança o processo de regularização das áreas;
- Capacitação dos servidores de forma a qualificar o corpo técnico da casa;
- Maior persistência na busca ao atendimento das metas de redução do custeio e otimização do planejamento para minorar o impacto da descontinuidade financeira.

Mudanças ocorridas

- Aumento da eficiência fiscalizatória em encontrar imóveis passíveis de desapropriação;
- Imissão na posse dos imóveis em menor tempo;
- Manutenção de elevado número de famílias assentadas por ano;
- Estabelecimento de parcerias com prefeituras para obtenção de mão-de-obra;
- Foi realizada licitação para higienização e digitalização do acervo da Fazenda Nacional de Santa Cruz;
- Foram feitas diversas reuniões com Ministério Público, Parlamentares, Movimentos Sociais que se mostraram compreensíveis na maioria dos casos às limitações operacionais do INCRA.

Sul

Descrição Geral

- Região com agricultura altamente desenvolvida e com grande valorização fundiária;
- Presença significativa de imóveis com menos de 50 hectares, de caráter minifundiário;
- Região passa por um processo de “modernização agrícola” intenso nas últimas décadas, o que fez com que a estrutura fundiária se concentrasse excluindo trabalhadores e parceiros rurais da terra. Acrescido a isso, há construção de um grande número de hidrelétricas;
- O ano de 2014 foi marcado pela retomada de ações dos movimentos sociais, especialmente o MST e MAB, com ocupação de imóveis rurais para reivindicá-los ao programa de reforma agrária.

Adversidades

- Grande número de famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas e dificuldade de obtenção de terras;
- Grande demanda por infraestruturas, créditos, supervisão nos assentamentos e falta de servidores, agravada pelo crescente número de servidores em processo de aposentadoria, de orçamento/financeiro, em especial de custeio (diárias, etc.) o que dificulta na maximização dos resultados com os servidores disponíveis;
- Dificuldade em localizar áreas aptas para a intervenção fundiária com fins de reforma agrária, uma vez que a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade está praticamente descartada, devido aos atuais índices de produtividade da região;
- Instrumento da compra, regido pelo Decreto 433/92, não acompanhou a evolução do mercado de terras;
- O preço da terra se elevou a patamares muito acima de qualquer investimento;
- Impossibilidade de vistoriar áreas para fins de desapropriação com a previsão dada pela Lei nº 8.629/93.

Riscos

- Conflitos nos acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra;
- Intensificação da pressão dos movimentos sociais;
- Inviabilização de execução de determinados serviços;
- Não cumprimento de prazos e atingimento de metas;
- Aumento da insatisfação dos servidores;
- Falta de recursos financeiros.

Estratégia de enfrentamento

- Promoção de entendimento com órgãos estaduais e federais, bem como, os movimentos sociais e representação dos proprietários rurais, visando distensionar os conflitos, quer seja evitando reintegrações com uso de força policial e buscar entendimentos para obtenção de áreas para assentamento de famílias;
- Redistribuição de tarefas, acompanhada de redefinições de organização e métodos da alçada da Superintendência para enfrentar o problema da falta de servidores, além de forte gestão visando novos concursos;
- Trabalho intensivo de busca de novas áreas para criar assentamentos, pela fiscalização do cumprimento da função social, arrecadação de terras griladas, adjudicação pela Fazenda Nacional por dívidas junto a União e de forma complementar a compra de áreas produtivas;
- Consolidação dos projetos de assentamentos, com o atendimento das infraestruturas e créditos necessários, através de parcerias com a Caixa Econômica Federal (contratos de repasses), Governo de Estado e Prefeituras;
- Diálogo e a articulação institucional para dirimir conflitos com potencial de risco ou consequências mais sérias.

Mudanças ocorridas

- Diminuição dos conflitos em razão das articulações de mediação;
- Estruturação da rede de ATER;
- Manutenção do nível de atendimento ao público, mesmo com quadro de servidores reduzidos;
- Maior capilaridade com a integração de novos parceiros e programas, como o Minha Casa Minha Vida - MCMV (CEF, BB, entidades organizadores), PAA (Conab), Terra Forte (BNDES, Fundação Banco do Brasil);
- Poucas paralisações de obras e serviço pelo atraso no repasse de recursos financeiro.

3. RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

3.1 Objetivo estratégico 01

3.1.1 Descrição

Nome do objetivo	Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.
Responsável	César Fernando Schiavon Aldrighi, CPF: 425.920.200-63, Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD)
Definição geral	Para atingir este objetivo estratégico, a Diretoria de Desenvolvimento atua na implementação da infraestrutura (água, saneamento, estradas); financiamento de créditos (nas suas diversas modalidades); estabelecimento de parcerias para a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária - ATER e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias; bem como na promoção da cidadania e educação no campo, observando a equidade de gênero, raça e etnia.

3.1.2 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Quanto a atuação na implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento, foi priorizado, em 2014, o levantamento das demandas de infraestrutura dos PAs a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, etc., visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Nesta ação foram adotadas as seguintes providências no ano de 2014: I) Aprimoramento e atualização dos normativos internos visando adequação a legislação em vigor e melhor orientação quanto à utilização dos recursos através dos seguintes instrumentos (Normas de Execução nº 111, 113 e 114; II) Aprimoramento do diagnóstico da situação da infraestrutura dos projetos de assentamento e acompanhamento da aplicação dos recursos através da Implementação de Sistema Gerencial de Acompanhamento e Fiscalização; III) Capacitação do corpo técnico, por meio de

Oficinas de Trabalho; IV) Chamadas Públicas (nº 01/14).

Com relação ao novo Crédito Instalação da Reforma Agrária, seu debate se iniciou em 2013, quando foi estudado e proposto um novo modelo de financiamento e promoção do desenvolvimento na Reforma Agrária composto por 3 ciclos: Estruturação Inicial – acesso ao apoio inicial e ao fomento; Crédito Rural Para a Inserção Produtiva – Segurança Alimentar: Acesso ao Microcrédito Produtivo com condições especiais de acesso para os assentados do PNRA; e Crédito Rural para a Consolidação Produtiva – acesso ao PRONAF A. Tal modelo teórico foi pensado com intuito de garantir a produção de alimentos para autoconsumo e excedentes para o mercado ainda no primeiro ciclo, mitigando também as chances de endividamento das famílias em relação ao PRONAF A por meio da implementação de um ciclo pedagógico intermediário. Para implementação dessa política, o principal instrumento foi a publicação da Lei 13.001/2014 (de 20.06.2014), que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; e o Decreto nº 8.256/2014, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.

A nova metodologia de concessão e aplicação do crédito apresentou enorme avanço entre a metodologia utilizada nos exercícios anteriores. Além de dar maior liberdade e flexibilidade aos beneficiários quanto à utilização dos recursos financiados via cartão magnético, eliminou-se a complexa e onerosa forma de concessão, aplicação e monitoramento do antigo crédito que exigia várias incursões nos projetos de assentamento.

Quanto à Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária - ATER, destaca-se a articulação com todas as SRs com 165 servidores operacionalizando PNATER e PRONATER; 90% das SRs com contratos de ATER sendo executados; parceria com o Instituto Federal Goiano para formação dos agentes de ATER em Agroecologia; Acesso ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (“Fomento PBSM”) para 15.788 famílias de assentados da Reforma Agrária; elaboração de formulários para implantação do novo crédito, articulação com a Sala da Cidadania para realização de serviços de ATER, melhoria do SIATER, ATER Universalizada em 09 superintendências; apoio à elaboração de chamadas públicas para contratação dos serviços de assistência técnica, com a realização de oficinas para identificação e qualificação da demanda no Mato Grosso do Sul (95 oficinas) e no Amapá (10 oficinas).

Quanto à Agroindustrialização e à Comercialização, Programa Terra Sol, cabe mencionar que em 2014 foi lançado o Edital conjunto MDA/DPMR e INCRA/DD/DDA Nº 01/2014, com o objetivo de seleção pública de pré-projetos exclusivos de mulheres para apoio a agroindustrialização e à comercialização em assentamentos da reforma agrária – Terra Sol Mulheres. Outro destaque foi a aquisição de Kits para as Feiras de Reforma Agrária, além do estabelecimento de parcerias com CONAB, MDA, MDS, BNDES, BB e FBB para alavancar ações de agroindustrialização e comercialização em assentamentos de reforma agrária.

Na área da Educação do Campo, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA foi destaque em 2014 a manutenção de 54 parceiras celebradas em exercícios anteriores com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos. Além das parcerias dos cursos formais, tivemos a continuidade na realização da II Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária - PNERA com o fechamento da 1ª fase (quantitativa), e início dos trabalhos da 2ª fase (qualitativa) e ainda na continuidade dos cursos Especialização na modalidade Residência Agrária. As parcerias são para realização de cursos nas áreas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, Nível Médio, Superior e Especialização em Residência Agrária. Com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA a parceria é para continuidade dos trabalhos da segunda fase da II Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária – II PNERA. Outro avanço em 2014 foram as reuniões com o Ministério da Cultura sobre o Projeto Arte e Cultura.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e aos avanços alcançados no exercício de 2014.

Com relação aos objetivos estratégicos de 2013 da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, estava planejada a promoção e regularização das parcelas dos assentamentos por meio da Titulação, para tanto, foi criado em 2014 o Grupo de Trabalho por meio da Ordem de Serviço/DD/DF/DE/nº 09, que teve como objetivo a elaboração de Planejamento de Transição que contemplasse a transferência das ações, orçamento e servidores/as de titulação, destinação de bens remanescentes e topografia, da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos para a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Quanto à Infraestrutura, havia sido planejada em 2013 a publicação e divulgação de normas de Execução que definissem critérios e prioridades para contratação de obras de Infraestrutura. Isto foi atingido por meio das Normas de Execução nº 111, 113 e 114. Foram realizadas 4 Oficinas Regionais de Capacitação de servidores/as da área da Infraestrutura (para nivelar e uniformizar os procedimentos técnicos referentes à elaboração e avaliação de projetos, contratação, acompanhamento e recebimento de obras executadas pelo INCRA, bem como o debate e discussão sobre os normativos internos voltados para a área de engenharia, por meio da exposição de procedimentos e normas técnicas bem como a discussão das especificidades de atuação dos profissionais). Também estavam previstos a realização de Chamamentos Públicos. Isto foi executado em 2014 por meio dos Chamamentos Públicos nº 01 e nº 02, que objetivaram selecionar propostas de infraestrutura viárias nas ações de implantação, complementação ou recuperação de estradas vicinais internas e de acesso aos assentamentos rurais em Projetos de Assentamento a serem beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, no Plano Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Outro projeto estratégico na área da Educação do Campo foi a articulação com o PRONATEC. Destacou-se a atuação das Superintendências Regionais no trabalho conjunto com o MDA na divulgação e levantamento da demanda para o Pronatec/Campo (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), visando ao acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária neste Programa.

Quanto ao aprimoramento da política de estruturação da unidade familiar, tornando mais efetiva a aplicação dos recursos, fomentando a produção e melhorando a qualidade de vida das famílias assentadas, foi editada a Lei 13.001/2014. Para cumpri-la, pois diz respeito a operacionalizar a renegociação, liquidação e “baixa de haver contábil” da dívida do crédito habitação, foram realizadas 15 oficinas regionais e 01 nacional, em parceria com a Diretoria de Gestão Administrativa, com a participação de todas as SRs, onde foram capacitados 435 servidores, com objetivo de definir e nivelar procedimentos de saneamento de processos de concessão individuais, identificação, cadastramentos e atualização dos beneficiários tomadores de Crédito Instalação, em suas várias modalidades, permitindo encaminhamentos para a remissão, liquidação ou renegociação das dívidas. Paralelamente, em conjunto com a Diretoria de Gestão Estratégica, foi aprimorado o Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação – SNCCI para armazenamento dos dados referentes à cobrança e remissão. Pois por decisão da Gestão do INCRA, o trâmite para acessar os recursos é dado via SNCCI, com a seleção dos assentados conforme parâmetros definidos no Decreto 8.256/2014, seguido pelo cadastramento das famílias no Sistema pela SR. INCRA Sede então encaminha um arquivo com a relação dos beneficiários ao Banco do Brasil, via sistema próprio, onde é feita a confecção dos cartões magnéticos individuais. Após a assinatura dos contratos, o INCRA autoriza o Banco do Brasil a creditar o valor referente à modalidade selecionada no cartão magnético, específico do Crédito Instalação, do beneficiário da Reforma Agrária.

Em relação ao fortalecimento do cooperativismo e associativismo nos assentamentos por

meio da implementação de agroindústrias (Terra Forte³/Terra Sol), ampliação do acesso aos mercados institucionais (PAA/PNAE) e ATER, foi dada continuidade aos Termos de Cooperação com a UnB, UFSC, UFMA (para proporcionar assistência técnica especializada para qualificação dos projetos econômicos de cooperativas e associações).

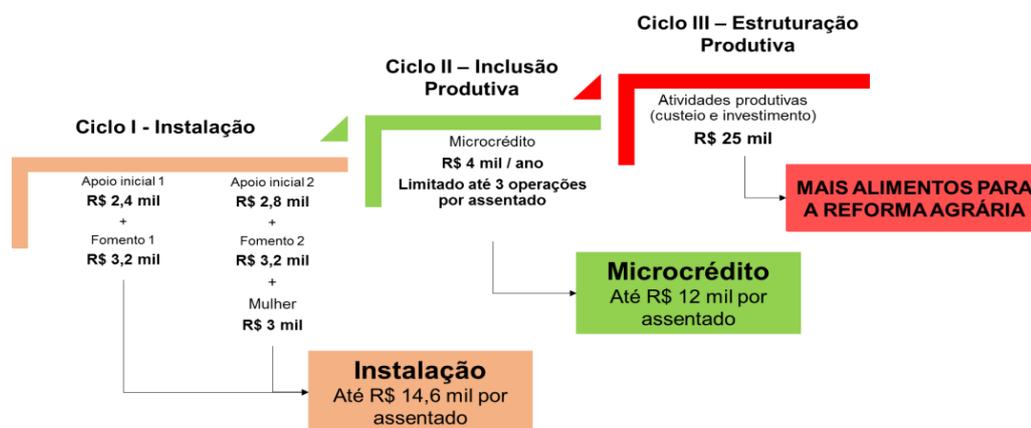
Em relação aos normativos: I) Foi elaborada minuta de decreto de regulamentação do crédito instalação, conforme definido na MP 636/2013 convertida na Lei nº 13.001/2014. Foi constituído Grupo de Trabalho - GT que elaborou minuta de Decreto visando a regulamentação do crédito instalação, a qual foi encaminhada à Presidência do INCRA; II) Foram elaboradas as estratégias e fluxos para operacionalização à luz do Decreto nº 8256/2014. Para tanto, foi constituído de Grupo de Trabalho com representantes do INCRA Sede e de um representante do INCRA de cada região, no sentido de elaborar uma nota técnica, o que deu origem à Nota Técnica 03/2014, que orienta a operacionalização da concessão por intermédio do SNCCI. Foram realizadas diversas videoconferências, no sentido de dar conhecimento às novas diretrizes traçadas para o então criado Programa de Crédito Instalação e, em especial, divulgar a Nota Técnica supracitada.

Quanto a nova política de acesso aos créditos bancários (ciclos II e III), um dos avanços diz respeito à simplificação da operacionalização então foi emitida Nota Técnica 04/2014, visando orientar as superintendências regionais nas relações entre os beneficiários, entidades de assistência técnica e bancos.

Assim, em relação ao novo financiamento da Reforma Agrária temos:

Figura 2 – Financiamento da Reforma Agrária

Fluxo dos novos créditos da reforma agrária



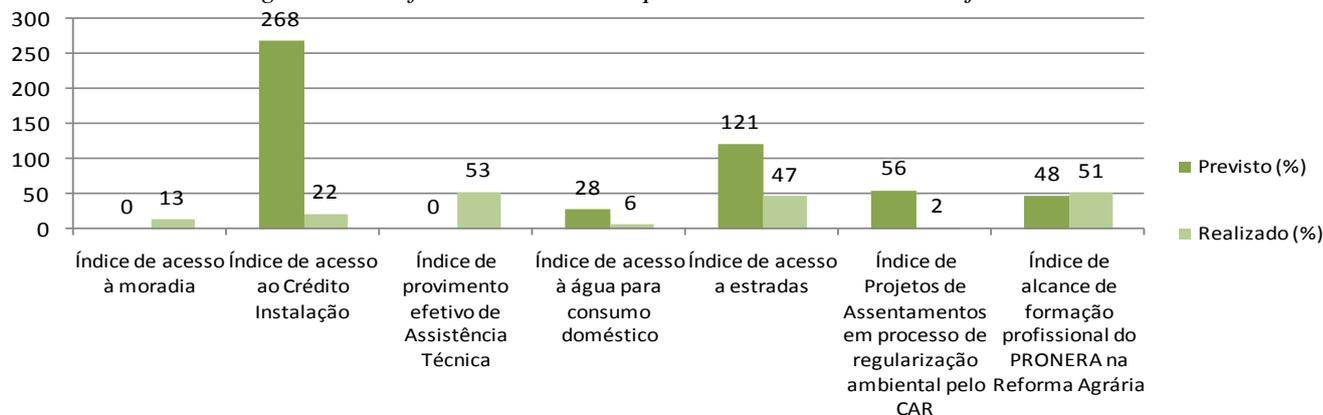
Fonte: Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD)

³ O Terra Forte tem por objetivo apoiar e promover a agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária em todo o país. O programa é fruto do trabalho de um grupo coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, formado por vários ministérios em diálogo com os movimentos sociais.

Os beneficiários são famílias de trabalhadores rurais em projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA. O piloto do Programa teve início em 2009 quando dez cooperativas da reforma agrária, a maioria de assentados do MST, apresentou ao BNDES a proposta de agroindustrialização. Naquele ano foi formalizado protocolo de intenções entre a Emater/PR e as cooperativas, visando a elaboração, execução e prestação de contas dos projetos. Esta experiência deu início ao Programa Terra Forte.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Figura 3 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 01



A descrição detalhada de cada indicador se encontra no Anexo VI

- Índice de acesso à moradia

Desde a publicação da Portaria Interministerial nº 78, em 08/02/2013 e conforme procedimentos definidos na Nota Técnica DD/INCRA/Nº 02/2013 de 22/07/2013, a construção de casas em projetos de assentamentos não é mais realizada com recursos do Crédito Instalação do Incra e sim através do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, subprograma do Programa Minha Casa Minha Vida.

Além do fornecimento da infraestrutura básica, cabe ao Incra depois que demandada, a entrega da Relação de Beneficiários aptos ao PNHR para uma Entidade Organizadora – EO escolhida pelos assentados. Cabe então a esta EO encaminhar para o agente financeiro escolhido pelos beneficiários toda documentação necessária à contratação e posterior acompanhamento das obras. O esforço do Incra, nesse sentido, é o de fornecer a RB para os beneficiários aptos em assentamentos com a infraestrutura implantada ou em implantação, sendo que a efetiva construção da moradia depende também, além do trabalho da EO, que o assentado se enquadre nos requisitos estabelecidos pelo programa. O número de famílias aptas constantes em Relação de Beneficiários entregues às Entidades Organizadoras em 2014 foi de 23.167. No exercício, 3.644 famílias contrataram com as instituições financeiras, com destaque para SR 05/BA com 625 contratos assinados. Cem (100) famílias já concluíram suas moradias em 2014, sendo 63 na SR 14/AC, 18 na SR 23/SE e 19 na SR 28/DFE (Distrito Federal e Entorno).

Considerando que ainda existem créditos em aplicação e que seguiram os procedimentos descritos na Portaria Incra 352/2013, o índice constante no gráfico demonstra a quantidade de famílias com obras de moradias concluídas no exercício com recursos ainda do antigo crédito instalação (4.197 famílias) dividido pela quantidade de famílias assentadas em 2014 (32.277).

O índice que mede o acesso à moradia passou a existir somente em 2014 e a previsão é obtida dividindo-se a meta de conclusão de moradias no exercício pela meta de assentamento de famílias e como não existe meta no Plano de Metas 2014/2015 para conclusão de moradias, não foi possível computar meta estabelecida para o exercício.

- Índice de acesso ao Crédito Instalação

O índice foi obtido pela divisão do número de famílias com crédito disponibilizado no exercício (7.036 famílias) pelo número de famílias assentadas em 2014 (23.277). A contribuição no atingimento ficou distribuída da seguinte maneira: Região Norte com 61,65% destaque para a SR 01/PA (40,19%), região Nordeste com 19,42% destacando-se a SR 23/SE (6,26%), região Sudeste

8,98% onde a SR 06/MG apresentou melhor resultado (6,57%), região Centro-Oeste com 8,72% onde a SR 16/MS se destacou (5,15%) e região Sul com 1,23%. Destaca-se que na região sul houve a concessão em 2014 da antiga modalidade Apoio Mulher para 214 famílias pela SR 11/RS levando-a a se destacar das demais da região.

O motivo do índice ter ficado a quem do previsto se deu, em parte, ao fato ter ocorrido a regulamentação do Decreto nº 8.256/2014 somente na segunda quinzena de maio de 2014. Dessa regulamentação dependiam várias ações necessárias visando dar legalidade às operações, principalmente ligadas à adequação do Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação – SNCCI. Além disso, devido à limitações de recursos humanos, as atividades necessárias ao atendimento das obrigações previstas na Portaria 352/2013 que se estenderam por todo exercício, acabaram por impactar negativamente na atenção aos novos créditos.

Vale ressaltar que, como o índice é composto pela soma de todas as modalidades de crédito previstas de serem aplicadas (Apoio Inicial, Fomento e Fomento Mulher), no total de 80.461 famílias, a não concessão do Fomento contribuiu fortemente para esse baixo índice, pois 45,28% da meta diz respeito a essa modalidade (36.435 famílias).

A modalidade Fomento teve sua aplicação prejudicada, principalmente, pela falta de informações necessárias à verificação de pré-requisito para liberação do crédito às famílias. Segundo o Decreto 8.256/2014, são aptas ao recebimento das modalidades, além de outros requisitos, aquelas famílias que não contrataram operações do Pronaf Grupo “A” ou outra operação de crédito rural com risco bancário firmado a partir de 2010. Ocorreram dificuldades na obtenção dessas informações financeiras dos beneficiários visto que, conforme definido na Lei 4.829/1965, a competência formal de monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central - BC, porém o sistema utilizado pelo mesmo nesse monitoramento não possibilitava a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária. Para a verificação do não acesso ao Pronaf A, procurou-se pelas famílias para as quais não haviam sido emitidas Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP pelo Incra/MDA, mas para a verificação de outras operações de crédito rural com risco bancário, somente mediante informação do BC, não conseguidas tempestivamente.

- Índice de provimento efetivo de Assistência Técnica

Esse indicador é composto pelo número de famílias efetivamente atendidas em 2014 e registradas no Sistema Informatizado de ATER – SIATER do MDA (177.165 famílias) dividido pelo número total de famílias com previsão de atendimento nos contratos de ATER lançados no sistema (336.333 famílias) multiplicado por 100. Para o cálculo do indicador cada CFP dos beneficiários foi considerado apenas uma vez e o marco para o atendimento foi a data de início da atividade. Considerando que em 2013 o quantitativo de contratos inseridos no SIATER para que se pudesse calcular a previsão de atendimento era reduzido, não foi possível fazer a estimativa para 2014.

A Diretoria de Desenvolvimento através da Coordenação de ATES, em conjunto com as Superintendências Regionais, fez trabalho estratégico no processo de elaboração de chamadas públicas de ATES, seleção de entidades e assinatura de contratos (além da renovação de contratos vigentes). O resultado foi a universalização de ATES nas superintendências do RS, SC, PR, SP, DFE, PB, PE, MSF e SE; aumento significativo de ATES às famílias assentadas no semiárido brasileiro; e na região amazônica, com disponibilização de assistência técnica em Marabá entorno de 62% (mais de 43.000 famílias) e 47 % em Belém (também mais de 43.000 famílias). Somando-se esta realidade à execução de outras SRs do INCRA atingimos o resultado descrito no gráfico acima de indicadores previstos e realizados.

- Índice de acesso a estradas e índice de acesso à água para consumo humano

Tivemos 21.066 famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento, obras concluídas, incluídas obras de abastecimento de água,

estradas rurais e outras obras. Em que pese os índices do fornecimento destes serviços estarem abaixo do previsto, os mesmos permitem uma análise percentual de famílias beneficiadas prioritariamente com os recursos do INCRA, no exercício. Eles não demonstram a real situação em relação ao provimento de água e estrada ao total de famílias assentadas, considerando que existem outras políticas públicas para esta finalidade como Água e Luz para Todos, que articulamos junto a outros Ministérios.

O índice de acesso a estradas é resultado da divisão do número de famílias com obra de estrada concluída no exercício (15.023) pelo número de famílias assentadas no exercício (32.377). Do total realizado, houve o destaque para a SR 01/PA com 6.609 famílias (43,99%), SR 13/MT 2.716 (18,08%) e SR 24/PI com 1.834 famílias atendidas com obras de implantação ou recuperação de estradas.

O índice de acesso à água para consumo doméstico diz respeito às famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído em 2014 (1.965 famílias) em relação ao número de famílias que foram assentadas no exercício (32.277 famílias). Do montante atingido, destaque para a SR 13/MT com 665 famílias (33,84%) e para a SR 11/MS com 635 famílias atendidas (32,32%).

Além dessas, obras, vale destacar a conclusão de outras indispensáveis à estruturação dos projetos de assentamento como pontes, bueiros e outras obras que totalizaram 4.078 famílias atendidas.

- Índice de Projetos de Assentamentos em processo de regularização ambiental pelo CAR.

Considerando que a inscrição no CAR é obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida no prazo de 1 (um) ano contado da sua implantação, que se deu pela publicação da IN 02/ MMA, de 06/05/2014. O INCRA definiu uma meta de 4.000 assentamentos para 2014 e o restante dos assentamentos para 2015.

O índice foi obtido pela divisão do número total de Projetos de Assentamento com Cadastro Ambiental Rural - CAR (140 famílias) pelo número total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA excluindo os consolidados, reconhecidos e de colonização no total de 7.151 projetos. Destes, 7.123 são federais e 28 são reconhecidos, porém apenas PA e Projeto de Assentamento Casulo - PCA.

De acordo com os dados informados apenas 2% do previsto foi realizado, alguns fatores explicam esse número, entre eles: inicialmente o SICAR estava apresentando problemas que prejudicavam o cadastramento dos assentamentos. E ainda, considerou-se apenas os CAR/assentamento (perímetro do PA), no entanto em alguns Estados foram realizados o CAR/lote, exemplo no Acre, com quase 10 mil cadastros de lotes em 120 assentamentos.

- Índice de alcance de formação profissional do PRONERA na Reforma Agrária.

Em relação ao indicador de formação profissional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), observa-se que a porcentagem de alunos capacitados é superior ao previsto. Isto se deve tanto á Chamada Pública nº 19/INCRA/CNPq, como a novos convênios assinados na Ação de EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Os destaques ficaram por conta das SRs 11/RS com 740 profissionais (18,50%), SR 12/MA com 547 (13,67%) e SR 25/RR com 540 profissionais formados (13,50%).

Tabela 1 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 01

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	-	-	80.461	7.036	105.439
Número de famílias atendidas com assistência técnica	265.330	299.330	324.478	332.941	405.413
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	33.191	5.275	17.099	10.135	11.291
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	46.770	85.205	19.935	27.694	20.402
Número de créditos instalação supervisionados	17.778	42.283	11.329	38.168	63.906
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	692	386	245	673	624
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	173	241	61	41	268
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	-	-	4.000	140	3.000
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	2.040	1.500	1.143	1.562	5.744
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	3.950	4.002	3.387	4.001	6.033
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	14.624	8.394	13.720	12.506	15.860

Legenda para coluna “Realizado”

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme
--------------------	----------------	-------------

Em relação às famílias assistidas com *Assistência Técnica*, analisamos que o indicador utilizado é exequível, e julgamos adequado e estratégico a manutenção da unidade de medida, em função de ser este o objetivo principal do Programa de assistência técnica. Da mesma forma, com o objetivo de qualificar a atuação de ATER, é relevante a realização de atividades de formação e capacitação dos técnicos (agentes) de ATER, visando justamente, e de forma contínua, termos agentes formados.

Quanto às famílias atendidas com *projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)*, cabe destacar que devido às características da Ação, as metas são contabilizadas nos exercícios posteriores. Pois o momento da contabilização da meta só é feito após a conclusão e entrega das obras/serviços; além do fato dessas obras e serviços muitas vezes serem complexas, passando por longos processos de licitação e contratação, o que geralmente implica na conclusão e entrega dessas somente no exercício posterior. Esses dados podem ser percebidos por meio da comparação das metas realizadas em 2013 e 2014, além do detalhamento na tabela dos resultados físicos e financeiros, o qual mostra que a maior parte da execução de 2014 se refere à conclusão de obras e serviços iniciados em exercícios posteriores. Ressalta-se ainda que esse Plano Orçamentário contempla grande diversidade de atividades, variando entre a construção civil, a compra de equipamentos e o fomento a diversas atividades de agroindustrialização e comercialização, desde as de maior complexidade até o apoio mínimo. Sendo assim, o custo unitário por família apresenta grandes variações de acordo com o tipo de projeto aprovado e executado, e isso dificulta a melhor correlação entre a dotação orçamentária disponibilizada e a meta física correspondente. Ademais, o custo unitário da ação está desatualizado e não representa a realidade dos custos das atividades de *agroindustriais*, que estão em torno de R\$ 4 mil a R\$ 6 mil/família a depender do projeto e da região em que o mesmo está sendo implementado.

O número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental superou a meta estipulada para o período de 2014 principalmente devido às ações previstas no Programa Assentamentos Verdes, de atuação na região da Amazônia Legal, e nas demais regiões do país com ações de monitoramento e valorização de ativos ambientais nos assentamentos da reforma agrária.

Diante da criação do Cadastro Ambiental Rural – CAR o qual instituiu uma nova concepção para regularização ambiental dos Projetos de Assentamento, culminando na aprovação da Resolução Conama 458/2013, publicada em 16 de julho de 2014, e revogação da Resolução Conama 387/06. Com isso, em alguns Estados, o processo de licenciamento sofreu alterações. A exigência do licenciamento ambiental de assentamentos foi substituída pelo CAR e o licenciamento de atividades. Em outros Estados continua a necessidade de licenciamento dos assentamentos.

Conforme análise feita no indicador relacionado, em que pese o baixo índice de efetividade, entendemos que esse indicador, apesar de sinalizado em vermelho, merece mais atenção do que ser considerado “desconforme”, pois o processo de licenciamento ambiental está sendo readequado considerando as novas legislações.

Conforme mencionado anteriormente o cadastramento ambiental rural de assentamentos só foi normatizado em 2014, portanto não é possível realizar a comparação entre resultados 2013 e 2014. Em relação ao previsto para 2014, esse foi definido considerando apenas o prazo legal e o número de assentamentos. No entanto a demora na publicação da IN (que ocorreu em maio de 2014) e a necessidade de realizar ajustes no sistema para recepcionar os assentamentos atrasou os trabalhos.

Os profissionais capacitados com bolsas de capacitação e formação profissional em ATER, EJA, Nível Médio e Nível Superior, na área da Educação do Campo, provêm de parcerias com as Instituições de Ensino, objetivando a realização de cursos de EJA, Nível Médio, Superior e Especialização com o propósito da elevação da escolarização dos beneficiários da II PNRA. Os

indicadores tem sido exitosos, tendo em vista que se trata de articulações institucionais promovendo o diálogo com outros atores, como a Academia.

Já as famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de *infraestrutura básica* em projetos de assentamento através do abastecimento de água, estradas rurais e outras obras tiveram bom resultado para o exercício, lembrando que os indicadores anteriormente comentados dizem respeito ao que seria ideal, ou seja, o atendimento total das famílias assentadas no período.

O indicador que representa as famílias atendidas com *crédito instalação* ou equivalente concedido ocorreu em desconformidade com o que estava previsto. Além do que já foi mencionado na análise do gráfico, destaca-se que para cumprir o determinado na MP 636/2013, convertida na Lei nº 13.001/2014 (quanto à remissão, liquidação e renegociação das dívidas do crédito instalação) foram realizadas 15 oficinas regionais e 01 nacional, em parceria com a Diretoria de Gestão Administrativa, com a participação de todas as SRs, onde foram capacitados 435 servidores, com objetivo de definir e nivelar procedimentos de saneamento de processos de concessão individuais, identificação, cadastramentos e atualização dos beneficiários tomadores de Crédito Instalação, em suas várias modalidades, permitindo encaminhamentos para a remissão, liquidação ou renegociação das dívidas. Essas ações consumiram, também, a maior parte dos recursos humanos da Diretoria de Desenvolvimento ligados ao crédito instalação, o que contribuiu negativamente para o alcance das metas.

4.Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Tabela 2 - Execução orçamentária e física – Objetivo 01

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	Inscrição RAP*	Exercício	RAP**	Exercício	Inscrição RAP¹	Exercício	RAP²	
Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	946.000.000,00	11.789.600,00	21.559.200,00	18.000,00	80.461	-	6.822	214	Família Atendida
Ação 210S PO 02, 03, 04 - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária ***	392.111.428,00	215.898.658,03	98.431.739,14	96.409.596,93	324.478	-	332.941	-	Família Assistida
Ação 210S PO 01 – Formação de agentes de ATER	2.900.000,00	2.872.273,41	971.515,71	1.001.130,43	600	-	33	-	Agente Capacitado
Ação 211A PO 03 - Fomento à Agro industrialização e à Comercialização - Terra Sol	17.300.000,00	9.253.724,85	4.766.851,99	3.696.000,66	17.099	-	1.509	8.626	Família Beneficiada
Ação 211A PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	224.627.653,00	211.221.825,31	57.698.699,20	114.116.890,31	19.935	-	27.694	-	Família Atendida
Ação 211A PO 01 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	4.500.000,00	1.141.036,06	4.143.212,46	729.837,13	11.329	-	38.168	-	Crédito Supervisionado
Ação 211A PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	6.306.722,00	4.689.755,59	1.743.428,30	4.165.001,09	245	-	444	234	Assentamento Beneficiado
Ação 211A - PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	4.493.279,00	562.231,57	576.413,42	155.387,62	4.061	-	10.427	-	Regularização Ambiental Requerida

Ação 210T PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	14.000.000,00	5.545.053,59	8.686.340,16	5.121.830,15	13.720	-	12.506	-	Trabalhador Rural Escolarizado
Ação 210T PO 02 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	5.000.000,00	4.102.497,97	1.704.808,98	4.096.255,65	1.143	-	1.562	-	Profissional Capacitado
Ação 210T PO 03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	15.000.000,00	4.888.765,81	8.331.606,13	3.150.665,58	3.387	-	4.001	-	Profissional Formado

Fonte: Siafi – Base de consulta: 26/01/2015

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

*** Somado no orçamentário o PO 49201216062012210S0000.

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

² Não se aplica à ação.

Para apresentar os resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas nove ações orçamentárias da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, é necessário explicar ação, para compreender os resultados obtidos no ano de 2014.

Assim, na *Ação 210S PO 02, 03, 04 (Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária – ATER)*, houve uma disponibilidade orçamentária inicialmente de R\$ 356 milhões. No final do ano atingiu-se um orçamento de R\$ 392 milhões. De acordo com os dados postados no WikiIncrá, foi executada 103% da meta física prevista. Isto é, obteve-se um resultado positivo. Quanto à formação e capacitação de Agentes de ATER, foi empenhado quase 100% do orçamento por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Instituto Federal Goiano (IFGoiano). Devido ao TED ser assinado apenas no final do mês de dezembro não houve a inserção da informação da meta física no WikiIncrá. Por este motivo, não estão computados os 3.715 técnicos, constando apenas 33 agentes de ATER capacitados.

Em relação aos resultados da *Ação 210T – Promoção da Educação do Campo*, para a implantação dos cursos são utilizados os instrumentos de termo de cooperação ou termo de convênio. Na PO 01 de Educação de Jovens e Adultos, o ano de 2014 foi encerrado com a continuação de 17 parcerias com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, totalizando o atendimento a 12.506 alunos. Importante registrar o alcance dessa ação a população atendida tendo em vista o propósito na diminuição do analfabetismo dentro das áreas de Reforma Agrária. Quanto à PO 02, de Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, no ano de 2014 ocorreu a continuidade de parceria celebrada com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq na execução dos 35 projetos, os quais têm em sala de aula 1.562 alunos estudando nas mais diversas áreas do conhecimento. E também contemplou a II Pesquisa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária - II PNERA. Em setembro foi celebrada nova parceria com CNPq para execução do Projeto Residência Jovem, que objetiva a realização de

curso de capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora para jovens de 15 a 29 anos estudantes do nível médio, alcançando assim o cumprimento das diretrizes do Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações conjuntas para promoção do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural. Foram selecionados 34 propostas para implantação que contará com atendimento em torno de 1.400 alunos. Na PO 03 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior, o ano de 2014 foi encerrado com o atendimento a 4.001 alunos. Desses, 2.871 são alunos de cursos dos exercícios anteriores que já estão em processo de formação e 1.130 refere-se às novas parcerias, onde 497 já estão frequentando as salas de aula, e 633 serão selecionados por meio de processo seletivo específico para cada curso e assim os alunos aprovados iniciarão as aulas ainda no primeiro semestre de 2015. Em 2014 foram celebradas 16 novas parcerias, sendo 12 com instituições públicas federais e estaduais e 04 com instituições privadas sem fins lucrativos. O orçamento em quase sua totalidade foi empregado para cumprimento das obrigações existentes dos termos de cooperação e convênios de exercícios anteriores.

Em relação à *Ação 211A PO 08 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento*, avaliamos que as metas físicas foram cumpridas de forma satisfatória e a meta foi superada em 39%, já que a previsão inicial era de atendimento a 19.935 famílias e foram atendidas 27.694 famílias com obras contratadas, sendo 5.284 famílias beneficiadas com implantação de estradas, 17.435 com recuperação de estradas, 2.902 beneficiadas com água e 2.703 com outras obras. Cabe ressaltar que deste total, 21.066 famílias foram beneficiadas com obras concluídas.

Quanto à *Ação 211A PO 03 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol*, o principal destaque na contabilização da meta dessa Ação é que ela somente é dada como realizada após a conclusão das obras ou dos serviços contratados. Esse fato pode ser observado nos dados apresentados acima, os quais demonstram que em 2014 foram beneficiadas 1.509 famílias com obras/serviços iniciadas e concluídas neste ano, em contrapartida um número mais expressivo de famílias foram atendidas nesse mesmo período com obras/serviços que haviam se iniciado em exercícios anteriores, somando 8.626 famílias beneficiadas com projetos da Ação Terra Sol nos restos a pagar. Destaca-se também que houve suplementação orçamentária de R\$2.600.000,00 para a ação, contudo a mesma só ocorreu no final do exercício, contribuindo para que parte do orçamento previsto fosse inscrito nos restos a pagar e projetando a execução das metas para o próximo exercício.

Em relação à *Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas*, foram descentralizados R\$ 161 milhões para atender aproximadamente 78 mil operações de crédito. A concepção do módulo de crédito no SNCCI foi feita em tempo recorde, porém não foi possível concluí-lo totalmente em 2014, porém, com o que já foi feito até o final do exercício e com a atualização no sistema da situação do beneficiário tomador do Crédito Instalação, nas várias modalidades, foi possível a realização de baixa de registro contábil de R\$ 43.071 milhões no Sistema SIAFI, até o momento. A meta de renegociação de dívidas não foi realizada por falta de regulamentação do art. 1º da Lei 13.001/14.

Quanto à *Ação 211A PO 01 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária*, os valores gastos disponibilizados se deu tendo em vista a necessidade de divulgar aos servidores do INCRA nos Estados a regulamentação do novo Crédito, o que ocorreu com a realização de duas oficinas de caráter nacional, bem como deslocamentos de servidores dos Estados a esta Sede no sentido de que fosse discutida uma nota técnica definindo critérios de atuação. Outro fator que impactou os valores, pode ser creditado às ações das Superintendências no sentido de atender ao disposto na portaria 352/2013, visando obter o restabelecimento de recursos das operações em curso, firmadas anteriormente à edição do Decreto 8.256/2014. Quanto à avaliação das metas físicas, consideramos que as mesmas foram satisfatórias já que a previsão inicial era de supervisão/fiscalização de 11.329 créditos e foram supervisionados/fiscalizados 38.168 créditos.

Em relação à *Ação 211A PO02 – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária*, os resultados físicos e financeiros desta PO foram utilizados principalmente para os convênios das Superintendências Regionais do Maranhão (SR 12) e do Amazonas (SR 15). Outra parcela menor deste resultado se deve as Vistorias Ambientais realizadas pela Equipe de Vistoria Ambiental do INCRA, estabelecida através da Portaria do INCRA de nº 571/2014.

Ação 211A - PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária, o físico previsto para 2014 era 4061 regularizações requeridas de assentamentos, além das regularizações de lotes. Ao fim de 2014 o INCRA apresenta 10.427 regularizações de assentamentos, sendo de assentamentos e 1075 de lotes. É importante esclarecer que dessas regularizações 10.075 são de CAR Lote.

Para execução do Cadastro Ambiental Rural o INCRA firmou um Termo de Execução Descentralizada com a UFLA em novembro de 2014, com a transferência de recurso, no valor de R\$ 1.989.400,00 (2014) e R\$ 1.935.600,00 (2015). Além dessa atividade, os recursos da ação PO 05 foram gastos com os pagamentos de taxas de licenciamento, deslocamento de servidores para realização de estudos, levantamentos relacionados as áreas de reserva legal e preservação permanente para realização do CAR.

5.Principais desafios para 2015:

Entende-se como principal desafio para 2015, após a conclusão do cadastramento ambiental rural dos perímetros dos assentamentos a realização do cadastramento dos lotes e ainda a adesão ao Programa de regularização ambiental, conforme previsto no Decreto nº 8235, de 05/05/2014.

Para além disto, identifica-se também como desafio a avaliação e planejamento do Programa Assentamento Verdes na Amazônia Legal, além da busca da extensão deste planejamento para outras regiões do país e a ampliação das vistorias ambientais nos projetos de assentamento.

De acordo com o objetivo estratégico da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, os principais desafios para 2015 estão relacionados a cada Ação e Programa. Assim, em relação à agroindustrialização e comercialização, os desafios são a ampliação do Programa Terra Sol nas regiões do Norte; o ajuste do custo unitário para o PPA 2016-2019 e a ampliação da comercialização para além dos mercados institucionais. Na área da Educação do Campo, os desafios para 2015 são a realização do Congresso Nacional do Residência Agrária (com a participação de 500 estudantes e professores da ação de Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social); o ajuste dos valores de custo/aluno para PPA 2016-2019; o Lançamento da II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária - II PNERA; a Recomposição da força de trabalho (novos servidores/as) na Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania (DDE); e a Realização do II Encontro Nacional de Educadores/as da Reforma Agrária – II ENERA. Quanto à ação de Infraestrutura, pretende-se o acompanhamento/monitoramento da execução dos convênios celebrados em função do chamamento público DD 01/2014; finalizar o processo de Chamamento Público DD 02/2014 e celebrar os convênios provenientes de propostas classificadas; a Implementação do Sistema Gerencial de Acompanhamento e Fiscalização de obras e estimular parcerias para diagnóstico de infraestrutura.

Quanto ao financiamento da Reforma Agrária (Crédito Instalação), o desafio é a consolidação do novo Programa de Crédito Instalação, principalmente implantando as alterações necessárias ao aprimoramento do SNCCI; continuidade dos procedimentos de saneamentos simplificados de Processos Individuais para identificação dos beneficiários remidos, dos que poderão requerer liquidação ou renegociação de dívidas (cobrança dos Créditos concedidos de 1985 a 2014), bem como a baixa de registro contábil no SIAFI e publicação de relação dos remidos; e ainda, a continuidade de capacitação e qualificação dos servidores/as, além do fortalecimento do quadro funcional ligado ao crédito. No que se refere à ação de assistência técnica e extensão rural,

os principais desafios são continuar o processo de articulação com a equipe do crédito visando viabilizar o acesso das famílias ao crédito instalação (Fomento e Fomento Mulher) em função da exigência legal da elaboração de projetos pela equipe de ATER contratada; avançar na revisão das normas de fiscalização dos contratos via SIATER e consequente articulação com o CGMI/MDA para as alterações necessárias no sistema; e continuar qualificando a atuação da equipe de assistência técnica em campo.

3.1.3 Conclusão

Consideramos que a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos atingiu satisfatoriamente os objetivos propostos no final de 2014. Avaliamos que foram conquistados avanços quanto à implementação da Infraestrutura básica necessária (Chamamentos Públicos e Normas de Execução publicadas), financiamento dos créditos (Publicação da Lei 13.001/14 e Decreto 8.256/2014, SNCCI), prestação de Assessoria Técnica e Social (universalização de ATER em alguns Estados e ampliação do número de famílias atendidas); capacitação de beneficiários e técnicos (continuidade de 51 parcerias em cursos da área da Educação do Campo), apoio à agroindustrialização e comercialização (Chamada Pública destinada às mulheres rurais).

Avaliação do resultado	Ações para melhoria de desempenho
<p><i>Infraestrutura:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Resultado positivo, tendo em vista: – Publicação de 2 Chamadas Públicas; – Elaboração e publicação de 3 Normas de Execução; – 3 Cursos Regionais para capacitação técnica. 	<ul style="list-style-type: none"> – Formalizar parcerias para diagnóstico da Infraestrutura; – Finalizar a Chamada Pública nº 02/2014 e conveniá-las; – Aprimorar instrumentos de monitoramento do PNHR.
<p><i>Agroindustrialização e comercialização:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Resultado positivo, tendo em vista: – Publicação do novo financiamento da Reforma Agrária (Ciclos 2 e 3 – Microcrédito da Reforma Agrária e Estruturação Produtiva); – Chamada Pública junto ao MDA para apoio aos projetos produtivos das trabalhadoras rurais; – Consolidação do primeiro ano de execução do Programa Terra Forte. 	<ul style="list-style-type: none"> – Avançar na implementação do Programa nas regionais da Região Norte; – Ajustar o custo Unitário da Ação; – Aprofundar estratégias de comercialização para além dos mercados institucionais (como PAA ou PNAE); – Dar celeridade a execução do Programa Terra Forte.
<p><i>Crédito:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Resultado positivo, tendo em vista: – Publicação do novo financiamento da Reforma Agrária (Fase 1 e 2 – Inclusão Social); – Implantação SNCCI; – Publicação da Lei 13.001/2014; – Publicação dos Decretos; – Oficinas estaduais de capacitação dos servidores para baixa contábil. 	<ul style="list-style-type: none"> – Propor e analisar requisitos, homologar evoluções estéticas, performances, demandas específicas no ambiente do SNCCI; – Negociar junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Banco Central do Brasil para acesso às informações dos beneficiários que acessaram créditos com risco bancário; – Orientar os servidores das SR sobre os procedimentos de cadastramento, alterações e exclusões no SNCCI para o Novo Crédito Instalação. Detalhar as ações, responsabilidades e atores envolvidos no cumprimento das mesmas – Monitorar e acompanhar todos os dados e informações cadastradas pelas SRs no SNCCI. – Melhorar a comunicação com o Banco do Brasil na troca de informações entre o SNCCI e o sistema da instituição.

<p><i>ATER:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Resultado positivo, tendo em vista: – Universalização de ATER em alguns Estados; – Parceria com o IFGoiano para Capacitação de Agentes de ATER; – Aumento do orçamento no final do ano. 	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar informações sobre CadÚnico e SIATER no espelho do beneficiário; – Realizar oficinas de capacitação sobre a operacionalização do sistema SNCCI para as equipes de ATER e crédito nas SR; – Implementação da parceria com o IFGoiano, para capacitação de Agentes de ATER.
<p><i>Educação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Resultado positivo, tendo em vista: – Continuidade das Parcerias com as Instituições de Ensino; – Continuidade da parceria com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); – Continuidade da parceria com o CNPq (Chamadas Públicas). 	<ul style="list-style-type: none"> – Lançamento da II PNERA (Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária), como cumprimento de meta da parceria com o IPEA; – Revisão do Manual de Operações; – Revisão do custo/aluno do PRONERA.

3.2 Objetivo estratégico 02

3.2.1 Descrição

Nome do objetivo	Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.
Responsável	Richard Martins Torsiano, CPF 824.775.740-00, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF)
Definição geral	<p>A regularização fundiária é ação precípua do INCRA. A gestão da terra é necessária e se consolida mediante a proposição de instrumentos legais, fomento a pesquisas e a implementação de tecnologias, elaboração de metodologias e critérios para destinação de recursos públicos, pesquisas e procedimentos técnicos com vista ao ordenamento fundiário, sob o aspecto da arrecadação, discriminação, destinação, ratificação e titulação em terras devolutas e públicas federais. Além disso, trata-se de provocar estrategicamente a segurança jurídica e defesa do território nacional, gerando governabilidade e permitindo assistência à setores marginalizados das áreas rurais.</p> <p>Como um dos principais instrumentos para o conhecimento e gestão fundiária e efetivação de uma política de governança fundiária, através da Coordenação Geral de Cadastro Rural, o INCRA é responsável pela realização e gestão do Cadastro de Imóveis Rurais Brasileiro, por delegação do Decreto nº 72.106/73. O cadastro Rural foi criado pela Lei 4.504 (Estatuto da Terra), de 30 de novembro de 1964. A operacionalização do Cadastro é feita através do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, criado pela Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972. As ações do Cadastro são de âmbito nacional com sua operacionalização através da Rede Nacional de Cadastro, formada pelas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do INCRA e pelas Unidades Municipais de Cadastramento – UMC. Compete a DFG coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos relativos às atividades cartográficas de natureza fundiária da Autarquia, especialmente: ações de georreferenciamento e geoprocessamento e propor a celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica com outras entidades visando à execução de serviços correlatos.</p>

3.2.2 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

A governança fundiária é executada de forma direta ou indireta pela área de Cartografia das Superintendências Regionais, área técnica vinculada à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) a quem compete, entre outras atribuições, acompanhar, fiscalizar e controlar a execução de serviços de georreferenciamento, medição e demarcação de projetos de reforma agrária.

Referente a ação de Regularização Fundiária, em 2014 a Coordenação Geral de Regularização Fundiária (DFR) prosseguiu com os serviços de gestão de terras públicas, em função dos processos de arrecadação e diagnóstico de terras devolutas, concessão de direito real de uso, assim como os serviços de regularização fundiária, por meio dos processos de legitimação de posses, ratificação de títulos em faixa de fronteira e também por meio de convênios e acordos de cooperação, já firmados com os institutos de terras estaduais para a geoprocessamento, cadastro e titulação de imóveis.

Houve mudança significativa na equipe técnica da DFR, transição esta que impossibilitou a expansão dos serviços, possibilitando apenas a reorganização e estabilização das ações. Embora isto, ressaltamos que os processos foram continuados nas Superintendências.

Ademais, os serviços de regularização fundiária são complexos e dependem de uma rede de instituições, começam em um exercício e finalizam em outro, por vezes culminam noutro plano plurianual.

Dentre as ações de responsabilidade da Coordenação Geral de Cartografia (DFG) destacamos o georreferenciamento de imóveis rurais, a certificação de georreferenciamento de imóveis rurais, a manutenção do acervo fundiário digital e a ampliação da Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e GNSS.

Os avanços obtidos no exercício foram bastante significativos em especial na certificação a partir da utilização do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) o qual permitiu ao INCRA agilizar e qualificar os trabalhos de fiscalização do georreferenciamento realizado pelas Superintendências Regionais contribuindo sobremaneira para o cumprimento das metas. Com a automatização da certificação de georreferenciamento foi possível reduzir o drasticamente o tempo das requisições, a média de área certificada ao mês cresceu cerca de 61% em relação a 2013, passando de 2.309 para 3.780 de hectares. Outro avanço da Coordenação Geral de Cartografia foi o incremento de 432.198 polígonos georreferenciados no acervo fundiário.

Na área do Cadastro Rural, as atividades empreendidas no exercício se relacionam com ações gerenciais e operacionais.

No campo gerencial: I) foi ampliando o perfil de gerenciamento das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC, que passou de 4 para 15 Módulos Fiscais; II) para o conhecimento pleno da dinâmica e realidade do território nacional passou-se a efetuar o cadastramento de imóveis com área abaixo da Fração Mínima de Parcelamento – FMP, antes somente permitido em alguns casos; III) com a homologação da ferramenta gerencial SNCR-DW, o processo de depuração e qualificação da base de dados do SNCR teve incremento importante.

No campo operacional, as ações finalísticas se relacionam com: I) atualizações cadastrais no SNCR, processadas pela Rede Nacional e Cadastro; II) emissão de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR e; III) consolidação de Estatísticas Cadastrais relacionadas com total de imóveis rurais e área total em hectares cadastrada.

O Projeto CNIR, coordenado conjuntamente pelo INCRA e RFB teve concluída sua fase de pré-especificação e foi aberta demanda de desenvolvimento ao Serpro.

No quadro abaixo se apresenta os dados resultantes da ação de Cadastro:

Quadro 4 - Ações do Cadastro 2013 e 2014

INDICADOR	Unidade	2013	2014
Atualizações Cadastrais	Atualização	317.582	327.693
CCIR Emitidos	CCIR	2.308.115	3.227.673
Total de Imóveis Rurais na base do SNCR	Imóveis	5.617.841	5.775.864
Total de Área em hectare na base do SNCR	Hectare	601.226.923,06	681.900.090,85

Fonte: DFC

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e aos avanços alcançados no exercício de 2014.

Na ótica da governança fundiária, consideramos que houve manutenção dos serviços no exercício de 2014, especialmente contribuindo para a efetiva materialização de soluções, em longo prazo, para problemas detectados a partir das situações já assistidas.

Evidenciamos que a questão da regularização fundiária é de natureza contínua, pautada no caráter sócio geográfico e persiste em ciclos maiores pela quantidade de entes e atores nela envolvida.

Os resultados das ações de regularização são de cunho diacrônico, revelando as potencialidades através do tempo, onde os serviços executados acarretam mudanças a partir da titulação – produto final da cadeia.

Alguns dos seus efeitos são percebidos no melhor controle, uso e ordenamento do povoamento da terra, especialmente nos espaços rurais; na conformação de segurança jurídica, acesso a crédito e políticas públicas dos beneficiados no processo, na destinação de terras para criação de unidades de conservação.

Ressaltamos que houve a revisão da IN 45 com a edição da IN 80, de 2014 possibilitando a ampliação da regularização de ocupações com área de até 100 hectares incidentes em terras da União ou do INCRA localizadas fora da Amazônia Legal.

A DFR também envidou esforços no sentido de promover ações no que tange à regularização fundiária de imóveis particulares, ocupadas por agricultores familiares, visando assegurar o acesso à terra e a programas e políticas públicas, por meio de parcerias que outros órgãos e entidades ligados à temática fundiária.

De acordo com o planejamento para o exercício de 2014 o número de imóveis georreferenciados foi 90,09% da meta pactuada. O cumprimento parcial da meta se deu por conta de que o contrato firmado pela Superintendência do INCRA de São Paulo com empresa contratada para realização de serviços de georreferenciamento de imóveis rurais naquele estado, iniciou no mês de setembro⁴ impossibilitando a entrega dos produtos dentro do exercício de 2014. Um resultado importante que merece destaque foi a certificação de imóveis rurais do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF. Em 2014 foi possível efetuar 65.749 certificações, muito próxima da quantidade de certificações realizadas no sistema analógico durante 10 anos, ou seja, 68.559. A rede Ribac teve um incremento de 13 estações contribuindo para o cumprimento da meta estabelecida no PPA.

⁴ CRT/SP/N.º 000018/2014, Pregão n.º 18/2014 - Processo 54190.001752/2014-31

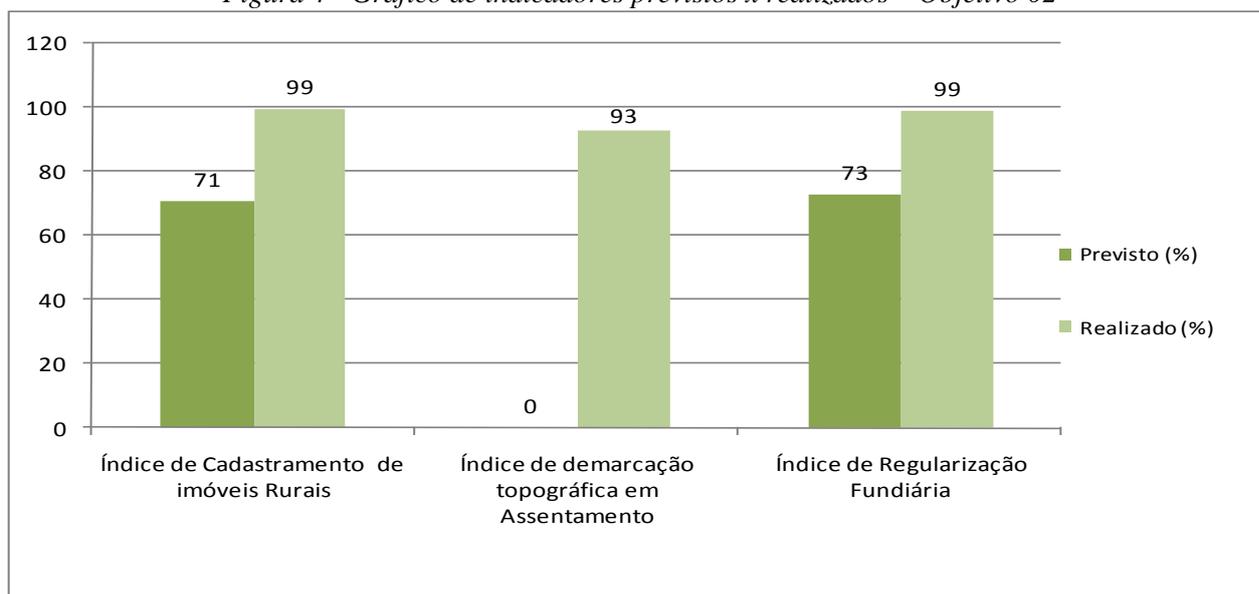
No esforço de aprimoramento das iniciativas de governança fundiária, o Cadastro Rural passa por um processo evolutivo estruturante, com o desenvolvimento de um novo Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, que introduzirá a Declaração Para Cadastro de Imóveis Rurais Eletrônica, desenvolvida pelo Serpro, toda em plataforma Web. A declaração permitirá que os proprietários Rurais façam a atualização cadastral de seus imóveis e emissão do CCIR pela internet. O sistema que teve seu desenvolvimento iniciado em 2013 pelo Serpro foi concluído em dezembro de 2014. O novo sistema encontra-se em fase de ajustes finais, homologação, capacitação, elaboração de manuais e testes para entrar em modo de produção no começo de abril de 2015.

Em outra frente, visando ampliar a capilaridade e aproximar ainda mais o serviço de cadastro de seu público, em 2014, foi ampliado o perfil das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC para gerenciamento de imóveis até 15 módulos fiscais (pequenos e médios), antes restrito a imóveis até 4 módulos fiscais. Do mesmo modo, a permissão para cadastramento de imóveis com área abaixo da Fração Mínima de Parcelamento permitirá que a Autarquia amplie o conhecimento do território nacional e sua dinâmica de ocupação.

Importante ressaltar os avanços nas discussões com a Receita Federal do Brasil para a construção do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, instituído pela Lei 10.267/2001. O Sistema teve sua pré-especificação concluída e está com demanda de desenvolvimento aberta ao Serpro.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Figura 4 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 02



A descrição detalhada de cada indicador se encontra no Anexo VI

O índice de Cadastramento de Imóveis Rurais é um indicador dinâmico que acompanha a evolução do cadastro de imóveis no SNCR. No período, houve um incremento em função da ação da rede nacional de cadastro, formada pelas Superintendências Regionais e Unidades Municipais de Cadastramento – UMC. A evolução aponta para a ampliação do conhecimento da malha fundiária nacional na ótica do Cadastro Rural.

Quanto ao índice de demarcação topográfica, historicamente, a unidade de medida utilizada para aferição das metas da Reforma Agrária é a família atendida, mas no caso da demarcação topográfica esta unidade não se mostra muito adequada, porque nem sempre a demarcação das parcelas é executada concomitantemente com a do perímetro, o que pode levar à contagem dupla de famílias atendidas.

O índice de Regularização Fundiária permite a compreensão da materialização dos serviços prestados, com foco na consolidação do ordenamento fundiário nos últimos três anos. Considerando a amplitude territorial em função da dinâmica contínua das ações, ao longo de mais de um exercício orçamentário, houve progressão gradativa dos serviços executados em função do esperado.

Tabela 3 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 02

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	161.359	317.582	316.666	327.693	320.000
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	-	38	-	296	-
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	2	1	1	1	1
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	141.863	3.521.468*	1.703.846	535.549,38	1.522.544
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	3.882.596		2.637.329,11	3.281.950,43	1.000.000,00
Número de imóveis rurais georreferenciados	4.644	667	18.492	16.824	24.900
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	17.135	18.891	11.500	10.545	-
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	40.000	38.867	32.727	23.347	-
Número de imóveis rurais regularizados via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	159	29.424*	1.020	4.954	1.303
Número de imóveis rurais regularizados via indireta	-		15.595		18.535

* Dados não monitorados em separados no exercício de 2013, passando a ser em 2014

Fontes dos dados e observações descritas no ANEXO XII.

Legenda para coluna “Realizado”

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme
--------------------	----------------	-------------

Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR - As ações de atualizações cadastrais realizadas no SNCR no exercício ocorreram conforme a meta planejada para o exercício, ultrapassando inclusive a meta em cerca de 3%. A ação de atualização cadastral resulta de demanda externa dos proprietários rurais e é processada pela Rede Nacional de Cadastro, formada pelas Superintendências Regionais e Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs.

Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada – essa ação passou a ter monitoramento efetivo a partir de 2014, razão pela qual não há um termo comparativo de série histórica.

Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos – a meta prevista foi realizada. O sistema gerenciado é o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

A execução de 90,9% do valor reprogramado para o número de Imóveis Georreferenciados deve-se ao tempo decorrido entre o início do trabalho e a entrega do resultado. Os resultados dos trabalhos iniciados após setembro/14 só serão entregues neste ano de 2015.

A ação de arrecadação de terras devolutas da União, no período de 2011 a 2014, incorporou ao patrimônio imobiliário da União mais de 309 mil hectares nos estados do Amazonas, Acre e Rio Grande do Sul. No exercício de 2014, a meta de diagnóstico para arrecadação traçada foi de mais de 1,7 milhões de hectares de terras devolutas, incorporava os Estados Acre e Amazonas.

O procedimento de arrecadação é ato administrativo complexo que envolve a participação do serviço de registro imobiliário e dos institutos de terras dos estados. Na etapa de diagnóstico o INCRA promove pesquisa junto a esses atores sobre a inexistência de domínio particular em áreas rurais declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais.

Entraves burocráticos têm prejudicado o andamento da ação, haja vista que as respostas dadas pelo serviço de registro imobiliário e/ou pelos institutos de terras dos estados, além de demoradas, muitas vezes não têm obedecido às formalidades exigidas pela Lei n° 6.383/76, tendo o INCRA que reformular nova pesquisa para adequação, fazendo com que o diagnóstico seja moroso.

Não obstante, no exercício de 2014, o INCRA diagnosticou 27.847,1905 hectares no estado do Acre e 507.702,1890 hectares no estado do Amazonas, totalizando 535.549,3795 ha diagnosticados para arrecadação. Estas ações representam um grande esforço da autarquia no combate à grilagem de terras contribuindo para a adequada destinação do patrimônio público

Em relação à ação de concessão do direito real de uso (CDRU) de terras públicas federais ao Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO) houve desempenho acima do esperado, pois foram diagnosticadas áreas em oito unidades de conservação, culminando no aumento de 1.184.621,32 hectares. Os resultados são possíveis, principalmente, mediante os esforços e integração entre a Coordenação de Regularização Fundiária, o ICMBIO e a Secretaria de Patrimônio Público (SPU), visto que são feitas avaliações das informações cartográficas e cessão da base de dados, após a identificação e delimitação das áreas de interesse do ICMBIO.

Ressaltamos que há constante aplicação dos procedimentos contidos na Portaria Conjunta n° 4, de 25 de março, entre INCRA e ICMBIO, pois a norma dinamiza e define os processos para realização da concessão de áreas de domínio do INCRA localizadas em unidades de conservação federal de posse e domínios públicos.

Ponderamos que concessão do direito real de uso avançou, considerando os Estados do Amazonas, nas Reserva Extrativista (RESEX) do Arapixi, Floresta Nacional (FLONA) Mapiá-Inauini e Reserva Biológica Uatumã, mas também do Pará, nas RESEX Ipaú - Anilzinho e Verde Para Sempre, do Amapá, na RESEX do Rio do Cajari, por fim, do Goiás, na FLONA de Mata Grande. A CDRU é instrumento colaborativo na promoção do manejo de uso múltiplo dos recursos naturais, na manutenção e proteção de recursos hídricos e biodiversidade, bem como recuperação de áreas degradadas e fortalecimento do desenvolvimento sustentável no âmbito das unidades de conservação gestadas pelo ICMBIO.

A regularização fundiária de imóveis por meio da execução em convênios ou efetuada diretamente pelo INCRA totalizou aproximadamente 30% do esperado. Neste exercício, não foram celebrados novos instrumentos, contudo buscou-se o estabelecimento de novas estratégias para dinamizar a regularização fundiária, tais como, a celebração de acordos de cooperação técnica e termos de parceria, bem como a regularização fundiária de terras particulares.

A cadeia de serviços de regularização fundiária de imóveis rurais prevê a participação do Governo do Estado como ator essencial no seu produto final, que é a titulação. A atuação dos Institutos de Terras é elemento primordial para a finalização dos serviços, pois a emissão do título é

ato de sua responsabilidade. Ao INCRA cabe a análise e aprovação das peças técnicas (planta e memorial descritivo), com a inclusão do imóvel no acervo fundiário.

A partir das experiências acumuladas pelo INCRA com a regularização fundiária em parceria com os Estados, buscamos mais interlocução com outros atores e agentes públicos nas esferas estadual e municipal para dinamizar a prestação de serviços de regularização fundiária. Frisamos que foi pensado novo fluxo de atuação, para além da atuação mediante convênios, no qual reforça a ação por meio de Acordos de Cooperação e Termos de Cooperação Técnica. Nestes casos, cada instituição arca e assume compromissos físicos e financeiros, a partir da sua condição administrativa, orçamentária, jurídica e técnica.

Instrumentos desta natureza podem dinamizar os serviços de regularização fundiária, com o aumento da interação com níveis diferentes das estruturas de governo e sociedade civil, no estabelecimento legal de parcerias transversais, proporcionar diminuição de gastos físicos e logísticos, sobretudo em controle ampliado, reconhecimento e governabilidade da malha fundiária.

Um exemplo importante é o Acordo de Cooperação, levado a frente pela SR – 24, em parceria com Instituto de Terras do Estado do Piauí que resultou no georreferenciamento e cadastramento no SNCR de 417 imóveis.

Destacamos, no que tange a regularização indireta, que a SR – 23 foi responsável pela maior parte do quantitativo realizado, chegando em 2.900 imóveis regularizados, seguidos das SR – 02 com 1.593 e SR – 29 com 261 em 2014. Ademais, a Superintendência do Médio São Francisco, no Estado de Pernambuco, informou que houve 164 processos iniciados e 261 processos finalizados em 2014.

Em relação ao número de famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamentos, cabe mencionar que à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) cabe descentralizar os recursos programados pelas Superintendências Regionais e acompanhar a execução orçamentária. Já a contratação de empresas especializadas fica limitada não só pelo pequeno aporte de recursos orçamentários desta ação, mas também pela baixa capacidade operacional do INCRA, pois, via de regra, os técnicos que executam diretamente a ação são os mesmos que fiscalizam a execução contratada e ainda analisam peças técnicas – produto das contratações – para fins de certificação de imóveis, seja de projetos de assentamento, seja de particulares.

Quanto ao número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento, como resultado da Lei 13.001/2014, têm-se as alterações na Lei 8629/93, que trata sobre o tema titulação em assentamentos da reforma agrária. O novo regulamento encontra-se em elaboração e representará segurança jurídica da propriedade da terra para as famílias que vivem em assentamentos estruturados da reforma agrária, uma vez que o INCRA está autorizado a conferir CDRU ou título de domínio nos assentamentos com data de criação anterior ao período de 10 anos contados retroativamente a partir de 27 de dezembro de 2013. Destes, 23.347 títulos foram concedidos em 2014. Dos 9.254 assentamentos existentes, 5.532 possuem mais de dez anos, o que representa uma possibilidade de titulação para cerca de 603 mil famílias. Cabe destacar também, que em 2014, 12.222 títulos foram emitidos de forma conjunta. Importante informar, esse número sofre alterações constantes em função da alteração na composição da unidade familiar e outros motivos, resultando em cancelamento e emissão de novos documentos.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Tabela 4 - Execução orçamentária e física – Objetivo 02

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	Inscrição RAP*	Exercício	RAP**	Exercício	Inscrição RAP ¹	Exercício	RAP ²	
Ação 2105 PO 01 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	3.000.000,00	431.835,41	1.471.633,76	130.036,71	316.666	-	327.693	-	Imóvel Gerenciado
Ação 2105 PO 02 – Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	1.560.000,00	3.540,77	108.662,77	2.440,77	81.790,20	-	5.438.739,35	-	Área Fiscalizada
Ação 210U PO 0C - Estruturação, implantação e manutenção dos sistemas cadastrais e cartográficos	10.857.852,00	598.856,32	8.874.870,78	598.856,32	1	-	1	-	Sistema Mantido
Ação 210U PO 0B - Gestão de Terras Públicas	442.148,00	699.801,83	141.255,59	-	4.341.175	-	535.549,38	-	Área Diagnosticada
Ação 210U PO 0A Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	5.469.630,00	8.941.643,59	2.350.239,05	5.887.912,72	18.492	-	16.800	24	Imóvel Georreferenciado
Ação 211A PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	6.900.000,00	4.144.182,58	2.850.381,90	766.997,20	11.500	-	7.440	3.592	Família Atendida
Ação 211A PO 04 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	2.600.000,00	605.604,77	1.492.313,82	250.022,93	32.727	-	23.493	-	Documento de Titulação Expedido
Ação 210U PO 09 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	7.681.288,00	4.055.867,95	711.593,39	24.725,95	16.615	-	4.954	57	Imóvel Regularizado

Fonte: Siafi – Base de consulta: 26/01/2015

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

² Não se aplica à ação.

A execução orçamentária das ações 2105 PO 01 e 2105 PO 02 dialogam com os resultados da execução física obtida. As metas de execução física foram alcançadas.

Há um esforço de melhoria constante dos fluxos e processos gerenciais e operacionais do cadastro rural para a consecução do objetivo estratégico. O Cadastro Rural e seus componentes é uma ferramenta importante e estratégica para o Estado brasileiro conhecer e ordenar a ocupação de seu território. Importante manter o ritmo das inovações em curso, sob pena de se perder todo o esforço até aqui empreendido na direção de qualificar e modernizar o cadastro rural brasileiro.

Os recursos da ação 210U PO 0C foram descentralizados para a manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Em relação à Ação 210U PO 0B - Gestão de Terras Públicas, foram executados R\$ 141.255,59, sendo diagnosticados 3.821.950,43 hectares para CDRU e 535.549,38 hectares para arrecadação.

Sobre a Ação 210U PO0A - Recursos destinados para a celebração de convênios/contratos das Regionais do INCRA com órgão e/ou particulares para efetuar o serviço de georreferenciamento em terras pertencentes a união (glebas e projetos de assentamentos). O resultado dessa ação não é imediato, considerando que após a entrega do serviço, há que se efetuar uma fiscalização para validar o levantamento efetuado em campo e finalmente recepcionar oficialmente os imóveis georreferenciados.

A Ação 211A PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, têm como finalidade transferir o domínio, em caráter provisório e definitivo de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e para as entidades públicas ou privadas, contribuindo para regularização fundiária e ambiental, contribuindo, assim, para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo. No exercício de 2014, na vigência da Medida Provisória nº. 636, de 26 de dezembro de 2013 que objetiva promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de sua posse visando atender aos princípios de justiça social, o diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento emitiu o Memorando Circular nº. 67/2014-DD orientando as Superintendências Regionais do INCRA quanto à suspensão de emissão de Títulos de Domínio. A referida Medida Provisória, em 20 de junho de 2014, foi convertida na Lei nº.13.001/2014, que remete a regulamentação. Consequentemente, em 10 de julho de 2014, o Presidente do INCRA instituiu um grupo de trabalho através da Portaria/INCRA/P/ nº. 356/2014 com o objeto de regulamentar a lei, como também, realizar análise e revisão dos atos normativos internos inerentes ao assunto. Durante o exercício de 2014, foram emitidos 23.493 documentos, sendo: 20.936 Contratos de Concessão de Uso – CCU, 1.636 Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU para projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (PAE, PAF e PDS) e 921 Destinação de Bens Remanescentes. Não foram emitidos TDs considerando a suspensão de emissão haja vista a não regulamentação da Lei até o momento. A suspensão da emissão de TDs impactou o resultado físico da meta, ficando abaixo das previsões na LOA para a ação (setenta e dois por cento). Quanto ao orçamento para a ação foram gastos, aproximadamente, 67% (sessenta e sete por cento) do orçamento previsto na LOA levando em consideração os restos a pagar processados.

Já na Ação 211A – PTRES 065857 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, dos recursos originários da LOA, e após reduções e bloqueios ocorridos, chegou-se à provisão autorizada para a ação de R\$ 5.766.161,54. Desta, empenhou-se 91,18% dos recursos orçamentários, tendo sido anulado saldo equivalente a 8,82%, demonstrando que a execução orçamentária seguiu o mesmo padrão de anos anteriores. Também a execução financeira não diferiu muito da verificada em exercícios anteriores, ficando o pagamento das despesas por volta dos 44% dos valores empenhados. Com base no acompanhamento desta ação orçamentária, tem-se que, do total dos recursos empenhados, 2,91% foram descentralizados para atender despesas com levantamentos de campo, 13,71% para fiscalização de serviços topográficos contratados, 20,26% para execução direta por equipes de técnicos do INCRA, e 54,30% para execução contratada.

Conforme previsões do passivo levantado em 2012, no ano de 2014 seriam necessários mais de R\$ 30 milhões para atender mais de 500 projetos de assentamento com serviços topográficos. Com o orçamento autorizado para 2014 foi possível realizar atividades relacionadas à ação de demarcação topográfica, entretanto, isso não significa dizer necessariamente projeto demarcado, ou família atendida, pois aí estão incluídos, como exemplos, os levantamentos de campo para elaboração de anteprojeto de parcelamento, verificação de sobreposições de imóveis por ordem judicial, entre outros.

Sobre a Ação 210U PO 09 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, os recursos foram utilizados na manutenção das atividades preexistentes, pois não foram celebrados novos instrumentos, embora a DFR tenha envidado esforços na formulação de novas estratégias para a regularização fundiária, por meio de instrumentos como Acordo de Cooperação Técnica ou Termo de Cooperação.

Os recursos foram descentralizados com a finalidade expressa de nutrir a ininterruptão das atividades de monitoramento, por meio do custeio de diárias para fiscalização das atividades de campo, dos serviços de terceiros relacionados aos equipamentos e veículos que subsidiam ações de técnicos e fiscais designados. Nestas condições, foi possível a conclusão da regularização de 4.954 imóveis, além de novos processos iniciados.

A estrutura de prestação indireta dos serviços de regularização fundiária do INCRA é composta por quatro agentes: 1) INCRA/SEDE – articula, ordena e monitora os recursos; 2) Superintendências – firmam, instruem os processos, fiscalizam e analisam os produtos e serviços de campo; 3) Estado – nas figuras dos Institutos de Terras ou Secretarias de Agricultura, contrata, acompanha, cedem técnicos e estrutura física, bem como recebe produtos dos contratados e emite títulos; 4) Empresa contratada – responsável pela execução dos serviços de campo, estes implicam em mensurar perímetros/lote, mapear, levantar dados e confeccionar memorial descritivo. Destacamos que o funcionamento atual da cadeia de serviços é completamente dependente da descentralização de recursos do INCRA.

É possível evoluir o modelo de prestação de serviços de regularização fundiária, desenvolvido indiretamente, em maior grau, pelos convênios. Sugerimos o aumento dos Acordos e/ou Termos de Cooperação Técnica, cadenciados pelos esforços intergovernamentais e transversalidade da regularização fundiária, combinado à participação dos municípios nas ações. A agregação de novos atores podem favorecer a extensão e robustez da regularização fundiária.

5.Principais desafios:

Os desafios principais para o Cadastro Rural no próximo exercício são: manter o ritmo das inovações em curso de Sistemas e Processos; ampliar a cooperação interinstitucional para o compartilhamento e integração de bases e sistemas e recompor a força de trabalho na área, na sede e nas Superintendências Regionais.

Para a Gestão de Terras Públicas: Continuação do aprimorando a gestão dos processos de arrecadação a partir do fortalecimento da pesquisa junto ao serviço de registro imobiliário e órgãos estaduais de terras, qualificando melhor às consultas efetivadas; eliminação de formalismos para reduzir a quantidade de procedimentos na avaliação dos processos; Fomentar alimentação de dados e informações nos sistemas, a partir dos produtos, diagnósticos e documentos elaborados por parte das SRs e convenientes.

Para a Regularização Fundiária de Imóveis Rurais: Expandir a implementação de Acordos e Termos de Cooperação Técnica, com vista na ampliação da prestação dos serviços de regularização fundiária indireta, resguardado pelas atribuições orçamentárias individuais; Abranger nos Termos de Cooperação Técnica a participação dos municípios, como forma de congregar esforços, dinamizar os serviços de campo e solidificar o controle transversal; Dar celeridade às análises administrativas dos processos de ratificação de faixa de fronteira, em regime de colaboração com as Superintendências, com objetivo de aprimorar os processos de alienação e concessões de terras

devolutas efetuadas pelos Estados em áreas de segurança nacional; Dinamizar o fomento, por parte das SR, dos parceiros e dos convenientes, quanto à alimentação de dados e informações nos sistemas, a partir dos produtos, diagnósticos e documentos elaborados. Avançar na manutenção corretiva e evolutiva SIGEF de forma a sanar a qualificar o serviço prestado; Ampliar a conexão com:

1. Outros órgãos públicos detentores de imóveis (Institutos de Terras, FUNAI, ICMBio, SPU, DNPM, etc);
2. Cartórios de Registro de Imóveis, visando a validação da matrícula do imóvel e atualização da base georreferenciada do INCRA;
3. Ampliar o quadro funcional para área de geoprocessamento.

Para a Ação 211A – PTRES 065857 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, os principais desafios para 2015 são uma gestão compartilhada com a Diretoria Fundiária. Este diálogo iniciou em 2013, e consideramos que a DF detém o conhecimento técnico da demarcação topográfica georreferenciada. Para tanto, a DD busca uma gestão compartilhada que vise: I) Integração dos recursos orçamentários das ações de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e de Georreferenciamento da Malha Fundiária; II) Definição de estratégias de atuação para superar o passivo de assentamentos pendentes desses serviços. III) Possibilidade de transferência, em 2015, do plano orçamentário desta ação para a DF (Diretoria Fundiária), tendo em vista que aquela diretoria detém todo o conhecimento técnico da demarcação topográfica georreferenciada, cabendo a esta DD a atribuição de enviar-lhe as demandas originárias dos projetos de assentamento.

Já na Ação 211A PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, visamos para 2015 a Regulamentação da Lei 13.001/2014 e revisões dos atos normativos internos; e a implementação de melhorias no processo de emissão de emissão de documentos.

3.2.3 Conclusão

As ações do Cadastro Rural contribuíram de forma efetiva para a consecução do objetivo estratégico de efetivar uma política de governança fundiária para o país. Não se ordena ou reordena a ocupação de um território sem conhecê-lo. No período, foram implementadas ações efetivas de melhoria e qualificação do Cadastro Rural que apontam para uma mudança estrutural e uma quebra de paradigmas no sentido de se ter um cadastro que reflita a realidade da dinâmica territorial. A construção de um novo Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, em substituição ao atual construído na década de 70, representa um grande passo no sentido de qualificar, modernizar e tornar ágil o processo cadastral. O novo SNCR introduzirá a Declaração Para Imóveis Rurais Eletrônica, que permitirá aos proprietários e detentores de imóveis rurais fazer a atualização de seus imóveis via internet devendo entrar em produção no começo de Abril de 2015.

A cooperação interinstitucional foi buscada pela Coordenação visando ao compartilhamento de dados e informações. Nesse sentido, o INCRA mantém acordos de cooperação para acesso à base de dados do SNCR com cerca de 2,7 mil Prefeituras (Unidades Municipais de Cadastramento), Receita Federal, INSS, AGU, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Banco Central, Banco o Brasil, Serviço Florestal Brasileiro.

As discussões sobre a construção do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, instituído pela Lei 10.267/2001 e cuja construção foi delegada ao INCRA e RFB teve avanços importante. Após vários anos de debates, o Sistema teve sua pré-especificação concluída pela Equipe do Projeto e está com demanda de desenvolvimento aberta ao Serpro.

Avaliamos que houve consecução objetivo por parte desta área, pois a política de governança fundiária é essencialmente implementada por meio de ações extensas e continuadas, por avançarem para mais de um exercício orçamentário. Mesmo com a transição de técnicos e

coordenadores, os serviços prosseguiram. De fato, a manutenção de ambos foi estratégica sendo tratada com rigor, apesar da menor incidência e utilização de recursos orçamentários, tendo em vista o planejamento de metas físicas e financeiras.

No curso das atividades de regularização fundiária foi organizada proposta de intensificação de Acordos ou Termos de Cooperação Técnica para prestação dos serviços, com oportuna articulação interinstitucional e transversalidade na execução pela via indiretas e estudo técnico para priorização de áreas. É escopo aprimorar os mecanismos de comunicação com organização de capacitações, reuniões técnicas, videoconferências e visitas de acompanhamento, com presença dos atores e agentes inseridos na cadeia de serviços de regularização fundiária – principalmente para provocar mais sinergia aos convênios ainda vigentes,

Destarte, quanto ao uso de terras dos recursos naturais, atestamos que houve potencialização de áreas para concessão de direito real de uso, com contribuição amplificada para a destinação de terras na formação de unidades de conservação federais. O desempenho ocorrido foi bem sucedido, em função da parceira instituída entre INCRA e ICMBIO.

Em que pese o alcance de parcela das metas, algumas ações não foram identificadas no Módulo de Monitoramento. Exemplificamos a quantidade de terras públicas diagnosticadas pela Superintendência do Estado do Amazonas (Ação 210U PO 0B).

Os avanços foram significativos considerando que em 2013, a partir do SIGEF se procurou corrigir a ambiguidade existente entre a interpretação produzida pelas duas definições de imóvel rural existentes na legislação brasileira. Estabeleceu que o georreferenciamento dos imóveis seja ancorado na matrícula de cada parcela, atendendo aos requisitos da FIG – Federação Internacional dos Geômetras, reconduzindo o cadastro de terras do Brasil no rumo do cadastro multifinalitário. A partir desse conceito e com a automatização da certificação do georreferenciamento houve uma mudança de paradigma, estabelecendo uma releitura da lei 6.015/73, e das modificações trazidas pela lei 10.267/01. Esta ferramenta de gestão da malha fundiária possibilita à Autarquia ampliar o conhecimento sobre a malha fundiária nacional.

Avaliação do resultado	Ações para melhoria de desempenho
<p>A Coordenação Geral de Cadastro Rural contando com a colaboração efetiva das parcerias institucionais imprimiu avanços importantes na qualificação o Cadastro Rural como ferramenta estratégica para o conhecimento do território e para se efetivar uma política de governança fundiária para o país. O Novo SNCR e o advento da Declaração Para Cadastro de Imóveis Rurais Eletrônica iniciarão um novo ciclo para o Cadastro Rural. As metas institucionais relacionadas ao cadastro foram todas alcançadas no exercício e as iniciativas em curso apontam para um processo continuado de modernização e qualificação das informações cadastrais.</p> <p>Concluímos que os resultados contribuíram para efetivar a política de governança fundiária, com articulação entre Superintendências e Governos Estaduais, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais. Em que pese o Índice de Regularização Fundiária, consideramos que a prestação dos serviços ultrapassam os limites de um exercício orçamentário, refletindo em anos futuros, sendo um indicador importante para avaliação de desempenho, porém não determinante.</p> <p>Os resultados obtidos na ação de georreferenciamento de imóveis rurais, embora, inferior a meta estabelecida (90,09%) foi satisfatória, pois a entrega do produto fruto do contrato (CRT/SP/N.º 000018/2014) no exercício de 2015 certamente vai superar a meta de 2015. Quanto a</p>	<p>Aprofundar as inovações tecnológicas e normativas para a modernização do cadastro e o aprofundamento das parcerias interinstitucionais para integração de bases e troca de informações cadastrais são ações essenciais para se manter o ritmo de inovações em curso e melhoria de desempenho institucional nessa área. Por outro lado, recompor a força de trabalho é um imperativo para que as inovações tenham efetividade.</p> <p>Quanto à gestão dos processos de arrecadação: melhorar às consultas efetivadas e reduzir a quantidade de procedimentos na avaliação dos processos.</p> <p>Quanto ao controle finalístico das informações: dinamizar a alimentação de dados e informações nos sistemas, a partir dos produtos, diagnósticos e documentos elaborados.</p> <p>Quanto à legitimação de posses: melhorar a qualificação da demanda, em função da capacidade operacional de cada uma das SR, para evitar superestimação de metas; aumentar a malha de posses georreferenciadas através da terceirização de sua execução; e implantar o Sistema Nacional de Titulação.</p> <p>Quanto à articulação interinstitucional: expandir a celebração de Acordos e Termos de Cooperação Técnica, com vista na ampliação da regularização fundiária transversal e indireta; abranger nos instrumentos de gestão a participação dos municípios; diminuir a abrangência territorial dos novos</p>

certificação de imóveis rurais, conforme descrito acima, foi uma ação bastante exitosa uma vez que com a automatização do procedimento o INCRA certificou em 2014 o equivalente ao estado da Bahia (56 milhões de hectares), somados a área certificada desde 2004 alcançou a marca de 199,1 milhões de hectares sob conhecimento literal e gráfico com precisão posicional de 50cm. Essa área equivale a soma dos territórios dos países: Espanha, Suécia, Noruega, Alemanha e Itália.

Toda essa gama de informação gráfica, a inserção de 432.198 novos polígonos georreferenciados, a informação gráfica de entidades parceiras, e a constante atualização do acervo fundiário garantiram ao INCRA o conhecimento de mais de 462,4 milhões de hectares cerca de 54,4% da malha fundiária nacional.

Todas as ações acima descritas somada a instalação de 13 novas estações de referência da Rede Ribac torna cristalina a capacidade da Coordenação Geral de Cartografia de identificar e caracterizar a malha fundiária brasileira com exata dimensão e localização geográfica, contribuindo para o conhecimento da malha fundiária nacional por parte da Autarquia.

Em relação à Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos, cabe destacar como avanço a criação do GT – Grupo de Trabalho por meio da Ordem de serviço DD/DF/DE nº 09/2014 (de 09 de maio de 2014), para elaboração de Planejamento de Transição que contemple a transferência das ações, orçamento e servidores/as de titulação, destinação de bens remanescentes e Topografia da DD para a DF;

Em relação à Titulação, Concessão e Destinação de imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, cabe mencionar a elaboração e publicação da Lei 13.001/2014;

Outro avanço foi a criação do GT – Grupo de Trabalho por meio da Ordem de serviço DD/DF/DE nº 09/2014 (de 09 de maio de 2014), para transferência da ação de Titulação para a Diretoria de Ordenamento Fundiário.

instrumentos a serem firmados.

Avançar na manutenção evolutiva do SIGEF, fomentar e ampliar a utilização do sistema por parte dos cartórios de registro de imóveis.

Manter a atualização do acervo fundiário e ampliar sua conexão com órgãos parceiros.

Trabalhar para ampliação do corpo técnico de geoprocessamento, programação e banco de dados.

Investir na aquisição de equipamentos para qualificação de trabalhos de georreferenciamento, tais como, equipamentos de GPS e Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs).

Transferência da Ação 211A – PTRES 065857 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento para a Diretoria Fundiária (DF).

Integração dos recursos orçamentários das ações de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e de Georreferenciamento da Malha Fundiária.

Regulamentação da Lei 13.001/2014.

Revisões dos atos normativos internos.

Implementação de melhorias no processo de emissão de emissão de documentos.

3.3 Objetivo Estratégico 03

3.3.1 Descrição

Nome do objetivo	Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.
Responsável	Marcelo Afonso Silva, CPF: 311.875.526-15, Diretor da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT).
Definição geral	
<p>O Objetivo é assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, que tem a meta de um milhão de hectares nos 4 anos, sendo assentadas 200 mil famílias e a criação de 800 projetos de assentamento (PA). Ela pode ser por forma onerosa e não onerosa. A primeira é composta pela desapropriação (Lei 8.629/93 que regula que grande propriedade improdutiva ou média improdutiva se detentor de mais de um imóvel são passíveis de obtenção), compra e venda (Decreto 433/2014 que regula a obtenção de grande e média propriedade insusceptível de desapropriação) e adjudicação (Portaria AGU 514/2011 e AGU-MDA 12/2014, que regula que terras decorrentes do confisco, mas também de uma decisão judicial condenatória, proferida em execução não paga o débito pelo devedor). A segunda é por arrecadação, doação, confisco e reconhecimento, que podem ser respectivamente e resumidamente descritas: terras devolutas incorporadas ao patrimônio da união ou estado por arrecadação sumária, discriminatória administrativa ou judicial; proprietários rurais devedores da união, com destinação para reforma agrária; propriedades com plantio de plantas psicotrópicas, processamento de drogas ilícitas ou de apoio ao narcotráfico; e terras destinadas pelos estados, municípios e Ibama (Resex), para criação de projetos de assentamento de trabalhadores rurais.</p>	

3.3.2 Análise

1.Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Ao fim de 2014, consegue-se como resultado a publicação de 30 decretos de imóveis para fins de reforma agrária, com área de 66,3 mil hectares e capacidade para receber 1.789 famílias estimada pelos estudos de capacidade de geração de renda (ECGR). Estes decretos constituirão projetos de assentamentos nos próximos anos. Foram criados 145 projetos de assentamentos (PA), sendo 86 de forma onerosa (2 de adjudicação, 5 compra e venda e 79 por desapropriação em áreas decretadas em outros exercícios). A área incorporada foi de 415.446 hectares, sendo 147886,0525 de forma onerosa. Os PAs criados possuem capacidade para assentar 10.977 famílias. Ressalta-se que os projetos criados em 2013 de forma onerosa foram obtidos com o orçamento e recurso deste exercício e de outros, isso é devido ao processo judicial inerente à desapropriação, que possibilita a criação do PA somente após o ato de imissão na posse expedido pela justiça.

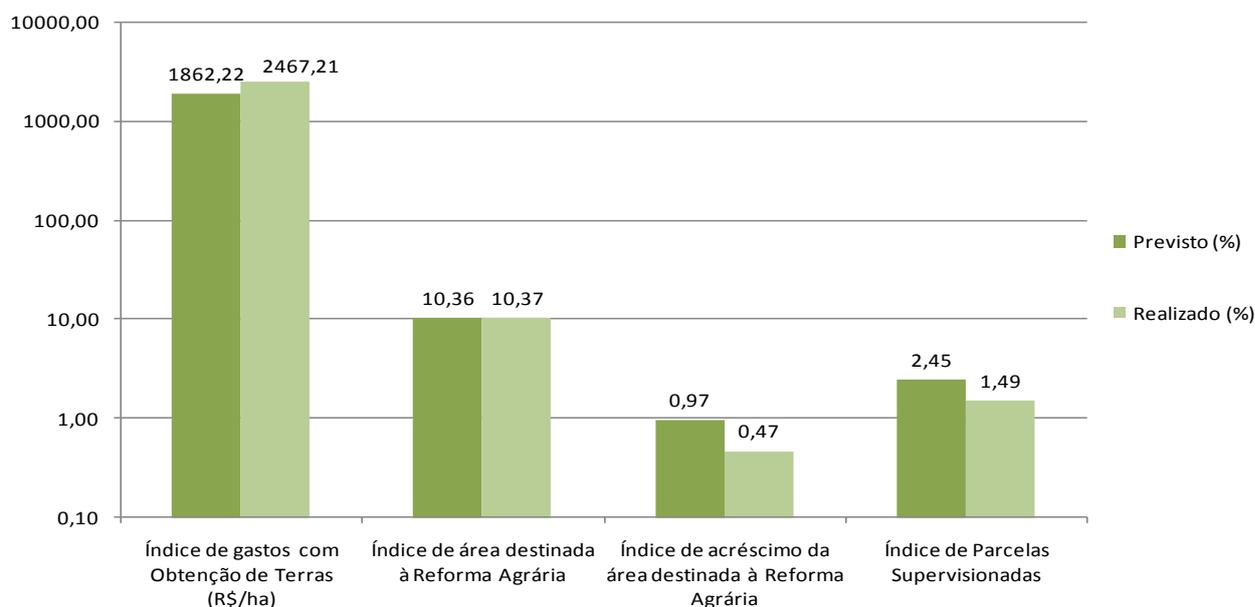
2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e aos avanços alcançados no exercício de 2014.

Ao fim de 2014, os resultados alcançados foram satisfatórios, pois foi possível executar o orçamento, com o atingimento das metas de assentamento de famílias e de áreas vistoriadas conforme tabela 5 abaixo. A vistoria e a avaliação para a ação obtenção de imóveis rurais envolvem: (i) vistorias para fins de fiscalização e avaliação de imóveis, (ii) levantamento de dados para elaboração de PPR e Diagnósticos Regionais, (iii) buscas cartoriais e levantamento dominial, (iv) publicação de editais, (v) realização de audiências públicas e de conciliação, (vi) vistorias de recebimento das benfeitorias (nos atos de imissão na posse) e outros.

Ficou muito próximo da meta o número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária, pois foi gasto R\$ 256.791.138,90 e uma área de 104.081,68. A execução física e financeira ficou abaixo do esperado devido à adaptação do INCRA as novas regras para obtenção de terras (Portarias MDA nº 6 e 7 de 2013 e 83/2014, Instrução Normativa do INCRA nº 81/2014), que busca a qualificação da obtenção dos recursos fundiários para o assentamento das famílias. Observa-se que a indisponibilidade de recursos financeiros, por parte da União, desde 2012, tem permitido a adoção de RAP na ação de indenização de imóveis. A meta não foi alcançada no estudo de cadeia dominial elaborado e de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da reforma agrária supervisionadas. A primeira por ser atividade-meio da obtenção de imóveis, assim só é realizada em momento avançado do processo, o que dificultou cumprir da meta. A segunda não foi possível cumprir devido a Lei 13.001/2013 não ter sido regulamentada no que tange o artigo 10, este altera a Lei 8.629/93.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Figura 5 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 03



A descrição detalhada de cada indicador se encontra no Anexo VI

Deve-se destacar que o índice de gasto com Obtenção de terras ficou acima do previsto devido aos custos serem regionalizados, pois se tem uma grande variação dos valores de VTN (Valor da Terra Nua) e benfeitorias por estado. Portanto estes devem ser periodicamente revistos.

Alerta-se que a variação do custo da terra sofre oscilações devido a fatores intrínsecos ao mercado agropecuário e outros, que é normal considerando a elevação de preço de terras nos últimos quatro anos. Outro fator que tem influência no custo de obtenção é a localização da demanda. Aliado a isso, a execução física fica superior ao previsto devido à imprevisibilidade das decisões judiciais, variando caso a caso devido às características e às situações peculiares de cada processo e instância judicial.

O índice de área destinada à reforma agrária superou levemente o estimado. No entanto, os índices de acréscimo desta e de parcelas supervisionadas não atingiram o previsto. O primeiro devido à tendência de diminuição da área média dos lotes da reforma agrária, graças à inclusão do ECGR nas ações 211A e 211B. O segundo não teve a meta atingida e, conseqüentemente, seu índice.

O Índice de Parcelas Supervisionadas teve previsão de 2,45% e execução de 1,49%. A execução quanto a laudos emitidos foi de 36.413, conforme SIR - Módulo de Monitoramento, apuração 25/03/2015, incluindo 689 famílias da Unidade de Altamira. A não execução do total previsto está justificada no item seguinte, em análise da Ação 211A PO 0A.

Tabela 5 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 03

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Área total de imóveis vistoriados	860.613	607.190	750.000,00	933.174,00	689.933,00
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	366	127	221	133	272
Número de famílias assentadas	33.000	30.359	30.000	32.277	30.000
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	310.250,00	56.717,65	118.591,41	104.081,68	-
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	50.000	360.585	75.000,00	310.066,58	75.000,00
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	-	36.413	21.345	17.535	42.365

Fontes dos dados e observações descritas no ANEXO XII.

Legenda para coluna “Realizado”

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme
--------------------	----------------	-------------

A cor amarela, em relação à indenização de terras não pode-se controlar com precisão porque a variação do custo da terra sofre oscilações do mercado de terras e influência no custo da localização da demanda, aliados a imprevisibilidade das decisões judiciais. Em relação à meta do estudo de cadeia dominial merece melhor planejamento da atividade-meio.

No que tange as parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da reforma agrária supervisionadas teve impacto pela não regulamentação do artigo 10 da Lei 13.001/2013, que altera a Lei 8.629/93, desta forma deve atentar a esta regulamentação no ano de 2015. Esclarecemos que em 2012 não existia meta específica para supervisão ocupacional, pois a mesma era uma atividade dentro da ação orçamentária de titulação, não sendo produto da LOA. Em 2013 a meta não era contabilizada na entrega de laudo (relatório circunstanciado) e sim na finalização do trabalho de campo.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Tabela 6 - Execução orçamentária e física – Objetivo 03

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	Inscrição RAP*	Exercício	RAP**	Exercício	Inscrição RAP ¹	Exercício	RAP ²	
Ação 211A PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	7.900.000,00	770.360,36	6.397.488,85	553.987,85	750.000	-	933.174	-	Área Vistoriada
Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	4.500.000,00	262.164,56	3.872.293,80	197.328,53	30.000	-	32.277	-	Família Assentada
Ação 211B PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	411.788.637,00	317.141.962,49	92.316.281,00	171.912.919,24	118.591,41	-	39.615,01	64.466,67	Área Obtida
Ação 211B PO 01 - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	294.437.289,00	22.286.388,24	294.111.068,81	21.632.738,18	75.000	-	238.647,50	71.419,07	Área Indenizada
Ação 211A PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	3.900.000,00	113.419,30	3.374.388,47	74.012,40	21.345	-	17.535	-	Parcela Supervisionada

Fonte: SIAFI – Base de consulta: 26/01/2015

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

² Não se aplica à ação.

Na Ação 211A PO 07 - Vistoria e Avaliação para obtenção de imóveis rurais - foram vistoriados 933.174 hectares de imóveis. Foram utilizados recursos na ordem de R\$ 6.397.488,85 para custeio de várias atividades, das quais envolvem: (i) vistorias para fins de fiscalização e avaliação de imóveis, (ii) levantamento de dados para elaboração de PPR e Diagnósticos Regionais, (iii) buscas cartoriais e levantamento dominial, (iv) publicação de editais, (v) realização de audiências públicas e de conciliação, (VI) vistorias de recebimento das benfeitorias (nos atos de imissão na posse) e outros.

Ressalta-se que a execução física e financeira da Ação 211A PO 07 menor do que o previsto, devido, as mudanças introduzidas no fluxo e procedimentos de obtenção de terras, instituídos pelas Portarias MDA nº 05, 06 e 07/13 (qualificação do processo), que resultaram em ajustes e adaptação dos trabalhos e das rotinas, exigindo um período de capacitação e apropriação das novas regras.

Na Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - foram homologadas durante o ano 32.277 famílias. Esse número supera o total de famílias assentadas em 2012 e 2013. O orçamento realizado foi de 86% do orçamento previsto, que se refere a ação de cadastro, atividades relativas à inserção no CadÚnico e apoio a supervisão ocupacional em área que demandam cadastro e seleção de famílias. Não foi possível executar todo orçamento devido a Lei 13.001/2013 não ter sido regulamentada no que tange o artigo 10, este altera a Lei 8.629/93.

Destaca-se nessa ação, em 2013, as novas regras para seleção de famílias, descritas na Portaria MDA 6/2013, que prevê a priorização de famílias inscritas no CadÚnico. Isso demandou e demandará no próximo ano a otimização de ações para busca ativa e inscrição das famílias público da reforma agrária no referido cadastro, visando o atendimento dessa disposição, integrando o público da reforma agrária às políticas públicas governamentais. A execução orçamentária abaixo do previsto está relacionada basicamente ao contingenciamento de recursos, que restringiu despesas de custeio.

Na Ação 211B PO 02 - Pagamento de Indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária - foram obtidos de forma onerosa 38.155,88 hectares, que totalizam uma indenização inicial de R\$ 92.316.281,00. Ressalta-se que também foram empenhados recursos para indenização de imóveis num total de R\$ 317.141.962,49, inscritos em restos à pagar. A execução física e financeira ficou abaixo do esperado devido à introdução de novas regras para obtenção de terras (Portarias MDA nº 6 e 7, de 2013, e 83/2014 e Instrução Normativa INCRA nº 81/2014), que busca a qualificação da obtenção dos recursos fundiários para o assentamento das famílias.

Na Ação 211B PO 01 - Pagamento de Indenizações complementares nos processos de desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária - foram indenizados R\$ 238.647,50, referente à indenização complementar por decisão judicial de 71.419,07 hectares, sendo inscritos em restos à pagar um total de R\$ 22.286.388,24. A execução física foi inferior à meta devido à imprevisibilidade das decisões judiciais, variando caso a caso devido às características e situações peculiares de cada processo e instância judicial.

Na Ação 211A PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento foram supervisionadas 17.535 parcelas em projetos de assentamentos. Foram utilizados recursos na ordem de R\$ 3.374.388,47 para custeio de várias atividades de supervisão. A não correlação direta entre a execução física e orçamentária é explicado para realização de outras atividades com recursos que não geram resultados para a meta, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos para avaliar a necessidade de desafetação de áreas, retomadas de lotes/parcelas irregularmente ocupadas e com capacitação de servidores que desempenham essas atividades.

Em relação à Ação 211A PO 0A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento, esclarecemos que a Supervisão Ocupacional em projetos de assentamento objetiva a identificação do cumprimento da função social da parcela, combatendo portanto a ocupação irregular do lote por pessoa não beneficiário da Reforma Agrária, como também, pode-se verificar a venda ilegal de parcela ocasionando as ações judiciais de retomada e redistribuição de lotes aos verdadeiros beneficiários do PNRA, nos termos da IN/INCRA/ Nº. 71/2012.

No exercício de 2014, as atividades de supervisão ocupacional foram suspensas em função da edição da MP 636/2013 que resultou na publicação da Lei 13.001/2014 e, posteriormente, foi

limitada para atender decisão da justiça com prazo e penalidades para o gestor, resolução de conflitos graves e ações de retomadas de lotes ou parcelas, conforme orientação constante do Mem. 158/2014-DD.

No exercício o quantitativo de parcelas supervisionadas foi de 17.535, que corresponde a 82,14% da meta prevista de 21.345, demonstrando a compatibilidade com a execução orçamentária de 86,56%. A contabilização da meta é certificada com a entrega de laudo (relatório circunstanciado), ocorre no presente exercício as parcelas supervisionadas/visitadas totalizam 25.851 unidades. Assim sendo, no exercício de 2014 para esta ação pode-se constatar que os resultados foram maximizados com relação à utilização dos recursos.

5.Principais desafios:

Promover uma estratégia nacional e local para a prospecção de terras públicas e privadas para a reforma agrária consiste na elaboração de diagnósticos regionais, partindo de dados e informações de diversas fontes (pesquisas e Censos do IBGE, cartas temáticas diversas, dados SNCR e outras), permitindo identificar regiões e áreas potenciais e viáveis para a implantação de projetos de assentamento, direcionando e concentrando as ações de obtenção de terras e otimizando os escassos recursos financeiros, logísticos e humanos da autarquia; diversificar as formas de obtenção, pois as modalidades de obtenção mais adotada em 2014, para assentamento de reforma agrária, ainda é a desapropriação e arrecadação de terras públicas, sendo que a desapropriação apresentou maior ocorrência na região Nordeste e Centro Oeste e a arrecadação na região Norte; autarquia encontra dificuldade para utilização da modalidade de obtenção por Compra e Venda (Decreto 433/92), uma vez que a indenização com TDA não é vista como atrativa pelos proprietários, para isso deve-se alterar a legislação, para que o INCRA realize o pagamento em dinheiro nas indenizações por compra e venda; e buscar maior interação da autarquia com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da Procuradoria-Geral Federal – PGF ou da Procuradoria-Geral do Banco Central – PGBC, com o objetivo de verificar a existência de imóveis rurais penhorados em ações judiciais visando a adjudicação destes.

O processo de seleção de famílias demanda que as informações declaradas pelos candidatos devam ser confirmadas junto as informações constantes em base de dados governamentais como Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) do Ministério de Previdência Social e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além das bases da Receita Federal do Brasil. Estas informações auxiliarão na identificação de declarações falsas, em particular os critérios eliminatórios, por parte dos candidatos. Ressalte-se que a utilização do critério de priorização de famílias inscritas no CadÚnico deverá ser ampliado, pois qualifica o processo. Assim, o desafio é o aumento das ações de busca ativa para incluir no cadastro as famílias acampadas. Ainda, faz-se necessário a depuração do sistema de informações de projetos de assentamento (Sipra) do módulo candidato para obter uma base fidedigna e atualizada das demandas por assentamento, inclusive com a classificação por prioridades conforme os critérios estabelecidos em lei e normas internas.

As principais estratégias a serem adotadas na Ação 211A PO 0A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento em 2015 serão a Regulamentação da Lei 13.001/14, revisão dos normativos internos, e o aperfeiçoamento da combinação de outras ferramentas internas do INCRA com a supervisão ocupacional, como a sala da cidadania e a execução dos contratos de ATER, visando otimizar recursos e a capacidade técnica e gerencial do órgão.

3.3.3 Conclusão

Com os resultados alcançados, acreditamos que os resultados foram satisfatórios necessitando de atenção a alguns itens como a Supervisão Ocupacional.

Avaliação do resultado	Ações para melhoria de desempenho
<p>Os resultados foram satisfatórios, pois de modo geral as metas foram alcançadas.</p> <p>Em relação à Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamentos, foi elaborada e publicada a Lei 13.001/14, mesmo assim, os resultados em 2014 ficaram abaixo das expectativas, pois a revisão dos atos normativos internos só poderiam ocorrer após a publicação.</p>	<p>Definir áreas potenciais e viáveis para a implantação de projetos de assentamento, diversificar modalidades de formas de obtenção, aumentar a participação da compra e venda e adjudicação no processo de obtenção.</p> <p>Qualificar o processo de seleção de famílias, focando melhoria do Sipra, além da depuração do módulo candidato, buscar cooperações para trocas de informações com MTE, MPS, Receita Federal e outros órgãos fins; intensificar a busca ativa de famílias acampadas para inclusão no CadÚnico.</p> <p>Regulamentação da Lei 13.001/14.</p> <p>Revisão dos normativos internos.</p> <p>Aperfeiçoamento da combinação de outras ferramentas internas do INCRA com a supervisão ocupacional, como a sala da cidadania e a execução dos contratos de ATER.</p>

3.4 Objetivo Estratégico 04

3.4.1 Descrição

Nome do objetivo	Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.
Responsável	César Fernando Schiavon Aldrighi, CPF: 425.920.200-63, Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD)
Definição geral	Desde a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, diversas têm sido as medidas tomadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero no meio rural. Muitos avanços foram conseguidos no sentido de as mulheres agricultoras conseguirem sair da invisibilidade a que estavam historicamente submetidas. Dentre as principais conquistas citam-se a regulamentação que institui o acesso à terra pela mulher rural, a criação de linhas de crédito específicas para as mulheres assentadas, o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural e a nova lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. Neste sentido, A Diretoria de Desenvolvimento busca a promoção da autonomia das mulheres adequando normas, procedimentos e realizando ações efetivas e em conjunto com o MDA no intuito de propiciar a equidade de gênero entre o público do PNRA.

3.4.2 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

O INCRA atua em parceria com o MDA no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR onde, conforme informação da Diretoria de Política para as Mulheres Rurais, o público feminino da reforma agrária atendido em 2014 foi de 27.367 mulheres.

O INCRA juntamente com o MDA promoveu alterações na Norma de Execução do programa Terra Sol. Essa norma tem como uma das suas diretrizes gerais atender prioritariamente projetos apresentados por grupos produtivos de mulheres, de forma a contribuir com a redução da desigualdade de gênero e com a promoção da autonomia econômica das mulheres assentadas. Visando a consolidação dessa proposta, foi publicado no DOU, no dia 17 de setembro de 2014, o Edital MDA/DPMR e INCRA/DD/DDA nº 01, para seleção pública conjunta de pré-projetos exclusivos de mulheres para apoio à agroindustrialização e à comercialização em assentamentos da reforma agrária – Terra Sol Mulheres.

A Portaria nº 981/2003, publicada pelo INCRA, estabelece como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável. A Instrução Normativa nº 38/2007, também do INCRA, vem priorizando o direito das mulheres ao acesso terra, mediante a emissão documentos de forma conjunta. Assim, ajusta os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária. As medidas jurídicas asseguraram a participação delas, independentemente do estado civil, priorizando o acesso às chefes de família. Em 2014 foram emitidos 23.493 documentos, sendo que 12.222 títulos foram emitidos de forma conjunta. Os números representam o avanço na política de igualdade de gênero no âmbito do PNRA, tendo em vista que nos casos de dissolução do casamento ou da união estável será assegurada a permanência de mulher detentora do lote ou parcela, cabendo ressaltar que em 2014, 70% das RB tiveram mulheres como primeiras titulares

Outro avanço observado em relação à participação das mulheres no meio rural foi em relação ao crédito instalação. Em 2014, foram beneficiadas 7.036 famílias, sendo 6.822 na nova modalidade Apoio Inicial e 214 na antiga modalidade Apoio Mulher. O novo crédito é operado via cartão bancário, emitido para cada família assentada em nome da mulher, dando-lhes maior autonomia e visibilidade na aplicação dos recursos junto aos comércios locais.

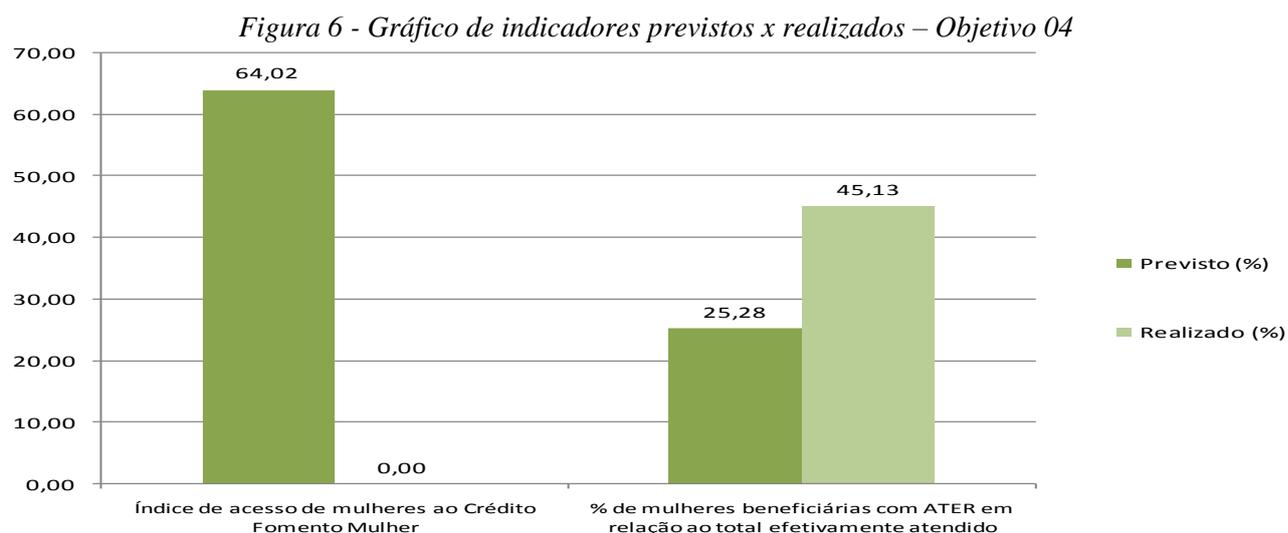
Nessa mesma ação, com o objetivo de melhorar as condições da antiga modalidade de crédito instalação Apoio Mulher, foi criado o Fomento Mulher. Essa iniciativa possibilitará maior acesso delas a políticas de inclusão produtiva.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e aos avanços alcançados no exercício de 2014.

No Plano de Ação 2013 não foram contempladas ações específicas para mulheres. Algumas ações, mesmo sem destaque orçamentário, já faziam parte do cotidiano da autarquia como, por exemplo, a titulação conjunta e o apoio às ações do MDA junto ao Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR. Na ação de Crédito Instalação, existia a modalidade Apoio Mulher, cujas operações foram paralisadas por força da Portaria 352/2013.

Vários avanços foram observados em relação ao exercício de 2013, em especial a inclusão no Plano de Ação 2014 de indicadores para ações específicas para mulheres, a mensuração do atendimento ao público feminino nas ações de Assistência Técnica, além da estruturação da modalidade de crédito específica para as mulheres. Com relação a esse último avanço, ressalta-se que apesar da modalidade Fomento Mulher não ter sido concedida em 2014, espera-se que existam avanços no acesso das mulheres às políticas de inclusão produtiva, uma vez que a ATER viabilizará a elaboração de projetos produtivos voltados às expectativas e realidades do público feminino.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.



A descrição detalhada de cada indicador se encontra no Anexo VI

O índice de acesso de mulheres ao crédito Fomento Mulher realizado ficou a quem do previsto em função dos fatos que encontram-se detalhados no item específico do Crédito Instalação.

Com relação ao “% de mulheres beneficiárias com ATER em relação ao total efetivamente atendido”, destaca-se a publicação de Chamadas Públicas de ATER com atividades que priorizavam

a participação efetiva das mulheres rurais, o que resultou no índice significativo de cerca 45% de mulheres atendidas com assistência técnica. Com isso, avalia-se que o INCRA contribuiu com o processo de desenvolvimento rural sustentável com igualdade.

Tabela 7 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 04

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	-	-	14.346	0	20.777
Número de mulheres beneficiárias com ATER	-	-	44.786	79.955	-

Fontes dos dados e observações descritas no ANEXO XII.

Legenda para coluna “Realizado”

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme
--------------------	----------------	-------------

Em relação à meta de concessão do *Crédito Instalação*, modalidade Fomento Mulher, em função do ato de bloqueio efetivado pelo INCRA, objeto da Portaria/INCRA/nº 352/2013, ocorrido em junho de 2013, houve especial atenção das SR em obter o restabelecimento de modalidades já em franca operacionalização, o que impactou diretamente na concessão de novos créditos.

No mais, a modalidade Fomento Mulher representou uma inovação entre as modalidades regulamentadas pelo Decreto 8.256/2014. Sequer constava nas metas apresentadas no início do exercício e foi criada em um momento de transição da implantação do SNCCI.

Em 2014 foram beneficiadas 79.955 mulheres com o serviço de ATER, ultrapassando a meta de 44.786 em 179%. A maior participação do público feminino facilitará o atendimento de requisito básico à concessão do crédito Fomento Mulher.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Tabela 8 - Execução orçamentária e física – Objetivo 04

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	Inscrição RAP*	Exercício	RAP**	Exercício	Inscrição RAP ¹	Exercício	RAP ²	
Ação 210S PO 02, 03 e 04 - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária ***	392.111.428,00	215.898.658,03	98.431.739,14	96.409.596,93	324.478	-	332.941	-	Família Assistida
Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	946.000.000,00	11.789.600,00	21.559.200,00	18.000,00	80.461	-	6.822	214	Família Atendida

Fonte: Siafi – Base de consulta: 26/01/2015

* Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

** Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago.

*** Somado no orçamentário o PO 49201216062012210S0000.

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

² Como os contratos oneram o orçamento do exercício, não há inscrição de RAP na Ação 210S PO 02, 03 e 04.

Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas:

A ação de concessão do Crédito Instalação previsto no Decreto nº 8256/2014, na qual a modalidade Fomento Mulher está incluída, ocorrerá via Sistema SNCCI. No entanto, houve grande volume de inscrição em restos a pagar tendo em vista as dificuldades já explicadas anteriormente quanto à efetivação da aplicação do crédito em 2014. O pouco que foi realizado diz respeito à antiga modalidade de crédito Apoio Mulher.

5.Principais desafios:

Em relação à meta de concessão do *Crédito Instalação*, modalidade Fomento Mulher, acreditamos que os principais desafios dizem respeito a conclusão das funcionalidades de concessão de crédito que estão em fase de desenvolvimento no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação – SNCCI. Superação dos entraves na troca de informações com entes externos como Banco do Brasil, no que tange às informações dos créditos disponibilizados (confeção de cartões, retorno de informações de pagamento, etc.), Banco Central no que diz respeito às informações sobre acesso dos beneficiários ao Pronaf A e outras linhas de crédito com risco bancário, Ministério do Desenvolvimento Social no que tange às informações sobre a efetiva inscrição dos beneficiários no CadÚnico. Outro desafio será a articulação junto às prestadoras de ATER no que tange a informação dos projetos produtivos no Siater bem como a leitura dessas informações para qualificação de acesso ao crédito bem como finalização do mesmo no SNCCI. Vencidos, espera-se cumprir as metas estabelecidas.

Para a ação *Agroindustrialização e Comercialização*, espera-se para 2015 o financiamento dos Projetos aprovados no Edital MDA/DPMR e INCRA/DD/DDA Nº 01/2014, parceria do INCRA/DDA e a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA.

3.4.3 Conclusão

Acredita-se que houve grande avanço no quesito relacionado à diminuição da desigualdade de gênero. A maior participação das mulheres no meio rural está saindo do papel e começa a fazer diferença nos assentamentos. Até a ação mais simples, como a emissão de um cartão bancário que é da família, mas em nome da mulher, pode fazer muita diferença na autoestima do público feminino do campo, que por muitos anos atuava apenas como coadjuvante no desenvolvimento de sua família.

Mesmo com as dificuldades encontradas, as ações empreendidas em 2014 contribuirão para maior avanço na promoção das mulheres no meio rural.

Avaliação do resultado	Ações para melhoria de desempenho
<p>- Assistência Técnica: Considerando a superação da meta, acredita-se que o resultado alcançado contribuiu significativamente para a promoção da igualdade de gênero nos projetos de assentamento.</p> <p>- Crédito Instalação: Em que pese a não concessão do crédito Fomento Mulher em 2014, grandes avanços foram alcançados no que tange aos pré-requisitos necessários à sua concessão, como as adequações já feitas no SNCCI, a contratação de ATER específica para mulheres, as atualizações cadastrais feitas no SIPRA e SNCCI.</p>	<p>- Assistência Técnica: Estreitar a comunicação entre INCRA e MDA afim de possibilitar que as informações específicas sobre o público feminino no Siater sejam prestadas de forma tempestiva para gerenciamento do programa e de outras ações que dependem das mesmas.</p> <p>- Crédito Instalação: Concluir manutenção evolutiva do SNCCI. Melhorar a comunicação com o Banco do Brasil na troca de informações entre o SNCCI e o sistema da instituição. Documentar e normatizar as ações necessárias para a operacionalização do crédito nas Superintendências Regionais, demonstrando as ações, responsabilidades e atores envolvidos no cumprimento das mesmas.</p>

3.5 Objetivo Estratégico 05

3.5.1 Descrição

Nome do objetivo	Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.
Responsável	Richard Martins Torsiano, CPF 82477574000, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).
Definição geral	O INCRA, através da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ, é responsável pela regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades quilombolas, identificando, reconhecendo, delimitando, demarcando e titulando os territórios quilombolas, conforme regulamentado pelo Decreto 4.887/2003.

3.5.2 Análise

1.Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

A regularização fundiária dos territórios quilombolas é um processo complexo, envolvendo as etapas de elaboração e publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, emissão de Portaria de Reconhecimento do Território, decretação do território como de Interesse Social, desintração dos ocupantes não-quilombolas e titulação do território. Em 2014, foram publicados **13 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID**. Com relação à etapa posterior de reconhecimento, foram publicadas **18 Portarias de Reconhecimento**, totalizando **45.747,7202 hectares** reconhecidos. No que diz respeito à etapa de **desintração**, cujo principal instrumento é a desapropriação dos não quilombolas com justa indenização de terra nua e benfeitorias, foram ajuizadas 14 ações, que somadas correspondem ao total de **30.713,6872 hectares**. Por fim, no que tange à etapa final que é a **titulação**, foram entregues **25 títulos** parciais. Os títulos beneficiaram 7 territórios (e 7 comunidades), totalizando 2.942,4443 ha repassados às comunidades, em prol de 1.322 famílias. As comunidades de Rincão dos Martimianos -RS, Jatobá-RN, Invernada dos Negros-SC, Santa Maria dos Pretos-MA, Mata de São Benedito -MA e São Francisco Malaquias-MA foram beneficiadas com seus primeiros títulos definitivos. Após sentenças homologatórias o INCRA poderá titular o restante desses territórios. Como pode ser verificado na *Tabela comparativa de indicadores em três exercícios*, no item 3, houve, se considerarmos os exercícios de 2013 e 2014, avanço nos resultados de todos os indicadores monitorados.

2.Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e aos avanços alcançados no exercício de 2014.

Entre os avanços alcançados no exercício de 2014 destacam-se algumas ações e iniciativas em que o INCRA foi protagonista ou esteve direta e ativamente envolvido que impactam na execução atual e futura dos trabalhos da Autarquia.

Destaca-se a criação da *Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola*, através da Portaria N° 397 de julho de 2014, como uma importante iniciativa para a melhoria do desempenho institucional na execução da política de regularização de territórios quilombolas. Trata-se de reuniões bimestrais nas quais o INCRA convoca a sociedade civil, através das representações dos movimentos sociais e organizações quilombolas, e demais entes públicos envolvidos com a política de regularização de territórios quilombolas, para então prestar contas das políticas desenvolvidas pela autarquia e articular a ação do governo federal. Esta importante ferramenta de interlocução entre os entes públicos e os movimentos sociais permite o aprofundamento do controle social das ações de regularização fundiária quilombola e maior articulação do executivo federal no desempenho de suas ações, sobretudo nos casos mais complexos de titulação. Foram criadas também as Mesas Estaduais em 20 Superintendências Regionais do INCRA, facilitando a interlocução entre as comunidades quilombolas e as instâncias decisórias superiores das Superintendências Regionais do INCRA e facilitando também a interlocução dos quilombolas com outros entes públicos estaduais.

Outra ação importante do INCRA que possibilita a aceleração do procedimento de regularização fundiária em glebas da União foi a edição da Portaria Conjunta MPOG-MDA 210/2014, que delegou competências da SPU ao INCRA, visando dar maior celeridade ao acesso às terras públicas em benefício das comunidades quilombolas, garantindo a manutenção em seu território. A referida portaria não exclui processo de regularização em áreas particulares, mas garante acesso mais célere da comunidade à terra pública.

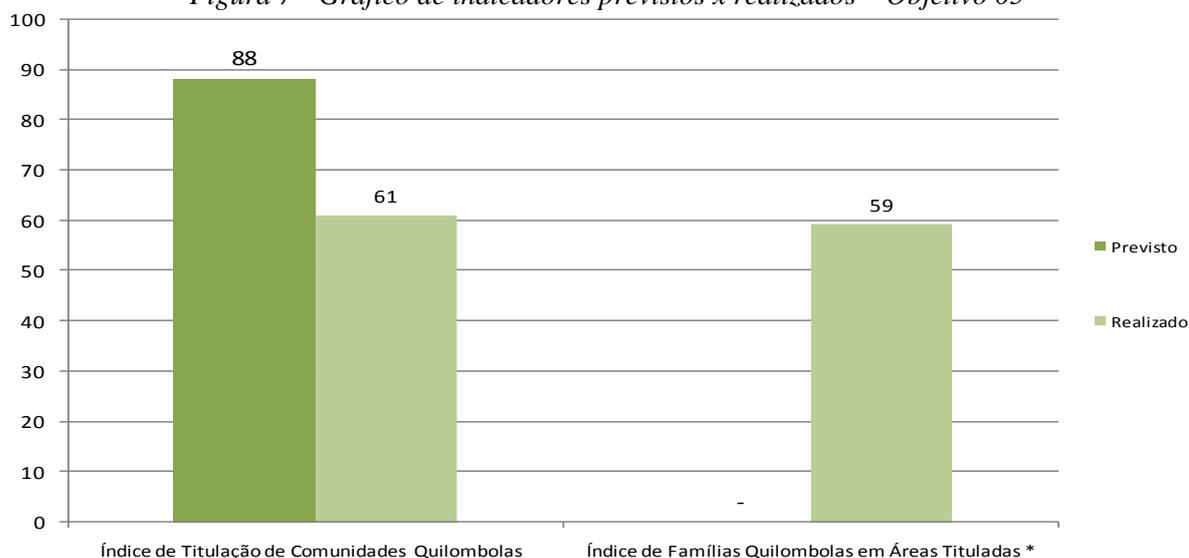
Importante também foi o esforço realizado na autarquia de síntese e qualificação das informações sobre os territórios identificados, portariados e decretados, permitindo o melhor gerenciamento e antecipação de ações preventivas por parte da Presidência, Diretoria e instâncias decisórias superiores da autarquia, sobretudo sobre os territórios quilombolas com processos mais complexos, com maior potencial de conflitos agrários e entraves institucionais.

No exercício de 2014, deu-se continuidade a parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, para a qualificação dos dados espaciais dos territórios quilombolas identificados pelo INCRA e por órgãos estaduais de terras. Embora este seja um trabalho conduzido pela SEPPIR, contou com participação importante do INCRA no fornecimento de dados e na operacionalização do sistema, no que diz respeito às informações sobre quilombolas. O INCRA também participou intensamente na concepção do Sistema de Monitoramento das Políticas de Igualdade Racial, de responsabilidade da SEPPIR. Com a implementação do referido sistema, os diferentes órgãos da administração pública federal passam a contar com um instrumento importante e centralizado de informações para auxiliar na formulação de políticas para quilombolas e na melhoria do acompanhamento das políticas já existentes.

Por fim, destaca-se a criação das duas divisões na Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, por meio do DECRETO N° 8.248, DE 23 DE MAIO DE 2014, fortalecendo a estrutura institucional responsável pela execução da política de regularização fundiária de territórios quilombolas.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Figura 7 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 05



A descrição detalhada de cada indicador se encontra no Anexo VI

* Não há previsto no índice de famílias.

Tabela 9 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 05

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	13.750*	5.521,48	13.750*	45.747,72	267.296,50
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	141	34	108	92	74
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	35	7	50	13	77
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	-	0	18	9	5
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	-	14	23	25**	-
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	26.229,15	7.368	31.250,00	8.965,03	72.480,00

OBS: *Utilizada a meta da LOA 2013 e LOA 2014.

** Foram concedidos vinte cinco títulos definitivos referentes à sete comunidades.

Fontes dos dados e observações descritas no ANEXO XII.

Legenda para coluna “Realizado”

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme
--------------------	----------------	-------------

Em primeiro lugar é importante destacar o crescimento substancial em todos os indicadores se considerados os exercícios de 2013 e 2014. Com atenção especial para o aumento considerável nas Portarias de Reconhecimento, nos RTIDs publicados e nos Relatórios Antropológicos finalizados. Parte desse incremento na execução se deve a algumas iniciativas relacionadas anteriormente.

No que refere aos relatórios antropológicos finalizados e RTID publicados, convém expor que a execução do trabalho de identificação antropológica de território está sujeita a contingências próprias de trabalhos dessa natureza, podendo se estender por mais tempo que o inicialmente previsto.

Em relação à meta de emissão de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU para as comunidades quilombolas, parte da meta não foi atingida tendo em vista que alguns desses títulos estão localizados em áreas da União, que exigem a atuação no processo da Secretaria de Patrimônio da União, em conformidade com a Portaria Conjunta MPOG-MDA 210/2014. Os processos foram devolvidos pela SPU ao INCRA no final do exercício, não restando tempo hábil para finalização dos procedimentos de titulação em áreas públicas.

Quanto às causas dos resultados obtidos no número de áreas indenizadas ter sido abaixo das metas, esses podem ser explicados sobretudo por um problema recorrente nesta ação, o baixo custo unitário previsto na Lei Orçamentária Anual para a indenização dos imóveis.

Quanto ao valor do *índice de titulação de comunidades quilombolas*, ele apresentou um valor abaixo do esperado por conta do grande número de Portarias de reconhecimento, o que não pode ser considerado um problema. O Índice retrata a relação entre processos específicos, o de reconhecimento e o de titulação, que não necessariamente têm as mesmas velocidades de execução e representam etapas que em geral ocorrem em exercícios diferentes.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Tabela 10 - Execução orçamentária e física – Objetivo 05

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	Inscrição RAP*	Exercício	RAP**	Exercício	Inscrição RAP ¹	Exercício	RAP ²	
Ação 210Z - PO 04 Reconhecimento, Delimitação, Desintração e Titulação de Territórios Quilombolas	5.400.000,00	1.645.328,96	3.437.511,56	532.816,08	64.010,25	-	45.747,72	-	Área Reconhecida
Ação 210Z - PO 03 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	25.000.000,00	36.383.560,12	13.257.029,31	27.280.447,58	31.250,00	-	8.965,03	-	Área Indenizada

Fonte: Siafi – Base de consulta: 26/01/2015

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago.

¹Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

²Não se aplica à ação.

Os procedimentos de regularização fundiária de um território quilombola têm ciclos de execução longos, que em regra são iniciados e finalizados em exercícios orçamentários diferentes⁵ Desta

⁵

Além de todo o trabalho técnico necessário, o que inclui a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintração e a titulação do território, há também o tempo necessário para que

forma, na ação 2034-210Z os resultados físicos obtidos (área identificada, área titulada, área indenizada) decorrem de gastos financeiro-orçamentários executados em exercícios anteriores, não havendo portanto uma relação direta e necessária entre ambos. Igualmente importante destacar que os gastos efetuados na ação 2034-210Z contemplam uma grande quantidade de atividades, como os recursos para a execução dos trabalhos de campo (diárias, passagens, etc) do RTID; recursos para publicações; recursos para a realização de vistorias de avaliação dos imóveis, e para a contratação dos Relatórios Antropológicos.

Em 2014, na a ação 2034-210Z foram empenhados R\$ 5,08 milhões dos **recursos correntes**, representando o expressivo valor de 94% de montante disponibilizado de R\$ 5,4 milhões. Foram liquidados e pagos R\$ 3,4 milhões de recursos empenhados no exercício em análise. Verifica-se, portanto, quantias bastante satisfatórias de recursos empenhados e liquidados. Quanto aos **recursos de capital**, utilizados na indenização de áreas desintrusadas, foram empenhados R\$ 24,85 milhões, representando o valor de 99% do montante disponibilizado de R\$ 25 milhões. Foram liquidados R\$ 13,26 milhões de recursos empenhados no exercício em análise, representando 64% de liquidação em relação ao montante disponibilizado. A diferença entre os montantes empenhados e liquidados no exercício se deve à não finalização dos procedimentos necessários para ajuizamento da ação desapropriatória, em conformidade com a NE CONJUNTA DF/DT N.03/2010.

A desintrusão dos ocupantes não quilombolas do território começa a partir da declaração como de interesse social. Após a publicação do decreto, o INCRA está autorizado a iniciar a avaliação dos imóveis e o levantamento da cadeia dominial.

O levantamento é uma das mais complexas etapas da desintrusão. Nela é preciso levantar todos os registros e suas modificações até o momento que o imóvel foi destacado do patrimônio público, o que nem sempre é possível, dada as dificuldades de estrutura dos cartórios brasileiros. Quando não há nos cartórios o registro originário do imóvel, o INCRA é obrigado a formalizar questionamento à unidade federativa de localidade do imóvel a respeito da dominialidade da área, o que pode retardar o processo de regularização do território.

Já a vistoria e avaliação do imóvel é o passo que determina o valor da terra nua e das benfeitorias, portanto, o valor total a ser pago ao interessado. Para determinar esse valor, é feito um estudo do mercado de imóveis rurais da região e o levantamento de todas as benfeitorias do imóvel e seu estado de conservação, assim como avaliação do solo e relevo, bem como os danos ambientais, se houver, no sentido de promover as medidas legais. O produto da avaliação e a cadeia dominial são as principais peças necessárias ao ajuizamento das ações desapropriatórias.

Finalizadas as peças acima citadas, e somadas a elas todos os demais documentos exigidos pelos normativos, os processos estão prontos para ajuizamento. Como regra geral, para propor a ação o primeiro passo é empenhar o recurso orçamentário, sendo que a nota de empenho compõe a juntada de documentos e sem essa o ajuizamento não é aceito.

5.Principais desafios:

São vários os desafios na condução da política de regularização fundiária de territórios quilombolas, restringindo somente ao campo em que o INCRA tem mais governabilidade, destaca-se: 1) a necessidade de se avançar nas negociações com o ICMBio/MMA nos casos de Territórios Quilombolas com sobreposição com Unidades de Conservação; 2) Continuar avançando no exercício de ampliar a proximidade entre a Sede/DFQ e as Superintendências Regionais, qualificando o planejamento, acompanhado melhor a execução, qualificando as informações

contestações e recursos sejam apresentadas por pessoas afetadas pela delimitação proposta e mais um tempo de resposta e julgamento pelas duas esferas decisórias mais importantes na autarquia, o Conselho Diretor da Sede e o Conselho Diretor Regional das Superintendências Regionais. As contestações têm efeito suspensivo no processo administrativo.

produzidas nas Superintendências Regionais e auxiliando as Superintendências Regionais na solução de problemas mais complexos; 3) Finalizar os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação referentes à quantidade considerável de respectivos relatórios antropológicos finalizados nos exercícios de 2013 e 2014, sobretudo por meio do Pregão Nacional, o que vai exigir aumento da capacidade operacional dos setores quilombolas na consecução do restante das peças. 4) Reduzir o tempo processual entre a expedição do decreto desapropriatório e o ajuizamento das ações dos imóveis a serem desintrustados, reduzindo o passivo de imóveis a serem avaliados.

3.5.3 Conclusão

Conclui-se que o desempenho do INCRA foi bastante satisfatório no exercício de 2014, tendo em vista os avanços nos resultados e as melhorias que estão sendo implementadas na gestão e execução da política de regularização de territórios quilombolas.

Avaliação do resultado	Ações para melhoria de desempenho
<p>A Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas vem demonstrando um desempenho crescente com o decorrer dos anos, que pode ser verificado nas séries históricas de execução física e orçamentária. Mas destaca-se sobretudo os esforços que têm sido realizados para incrementar e potencializar essa execução, o que inclui a criação e alteração de procedimentos administrativos e outros que ampliam o controle social da política, garantindo, além da prestação de contas, mais cobranças por parte dos movimentos quilombolas e resultados mais significativos.</p>	<p>Qualificar melhor o planejamento das ações; qualificar melhor o acompanhamento da execução; qualificar melhor os dados, aprimorando os meios existentes de armazenamento e compartilhamento; realizar reuniões periódicas com SR (vídeo conferências); reforçar as equipes dos setores quilombolas para que os relatórios antropológicos contratados pelo Pregão Nacional que finalizaram em 2013 e 2014 tenham suas outras peças elaboradas em tempo razoável; reforçar as equipes que atuam nos procedimentos de avaliação de imóveis inseridos em territórios quilombolas</p>

3.6 Objetivo Estratégico 06

3.6.1 Descrição

Nome do objetivo	Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.
Responsável	Marcelo Afonso Silva, CPF: 311.875.526-15, Diretor da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT).
Definição geral	A Portaria MDA nº 06/2013 determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos.

3.6.2 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

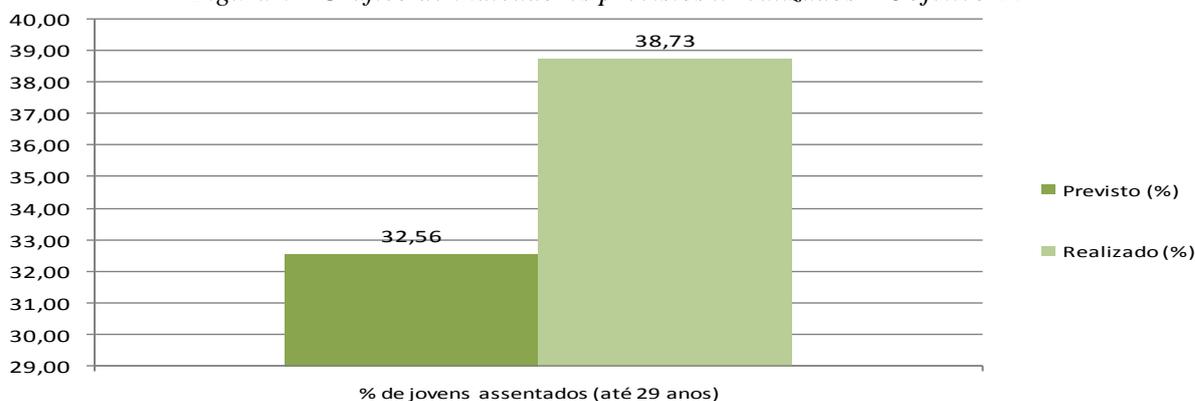
Em 2013, ano da publicação da portaria MDA nº 6/2013, foram assentadas 10.765 famílias com titulares 1 ou 2 com idade abaixo de 29 anos, ou 35% do total de famílias assentadas. Em 2014 foram 12.502 famílias assentadas nessa faixa etária, ou 39% do total de famílias homologadas.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e aos avanços alcançados no exercício de 2014.

Observa-se que em termos relativos o resultado foi ligeiramente superior no exercício de 2014 quando comparado com o de 2013. Em números absolutos ocorreu a mesma tendência. Isso devido o aumento de beneficiários em 2014.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Figura 8 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – Objetivo 06



A descrição detalhada de cada indicador se encontra no Anexo VI

No presente ano foi atingido o previsto, que é calculado pela média dos três anos anteriores. A ligeira superação desta meta pode ser creditada a superação da meta prevista para o número de assentados no exercício de 2014.

Tabela 11 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Objetivo 06

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de jovens assentados (até 29 anos)	1.500*	10.765	1.500*	12.502	1.500*

Fontes dos dados e observações descritas no ANEXO XII.

* Previsto definido de acordo com a Portaria MDA nº 06/2013 determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos.

Legenda para coluna “Realizado”

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme
--------------------	----------------	-------------

Os dados superaram o planejado, pois não é possível prever, antecipadamente o número de jovens que desejam ser assentados. Como atenção o INCRA deve busca a reestruturação do módulo Sipra candidato para realizar um mapeamento das demandas deste público.

4.Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Tabela 12 - Execução orçamentária e física – Objetivo 06

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	Inscrição RAP*	Exercício	RAP**	Exercício	Inscrição RAP¹	Exercício	RAP¹	
Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	4.500.000,00	262.164,56	3.872.293,80	197.328,53	30.000	-	32.277	-	Família

Fonte: Siafi – Base de consulta: 26/01/2015

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago.

¹Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

²Não se aplica à ação.

O orçamento é o mesmo da ação 211A PO 06, por isso os números na ordem acima. Assim, repete-se a descrição dos resultados físicos e financeiros previstos da ação: “O orçamento realizado foi de 86% do orçamento previsto, que se refere a ação de cadastro, atividades relativas ao CadÚnico e apoio a supervisão ocupacional em área que demandam cadastro e seleção de famílias. Não foi possível executar todo orçamento devido a Lei 13.001/2013 não ter sido regulamentada no que tange o artigo 10, este altera a Lei 8.629/93.”.

5.Principais desafios:

Instituir um planejamento para cadastramento de famílias jovens, incluindo um mapeamento das demandas deste público.

3.6.3 Conclusão

Acreditamos que o resultado foi positivo como requisito básico para autonomia e a emancipação da juventude rural, mas ainda é necessária uma reestruturação dos sistemas internos com o objetivo de melhor qualificar a demanda e controlar outras necessidades da juventude.

Avaliação do resultado	Ações para melhoria de desempenho
O resultado obtido atendeu as expectativas, pois superou o estimado pela Portaria MDA 06/2013 e a média prevista.	Realizar um mapeamento das demandas deste público.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

4.1 Descrição

Nome do objetivo	Fomentar a produção, difusão e gestão dos conhecimentos técnico científicos, com vistas a qualificar e divulgar as ações referentes ao desenvolvimento rural sustentável e solidário.
Responsável	Richard Martins Torsiano, CPF 82477574000, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).
Descrição geral	A produção, difusão e gestão dos conhecimentos técnico científicos, sobre as temáticas de reforma agrária, agricultura familiar, transgênicos, juventude rural, mulheres rurais e demais aspectos sociais, políticos e econômicos ligados ao desenvolvimento rural sustentável é coordenado no âmbito do MDA pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). O INCRA é parceiro da execução das ações que envolvem a Reforma Agrária.

4.1.2 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

A avaliação, o monitoramento e aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, por meio de estudos e pesquisas constituem ação fundamental para a qualificação do trabalho técnico dos diversos segmentos que atuam no meio rural. Assim, para o exercício foi contratado o estudo “Governança Fundiária Brasileira e o Mercado de Terras Rurais”, cujo objetivo geral é realizar pesquisas, análises e estudos sobre a administração fundiária e evolução do mercado de terras, bem como propor instrumentos de qualificação da governança fundiária no Brasil.

Na primeira fase do estudo, a FUNCAMP apresentou relatório técnico sobre o quadro legal e institucional da Governança Fundiária brasileira evidenciando suas principais limitações. O estudo prevê ainda a análise do mercado de terras na região do MATOPIBA, a elaboração do

material didático e a capacitação de servidores da autarquia no que tange as metodologias de mercados de terras e governança fundiária. A UNICAMP, por meio do Professor Doutor Bastiaan Reydon, coordenador do estudo, também integra o Grupo Interinstitucional de Governança Fundiária, criado por meio da Portaria/P/INCRA nº 165, de 03 de abril de 2014, para o qual o estudo deverá fornecer subsídios visando a proposição de alterações institucionais e legais para o aperfeiçoamento da governança fundiária. Ao final serão publicados os resultados do trabalho por meio da edição de um livro, apresentação digital e vídeo explicativo.

Além do estudo sobre Governança Fundiária foi assinado Termo de Execução Descentralizada com a EMBRAPA visando a elaboração de soluções tecnológicas customizadas e direcionadas para a gestão e a análise territorial de assentamentos prioritários para titulação, de áreas quilombolas e da região do MATOPIBA, considerando os processos de natureza territorial e as temáticas relacionadas. A equipe do GITE da Embrapa desenvolverá sistemas de inteligência e gestão territorial estratégicas solicitados em colaboração com o INCRA. A equipe da Embrapa apoiará a gestão e a disponibilização desses sistemas e de seus bancos de dados em ambientes computacionais seguros e operacionais para uso interno do INCRA.

Também foi contratado o estudo denominado “Análise e sistematização dos laudos antropológicos das comunidades quilombolas do Brasil”, cujo objetivo é analisar e sistematizar as informações relevantes de 190 laudos antropológicos com processos no INCRA. Para isso serão realizadas as ações abaixo relacionadas: 1) Analisar os dados dos laudos antropológicos, lançando mão de informações complementares dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), visando elaborar um panorama nacional e regional do histórico de ocupação do território brasileiro pelos grupos de ancestralidade africana. Neste ponto, busca-se responder às seguintes perguntas gerais de pesquisa: Como se deu a ocupação do território brasileiro pelos grupos negros no Brasil no período escravista e pós-escravista? Que processos de ocupação territorial são comuns às diferentes comunidades étnicas hoje denominadas comunidades quilombolas? Existem particularidades regionais no que se refere ao histórico dos processos territoriais vivenciados? 2)

Realizar uma análise com (a) histórico de ocupação; (b) caracterização do território; (c) principais conflitos em questão; (d) atividades produtivas essenciais e potenciais; (e) modos de ser e viver do grupo; (f) saberes e fazeres da comunidade; (g) principais desafios enfrentados pela comunidade; 3) Estabelecer um diálogo com diferentes pesquisadores para a criação de um modelo padrão para os fascículos; 4) Elaborar os fascículos com linguagem acessível incluindo os itens anteriores, tendo a extensão em torno de 20 páginas com o objetivo de popularizar o conteúdo científico dos Relatórios Antropológicos, tendo como público-alvo principal as próprias comunidades e gestores locais, mas também a sociedade local; 5) Realizar três seminários de apresentação e lançamento dos resultados da sistematização (Ago. 2015/Ago. 2016/ Dez. 2016); e 6) Formar uma linguagem pública sobre as comunidades quilombolas com a elaboração de fascículos.

Tanto os fascículos produzidos no âmbito desse projeto quanto os próprios relatórios antropológicos produzidos pelo INCRA serão disponibilizados no Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no Módulo Programa Brasil Quilombola, implementado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A proposta desse sistema é o de agregar em uma só plataforma diversos tipos de informações disponíveis sobre as comunidades quilombolas. Assim, o INCRA entende que deve somar os esforços para reunir o material em uma só interface, disponibilizando os relatórios antropológicos e os materiais nesse espaço. Isso reitera a intenção da autarquia em disponibilizar o material por ela produzido, o que foi pactuado com o compromisso de construção de uma biblioteca virtual para abrigar esse material.

O Núcleo de Estudos Fundiários – NEF tem como atribuições gerais coordenar, supervisionar e controlar as atividades de análise das estatísticas para fins de ações de reforma agrária, em especial aquelas oriundas de dados e informações extraídas do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. Mais especificamente compete ao NEF: a) elaboração de estudos estatísticos e análise dos dados cadastrais; b) elaboração do Plano Geral de Estatística – PGE; c)

promover estudos visando a classificação e desmembramento de imóveis rurais, zonas típicas de módulo – ZTM, tabelas de módulos, índices de rendimento e zonas de pecuária.

Em 2014 as atividades do NEF estiveram voltadas basicamente para a depuração da base de dados do SNCR, as quais, tendo em vista razões de natureza legal e sistêmica têm se mostrado, historicamente, defasadas e imprecisas. Neste sentido elaboram – se análises comparativas entre os dados do INCRA e do IBGE, com vistas a identificar e quantificar a sobreposição de áreas no cadastro, responsáveis pelos chamados “andares de terras”.

Outro ponto que merece destaque, diz respeito ao expressivo volume de informações, análises e simulações, por meio da ferramenta Data Warehouse – DW, homologada pela Coordenação Geral de Cadastro Rural – DFC em articulação com o NEF e com o SERPRO.

Visando o atendimento de demandas, especialmente internas, foram realizadas em conjunto com o SERPRO, apurações especiais – AESPs que culminaram com a geração das Estatísticas Cadastrais que, além dos quantitativos do número de imóveis rurais e de área cadastrados junto ao SNCR, demonstram a situação jurídica dos imóveis rurais, segundo estratos de área em hectares, número de módulos fiscais e classificação fundiária.

Importante mencionar a inovação trazida por tais AESPs que permitiram a tabulação dos dados em separado para imóveis sob detenção pública e detenção privada, o que em muito contribuiu no processo de depuração da base de dados do SNCR. Em decorrência foram elaborados dois estudos: ‘Considerações sobre a Incidência de Terras Públicas em 70 Municípios onde a Área Cadastrada Supera em mais de 150% a Superfície Territorial’ e “Brasil Fundiário”, que busca retratar os grandes imóveis rurais sob domínio público e privado cadastrados no SNCR.

Em outra vertente, tem – se a fixação dos indicadores cadastrais para os novos municípios instalados em 2013, a fim de constarem na base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural. Paralelamente, o NEF desenvolve atividades de rotina tais como o atendimento de demandas encaminhadas por meio do e-SIC, frequentemente solicitadas por pesquisadores e alunos de mestrado ou doutorado, entre outros. É constante ainda, a participação na elaboração de notas técnicas e manuais de outras divisões da DFC.

Em 2015 pretende – se dar continuidade à depuração da base do SNCR, consolidar as Estatísticas Cadastrais em uma série histórica, a partir dos dados levantados no primeiro cadastramento realizado (Semana da Terra – 1965), elaborar novos estudos capazes de subsidiar a tomada de decisões em diferentes esferas de governo e atualizar a publicação Índice Básicos, agora contemplando novos municípios.

2. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Considerando o estágio de implantação de ações que visam fomentar a produção, difusão e gestão dos conhecimentos técnico científicos, com vistas a qualificar e divulgar as ações referentes ao desenvolvimento rural sustentável e solidário é algo recente como meta institucional planejada ainda não foi estabelecido indicador de processo para tal objetivo. Cabe destacar que essa é uma ação coordenada diretamente pela sede da Autarquia, não tendo participação direta das SR para os resultados obtidos.

Tabela 13 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – item 4.1

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Núcleo de Estudos Fundiários - NEF instalado no INCRA	Não se aplica	Não se aplica	01	01	Não se aplica
Número de Bibliotecas Quilombolas implantadas	01	0	01	0	01

Número de Estudos realizados	0	0	01	01	Ainda em definição com o NEAD/MDA
------------------------------	---	---	----	----	-----------------------------------

Fontes dos dados e observações descritas no ANEXO XII.

Legenda para coluna “Realizado”

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme
--------------------	----------------	-------------

Das ações planejadas merece atenção a implantação da biblioteca virtual quilombola, cuja implantação foi programada para o exercício de 2013. Isso de seu devido a mudança de estratégia de disponibilização das informações. Em vez de elaborar uma estrutura virtual que serviria unicamente para acesso ao material do INCRA, a autarquia optou por utilizar a plataforma da SEPPIR que congrega dados de diferentes naturezas, otimizando os esforços do governo federal em disponibilizar dados sobre as comunidades quilombolas. Aguardamos a final implantação do sistema para colocá-los *on-line*. A DFQ realizou trabalho de coleta e digitalização de todos os relatórios antropológicos esse ano junto às Regionais, para que futuramente possam estar acessíveis.

4.1.3 Conclusão

Em que pese a biblioteca virtual quilombola ainda não ter sido disponibilizada houve grandes contribuições pelos estudos realizados até o momento, merecendo atenção à divulgação desses trabalhos.

Avaliação do resultado	Ações para melhoria de desempenho
Considera-se que o objetivo foi parcialmente alcançado, visto que a meta de implantação da biblioteca virtual quilombola ainda não está concluída, visto as mudanças na estratégia no decorrer do processo. No entanto, isso não compromete o objetivo final, visto que a SEPPIR foi inserida no processo.	Para a melhoria do desempenho serão realizadas ações de divulgação dos materiais produzidos pelos estudos realizados através da conclusão da biblioteca virtual quilombola e utilização da plataforma SEPPIR.

4.2 Descrição

Nome do objetivo	Desenvolver ações para aumentar o comprometimento, a capacitação e a satisfação das equipes colaboradoras.
Responsável	Juliano Flávio dos Reis Rezende; CPF: 976.754.406-34; Diretor de Gestão Administrativa (DA).
Definição geral	Esse objetivo visa o desenvolvimento de competências dos servidores, integrando ações de capacitação, treinamento e qualidade de vida com o planejamento estratégico da instituição, a fim de, através da promoção de uma aprendizagem organizacional e continuada propiciar um crescimento pessoal e laboral dos servidores e também na busca constante de melhor desempenho na consecução da missão institucional do INCRA.

4.2.2 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

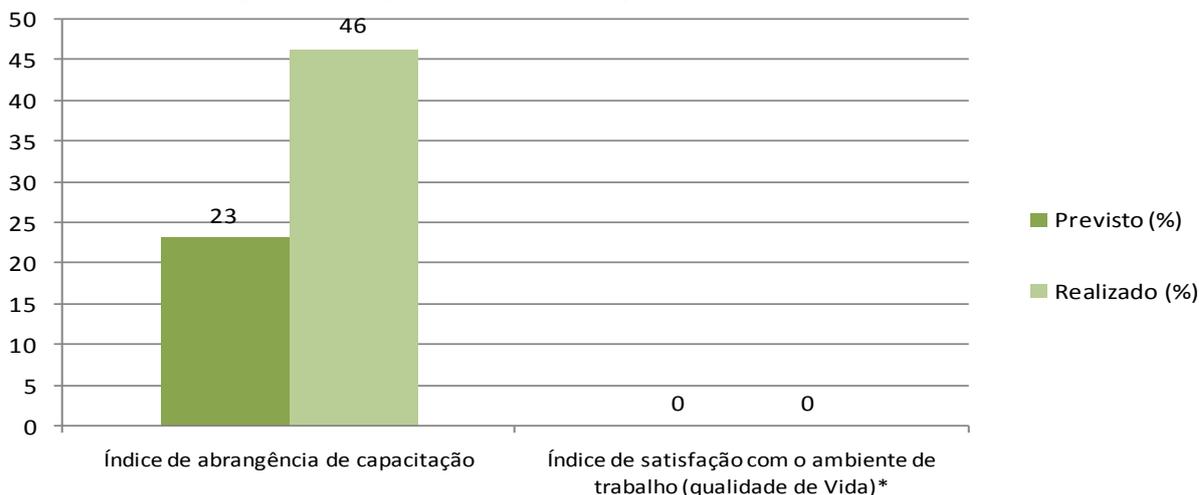
O INCRA no ano de 2014 deu início às ações de capacitação promovendo a revisão da Instrução Normativa que dispõe sobre critérios e parâmetros para capacitação dos servidores do INCRA. Um ponto que merece destaque nessa revisão, deve-se ao fato ter sido delegado às Superintendências Regionais a decisão para autorizar a participação dos seus respectivos servidores em cursos de curta e média duração, realizados no âmbito da Superintendência Regional ou em outro Estado da Federação quando não houver oferta de curso na cidade de lotação do servidor, o que anteriormente estava centralizado na Sede e que, de certa forma, causava muita morosidade e ineficiência dado ao número de servidores (5 mil) e à quantidade de Superintendências Regionais (30), além das Unidades Descentralizadas (45).

Também procurou-se dar prioridade às atividades de treinamento interno focadas no planejamento estratégico da instituição. Nesse sentido, em 2014, foram realizados, dentre outros, 28 eventos em vários estados do Brasil e sede (Brasília), em temáticas direcionadas a procedimentos e atividades atinentes ao planejamento estratégico do órgão, dentre eles, Oficinas sobre o Novo Crédito Rural, Oficina de Capacitação de Equipe de Vistoria Ambiental (EVA), cursos voltados ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), cursos sobre o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), treinamento em Quantum GIS voltados a Certificação de imóveis Rurais, Vistoria de Imóveis Rurais e Vistorias Ambientais, treinamento de servidores e colaboradores visando a implantação da Sala da Cidadania Digital, cursos de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e de Tomada de Contas Especial (TCE). Somente nesses 28 eventos promovidos internamente foram capacitados 1.325, já alcançando assim a meta institucional estabelecida para o exercício que foi de 1.200 capacitações. Outro ponto que merece destaque está no fato de que para essas capacitações internas, foi dado prioridade à utilização dos espaços físicos das unidades administrativas do Incra, economizando dessa forma com a locação de espaço.

Ademais, essas capacitações internas foram fruto de ações conjuntas com as demais Diretorias da Autarquia e a Presidência do órgão, inserindo dessa forma o planejamento e a execução de ações de capacitação ao planejamento estratégico do INCRA.

2. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Figura 9 - Gráfico de indicadores previstos x realizados – item 4.2



A descrição detalhada de cada indicador se encontra no Anexo VI

* Ausência do Indicador justificada no texto de conclusão.

Tabela 14 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – item 4.2

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de servidores capacitados	1.320	2.382	1.200	2.412	1.200

Fontes dos dados e observações descritas no ANEXO XII.

A contribuição de cada Superintendência Regional para o Índice de Horas de Capacitação está demonstrado em gráfico presente no ANEXO XIV.

Legenda para coluna “Realizado”

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme
--------------------	----------------	-------------

Ao se analisar os valores constantes na tabela comparativa de indicadores relativo aos anos de 2013 e 2014 pode-se notar uma tendência de manutenção dos números, tanto relativo à metas estabelecidas quanto aos valores realizados, com um leve aumento em 2014. Nesse sentido, pode-se inferir que há também uma manutenção no índice em 46% nos dois exercícios.

Por outro lado, merece destaque que as ações de capacitação no ano de 2014 estiveram direcionadas para treinamentos internos ligados a procedimentos e atividades atinentes ao planejamento estratégico do INCRA, conforme explanado no item 1 deste relatório. Ou seja, primou-se para o aperfeiçoamento de competências alicerçadas aos planos internos da autarquia, tanto nas áreas meio que servem de suporte às demais atividades, bem como direcionadas especificamente às áreas fins do INCRA, como Obtenção de Terras, Regularização Fundiária e Meio Ambiente.

É válido destacar também que no exercício de 2014 foram intensificados, por meio da INCRANET, a divulgação e incentivo a realização de cursos à distância (e-learning). Foram mais de 10 cursos divulgados oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP),

Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério do Planejamento, entre outras que tiveram participação efetiva de servidores da autarquia.

4.2.3 Conclusão

A análise da ação aponta a um desempenho bastante satisfatório, tendo em vista o alcance da marca de 46 do índice de abrangência de capacitação; o dobro exato da marca prevista (23) para o exercício. As atividades de capacitação para treinamentos internos, somados aos incentivos para a realização de cursos à distância (*e-learning*), contribuíram fortemente para essa evolução.

Quanto ao “índice de satisfação com o ambiente de trabalho (qualidade de vida)”, informamos que a pesquisa anteriormente prevista não foi realizada⁶, tendo em vista primeiramente, serem os temas comprometimento e satisfação das equipes colaboradoras temas complexos, correlacionados à motivação do servidor para realização de tarefas. Ademais, que envolvem perspectivas de incentivos, implantação de políticas de benefícios e também planos de carreira compatíveis com as competências funcionais, necessitando dessa forma discussões mais multifacetárias.

Avaliação do resultado	Ações para melhoria de desempenho
<p>Em termos de avaliação do resultado com base no planejado e o executado para o ano de 2014, destaca-se:</p> <p>Revisão da Instrução Normativa que regulamenta e padroniza os procedimentos acerca das ações de capacitação, com destaque para a delegação de competência às regionais para autorizarem treinamentos e a devida participação em capacitações de curta e média duração;</p> <p>Em relação à meta prevista observa-se que a execução superou em 100% o planejado;</p> <p>Em referência ao exercício anterior, fica evidenciado uma tendência na manutenção dos números em termos de planejado e executado. No entanto, cabe uma atenção especial à priorização de capacitações internas no ano de 2014 atreladas aos objetivos estratégicos da instituição, conforme já descrito em itens anteriores;</p> <p>Cabe também ressaltar, o esforço da instituição no que diz respeito à transparência e divulgação interna das atividades de capacitação na autarquia, o que de certa forma demonstra uma melhor articulação entre as diversas áreas contribuindo também na execução;</p> <p>Outro ponto que merece destaque e que contribuiu sobremaneira relaciona-se com uma melhora significativa nos mecanismos de controle e monitoramento das atividades de capacitação, dado à capilaridade do órgão</p>	<p>Projeta-se para o exercício de 2015 primeiramente a manutenção do foco nas capacitações e treinamentos voltados para as atividades internas e estratégicas da instituição.</p> <p>Ademais, como estratégia de ampliação de práticas de gestão que privilegiem o incremento de conhecimentos, habilidades e atitudes o INCRA está buscando formalmente parcerias com outros órgãos, em especial TCU e CGU; também Escolas de Governo, como ESAF e ENAP, no sentido de implantar ações conjuntas de capacitação por meio de Acordos de Cooperação Técnica.</p> <p>Outro destaque diz respeito à adesão que o INCRA formalizou à ATA de Registro de Preços do Pregão Eletrônico em vigor, do tipo menor preço de nº 295/2014 - DATAPREV para o desenvolvimento de cursos a distância (Ead). Com isso, pretende-se inaugurar um novo ciclo de aprendizagem na instituição, qual seja o de educação à distância como uma alternativa de maior alcance aos servidores desta autarquia.</p>

⁶ A Diretoria de Gestão Estratégica, através de sua Divisão de Avaliação da Gestão, propôs e montou um modelo de pesquisa de satisfação em sistema homologado pela Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET para aplicação aos servidores do INCRA, e só obteve manifestação favorável por parte da Diretoria de Gestão Administrativa – DA em fevereiro de 2015. Sendo assim, não houve tempo hábil para a aplicação da pesquisa e recolhimento de dados para cálculo do indicador proposto, o que deve acontecer no exercício de 2015.

5 RESULTADO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1 Avaliação e avanços

a) Estágio de desenvolvimento:

Em 2013, o MDA realizou um processo de planejamento para elaboração do plano estratégico 2013-2014. Esse processo teve o mérito não apenas de resgatar a preocupação com o planejamento e uma cultura de monitoramento e prestação de contas, mas, principalmente, por ter sido feito, pela primeira vez, em conjunto entre MDA e INCRA. O plano está estruturado em doze objetivos estratégicos e para a sua gestão foram constituídos quatro grupos de trabalho de Monitoramento e Gestão Integrada do MDA/INCRA⁷. Tais grupos contam com a participação de dirigentes de todas as unidades do ministério e possibilitam a discussão de temas transversais.

Em 2014, tiveram início as atividades do Grupo Técnico-Operacional de Planejamento e Monitoramento MDA/INCRA, com a participação de técnicos de todas as unidades, com o objetivo de executar os procedimentos para discussão, revisão e definição de indicadores e metas das unidades que representam, preparação da revisão do planejamento estratégico e elaboração do novo Plano Plurianual e organizar as informações e implantar rotinas relacionadas ao monitoramento de execução física e orçamentária.

Esse grupo, coordenado pela Secretaria Executiva do MDA, deu início ao trabalho de sistematização integrada dos indicadores e metas de todos os instrumentos de planejamento nos quais o MDA tem ações sob sua responsabilidade: Plano Plurianual 2012-2015, Lei Orçamentária Anual 2014; Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; Plano Estratégico MDA/INCRA 2013-2014; Plano Brasil Agroecológico e Plano Safra 2014-2015.

Em 2014 a autarquia deu continuidade ao aprimoramento do processo de planejamento iniciado em 2013, revisando o planejado para 2014 e projetando 2015; ampliando a clareza dos produtos do processo de planejamento e a facilidade para o seu monitoramento, agregando inovações e pontos de controle. Dessa forma, foi feita a reorganização da matriz do Plano e demais quadros de metas e indicadores em um único instrumento, denominado Plano de Metas e Créditos Orçamentários⁸. Também foram formulados indicadores de resultado para os principais temas trabalhados pela autarquia e a elaboração do Plano de Projetos Estratégicos.

Apesar dos avanços ainda é necessário maior apropriação, por parte dos servidores, do planejamento estratégico, o qual deve ser visto de forma holística. Percebe-se mais apropriação no nível operacional (caderno de metas) que no nível estratégico. Assim, avalia-se que a implantação do PES encontra-se na fase de consolidação das rotinas e dos respectivos indicadores.

⁷ GT da Política de Reforma Agrária e Governança Fundiária, criado pela Portaria nº 98, de 13/12/2013; GT de Gestão Administrativa, Orçamentária, de Comunicação e de Pessoas, criado pela Portaria nº 99, de 13/12/2013; GT de Avaliação e Gestão da Integração e Articulação de Políticas para o Desenvolvimento Territorial, criado pela Portaria nº 100, de 13/12/2013; e GT de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental da Agricultura Familiar, criado pela Portaria nº 101, de 13/12/2014.

⁸ Forma de organização das metas por regional e plano orçamentário, articulando o processo de planejamento estratégico institucional com os instrumentos de planejamento governamental (PAA e LOA) e prestação de contas, unificando as demandas e rotinas de monitoramento.

- b) Aplicabilidade e consistência da metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos e dos resultados associados:

Importante inovação inserida na metodologia de planejamento institucional foi a elaboração do *Plano de Projetos Estratégicos*, que teve início com a escolha de temas importantes que seriam detalhados e acompanhados pela alta direção. Foram realizadas reuniões com os responsáveis pelos temas, que contou também com a participação de representantes indicados para detalhamentos das atividades, metas, tarefas, prazos e responsáveis. Quanto aos resultados associados foi feita uma avaliação do Plano de Metas para ajustar as metas e créditos orçamentários, em atendimento ao decreto de movimentação de empenho; e estão previstas duas avaliações do Plano de Projetos Estratégico até 30 de abril de 2015.

Em 2014, após a realização das reuniões para elaboração do Plano de Metas Nacional e Projetos Estratégicos, a Diretoria de Gestão Estratégica coordenou os trabalhos em 03 oficinas regionais, que acontecerem em Santarém (PA), Florianópolis (SC) e Fortaleza (CE). Estas oficinas contaram com a participação de representantes da sede e das Superintendências Regionais, que ficaram incumbidos de multiplicar os conhecimentos metodológicos em suas bases no momento da elaboração do Plano de Metas de cada SR.

Para o próximo período será realizada a revisão dos objetivos estratégicos, considerando o aprendizado do biênio e também as mudanças que devem orientar a nova gestão da Autarquia para o período de 2015-2018.

- c) Alinhamento com o PPA e com a Lei Orçamentária Anual:

A compatibilidade entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual é necessária para a execução das atividades inerentes às metas visando o atingimento dos objetivos do PPA e consequentemente os objetivos constantes do planejamento estratégico. Dessa forma, a autarquia elaborou seu plano de ação de forma coerente com o Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual, alinhando os objetivos estratégicos aos objetivos do plano plurianual, suas metas e ações orçamentárias visando a execução das atividades e obtenção de produtos e serviços. A compatibilização está configurada no quadro constante do Anexo VII deste Relatório.

- d) Alinhamento com os planos estratégicos de unidades envolvidos na obtenção dos objetivos estratégicos definidos, bem como sua participação na obtenção dos indicadores definidos:

O planejamento iniciado pelas diretorias do INCRA Sede foi descentralizado para as Superintendências Regionais, que definiram suas metas para cada uma das ações empreendidas, passando por posterior revisão e consolidação por parte das diretorias. Sendo assim, o Plano de Metas espelha de modo individualizado a busca pela realização das ações definidas no planejamento estratégico. Para realizar a classificação das unidades administrativas do INCRA foi realizada uma avaliação quanto ao nível de cumprimento dos objetivos estratégicos⁹, o que gerou o seguinte resultado:

⁹ A avaliação das Superintendências Regionais e das diretorias que atuam na área finalística (DT, DD e DF) foi realizada com base em estudo desenvolvido para medir o nível de alcance dos objetivos institucionais pelas unidades administrativas do INCRA. Este estudo levou em consideração as principais ações empreendidas pela autarquia e teve como objetivo analisar o grau de cumprimento dos objetivos institucionais do INCRA, avaliando em que medida as políticas implementadas atingiram seu público alvo. As diretorias que atuam na área meio (DA e DE) foram avaliadas quanto ao cumprimento dos projetos estratégicos definidos no planejamento de 2014. A Diretoria de Programas não foi avaliada, tendo em vista que sua atuação é transversal e se dá em todas as áreas de atuação da entidade.

Figura 10 - Avaliação do alinhamento dos planos estratégicos.

Superintendências				Diretorias
SR 1	SR 9	SR 17	SR 25	Gestão Administrativa
SR 2	SR 10	SR 18	SR 26	Gestão Estratégica
SR 3	SR 11	SR 19	SR 27	Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
SR 4	SR 12	SR 20	SR 28	Ordenamento da Estrutura Fundiária
SR 5	SR 13	SR 21	SR 29	Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
SR 6	SR 14	SR 22	SR 30	Programas
SR 7	SR 15	SR 23		
SR 8	SR 16	SR 24		

Legenda		
Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme

Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica - DE

Segundo a avaliação realizada, as superintendências de Pernambuco (SR 03/PE), Mato Grosso (SR 13/MT) e Amazonas (SR 15/AM) apresentaram uma atuação desconforme. Em relação à SR 03/PE, observa-se um desempenho desconforme nas áreas de desenvolvimento e ordenamento da estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, ao realizar-se análise da capacidade instalada das superintendências, levando em consideração variáveis como número de servidores por área de atuação, orçamento, número de assentamentos e assentados, área de jurisdição da SR, dentre outros, chega-se a conclusão de que a SR 03/PE apresenta pior desempenho justamente na área em que também apresenta pior capacidade instalada (desenvolvimento de projetos de assentamento). Ainda assim, há que se ressaltar que, de acordo com a metodologia adotada, esta SR não se encontra dentre aquelas que possuem maiores de problemas de capacidade, possuindo boa estrutura nas áreas de obtenção e ordenamento e uma estrutura mediana na área de desenvolvimento.

A SR 13/MT, por sua vez, apresenta desempenho desconforme nas áreas de obtenção e desenvolvimento. Há que se destacar, no entanto, que esta superintendência apresenta graves problemas de capacidade instalada, em todas as áreas finalísticas, tanto no que diz respeito ao número de servidores frente à demanda existente, quanto ao orçamento disponível para cumprimento destas demandas.

A SR 15/AM apresenta desempenho desconforme nas áreas de obtenção e desenvolvimento. No que diz respeito à sua capacidade, é importante ressaltar que esta SR possui a pior capacidade instalada em todas as áreas de atuação, possuindo a maior área de jurisdição e de assentamentos de todo o Brasil e uma estrutura similar a de superintendências com demandas consideravelmente inferiores. Vale ressaltar que a SR 15/AM vem sofrendo com a redução do corpo técnico, mesmo com o ingresso de servidores em 2013, já que estes em geral são originários de outras localidades e buscam transferências aos seus estados de origem. Esse fato se agrava ano a ano em função das aposentadorias que naturalmente ocorrem. A SR conta, ainda, com poucos recursos para trabalhar num estado de dimensões continentais e dificuldades de locomoção, utilizando, para isso, vários meios de transportes, como carros, aviões, embarcações regionais e voadeiras, além da falta de logística no interior, onde a rede hoteleira é praticamente inexistente. Somam-se a estes fatos outras dificuldades encontradas na região Norte, como a falta de empresas credenciadas suficientes que atendam os normativos de ATES.

Em relação às classificadas em amarelo, deve-se especial atenção às superintendências do Maranhão (SR 12/MA), Piauí (SR 24/PI) e Santarém (SR 30/STM), que apresentaram desempenho próximo ao considerado desconforme. Para estas superintendências também nota-se um problema de capacidade instalada, especialmente no que diz respeito à SR 30/STM. No caso das SR 12/MA e 13/MT, observamos novamente a relação diretamente proporcional entre a capacidade instalada de uma área finalística e o desempenho na respectiva área.

No que diz respeito ao INCRA Sede, é necessário atenção à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) e à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD). Estas, embora

tenham alcançado resultados expressivos, apresentaram algumas dificuldades na obtenção dos objetivos estratégicos, em função das fragilidades já apontadas acima, que prejudicam sobremaneira a execução das políticas públicas de responsabilidade da autarquia.

Por fim, é importante também realizar uma avaliação do processo de planejamento, sob o ponto de vista da acurácia da definição das metas. De maneira geral, nota-se a necessidade de aprimoramento dos critérios de definição das metas físicas e limites orçamentários, visando dirimir os problemas advindos de um mau dimensionamento, que leva a frágeis percentuais de execução.

As ações corretivas para o exercício de 2015 incluem dar continuidade ao estudo de lotação ideal da autarquia, visando dirimir as desigualdades que hoje ocorrem entre as superintendências, bem como estabelecer critérios mais claros e bem definidos a serem utilizados no processo de planejamento, visando evitar distorções na definição das metas físicas e orçamentárias, que podem ocasionar uma subestimação ou superestimação das atividades a serem realizadas.

e) Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade:

Como o MDA/INCRA realiza seu planejamento bianual, em 2014 o INCRA revisou os indicadores e metas do exercício de 2014 e projetou 2015. A revisão dos indicadores e suas metas foram realizadas em função da existência de indicadores e metas de difícil monitoramento, ajustando ou incluindo novos indicadores e metas. Além disso, realizou-se uma revisão no segundo semestre para adequação das metas aos limites orçamentários estabelecidos pelo Decreto nº 8.197 de 20 de fevereiro de 2014.

f) Atuação e envolvimento da alta direção (Diretores e Superintendentes), bem como os demais departamentos e órgãos envolvidos na consecução de seus objetivos:

As ações que envolvem o planejamento estratégico (elaboração, revisão e demais atividades) contam com a participação do grupo diretivo da Autarquia em suas diversas fases. A definição das diretrizes estratégicas é feita pela presidência e diretores e posteriormente apresentada aos Superintendentes Regionais para sugestões e conhecimento. A partir daí a Coordenação Geral de Planejamento – DEP inicia a definição, juntamente com as diretorias da Sede (diretores, coordenadores e chefes de divisão), das metas para o exercício em consonância com as diretrizes estratégicas estabelecidas. Findado esse processo, são realizadas oficinas nas Regionais para discussão e elaboração do plano de metas de cada SR, o qual retorna para Sede para ajustes, aprovação pelo Conselho Diretor e publicação via Intranet e Diário Oficial da União. As revisões são realizadas considerando as informações oriundas do monitoramento e avaliação da gestão, dos limites orçamentários estabelecidos ao longo do exercício e das prioridades assumidas pela gestão, sendo realizadas pelas diretorias seguindo os mesmos trâmites de publicização.

Assim, consideramos que existe envolvimento da alta direção no processo de planejamento. No entanto, ainda é necessária mais horizontalidade em todas as etapas e também maior apropriação por grande parte dos Superintendentes Regionais no dia a dia do planejamento. Faz-se necessário também melhorar a comunicação interna e externa sobre o planejamento institucional, suas ferramentas e seus resultados, tornando-o mais próximo da sociedade e do conjunto de servidores.

Identificamos como boa prática do processo de planejamento de 2014 o estabelecimento de projetos estratégicos já apontados no item 5.1, item b do Relatório de Gestão apresentado e a criação de indicadores de resultado para cada tema trabalhado pela Autarquia.

5.2 Análise dos indicadores de desempenho relacionados com o processo de gestão estratégica

Na elaboração do planejamento, foram criados indicadores para medir a implementação dos temas. O sucesso da implantação do planejamento do INCRA é obtido por meio dos resultados dos indicadores dos temas que são aferidos levando em consideração a execução das metas e a execução orçamentária.

Em que pese ainda não termos um indicador consolidado específico para medir o sucesso na implantação do planejamento estratégico da autarquia, na elaboração do planejamento foram criados indicadores para medir a implementação dos temas. A avaliação da implantação do planejamento então é obtida por meio dos resultados dos indicadores dos temas que são aferidos levando em consideração a execução das metas e a execução orçamentária. Indicador consolidado para esta finalidade deverá ser desenvolvido ao longo do processo de revisão do planejamento estratégico do INCRA que está em fase inicial de execução seguindo as diretrizes da nova direção da autarquia.

5.3 Principais dificuldades e mudanças previstas

Os principais problemas enfrentados na implantação e medição do sucesso da gestão estratégica são os descritos no item 2.2 deste relatório. Sendo uma instituição com uma pauta de atuação diversa e complexa, ainda enfrenta problemas relacionados a: reduzida cultura de planejamento por parte dos funcionários; incompreensão da importância da influência da cultura e do clima organizacional no desenvolvimento institucional; reduzido acompanhamento e controle da execução das ações planejadas por parte das diretorias e SR, dentre outras.

No entanto, observa-se mudanças que, a médio prazo, trarão benefícios significativos. Como exemplo podemos citar o desenvolvimento de sistemas de informação para a execução das políticas e programas gerando informações tempestivas e confiáveis, melhoria nos fluxos e ferramentas de comunicação interna e externa e capacitação das equipes.

6 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

6.1 Avaliação do Chefe da Auditoria Interna

As informações apresentadas no relatório de gestão estão pautadas por dados e informações oriundos dos sistemas de monitoramento da instituição, bem como dos sistemas federais aos quais os elementos apresentados se vinculam como exemplo os dados orçamentários. Em princípio, tais informações não apresentam contradições nem indicativos de que possam estar relacionadas a equívocos, podendo-se atestar a veracidade das informações constantes neste relatório de gestão.

Institucionalmente ainda não existe um sistema de controle interno formalizado, em que deveriam estar estabelecidas práticas sistêmicas de controle interno. Praticamente todas as ações descritas no Relatório de Gestão contam com normativos específicos que orientam e definem atribuições e incluem mecanismos de divisão de tarefas, alçadas decisórias e elementos para o seu gerenciamento. Muitas delas estão atreladas a Sistemas de Informação que na sua estrutura guardam elementos de controle.

A alta administração vem demonstrando preocupação e sensibilização à gestão dos controles internos e avaliação de riscos institucional, conforme descrito no corpo do relatório em questão. Buscou-se ao longo de 2014 aprimorar os procedimentos e as instruções operacionais e normativas, investimento em capacitações, utilização de redes de entidades com agregação de controles, bem como padronização e formalização documental das ações, com implementação de mecanismos que possibilitem sua checagem, como exemplo as ações empreendidas no âmbito do programa Crédito Instalação, com a implementação do Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação - SNCCI e a publicação de um conjunto de normas que aprimorou sua aplicação. Outro mecanismo que merece destaque em nível de controle foi a implementação do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, que representa uma moderna e eficiente ferramenta desenvolvida para subsidiar a governança fundiária do território nacional.

Como pode ser observado, os objetivos e metas institucionais estão definidas e formalizadas nos instrumentos que coordenam as ações executadas. Entretanto, esses elementos precisam ser trabalhados no nível de gestão de riscos, prática que requer uma cultura institucional.

Um importante sistema de controle da instituição está ancorado no Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais – SIR, estando grande parte das ações abrangidas e as respectivas execuções acompanhadas em relação aos objetivos institucionais. Entretanto, existe precariedade quanto ao processo de produção de informações qualificadas, de confirmação de dados, de fornecimento tempestivo, estando esse sistema voltado essencialmente para o fornecimento de dados, principalmente quanto a execução dos elementos do planejamento operacional e seus indicadores.

Uma avaliação formal quanto a qualidade e suficiência dos controles internos requer o empreendimento de estudos e trabalhos de auditoria que não puderam ser desenvolvidos ao longo do ano de 2014, devido as condições de insuficiência de pessoal lotado na Auditoria Interna. Essa condição produz um hiato no trabalho da unidade de Auditoria de orientar, provocar e estimular a instituição para que estabeleça rotinas e desenvolva um sistema de controle interno, e mesmo, permita uma avaliação mais profunda e pautada da situação dos controles internos, bem como das informações institucionais.

Está prevista para ao longo de 2015 uma ação da Auditoria Interna que consiste num estudo sobre os controles internos e a gestão de risco institucional. Também foi criado no âmbito da Autarquia um Grupo de Trabalho específico para desenvolver essa questão institucionalmente, bem como, espera-se que esse trabalho possa estar vinculado ao planejamento estratégico institucional que será desenvolvido no ano de 2015, visando a adequação ao novo PPA 2016-2019, bem como de reorientar as ações da autarquia.

6.2 Atividades de correição:

a) Base normativa aplicável:

Constituição Federal, Lei 8.112/90, Lei nº 8.429/92, Lei nº 9.784/99, Portaria CGU nº 1.043/07 e Portaria INCRA/P/ Nº 191/2009.

b) Apuração dos ilícitos administrativos cometidos por servidores:

Quadro 5 - Comissões instauradas para apuração dos ilícitos administrativos.

COMISSÕES INSTAURADAS				
ESTOQUE	AUTUADAS	JULGADAS	ESTOQUE	CUSTO
ATÉ 2013	2014	EM 2014	ATUAL (até 31-12)	ENVOLVIDO EM 2014
117	55	26 julgados 29 concluídas aguardando análise do Relatório Final pela PFE/INCRA e CONJUR/MDA	92	R\$ 1.585.270,71

Fonte: Divisão de Procedimentos Disciplinares – GABT-1

Análise das principais infrações e medidas de prevenção:

Cabe informar inicialmente que as informações ora prestadas dizem respeito a processos de apuração instaurados pela Sede, vez que as Superintendências Regionais do INCRA têm delegação de competência para apurar as denúncias, nos termos da Portaria/INCRA/P/nº 191/2009.

As principais infrações estão relacionadas a possíveis irregularidades referentes à aplicação de crédito, inclusão de dados no SNCR e emissão fraudulenta de CCIR's, Assistência Técnica – ATEs, Convênios e Contratos.

Em relação à aplicação de crédito, em 2014 foram identificados 10 (dez) processos autuados para apurar as seguintes infrações: desvios de recursos, pagamento em duplicidade, antecipação de pagamento e pagamento sem cobertura contratual. O resultado da apuração é que 6 (seis) processos concluiu-se pelo envolvimento de servidores, 2 (dois) não houve envolvimento de servidores e 2 (dois) foram totalmente anulados, tendo sido autuados novos processos de PAD, no exercício de 2015.

Como medida de prevenção, para o Crédito Instalação antigo, o Conselho Diretor do INCRA, mediante a Portaria/INCRA/P/Nº 352, de 18 junho de 2013, definiu novos procedimentos de restabelecimentos de recursos para as contas bancárias bloqueadas, tendo sido determinado às Superintendências/Unidades do INCRA, a suspensão das operações de concessão de Crédito Instalação antigo, disponibilizado às famílias Assentadas, e o recolhimento dos recursos do Crédito Instalação, depositados nas contas bancárias das Associações/Representações dos Beneficiários do PNRA.

Criou-se novo Crédito Instalação, mediante o Decreto nº 8.256, em 26 de maio de 2014, por meio do qual foram estabelecidas novas regras para a concessão do novo Crédito Instalação, nas modalidades Apoio Inicial, Fomento e Fomento Mulher, quando foi possível iniciar o pagamento de créditos aos beneficiários do PNRA, a partir de agosto de 2014.

Em relação à Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs, foi encontrado apenas um processo autuado para apurar denúncia dos serviços de ATEs. A infração identificada refere-se a apurar possível irregularidade na formalização do processo, na prestação de contas de parcelas aprovadas inadequadamente, possível irregularidade na aplicação da 3ª e última parcela e na execução dos serviços.

As principais Infrações identificadas e Medidas de Prevenção das Ações pertinentes à Estruturação Fundiária relacionam-se com denúncia de atualização cadastral irregular na inclusão

de dados no SNCR; denúncia de emissão fraudulenta de CCIRs e Inclusão de dados no SNCR com emissão de CCIR.

As medidas preventivas adotadas envolvem a decisão pelo desenvolvimento de um novo Sistema, com a introdução da Declaração Eletrônica para Imóveis Rurais e mudança da plataforma tecnológica, que automatizará a maior parte do processo do cadastro rural, hoje analógico. O novo SNCR teve seu desenvolvimento concluído pelo Serpro em dezembro de 2014 e encontra-se em fase de homologação pelo INCRA, com cronograma de capacitação dos servidores das Superintendências Regionais para fevereiro/2015 e testes massivos e implantação para março/abril de 2015. Com o novo sistema, haverá um recadastramento de todos os usuários. Na sequência, se adotará a certificação digital para acesso ao Sistema. Com o novo sistema e as medidas de segurança projetadas, almeja-se restringir as possibilidades de fraudes, ao tempo em que se conferirá maior eficiência e eficácia ao processo de auditoria.

- c) Informações sobre o cumprimento, pela instância de correção da UJ, das disposições dos art. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007, da Controladoria Geral da União – CGU:

No INCRA ainda não está implantada a Corregedoria, entretanto, no exercício ora em análise, o INCRA constituiu um Grupo de Trabalho, mediante a Portaria INCRA/P/Nº 373, de 14 de julho de 2014, complementado pela Portaria/INCRA/P/Nº 444, de 11 de agosto de 2014, que teve por objetivo fazer um diagnóstico e elaborar uma proposta de criação da Corregedoria Seccional do INCRA.

O GT, apresentou o diagnóstico e a proposta de criação da Corregedoria-Geral do INCRA. De acordo com esse trabalho a Corregedoria-Geral do INCRA será composta por 1 (uma) Unidade na Sede e 4 (quatro) unidades regionais, com a atribuição de executar, monitorar e controlar as atividades de correção.

Registre-se que a Corregedoria ainda não foi implantada porque depende de alteração da Estrutura Regimental e do Regimento Interno do INCRA, cujos atos já foram encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, mas que para tanto se faz necessário a aprovação e publicação de novo Decreto. A expectativa é que ocorra ainda no primeiro semestre do exercício de 2015.

No presente momento, a Estrutura Regimental e o Regimento Interno do INCRA dispõe da Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT.1, subordinada a Coordenação de Apoio e Procedimentos Disciplinares – GABT, vinculada a Chefia de Gabinete - GAB, os órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente, que tem como competência regimental, as seguintes atividades:

I - registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;

II – encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;

III - expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;

IV – elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;

V – controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;

VI – buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências Regionais e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;

VII – manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;

VIII – controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº 8.112/90 e

IX – outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Por força de sua competência regimental, a Chefia da GABT-1 e da GABT, por decisão da chefia de Gabinete, promoveu correição nas Superintendências Regionais a seguir elencadas: SR 02, SR 07, SR 15, SR 16, SR19, SR 27 e SR 29.

Ainda como medida preventiva, foram realizados 03 (três) treinamentos internos realizados nas dependências das Superintendências Regionais do INCRA nos Estados de Pernambuco, Pará e nas dependências da FUNAI em Cuiabá, capacitando-os com conhecimentos específicos e práticos, necessários a posterior participação em Processo Administrativo Disciplinar, cuja competência é do Superintendente Regional, nos termos do Art. 132, inciso XIV, do Regimento Interno do INCRA e Art. 5º da Portaria INCRA/P/Nº 191, de 30 de junho de 2009, publicada no DOU de 1º de julho de 2009.

Foram 58 (cinquenta e oito) servidores treinados, pelo INCRA, além de outros que participaram de capacitação promovidos pela Controladoria Geral da União – CGU, nos termos do Memorando nº 14/GAB - Circular, de 20 de agosto de 2014.

6.3 Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos

De forma geral entende-se que existe no ambiente dessa Autarquia a percepção de que os mecanismos de controle interno contribuem para o atingimento dos objetivos institucionais e são essenciais na prevenção da ocorrência de impropriedades e irregularidades.

A fim de alcançar uma comunicação interna adequada, o INCRA utiliza vários instrumentos tais como: i) mídia eletrônica: portal do INCRA, intranet, e-mails, fóruns, clipping eletrônico e portal wiki do INCRA, o qual consiste de um sistema de desenvolvimento colaborativo de documentos oficiais do órgão; ii) eventos: que engloba a realização de palestras, seminários, workshops e encontros de forma geral.

A utilização dos canais citados busca assegurar o correto direcionamento das ações, ao manter os servidores informados sobre as diretrizes e mudanças na estrutura organizacional, além de estimular o cumprimento das metas, o desenvolvimento pessoal e a interação com outras áreas do órgão.

As informações são, na maior parte das vezes, devidamente identificadas e documentadas, havendo significativa divulgação. No entanto, a qualidade e suficiência da informação disponível nem sempre atende às necessidades dos gestores, e, algumas vezes, não é gerada de forma tempestiva. Assim, a fim de aprimorar o fluxo de informação e comunicação, estão em andamento algumas ações, a exemplo do painel dos assentamentos da reforma Agrária, nova INCRANET e novo portal do INCRA

Cabe ressaltar que o INCRA frequentemente publica regras tais como normas de execução e manuais, a fim de normatizar e instrumentalizar os procedimentos operacionais. A importância da formalização é reconhecida dentro do órgão não só por garantir que os produtos estejam de acordo com os padrões estabelecidos, mas também por permitir dirigir esforços no desenvolvimento de novos processos. Além disso, no próprio processo de elaboração das normas é dada a oportunidade a funcionários e dirigentes de se envolverem em discussões que ajudam a orientar e, por vezes, reavaliar, as linhas de ação do INCRA.

A participação dos servidores nos processos de elaboração normativa é assegurada por meio da constituição de fóruns coletivos de discussão, notadamente grupos de trabalho e comissões, mas também em diversas reuniões de trabalho.

Ainda, considerando a edição das normas de execução, há a percepção de que as competências, definição de funções e de responsabilidades está, na maior parte das vezes, definida de forma clara e objetiva. Ademais, é mecanismo recorrente a formalização de ações, demandas, procedimentos e instruções procedimentais em meios oficiais de comunicação institucional, a fim de garantir um grau de segurança adequado.

Por fim, no que tange ao ambiente de controle, pode-se afirmar que não há dúvida por parte dos gestores do INCRA de que os controles internos contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Autarquia. Sobre isso, é possível identificar o avanço em algumas práticas e em instrumentos de execução e acompanhamento da política. Um exemplo foi a criação do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito de Instalação, com vistas a operacionalizar o processo de concessão dos créditos. O Sistema já possui várias funcionalidades concluídas e, além de permitir uma operacionalização mais adequada, tem auxiliado o processo de acompanhamento da política pelos gestores do INCRA.

No que tange à avaliação de risco, os objetivos e metas do INCRA estão devidamente formalizados e seu atingimento é objeto de constante monitoramento e avaliação no âmbito do Sistema de Informações Rurais - SIR. Alguns avanços podem ser apontados como a customização da ferramenta de Gestão Estratégica - Geplanes, que é um software público cujas funções se aplicam desde a fase do planejamento até o monitoramento do desempenho da execução das metas. A implantação do sistema irá otimizar a análise de fatores críticos, bem como a avaliação dos resultados apurados por meio de indicadores de desempenho. A implantação do sistema na área de planejamento está prevista para 2015, sendo que o desenvolvimento das ferramentas de monitoramento encontra-se em sua fase inicial.

Cabe lembrar que o INCRA possui um robusto sistema de indicadores de desempenho, que são constantemente acompanhados, de forma a possibilitar a avaliação dos resultados e auxiliar a gestão no que se refere à correção de rumos. O monitoramento efetuado é na maioria das vezes, capaz de assegurar a aderência das atividades executadas pelo INCRA às diretrizes, planos, normas e procedimentos do órgão.

Considera-se que não só é necessário ao INCRA avançar em relação à construção de um mapeamento de processos, mas é preciso conjugar tal mapeamento com um mapeamento de riscos. Nesse sentido, está em tramitação interna a proposta de constituição de um Grupo de Trabalho para Avaliação de Riscos, o qual deverá ao longo de 2015 elaborar a política de gestão de riscos da Autarquia.

Em relação à ocorrência de desvios ou fraudes, é prática desta Autarquia instaurar sindicâncias para apuração de responsabilidades, embora ainda seja possível aperfeiçoar os mecanismos de execução e controle das atividades de correção. Para tanto, foi criado em 2014 um Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar diagnóstico e a elaborar da proposta de criação da Corregedoria Seccional do INCRA. A expectativa deste órgão é de discutir e implementar a proposta em 2015.

Em complemento às informações acima prestadas, segue no Anexo IX deste Relatório a tabela de Avaliação do sistema de controles internos da UJ. Os itens constantes nessa tabela serviram de inspiração para a análise do Gestor.

6.4 Balanço recomendações do plano permanente de providências da CGU

O Plano Permanente de Providências da CGU que está descrito no Anexo XIII da Parte C deste Relatório de Gestão apresenta a última posição dos gestores no exercício de 2014. Mencionado Plano durante todo período foi monitorado e acompanhado pela a Auditoria Interna e a Controladoria-Geral da União- CGU. As recomendações ainda não atendidas continuarão sendo trabalhadas pelos gestores no exercício de 2015, afim de atendimento do pleito da CGU.

7 PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS

Tabela 15 - Finanças do INCRA em milhares (R\$) - Principais receitas

RECEITAS	2013	2014	2015 (*)
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	1.690.310,63	28.474,44	0,00
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	919.811,35	1.013.265,27	1.022.315.341,00
CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL	232.306,93	259.482,22	249.663.977,00
ALIENAÇÃO IMÓVEIS RURAL	33.272,35	27.416,28	32.466.563,00
RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	18.995,63	20.121,57	0,00
OUTRAS RESTITUIÇÕES	7.604,52	3.629,88	1.537.396,00
TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	4.453,99	7.937,36	4.813.845,00
OUTRAS RECEITAS	9.974,61	11.848,72	1.466.014,00
TOTAIS	2.916.730,02	1.372.175,74	1.312.263.136,00

(*) Receita prevista não incluso TDA – R\$ 576.000.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial (2013/2014) e Tesouro Gerencial(2015)

Figura 11 - Gráfico de Demonstração das Receitas do INCRA em 2014.



Fonte: SIAFI Gerencial

As principais receitas da Autarquia são oriundas da arrecadação previdenciária (terceiros), que correspondem a 74% do total em 2015 e a 77% do total em 2015, seguidas da contribuição rural industrial (19% em 2014 e 2015). Em 2013, excepcionalmente houve a recuperação de despesas de exercícios anteriores no montante de R\$ 1.690.310,63, que se refere ao valor dos créditos instalação não utilizados até a data do recolhimento, por força da Portaria INCRA/P nº 352/2013.

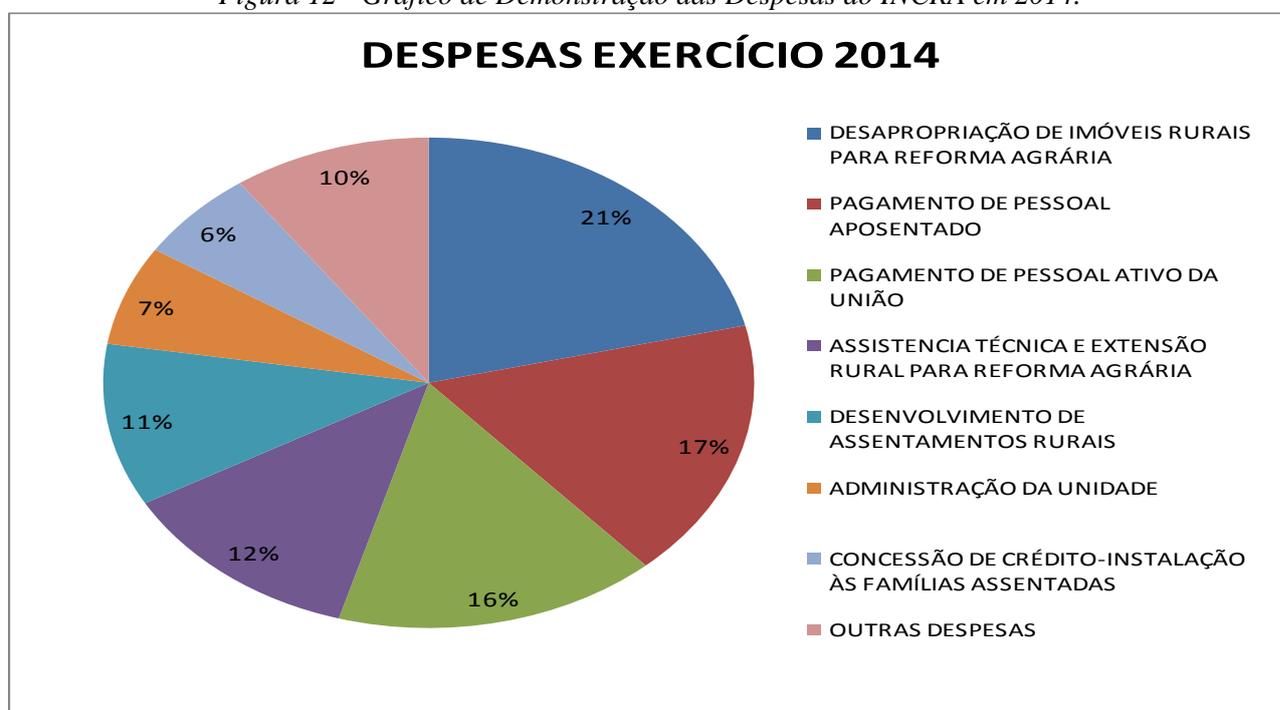
Tabela 16 - Finanças do INCRA em milhares (R\$) - Principais despesas

DESPESAS	2013	2014	2015
DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRÁRIA	514.862,36	569.209,48	800.000.000,00
PAGAMENTO DE PESSOAL APOSENTADO	413.592,02	459.117,40	474.350.000,00
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	402.514,60	430.636,27	431.985.816,00
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL P/ REFORMA AGRÁRIA	242.439,26	331.512,96	355.367.085,00
DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	317.724,66	287.171,95	281.934.900,00
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	150.420,05	176.265,45	116.000.000,00
CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS	12.704,60	161.292,20	946.000.000,00
OUTRAS DESPESAS (*)	246.373,85	263.926,57	1.408.664.225,00
TOTAIS	2.300.631,41	2.679.132,28	4.814.302.026,00

(*)Despesa prevista em 2015 incluso precatórios – R\$ 1.076.152.565,00

Fonte: SIAFI Gerencial (2013/2014) e Tesouro Gerencial(2015)

Figura 12 - Gráfico de Demonstração das Despesas do INCRA em 2014.



Fonte: SIAFI Gerencial

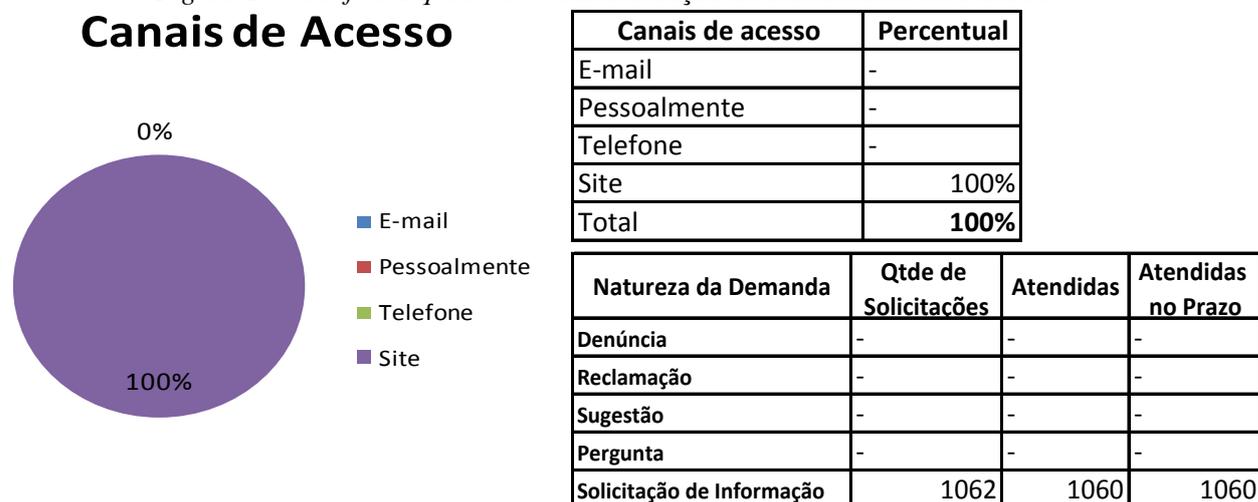
Os principais gastos da Autarquia (despesas empenhadas) foram relativos a pessoal e encargos (40% em 2013 e 38% em 2014). A estimativa para 2015, que os gastos com pessoal ativo e inativo cheguem a 24% do total (deduzindo-se o valor dos precatórios). Os demais gastos significativos são com a desapropriação (10% em 2013, 12% em 2014 e 17% previsto para 2015, descontado do total o valor do precatório).

O montante previsto para Assistência Técnica em 2015 teve ligeira elevação em relação à 2014. Por outro lado o montante previsto para Concessão do Crédito Instalação em 2015 teve alta significativa, decorrente da previsão devolução parcial dos créditos recolhidos em 2013 por força da Portaria INCRA/P nº 352/2013.

8 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

8.1 Canais de acesso do cidadão e informações gerenciais/estatísticas sobre o atendimento

Figura 13 - Gráfico e quadros de demonstração do atendimento ao cidadão



Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

O principal canal de informação ao cidadão é o Sistema de Informação ao Cidadão. Em consulta realizada no sistema e-SIC, foi identificado que em 2014 foram feitos 1062 pedidos de informação a esta Autarquia. Desses, 1060 foram respondidos no prazo e apenas 2 tramitam fora do prazo.

Cabe esclarecer que o relatório disponível no sistema SIC não categoriza os tipos de pedido de informação por naturezas de demanda, conforme quadro acima. Contudo, é possível informar os Temas das solicitações, meios de envio de respostas, além do perfil e localização dos solicitantes conforme quadros abaixo:

Figura 14 - Demonstração dos atendimentos realizados no e-SIC

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura familiar	456	42,94%
Agricultura, extrativismo e pesca - Organização agrária	360	33,90%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura de subsistência	110	10,36%
Agricultura, extrativismo e pesca - Política agrícola	59	5,56%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão,	31	2,92%
Trabalho - Profissões e ocupações	15	1,41%
Educação - Educação do campo	10	0,94%
Governo e Política - Administração pública	6	0,56%
Ciência, Informação e Comunicação - Comunicação	3	0,28%
Educação - Educação superior	1	0,09%

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	1006	94,73%
Correspondência eletrônica (e-mail)	30	2,82%
Buscar/Consultar pessoalmente	17	1,60%
Correspondência física (com custo)	9	0,85%

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	817	95,67%
Pessoa Jurídica	37	4,33%

Gênero	
M	67,56%
F	27,42%
Não Informado	5,02%

Escolaridade	
Ensino Superior	40,27%
Ensino Médio	23,01%
Pós-graduação	16,28%
Ensino Fundamental	6,61%
Não Informado	6,36%
Mestrado/Doutorado	5,26%
Sem instrução formal	2,20%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AC	4	0,49%	4
AL	6	0,73%	6
AM	16	1,96%	37
AP	6	0,73%	8
BA	41	5,02%	47
CE	17	2,08%	20
DF	44	5,39%	69
ES	8	0,98%	8
GO	40	4,90%	50
MA	10	1,22%	14
MG	86	10,53%	101
MS	19	2,33%	22
MT	29	3,55%	31
PA	28	3,43%	32
PB	10	1,22%	15
PE	11	1,35%	13
PI	12	1,47%	17
PR	46	5,63%	58
RJ	50	6,12%	59
RN	8	0,98%	15
RO	13	1,59%	15
RR	1	0,12%	1
RS	36	4,41%	46
SC	26	3,18%	32
SE	7	0,86%	8
SP	227	27,78%	269
TO	19	2,33%	27
Não Informado	34	4,16%	38

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Data da consulta: 15/04/2015

No que se refere aos serviços disponibilizados pelo INCRA, em abril de 2014 a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.).

São dois tipos básicos de Sala da Cidadania: a Sala da Cidadania Digital e a Sala da Cidadania Física. As Salas da Cidadania físicas localizam-se nas superintendências regionais do INCRA e nas prefeituras e entidades da sociedade civil parceiras. Já a Sala da Cidadania Digital está disponível em <http://saladacidadania.incra.gov.br/>

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

É objetivo deste INCRA expandir gradativamente a oferta de serviços na plataforma da Sala da Cidadania, tais como os serviços de Liquidação e Renegociação do Crédito Instalação e de Certidão de Integrante da Unidade Familiar.

Do Sistema de Sala da Cidadania Digital, extraímos as seguintes informações:

Quadro 6 - Serviços da Sala da Cidadania em 2014.

Serviço	Demanda	Qtd Atendida	Prazo médio de Atendimento
Dívidas Liquidadas	23554	23554	Imediato
Dívidas Renegociadas	12330	12330	Imediato
Atualização cadastral	84065	84065	Imediato
Declaração de aptidão ao Pronaf	747	747	Imediato
Certidão de Beneficiário (para o INSS)	3826	3826	Imediato

Fonte: Sistema Sala da Cidadania. Extração Especial 06/03/2015, demanda nº 3553.

Dos serviços prestados, destacamos o serviço de atualização cadastral, que se destina a atualizar o cadastro dos beneficiários da Reforma Agrária no SIPRA, onde tivemos **84.065** atualizações realizadas.

Os serviços de renegociação e liquidação das dívidas rurais que estão disponíveis na Sala da Cidadania, destinam-se aos beneficiários da Reforma Agrária que realizaram operações financeiras junto ao Banco do Brasil e encontram-se inadimplentes.

A adesão à renegociação chegou a **12.330** operações e **23.554** beneficiários liquidaram dívidas do PRONAF junto ao Banco do Brasil.

8.2 Carta de Serviço ao Cidadão

Por meio da Carta de Serviços ao Cidadão, o INCRA objetiva orientar e informar a sociedade sobre os serviços prestados pela instituição, as formas de acessá-los e avaliá-los. Trata-se de uma declaração do compromisso assumido pelo INCRA de prestar serviços com altos padrões de qualidade e eficiência, esclarecendo sobre os canais apropriados para que as demandas do cidadão possam ser adequadamente encaminhadas, analisadas e respondidas.

As informações desta carta buscam possibilitar plena transparência sobre as atividades e serviços prestados pelo INCRA, além de servir como base para que a sociedade acompanhe e fiscalize sua atuação e, por meio de avaliação, ajude-a a melhorar continuamente. A Carta de Serviço do INCRA é digital e está disponibilizada virtualmente pelo site do INCRA: www.incra.gov.br.

No conteúdo da carta existem itens como respostas às perguntas frequentes, descrição da estrutura hierárquica com detalhamento dos setores e os serviços prestados pelo órgão, sendo os mesmos descritos no Anexo X da Parte C deste RG. Todos os serviços informados na carta têm, além da descrição do serviço, os requisitos para acesso, as etapas do serviço, os prazos e os endereços/telefones de contato.

Ainda sobre o Anexo citado acima, podemos destacar o serviço de emissão de CCIR que teve no ano de 2014 3.227.673 atendimentos on-line e a Recepção de Declaração para Cadastro de Imóvel Rural (DP) que atendeu 327.693 solicitações presenciais nas Superintendências Regionais, Unidades Avançadas do INCRA e Unidades Municipais de Cadastramento – UMC. Em um contexto geral, todos os serviços da Carta são atendidos em prazo razoável e com ótima qualidade, segundo avaliação constante no referido anexo.

8.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Mecanismos utilizados:

O INCRA dispõe de canais de comunicação com seus públicos, tais como: mídias sociais (facebook, twitter), Serviço de Informação ao Cidadão, este, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, no entanto, ainda não afere a satisfação do cidadão em relação aos produtos e serviços sob sua responsabilidade.

Demonstração e análise dos resultados identificados:

O INCRA ainda não realizou nenhuma pesquisa de opinião para aferir a satisfação dos públicos que atendem, já que, somente em espaço recente implementou sistema que aproxima e facilita os serviços que presta aos seus públicos, a exemplo do Sigef (Sistema Automatizado de Gestão Fundiária) e a Sala da Cidadania, ambiente digital que atende tanto o público da reforma agrária quanto os proprietários de imóveis rurais. A ideia é promover pesquisas a partir deste ano de 2015.

8.4 Acesso às informações do INCRA

Quadro 7 - Acesso às informações do INCRA

Endereço eletrônico	Relatório	Periodicidade de atualização
Não publicado	Mapa Estratégico	-
Incranet/ (não divulgado para público externo)	Planejamento Estratégico (Plano de Metas)	Anual (com incidência de revisões durante o exercício)
Não publicado	Relatórios de Evolução dos Objetivos Estratégicos	-
Incranet/ (não divulgado para público externo)	Indicadores de Desempenho utilizados na Gestão	Quadrimestral
Não publicado	Balanços Financeiros e Orçamentários	
http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao	Relatórios de Gestão	Anual
http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/relatorios/processos-de-contas-anuais	Relatório de Auditoria de Gestão	Anual
http://www.incra.gov.br/estrutura_do_incra	Estrutura Organizacional	Sempre que há demanda
http://www.incra.gov.br/sites/default/files/regimento_interno_incra.pdf	Regimentos Internos	Sempre que há alteração

Fonte: Assessoria de Comunicação Social - INCRA

8.5 Avaliação de desempenho da Unidade Jurisdicionada

Carta de Serviços ao Cidadão disponível ao público, no entanto, no exercício em questão a Autarquia não realizou pesquisa de satisfação.

PARTE B – INFORMAÇÕES SOBRE OS ITENS DE 9 A 16 REF 6 A 13 DN

9 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

9.1 Demonstração da execução das despesas

Figura 15 - Demonstração da execução financeira

Projeto/Atividade	Plano Orçamentário	Item de Informação	Dotação		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc	Desp Executada por Insc. em RP Proc
			Dotação Inicial	Dotação Atualizada					
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TR	492012188460901000500001	531.672.215,00	394.902.635,00	394.747.145,71	252.257.423,28	252.257.423,28	142.489.722,43	0,00
00G5	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTAR	4920128846090100G50000	3.390.315,00	3.390.315,00	3.024.730,00	2.186.685,42	2.186.685,42	838.044,68	0,00
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTE:	4920121331212000M10000	945.936,00	945.936,00	833.981,39	785.551,01	785.551,01	48.430,38	0,00
00M4	REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	4920121331212000M10001		945.936,00	2.591.560,00	248.565,31		2.342.994,69	
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENS	4920109272008901810000	411.476.495,00	459.117.404,00	459.117.404,00	454.491.818,33	454.416.620,58	4.625.585,67	75.197,75
0427	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALCAO AS	7420321631206604270000	946.000.000,00	946.000.000,00	161.292.200,00	21.559.200,00	21.559.200,00	139.733.000,00	0,00
0536	PENSOES DECORRENTES DE LEGISLACAO	4920109274090905360001	416.000,00	416.000,00	416.000,00	398.880,78	398.880,78	17.119,22	0,00
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTAR	4920121122212009HB0000	78.666.470,00	83.666.470,00	83.666.470,00	80.753.069,90	80.753.069,90	2.913.400,10	0,00
0200	RESERVA DE CONTINGENCIA - FINANCEIRA	4920199999999902000000	39.120.976,00	39.120.976,00					
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	221012012221052000000A							
		4910121122212020000001			316.378,15	181.250,62	181.250,62	135.127,53	0,00
		4910121122212020000003			3.959.914,69	1.846.102,30	1.288.750,19	2.113.812,39	557.352,11
		4920121122212020000000			499.997,10	499.997,10	499.997,10		0,00
		4920121122212020000001			177.667,00	177.667,00	177.667,00	65.005,12	
		4920121122212020000002			2.500.000,00	2.500.000,00	2.044.212,13	1.782.908,63	261.303,50
		4920121122212020000003			46.412.398,00	46.412.398,00	44.053.822,84	28.676.348,51	15.377.474,33
		4920121122212020000000			116.709.935,00	126.109.935,00	125.672.952,68	111.109.579,80	14.563.372,88
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A	4920121301212020040001	18.478.524,00	18.078.524,00	18.078.524,00	17.555.787,71	17.555.787,71	522.736,29	0,00
		4920121301212020040002	1.443.024,00	443.024,00	200.000,00			200.000,00	
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDE	4920121331212020100000			573.972,00				
		4920121331212020100001			4.320.000,00	573.972,00	547.734,77	26.237,23	0,00
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES C	4920121331212020110000			4.320.000,00	4.220.000,00	4.085.148,61	134.851,39	0,00
		4920121331212020110001			25.800.000,00	24.800.000,00	24.322.130,86	477.869,14	0,00
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES C	4920121331212020120000			4.320.000,00	4.320.000,00	4.085.148,61	134.851,39	0,00
		4920121331212020120001			24.800.000,00	24.800.000,00	24.322.130,86	477.869,14	0,00
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	4920121122212020TP00000	395.636.273,00	430.636.273,00	430.636.273,00	419.126.389,51	419.106.504,75	11.509.893,49	19.884,76
2105	GERENCIAMENTO E FISCALIZACAO DO CAD	492012112221202021050000	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	1.471.633,76	1.427.256,87	359.192,53	44.376,89
210R	ASSISTENCIA SOCIAL E PACIFICACAO NO C	4920121122212020210R0001	2.700.000,00	1.560.000,00	1.106.627,77	108.662,77	106.247,11	1.400,00	2.415,66
		4910121422212020210R0002			1.035.657,08	1.002.876,16	995.443,56	32.780,92	4.732,60
		4910121422212020210R0003			940.464,93	919.006,59	919.006,59	13.666,34	7.792,00
		4910121422212020210R0005			466.190,14	459.846,96	455.660,36	6.343,18	4.186,60
210S	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	49201216062012210S0000	750.000,00	750.000,00	400.000,00			400.000,00	
		49201216062012210S0001			3.000.000,00	2.900.000,00	1.815.337,95	861.275,67	843.822,24
		49201216062012210S0002			148.400.000,00	198.400.000,00	178.025.497,36	29.156.569,56	140.936.059,78
		49201216062012210S0003			123.400.000,00	112.961.428,00	111.616.454,20	45.088.156,48	37.786.241,48
		49201216062012210S0004			81.200.000,00	80.000.000,00	79.780.955,35	16.254.145,08	63.526.810,27
210T	PROMOCOA DA EDUCACAO NO CAMPO	49201213632066210T0000	500.000,00	500.000,00					
		49201213632066210T0001			10.000.000,00	14.000.000,00	12.567.374,85	8.673.638,96	3.881.034,69
		49201213632066210T0002			7.000.000,00	5.000.000,00	4.913.876,74	1.704.808,98	3.209.067,76
		49201213632066210T0003			13.000.000,00	15.000.000,00	12.993.436,05	8.331.606,13	7.571.023,22
210U	ORGANIZACAO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	49201211272066210U0000	300.000,00						
		49201211272066210U0009			7.681.288,00	3.850.667,29	711.593,39	707.636,48	3.139.073,90
		49201211272066210U000A			6.000.000,00	5.469.630,00	4.492.607,32	2.350.239,05	1.835.525,11
		49201211272066210U000B			1.000.000,00	442.148,00	178.842,01	141.255,59	37.686,42
		49201211272066210U000C			13.000.000,00	10.857.852,00	10.857.851,37	8.874.870,78	7.020.323,08
210V	PROMOCOA E FORTALECIMENTO DA AGRIC	49101216062012210V0007			484.723,10			484.723,10	
210W	APOIO A ORGANIZACAO ECONOMICA E PRC	49101216062012210W0004			3.828.308,29	3.516.120,17	3.412.763,82	312.189,12	103.356,35
210Y	APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAV	49101216062012210Y0002			72.700,00				
210Z	RECONHECIMENTO E INDENIZACAO DE TEF	49201216312034210Z0003	25.000.000,00	25.000.000,00	24.850.500,21	13.257.029,31	13.257.029,31	11.593.470,90	
211A	DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS I	49201216312066211A0000	5.500.000,00	5.400.000,00	5.081.056,64	3.437.511,56	3.293.126,53	1.643.545,08	144.385,03
		49201216312066211A0001	19.586.000,00	20.286.000,00	17.133.149,20	1.185.704,75	1.185.704,75	15.947.444,45	
		49201216312066211A0002	6.000.000,00	4.500.000,00	4.307.766,53	4.143.212,46	4.101.137,03	164.554,07	42.075,43
		49201216312066211A0003	7.500.000,00	6.306.722,00	4.847.004,79	1.743.428,00	1.527.866,36	3.103.576,49	115.561,94
		49201216312066211A0004	7.000.000,00	17.110.508,10	17.110.508,10	4.766.851,99	4.114.198,92	12.343.656,11	652.653,07
		49201216312066211A0005	3.000.000,00	2.600.000,00	1.655.058,80	1.492.313,82	1.455.396,00	1.623.744,98	36.917,82
		49201216312066211A0006	6.000.000,00	4.493.279,00	2.669.656,82	576.413,42	572.973,71	2.094.243,40	3.439,71
		49201216312066211A0007	7.800.000,00	4.500.000,00	4.172.544,25	3.872.293,80	3.768.561,34	300.254,45	103.732,46
		49201216312066211A0008	16.000.000,00	7.900.000,00	7.278.063,85	6.397.488,85	6.183.471,03	88.292.563,78	214.017,82
		49201216312066211A0009	201.300.000,00	224.627.653,00	221.208.696,63	57.698.699,20	34.804.147,82	163.509.997,43	22.894.551,38
		49201216312066211A000A	9.500.000,00	6.900.000,00	5.257.720,81	2.850.381,90	2.316.105,55	2.407.338,91	534.276,35
		49201216312066211A000B	4.400.000,00	3.900.000,00	3.655.383,59	3.374.388,47	3.335.769,25	280.995,12	38.619,22
211B	DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS RURAIS PAI	49201216312066211B0001	150.000.000,00	294.437.289,00	294.437.144,91	294.111.068,81	294.111.068,81	326.076,10	0,00
		49201216312066211B0002	570.500.000,00	411.786.637,00	266.772.331,55	92.316.281,00	88.292.563,78	174.456.050,55	4.024.017,22
		49201216312066211B0003			10.000.000,00	8.000.000,00	7.614.214,76	385.785,24	0,00
211C	REGULARIZACAO DA ESTRUTURA FUNDIAR	49201211272066211C0003	75.700.000,00	75.700.000,00	48.179.601,66	4.210.718,81	3.516.569,74	43.968.882,85	694.149,07
		49201211272066211C0004	7.125.926,00	2.000.000,00	954.752,05	940.374,86	940.374,86	14.377,19	0,00
212B	OUTROS BENEFICIOS AOS SERVIDORES CI	49201213312120212B0009			44.612,53	44.612,53	44.612,53		0,00
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	4920121131212046410000	2.000.000,00	2.000.000,00					
6440	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL F	6710111442220346400002							
Total:			4.171.402.126,00	4.170.173.455,00	3.129.634.749,03	2.064.250.130,27	1.998.385.125,02	1.065.384.618,76	65.865.005,25

9.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 8 - Demonstração das despesas com publicidade e propaganda

Plano Orçamentário		Originário do OGU	Crédito Bloqueado Controle Interno	Limite Decreto	DESTAQUE CONCEDIDO
4920121131212046410000	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	2.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total:		2.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Fonte: Sistema SIAFI 2014

O valor de R\$ 1.000.000,00 refere-se a destaque orçamentário em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma vez que esta Autarquia não possui contrato de publicidade e propaganda.

9.3 Demonstração de passivos reconhecidos

Quadro 9 - Demonstração de passivos reconhecidos

Reconhecimento de Passivos			
Documento SIAFI	Natureza da Despesa	Favorecido	Valor
2014NL000541	3.3.3.90.93.14	34241620191	338,90
Total			338,90

Fonte: sistema SIAFI 2014

No exercício de 2014, houve reconhecimento de despesa referente ao ressarcimento de passagem aérea, considerando saldo na conta contábil 52.331.18.00 – Obrigações por insuficiência cred/recursos.

9.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 10 - Demonstração de Restos a Pagar

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014 (R\$)	Pagamento (R\$)	Cancelamento (R\$)	Saldo a pagar 31/12/2014 (R\$)
2014	336.006.578,03	189.343.700,09	12.954.303,32	133.708.574,62
Reins. Exerc. Anteriores	14.957.818,91	1.198.904,51	10.017.113,69	3.741.800,71
Total	350.964.396,94	190.542.604,60	22.971.417,01	137.450.375,33

Fonte: sistema SIAFI 2014

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014 (R\$)	Pagamento (R\$)	Cancelamento (R\$)	Saldo a pagar 31/12/2014 (R\$)
2014	3.201.376,02	3.201.376,02	0	0
Reins. Exerc. Anteriores	4.864.803,43	4.745.888,17	101.319,47	17.595,79
Total	8.066.179,45	7.947.264,19	101.319,47	17.595,79

Fonte: sistema SIAFI 2014

Este quadro refere-se à gestão financeira de restos a pagar executados na Unidade Gestora/Gestão 373083/37201 – INCRA Sede.

9.5 Transferências de recursos

Na UG 373083/INCRA_Sede há registros de 02 (dois) convênios no sistema Siconv:

1) **742522/2010** convênio firmado com a ASSOCENE – Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste com vigência de 01/7/2010 a 08/12/2014 – na situação de “aguardando prestação de contas”, valor global R\$ 820.954,00, contrapartida em bens e serviço de R\$ 82.800,00.

Repassado pelo INCRA o valor de R\$ 738.154,00 em exercícios anteriores.

2) **781425/2012** convênio firmado com a SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário (Governo do Estado do Ceará) com vigência de 28/12/2012 a 13/03/2015 – na situação “em execução”, valor global R\$ 15.148.630,00, contrapartida de R\$ 152.000,00.

Repassado pelo INCRA o valor R\$ 4.745.888,17 em 27/12/2013. No exercício de 2014 não houve repasse para esse convênio.

Na UG 373001/INCRA_sede são registrados os Termos de Execução Descentralizada – TED. Em consulta realizada no sistema Siafi dia 03/02/15, identificamos as notas de movimentações de crédito – NC que constam as informações dos termos demonstrados na tabela anexa.

Tabela 17 - Termo de Execução Descentralizada

Qt	Número NC	Data Emissão	UG	Gestão	Título	Transf.	Observação	Valor1	Valor2	Valor3	Valor4	Valor5	Valor6	Valor7
1	000955	13-2-2014	49000 2	00001	TESOURO	0	IMPRESSAO DE 4MIL FOLDERS EM APOIO AO PROCESSO DE DESINTRUSAO DA TERRA INDIGENA AWA-GUAJA.	3.663,79						
2	001213	27-2-2014	15311 5	15236	UFRJ	0	APOSTILAR O TERMO DE COOPERAÇÃO CONSTANTE NO PROCES SO: 54180.000594/2010-97, FL. 550, PRONERA - CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.	271.200,00	25.800,00					

3	001718	24-3-2014	15305 2	15226	UFGO	0	APOSTILAMENTO CONFORME O TERMO DE COOPERAÇÃO CONSTANTE NO PROCESSO: 54150.002965/2011-11, FIRMADO ENTRE O INCRA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.	38.940,00	720.480,00	410.117,56	135.216,20	22.974,00	22.205,20	2.400,00
4	001962	01-4-2014	15404 1	15258	FUMA	0	DESTAQUE ORÇAMENTARI UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, REFERENTE AO PROCESSO: 54230.004991/2007-08.	21.594,00	300,00	18.000,00	415.574,00	3.600,00		
5	002384	17-4-2014	15812 4	26407	IF GOIANO	0	IF-GOIANO, PROCESSO 54150.000814 /2014-63, CONFORME AUTORIZAÇÃO A FL. 73 DO PROCESSO.	134.625,00						
6	002387	22-4-2014	15310 3	15234	UFRN	0	54330.001035/2012-03, VISANDO A EXECU ÇÃO DO CURSO DE GRADUÇÃO TECNOLÓGICA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS.	9.558,00	44.160,00	2.476,11	29.790,00	122.130,00	61.560,00	1.728,00
7	002680	30-4-2014	15404 1	15258	FUMA	0	PROCESSO: 54000.001227/2012-43.	36.910,40	5.964.720,8 2					
8	002686	02-5-2014	15404 1	15258	FUMA	67894 1	PROCESSO: 54000.001227/2012-43.	36.910,40	5.964.720,8 2					
9	002753	06-5-2014	15812 8	26408	IF DO MARANHAO	67897 3	PRONERA, REF. PROCESSO: 54230.002755/2011-25	11.583,91	3.000,00	1.036,50	212.115,00	19.373,00	52.555,00	25.443,0 0

10	002759	06-5-2014	15316 3	15237	UFSC	67897 4	POROCES- SO: 54000.001131/2012-85	5.616,80	263.737,32	6.398.342,2 5				
11	002774	06-5-2014	49000 2	00001	TESOURO	0	ASCOM/MDA, MATERIAL GRÁFICO EM APOIO À IMPLANTAÇÃO DA SALA DA CIDADANIA,	48.175,00						
12	002934	12-5-2014	49000 2	00001	TESOURO	0	ASCOM/MDA, VISANDO DESPESAS COM PUBLICIDADE DO TERRA LEGAL.	150.000,00						
13	003057	15-5-2014	15404 0	15257	FUB	67913 6	PROCESSO: 54000.000386/2012-85.	115.200,00	399.969,80	635.200,00	8.558.020,0 0			
14	003179	19-5-2014	15404 0	15257	FUB	67923 2	PRONERA, REF. PROC/54700.00 2589/2011-83.	17.346,00	7.800,00	23.559,43	68.483,81	78.660,00	80.466,77	15.912,0 0
15	003259	22-5-2014	36410 2	36201	CNPQ	67922 5	APOSTILAMENTO REFERENTE PROCESSO: 54000.000792/2012-93.	7.728.900,0 0	5.749.081,9 0					
16	003577	30-5-2014	15316 4	15238	UFSM	67956 4	APOSTILAMENTO, 54220.002986/2011-54.	236.188,80	30.000,00	1.156.918,0 4				
17	003782	11-6-2014	15304 5	15224	UFCE	67976 7	PRONERA, REFERENTE PROCESSO: 54130.000827/2013-90	6.000,00	24.900,00	253.170,00				
18	003784	11-6-2014	15316 4	15238	UFSM	67976 9	PRONERA 54000.001009/2013-90,	1.500,00	75.360,00	155.561,98				
19	003825	12-6-2014	15404 1	15258	FUMA	67979 3	PRONERA, PROCESSO: 54230.001941/2008-41.	25.842,00	1.056,78	2.700,00	5.600,00	524.692,28	1.120,00	
20	003833	13-6-2014	49000 2	00001	TESOURO	0	IMPRESSÃO DE MATERIAL DE APOIO DE EVENTOS, À SALA DA CIDADANIA DIGITAL E	8.095,56						

21	004036	01-7-2014	15404 9	15266	FUF/SAO CARLOS- SP	67992 9	APOSTILAMENTO PRONERA, 54190.005416/2012- 03,	330.000,00							
22	004382	17-7-2014	15812 8	26408	IF DO MARANHAO	68017 5	54230.002756/2011-70,	281.565,99	83.858,00	129.830,00	74.812,55	425.617,50	16.936,75		
23	004518	21-7-2014	11360 1	11302	IPEA	68023 4	54000.001117/2011- 09.	416.280,00	63.000,00						
24	004927	04-8-2014	15304 5	15224	UFCE	68036 0	54130.004077/2008-68.	60.000,00	57.494,50	221.769,50					
25	005261	15-8-2014	15316 4	15238	UFSM	68047 7	54210000613	32.709,60	1.600,00	19.800,00	157.361,40	46.561,58			
26	005587	25-8-2014	49000 2	00001	TESOURO	0	PUBLICIDADE	1.000.000,0 0							
27	005756	01-9-2014	17000 9	00001	TESOURO	0	CURSO DE MES TADO EM POLITICAS E DESENVOLVIMENTO, 54000.00420/2014-29	10.000,00							
28	005760	02-9-2014	17000 9	00001	TESOURO	68072 1	CURSO DE MESTRADO EM POLITICAS PUBLICAS E DESENVOLVI MENTO, 54000.000420/2014-29,	10.000,00							
29	006009	10-9-2014	36410 2	36201	CNPQ	0	APOIAR PROJETOS DE RESIDENCIA JOVEM, 54.000.0007592014-15.	1.875.000,0 0	3.753.000,0 0						
30	006098	11-9-2014	15316 3	15237	UFSC	68081 7	54000.001092/2011- 55	1.604,80	109.692,00	185.593,44	2.343.186,6 9				
31	006250	17-9-2014	15310 3	15234	UFRN	68086 4	54330.001313/2013-03.	354,00	14.920,00	1.250,00	28.254,00	113.104,60			
32	006252	17-9-2014	15814 9	26430	IF S.PERNAMBUCAN O	68087 0	54141.001805/2013-18	8.142,00	21.600,00	10.436,50	76.368,00	14.580,00	3.801,00		
33	006294	17-9-2014	15307 9	15232	UFPR	68087 7	54200.0018802012-56.	11.009,40							

34	006393	22-9-2014	49000 2	00001	TESOURO	0	190 LAUDOS ANTR OPOLOGICOS 54000.000770/2014 NEAD.	1.295.415,4 9							
35	006456	23-9-2014	15404 9	15266	FUF/SAO CARLOS- SP	68099 4	54000.000343/2014-15	80.000,00							
36	006471	24-9-2014	15404 0	15257	FUB	68102 2	54700.001145/2013-92.	2.655,00	34.800,00	1.000,00	7.487,00	5.184,00	1.036,80		
37	006578	26-9-2014	36410 2	36201	CNPQ	68080 2	PROJETOS DE RESIDENCIA JOVEM, 54.000.0007592014-15.	1.875.000,0 0	3.753.000,0 0						
38	006803	07-10-2014	15306 5	15231	UFPB	68152 9	54320.000869/2012-11.	2.655,00	34.800,00	7.500,00	9.000,00	5.385,00	69.000,00	900,00	
39	007127	16-10-2014	13503 7	13203	EMBRAPA	68164 8	54000.000208/2014-61.	43.000,00	27.000,00	48.000,00	40.000,00	120.000,00	76.000,00	53.370,0 0	
40	007129	16-10-2014	13503 7	13203	EMBRAPA	68164 8	54000.000208/2014-61.	43.000,00	27.000,00	48.000,00	40.000,00	120.000,00	76.000,00	54.370,0 0	
41	007136	16-10-2014	49000 2	00001	TESOURO	0	190 LAUDOS AN- TROPOLÓGICO 54000.000770/2014, RELA- TIVO AO NEAD,	300.000,00							
42	007175	17-10-2014	13503 1	13203	EMBRAPA	68166 4	54220. 001191/2014-75,	97.600,00	359.444,27	168.000,00	290.840,00				
43	007261	21-10-2014	15306 5	15231	UFPB	68172 8	54320.000068/2013-28	1.770,00	28.500,00	16.020,00	12.240,00	4.500,00	101.004,0 0	900,00	
44	007339	23-10-2014	15316 4	15238	UFMS	68177 4	54000.001009/2013-90.	36.333,60	30.166,40	72.755,00	210.745,00				
45	007376	24-10-2014	15305 2	15226	UFGO	68178 8	54150.003648/2011-12	50.268,00	5.042,50	25.746,86	29.701,09	6.563,88	1.829,40	726,24	
46	007988	17-11-2014	13503 2	13203	EMBRAPA	68166 4	4220. 001191/2014-75 PARA AJUSTE	5.000,00	30.000,00						
47	007989	17-11-2014	13503 3	13203	EMBRAPA	68166 4	54220. 001191/2014 PARA AJUSTE	4.600,00	10.000,00	35.000,00					
48	007990	17-11-2014	13503 5	13203	EMBRAPA	68166 4	54220. 001191/2014 PARA AJUSTE	2.860,00	15.498,00	35.220,00					

49	007999	17-11-2014	15800 9	26432	IF PARANA	68206 9	01191/2014 PARA AJUSTE DE UG	3.894,00	57.000,00	4.816,00	7.920,00	1.131,76		
50	008073	19-11-2014	15303 2	15251	UFLA	68210 8	54000000877/2014-33	1.989.400,0 0						
51	008194	21-11-2014	15812 8	26408	IF DO MARANHAO	68017 5	54230.002756/2011-70,	129.830,00						
52	008451	27-11-2014	15813 8	26417	IF DA PARAIBA	0	54.000.000497/2014-07	4.941.629,7 4						
53	008490	28-11-2014	15812 4	26407	IF GOIANO	0	54000001009/201471	1.500.000,0 0						
54	008496	28-11-2014	15404 0	15257	FUB	0	54000.000812/ 2014-98.	5.914.543,4 8	10.030,00	11.760,00	614.049,66	3.329.682,4 2		
55	008500	28-11-2014	17021 6	00001	TESOURO	68222 9	CURSO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL 54350000926/2014-68	2.880,00	576,00					
56	008600	02-12-2014	15816 0	26426	IF DO AMAPA	68226 5	54350.000759/2013-74 PRONERA.	6.400,00	650,00					
57	008618	02-12-2014	15800 9	26432	IF PARANA	0	PRONERA, 54200001128 /2013-96, CURSO AGROECOLOGIA	3.894,00	57.000,00	4.816,00	7.920,00	1.131,76		
58	008620	02-12-2014	15800 9	26432	IF PARANA	68206 9		3.894,00	57.000,00	4.816,00	7.920,00	1.131,76		
59	008627	02-12-2014	15812 8	26408	IF DO MARANHAO	68226 8	AGRONOMIA, 54230.003282/2014-26, PRONERA.	55.000,00	9.900,00	3.600,00	30.780,00	720,00		
60	008628	02-12-2014	15812 8	26408	IF DO MARANHAO	67897 3	DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO PARA ATENDER TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE INCRA E IFMA NA EXECUÇÃO DO CURSO DE EJA, REF. PROCESSO: 54230.002755/2011-25, NO ÂMBITO DO PRONERA.	10.000,00	21.000,00	166.339,00				

61	008690	03-12-2014	17000 9	00001	TESOURO	68228 2	DESTQUE ORÇAMENTÁRIO PARA ATENDER TED ENTRE INCRA E ESAF, VISANDO ATENDER DES- PESAS COM CURSO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, RELATIVO AO PROCESSO: 54000.003189/ 2014-92	5.860,00	3.452,92	1.172,00	481,40			
62	008774	04-12-2014	15404 0	15257	FUB	67923 2	PRONERA 54700.002589/2011-83, DEVOLUÇÃO NA 2014NC000236	38.000,00	7.600,00					
63	009025	05-12-2014	15306 3	15230	UFPA	68236 2	GEOGRAFIA PRONERA 54100.002231/2014-62	7.434,00	37.600,00	2.609,92	44.400,00	8.880,00		
64	009083	05-12-2014	25442 0	25201	F.OSWALDO CRUZ	68236 8	PRONERA.	293.821,10						
65	009093	05-12-2014	15404 0	15257	FUB	37923 2	DEVL. PARA AJUSTE DE NR DE TRANSF	45.602,81						
66	009483	23-12-2014	15404 0	15257	FUB	0	54000.000386/2012-85. DEVOLUÇÃO PARCIAL DA NC 255	388.700,00						
67	009551	30-12-2014	15404 0	15257	FUB	0	54000.000386/2012-85. DEVOLUÇÃO PARCIAL DA NC 255	388.700,00						

9.6 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento

Não houve ocorrências no período.

9.7 Informações sobre renúncia de receitas

O Item que trata das Informações sobre renúncia de receita não se aplica à natureza da UJ.

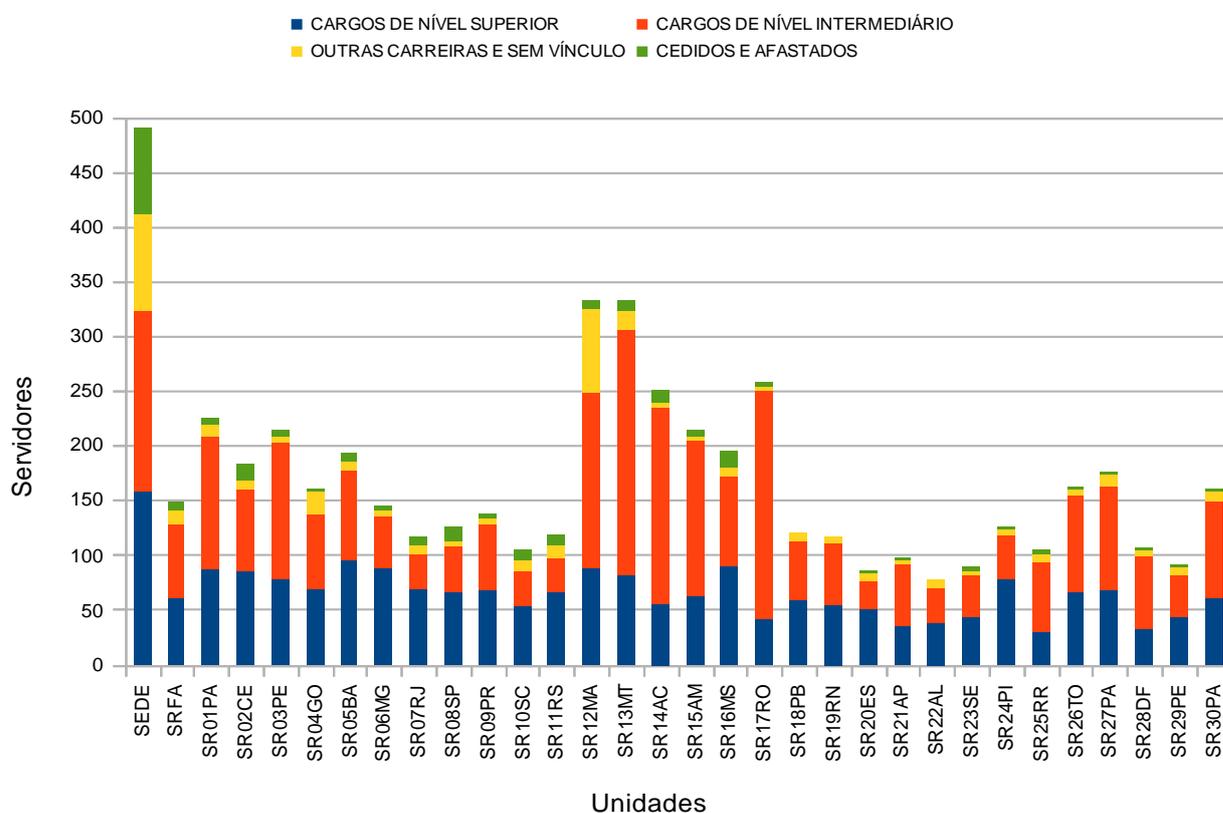
10 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

10.1 Estrutura de pessoal

a) Demonstração da força de trabalho.

Em 2014, o INCRA contou com 5.461 servidores (ativos permanentes, exercício descentralizado de carreira, anistiados CLT, sem vínculo e requisitados), incluindo-se afastados e cedidos. Deste contingente, 2.118 são cargos de nível superior, 2.689 de nível intermediário, 238 são de outras carreiras, 166 não possuem vínculo com o serviço público (apenas 3% do total) e 250 estão cedidos ou afastados.

Figura 16 - Gráfico demonstrativo da Força de Trabalho



Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

Nossa força de trabalho encontra-se distribuída em 30 Superintendências Regionais, além da SRFA – Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia e da Sede do INCRA em Brasília.

O quantitativo total de servidores por nível e por localização encontra-se demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 18 - Quantitativo de servidores por nível e localização

Localização	Nível Superior	Nível Intermediário	Outras Carreiras e Sem Vínculo	Cedidos e Afastados	Total
Sede Brasília	159	164	88	80	491
SRFA*	60	68	14	6	148
SR-01 Pará	88	120	12	5	225
SR-02 Ceará	85	75	8	15	183
SR-03 Pernambuco	78	125	5	6	214
SR-04 Goiás	69	69	20	3	161
SR-05 Bahia	96	81	8	8	193
SR-06 Minas Gerais	87	48	7	3	145
SR-07 Rio de Janeiro	68	32	8	8	116
SR-08 São Paulo	67	42	4	13	126
SR-09 Paraná	69	59	5	4	137
SR-10 Santa Catarina	53	33	10	9	105
SR-11 Rio Grande do Sul	66	32	10	10	118
SR-12 Maranhão	87	162	76	8	333
SR-13 Mato Grosso	82	225	16	11	334
SR-14 Acre	54	181	4	11	250
SR-15 Amazonas	62	142	5	5	214
SR-16 Mato Grosso do Sul	89	82	9	15	195
SR-17 Rondônia	42	208	5	4	259
SR-18 Paraíba	59	53	8	0	120
SR-19 Rio Grande do Norte	54	56	6	0	116
SR-20 Espírito Santo	50	25	8	3	86
SR-21 Amapá	35	56	4	2	97
SR-22 Alagoas	38	32	8	0	78
SR-23 Sergipe	43	39	3	4	89
SR-24 Piauí	78	40	6	2	126
SR-25 Roraima	30	64	6	5	105
SR-26 Tocantins	66	88	7	2	163
SR-27 Marabá	69	94	10	2	175
SR-28 Distrito Federal e Entorno	31	68	5	2	106
SR-29 Médio São Francisco	43	39	8	2	92
SR-30 Santarém	61	87	11	2	161
Total	2.118	2.689	404	250	5.461

* - Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

b) Demonstração da distribuição da Força de Trabalho, discriminando efetivos e temporários, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocessos finalísticos.

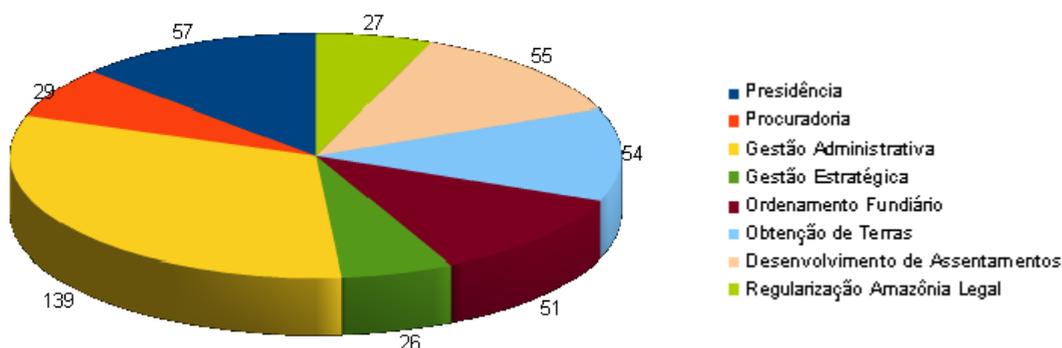
Tabela 19 - Quantitativo de servidores por nível e macroprocesso

MACROPROCESSO	Nível Superior	Nível Intermediário	Outros	Total	%
PRESIDENCIA - P	27	12	18	57	13%
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - PFA	2	4	23	29	7%
DIRETORIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA - DA	44	79	16	139	32%
DIRETORIA DE GESTAO ESTRATEGICA - DE	8	8	10	26	6%
DIRETORIA ORDENAM. ESTRUTURA FUNDIARIA - DF	28	14	9	51	12%
DIRETORIA OBT. TERRAS IMPL. PROJ. ASSENT - DT	27	20	7	54	12%
DIRETORIA DE DESENV DE PROJ ASSENTAMENTO - DD	23	27	5	55	13%
SUPERINTENCIA NAC REG FUN AMAZONIA LEGAL - SRFA	13	5	9	27	6%
Total	172	169	97	438	100%

* SRFA – Considerada apenas a unidade central em Brasília.

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

Figura 17 - Gráfico de distribuição de Servidores por macroprocesso



Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa – Posição em Dez/2014

Do total de 438 servidores, 251 encontram-se em áreas-meio e 187 encontram-se nas áreas finalísticas do INCRA. Há entretanto macroprocessos típicos de execução de tarefas centralizadas na sede, relacionadas com a logística da entidade como um todo. As áreas finalísticas supervisionam e coordenam as ações executadas no âmbito das unidades regionais, já as áreas-meio, além de exercerem a mesma função coordenativa em relação às SR, exercem funções típicas de execução direta, como a gestão de RH, a aquisição de equipamentos de informática para todas as unidades, bem como a gestão patrimonial, contábil e logística de todas as unidades.

c) Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade jurisdicionada, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.

Os estudos realizados utilizaram a metodologia de comparação entre a necessidade de pessoal para os macroprocessos vinculados às áreas do INCRA e a quantidade atual existente de servidores por unidade de lotação. Para que houvesse condições equivalentes de comparação entre as unidades regionais, foram empregados “fatores de homogeneização”.

Os macroprocessos considerados neste estudo foram: desenvolvimento de projetos de assentamento, gerência de projetos de assentamento, mobilidade rural, obtenção de terras, governança fundiária, comunidades quilombolas, apoio administrativo e análise administrativa de processos. Estimou-se em cada macroprocesso a principal atividade que mais demanda contingente de servidores e a quantidade lotada existente de servidores a partir da extração de dados do SIAPE, aplicou-se fatores de homogeneização para conferir paridade entre diferentes regiões como a amazônia, as grandes regiões de cerrado como o Mato Grosso e pequenos estados como Sergipe. Outro fator de homogeneização que reduziu a necessidade de mão-de-obra em relação à demanda de processos foi a existência de Unidades Municipais de Cadastro (fator que reduz a necessidade de servidores devido à ação multiplicadora e descentralizada de atividade do INCRA).

A utilização de fatores de homogeneização permitiu comparar situações onde o acesso a comunidades e assentamentos torna-se mais difícil, nos biomas como a amazônia, aplicou-se por exemplo um fator 2,7 para o acesso e fiscalização da implantação de infraestrutura de estradas vicinais em comparação a estados como Alagoas. Com isso, revelou-se a necessidade de mão-de-obra fatorizada para aquelas regiões.

c.1) Macroprocesso: Desenvolvimento de Assentamentos

Tendo como base o estoque de famílias assentadas, projetou-se "Equipe Matricial" capaz de em 45 semanas úteis, a uma taxa de 7 famílias por semana, composta por 4 servidores de áreas distintas como Supervisão Ocupacional, Crédito, Pronera e Assistência Técnica, visitando amostra de 4% dos assentamentos.

Os fatores de homogeneização utilizados consideraram a dificuldade de deslocamento para a Amazônia (estradas precárias e hidrovias) e para grandes regiões de Cerrado (grandes distâncias como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A amostra de visitação assemelha-se à utilizada pelo SIATER.

A força de trabalho existente considerou 60% (sessenta por cento) dos servidores das categorias finalísticas voltadas para o desenvolvimento como Analistas em Reforma e Desenvolvimento Agrário Geral, Orientadores de Projetos de Assentamento, Sociólogos, Psicólogos, Técnicos em Educação, Assistentes Sociais e Geógrafos e 25% (vinte e cinco por cento) dos Engenheiros Agrônomos lotados na Superintendência. Além disso, considerou-se 60% (sessenta por cento) do contingente de servidores de nível intermediário técnico, como Assistentes Técnicos, Desenhistas, Técnicos Agrícolas, Topógrafos e Técnicos em Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Após aplicados os fatores de homogeneização, prevê-se a formação de equipes matriciais formadas por (1 Engenheiro Agrônomo, 2 Analistas de Reforma e Desenvolvimento Agrário e 1 Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário), dessa forma pretende-se formar equipes de desenvolvimento de projetos multifuncionais, com maior efetividade nos atendimentos e visitas.

c.2) Macroprocesso: Gerência de Novos Projetos

O gerenciamento de todos os novos projetos criados a partir de 2013 foi considerado nesta prospecção de novo concurso. Da mesma forma que o macroprocesso anterior, partiu-se da Quantidade de Projetos Criados e de Famílias Assentadas (2013) e estimou-se 5 projetos por ano para cada Gerente de Projetos em regiões de difícil acesso e grandes áreas, 8 projetos por ano para cada Gerente de Projetos em regiões de grande número de famílias como Maranhão, 10 projetos por ano para cada Gerente de Projetos para regiões como Bahia e Minas Gerais e 12 projetos por ano por Gerente de Projetos para os estados restantes (fatores de homogeneização). A partir dessa análise, prospectou-se os próximos 5 (cinco) anos de criação de novos projetos de assentamento.

c.3) Macroprocesso: Mobilidade Rural / Infraestrutura

A partir da quantidade implantada e recuperada de Estradas, além da implantação de equipamentos de abastecimento de água, utilizando-se como denominador a quantidade de famílias atendidas, além de um percentual potencial de atendimento considerando o quantitativo total de famílias a serem atendidas pelo INCRA, obteve-se uma média (média interna) de 1072 famílias por Engenheiro Civil por Ano, concomitante a isso, aplicou-se fatores de homogeneização que buscam refletir as condições ambientais (dificuldade de acesso) e as extensões territoriais dos assentamentos (Fator Área). Dessa forma estimou-se um total de 35 (trinta e cinco) Engenheiros Civis para cobrir nossas demandas imediatas de obras voltadas à mobilidade rural e segurança hídrica das famílias assentadas.

c.4) Macroprocesso: Obtenção de Terras

A Quantidade de Imóveis Vistoriados pelo total de Engenheiros Agrônomos Vistoriadores em relação ao exercício de 2012 resultou em uma média per capita de 1,47 imóvel por Engenheiro Vistoriador. Considerando-se um aumento de produtividade para 2 imóveis individuais e 1 em equipe, utilizando-se os fatores de homogeneização do Bioma Amazônico, apenas na SR-17 Rondônia seria necessária a reposição de concursados da carreira de Perito Federal Agrário. O esforço realizado de realinhamento das vistorias a ser realizado nos próximos anos não necessita de reposição de mão-de-obra, mas de reforço de eficiência.

c.5) Macroprocesso: Governança Fundiária / Ordenamento Fundiário

Com o advento de tecnologias como o SIGEF e a DP eletrônica, alguns parâmetros de produtividade foram significativamente alterados no INCRA. A partir deste cenário, estimou-se a quantidade de imóveis Georreferenciados, Certificados e Gerenciados, juntamente com a quantidade de Unidades Municipais de Cadastro – UMC existentes como efeito reverso da necessidade de mão-de-obra. A equipe atual do INCRA demonstrou a produtividade de 565 processos analisados, certificados ou gerenciados por ano para cada servidor da área. Aplicando-se o fator de homogeneização de quantidade de UMC existente na Superintendência Regional, resultou-se em uma quantidade necessária de Analistas em Reforma e Desenvolvimento Agrário, sendo que há necessidade premente de profissionais do ramo do Direito para cumprir a função da área.

c.6) Macroprocesso: Comunidades Quilombolas

Após a apuração da quantidade de “Comunidades Certificadas” pela Fundação Cultural Palmares em relação à quantidade de Processos Abertos por estas comunidades no INCRA para demarcação e delimitação do território quilombola, aplicou-se uma média (média interna) de processos por servidor por ano de 13 processos. Concluiu-se que a partir da atual equipe de Antropólogos, ainda será necessária a reposição de 21 (vinte e um) antropólogos, especialmente para os estados da Bahia, Mato Grosso e Maranhão.

c.7) Macroprocesso: Área-Meio

A área administrativa pode ser considerada variável pouco dependente do fluxo de processos finalísticos da Unidade, posto que todos os seus processos são semelhantes com relação a muito ou poucos servidores. Ou seja, mesmo em uma unidade administrativa pequena, é necessária a conformidade contábil, a gestão de convênios e contratos, a fiscalização de contratos administrativos, o processamento da folha de pagamento de pessoal, a montagem de Processos Administrativos, a liquidação das despesas e o pagamento das mesmas, a execução de processos de licitação, entre outras atribuições típicas da logística pública federal.

Nesse sentido, previu-se a substituição de terceirização para operação dos diversos macroprocessos dos sistemas estruturantes do Governo Federal, como SIASG, SIAFI, SCDP e SIOP. Os quais exigem senhas originadas por Matrícula SIAPE. Esse contingente de trabalhadores com a função de assistentes de administração foi definido com base no contingente de terceirizados por Superintendência Regional em relação aos servidores de nível intermediário daquela SR, atribuiu-se à quantidade de processos.

Como resultado do estudo de necessidade de força de trabalho, componente da Proposta de Atualização Institucional para o INCRA (documento de dezembro/2014) entregue ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 11 - Solicitação de novo concurso para o INCRA

Cargo	Quantidade
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	417
Analista Administrativo	127
Engenheiro Agrônomo	81
Médico/20h	12
Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário	79
Técnico Administrativo	81
Técnico em Contabilidade	52

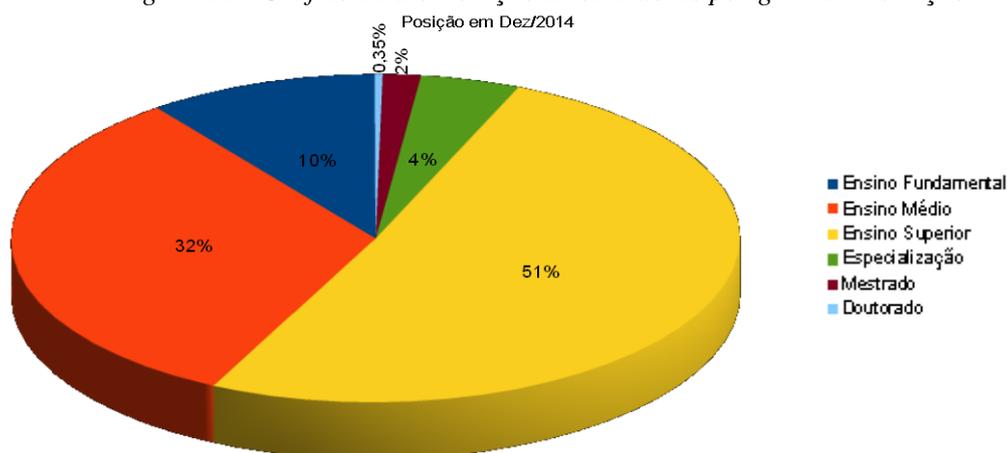
Fonte: Proposta de Atualização Institucional para o INCRA – pp.30

Como resultado, já para o exercício de 2015, propõe-se concurso público para o provimento de 849 (oitocentos e quarenta e nove) vagas em cargos efetivos integrantes do Quadro de Pessoal deste Instituto, sendo 637 (seiscentos e trinta e sete) vagas de nível superior e 212 (duzentas e doze) vagas de nível intermediário.

d) Qualificação da força de trabalho.

Em 2014, conforme levantamento realizado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do INCRA, 51% dos servidores apresentaram ensino superior, 32% ensino médio, 10% ensino fundamental, 4% especialização lato sensu, 2% mestrado e 0,35% doutorado.

Figura 18 - Gráfico de distribuição de servidores por grau de instrução



Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

Desse contingente de servidores, boa parte dos especialistas encontra-se na Sede, na SR-12 Maranhão, na SR-14 Acre e SR-26 Tocantins, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 20 - Distribuição de servidores por grau de instrução e unidade

Localização	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Sede Brasília	36	125	276	42	11	1	491
SRFA*	7	60	73	5	3		148
SR-01 Pará	29	79	92	17	7	1	225
SR-02 Ceará	13	40	130				183
SR-03 Pernambuco	32	73	88	9	10	2	214
SR-04 Goiás	16	54	91				161
SR-05 Bahia	17	57	116		3		193
SR-06 Minas Gerais	9	32	104				145
SR-07 Rio de Janeiro	3	25	88				116
SR-08 São Paulo	7	27	92				126
SR-09 Paraná	7	34	77	11	8		137
SR-10 Santa Catarina	3	29	72			1	105
SR-11 Rio Grande do Sul	9	17	64	11	9	8	118
SR-12 Maranhão	37	139	127	25	5		333
SR-13 Mato Grosso	35	140	158			1	334
SR-14 Acre	49	105	68	23	4	1	250
SR-15 Amazonas	36	94	83		1		214
SR-16 Mato Grosso do Sul	5	45	141	3	1		195
SR-17 Rondônia	53	113	80	12	1		259
SR-18 Paraíba	9	19	67	16	7	2	120
SR-19 Rio Grande do Norte	12	37	67				116
SR-20 Espírito Santo	8	17	33	16	11	1	86
SR-21 Amapá	19	33	45				97
SR-22 Alagoas	4	18	41	10	4	1	78
SR-23 Sergipe	5	25	46	13			89
SR-24 Piauí	4	25	97				126
SR-25 Roraima	13	47	42		3		105
SR-26 Tocantins	14	61	63	23	2		163
SR-27 Marabá	15	63	90	6	1		175
SR-28 Distrito Federal e Entorno	20	41	45				106
SR-29 Médio São Francisco	7	33	51		1		92
SR-30 Santarém	24	63	74				161
Total	557	1.770	2.781	242	92	19	5.461

* - Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

e) Descrição das iniciativas da unidade jurisdicionada para capacitação e treinamento dos servidores nelas lotados.

No ano de 2014 deu-se início às ações de capacitação promovendo a revisão da Instrução Normativa que dispõe sobre critérios e parâmetros para capacitação dos servidores do INCRA. Um ponto que merece destaque nessa revisão, deve-se ao fato ter sido delegado às Superintendências Regionais a decisão para autorizar a participação dos seus respectivos servidores em cursos de curta e média duração, realizados no âmbito da Superintendência Regional ou em outro Estado da Federação quando não houver oferta de curso na cidade de lotação do servidor, o que anteriormente estava centralizado na Sede e que, de certa forma, causava muita morosidade e ineficiência dado ao número de servidores (5 mil) e à quantidade de Superintendências Regionais (30), além das Unidades Descentralizadas (45).

Conforme descrito no Item 4.2.2 deste Relatório, procurou-se dar prioridade às atividades de treinamento interno focadas no planejamento estratégico da instituição. Nesse sentido, em 2014, foram realizados, dentre outros, 28 eventos em vários estados do Brasil e sede (Brasília). Foram realizados 28 eventos internos e capacitados 1.325 servidores.

Ademais, essas capacitações internas foram fruto de ações conjuntas com as demais Diretorias da Autarquia e a Presidência do órgão, inserindo dessa forma o planejamento e a execução de ações de capacitação ao planejamento estratégico do INCRA.

f) Custos associados à manutenção de recursos humanos:

O custo anual da folha de pagamento de pessoal do INCRA, para o exercício de 2014, foi de R\$ 946.958.177,87 (novecentos e quarenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos), cerca de 7% maior do que o custo de 2013. Devido, sobretudo, às parcelas de aumento para as categorias de servidores. Se considerarmos comparativamente os custos mensais de janeiro de 2015 em relação a janeiro de 2012, o aumento gerou um impacto na folha de cerca de 29%.

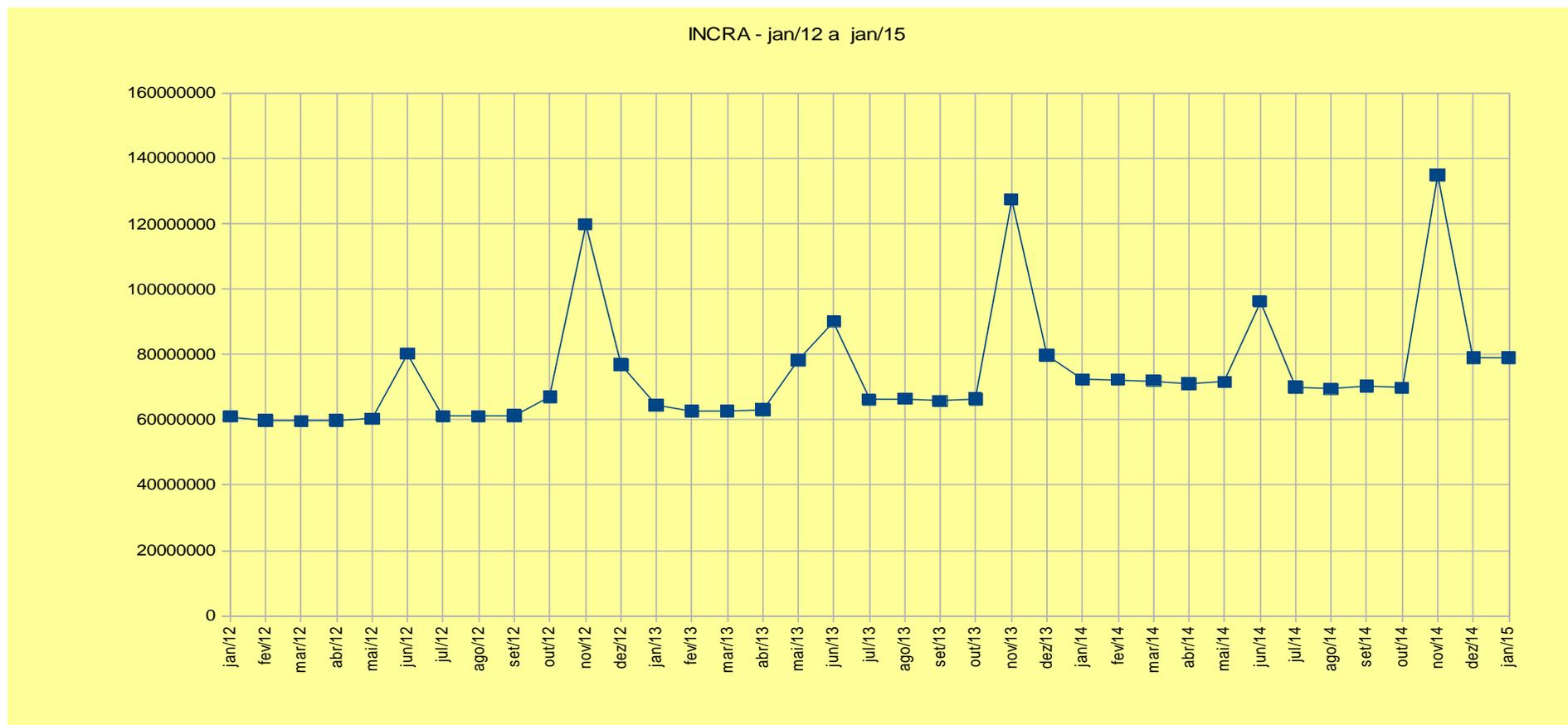
Tabela 21 - Custos associados aos Recursos Humanos

Elemento de Despesa	Descrição	Jan /14	Fev /14	Mar /14	Abr /14	Mai / 14	Jun / 14	Jul /14	Ago /14	Set /14	Out /14	Nov /14	Dez /14	2014
3190.01.00	APOSENTADORIAS	26.792.000,26	26.888.753,58	26.835.182,50	26.418.894,73	26.646.569,07	40.024.429,14	26.281.890,05	25.806.261,97	25.949.974,99	26.021.086,25	52.029.387,34	29.063.417,38	358.757.847,26
3190.03.00	PENSÕES	8.342.775,08	8.419.540,43	8.446.307,31	8.301.274,39	8.415.631,37	12.743.265,73	8.418.226,05	8.275.191,44	8.422.486,99	8.508.909,81	17.027.989,82	9.109.936,63	114.431.535,05
3190.11.01	SALÁRIOS	11.699.053,73	11.773.201,33	11.751.255,42	11.757.402,31	11.758.241,09	11.742.729,63	11.726.147,78	11.704.016,16	11.749.979,28	11.680.253,45	11.606.137,33	11.598.067,83	140.546.485,34
3190.11.05	INCORPORAÇÕES	475.607,88	472.374,07	470.401,75	468.175,65	466.853,37	466.283,01	462.440,07	461.895,07	460.544,77	460.362,21	457.337,49	428.447,73	5.550.723,07
3190.11.06	VANTAGENS	176.037,09	176.607,52	175.457,49	174.959,49	175.200,16	176.314,00	174.161,79	172.812,96	171.391,23	171.707,73	177.023,24	170.288,73	2.091.961,43
3190.11.07	ABONO	728.222,59	681.918,89	723.961,10	762.640,94	788.948,77	821.929,23	791.358,48	843.874,42	870.060,89	874.274,34	1.672.111,94	869.446,97	10.428.748,56
3190.11.09	ADIC. PERICUL.	990,58	990,58	990,58	990,58	990,58	990,58	990,58	990,58	990,58	990,58	990,58	1.061,50	11.957,88
3190.11.10	ADIC. INSALUB.	7.308,06	7.308,06	7.002,97	6.997,80	6.997,80	6.997,80	6.997,80	6.842,67	12.648,75	7.010,10	6.854,97	6.347,28	89.314,06
3190.11.31	GRAT. EXERC. CARGO	15.657.361,20	15.723.859,00	15.708.843,37	15.728.132,32	15.730.549,60	15.831.980,61	14.913.088,91	14.890.123,68	14.960.210,10	14.910.271,88	14.842.184,12	17.199.093,03	186.095.697,82
3190.11.35	GRA. EXERC. FUNÇÃO	97.446,23	96.998,19	96.850,43	96.850,43	96.623,56	96.383,51	96.087,62	96.087,62	95.626,69	95.229,21	94.100,21	89.411,22	1.147.694,92
3190.11.36	GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO	1.429.740,44	1.438.245,75	1.438.559,98	1.411.448,10	1.404.411,36	1.416.259,18	1.431.356,21	1.427.980,55	1.443.085,99	1.454.868,64	1.460.209,08	1.496.006,31	17.252.171,59
3190.11.37	GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICIO	1.036.616,79	1.034.789,38	1.031.557,13	1.028.787,20	1.026.715,82	1.025.573,50	1.023.746,09	1.022.899,78	1.023.132,93	1.014.267,74	1.013.435,70	991.708,34	12.273.230,40
3190.11.41	GRAT. ATIV. EXPOST	326,62	326,62	326,62	326,62	326,62	326,62	326,62	326,62	326,62	326,62	326,62	345,27	3.938,09
3190.11.42	FÉRIAS INDENIZ.	57.160,50	11.242,44	11.130,01	25.330,90	17.162,67	22.018,87	18.312,87	23.177,36	7.492,64	6.318,64	19.641,53	145.018,63	364.007,06
3190.11.43	13º SAL.	816.783,85	442.413,56	273.316,15	159.698,09	179.002,20	6.690.428,13	4.643,66	4.261,23	1.318,08	4.719,60	29.613.086,42	1.295.570,68	39.485.241,65
3190.11.44	FÉRIAS ABONO PECUN.	1.787,18		9.494,14	8.180,12	16.460,38	26.892,04	1.565,77	6.459,93		1.164,44	5.621,31	2.056,53	79.681,84
3190.11.45	FÉRIAS ABONO	1.354.592,72	545.356,22	463.103,10	249.862,55	335.620,78	612.136,54	192.160,97	199.725,83	171.857,63	126.261,32	402.900,27	1.950.734,93	6.604.312,86
3190.11.46	PAGTO ANTECIPADO	314.021,42	84.966,71	55.856,60	31.134,49	50.170,14	125.850,12	25.339,93	27.624,91	19.508,86	16.168,33	69.528,85	364.830,20	1.185.000,56
3190.16.32	SUBSTITUIÇÕES	77.718,21	111.753,24	60.389,32	37.420,57	68.228,36	56.732,93	63.208,94	79.027,73	51.106,45	57.646,53	42.492,19	80.854,60	786.579,07
3190.91.03	DECISÕES JUDICIAIS	955,43	955,43	955,43	955,43	955,43	955,43	955,43	955,43	955,43	955,43	955,43	955,43	11.465,16
3190.91.14	SENTENÇA ATIVO	8.166,67	8.789,82	9.898,74	8.794,86	45.466,41	9.679,65	9.679,65	9.989,91	9.989,91	9.989,91	14.818,63	10.710,99	155.975,15
3190.91.15	SENTENÇA PC / INATIVO	62.585,34	62.727,14	62.174,94	62.174,94	62.329,62	61.848,32	61.848,32	60.726,39	61.912,22	62.262,50	62.040,18	61.892,55	744.522,46
3190.91.16	SENT.JUD.NAO TRANS.JULG.CARAT.CONT.PENS.CIVIL	34.854,30	34.967,07	34.967,07	31.889,93	30.801,43	31.989,73	31.989,73	30.609,97	30.728,13	30.901,23	30.020,73	31.685,71	385.405,03
3190.91.99	OUTRAS – SENT. JUDIC	692,40	692,40	692,40	692,40	692,40	692,40	692,40	692,40	692,40	692,40	692,40	692,40	8.308,80
3190.92.01	APOSENTADORIA	3.918,41	3.519,81		792,10	6.866,56	1.049,63				317.028,96	26.105,02	27.037,72	386.318,21
3190.92.03	RPPS			2.192,24							44.284,30	15.814,58	9.073,88	71.365,00
3190.92.11	VENCIMENTOS	33.521,36	7.555,61	3.235,76	14.309,44	44.440,99	13.819,96	8.696,46	9.473,13	18.957,82	8.196,16		7.554,03	169.760,72
3190.92.91	SENTENCAS JUDICIAIS	3.627,24										5.311,66		8.938,90
3390.08.05	AUXILIO NATALIDADE ATIVO CIVIL	4.878,83	4.355,17	5.468,10	3.275,07	3.796,72	4.975,32	5.498,98	4.451,67	556,46	6.581,02	4.352,33	3.340,35	51.530,02
3390.08.09	AUXILIO-CRECHE CIVIL	49.626,00	50.718,00	50.349,08	49.663,00	48.976,00	48.997,00	48.973,00	48.201,00	47.692,00	47.927,00	47.985,00	46.439,00	585.546,08
3390.08.55	AUXÍLIO CRECHE													0,00
3390.36.07	ESTÁGIO	204.959,64	209.527,27	215.827,50	223.243,23	224.560,01	230.391,21	231.112,96	234.344,74	228.211,30	228.197,04	227.433,56	192.659,89	2.650.468,35
3390.36.28	SERV. SELEÇ. TREIN.	504,00												504,00
3390.46.01	INDENT. AUX. ALIM.	2.044.471,78	2.062.471,67	2.050.234,06	2.038.563,66	2.035.613,52	2.034.223,30	2.027.179,16	2.027.627,97	2.015.352,87	2.006.990,90	1.999.195,20	1.930.681,84	24.272.605,93
3390.49.01	INDENT. AUX. TRANSP.	364.977,96	369.132,60	368.479,31	365.399,26	366.519,44	372.370,17	372.231,54	378.569,24	372.786,66	368.093,90	367.148,94	356.781,38	4.422.490,40
3390.93.08	RESSARC. ASSIST. INAT / PENS.	433.277,57	1.433.743,91	1.433.265,58	1.437.808,93	1.479.431,37	1.434.859,96	1.446.820,23	1.470.815,16	1.627.550,86	1.565.453,25	1.470.475,20		15.233.502,02
3390.59.01	PENS.INDENIZ.ORIUND.DEB.PERIOD.VINC.SENT.JUD	12.998,43	12.998,43	12.772,43	12.228,02	12.228,02	12.228,02	12.228,02	12.228,02	12.228,02	16.948,06	12.936,68	12.936,68	154.958,83
3390.59.02	PENSOES GRACIOSAS/INDENIZ - LEIS ESPECIFICAS	19.365,62	19.457,62	19.411,62	19.411,62	19.411,62	19.411,62	19.411,62	19.894,29	19.170,29	19.170,29	19.170,29	19.170,29	232.456,79
IRRF		2.165,07	4.843,70	2.267,80	1.884,61	32.677,16	10.782,54	10.270,21	27.752,21	33.066,01	12.956,22	40.199,47	3.822,91	182.687,91
Indeniz. e restit.			3.348,57			292,72	2.409,23			7.750,23	684,90			14.485,65
Dev. PSS				3.441,55		2.971,70	314,51		6.835,52	3.413,29		9.777,38		26.753,95
TOTAL GERAL		72.351.096,48	72.200.449,79	71.835.619,58	70.939.593,78	71.602.734,82	96.176.109,94	69.922.047,13	69.392.747,56	70.264.070,63	69.839.757,23	134.889.983,69	77.541.967,24	946.956.177,87
INSS – Empregador GPS		184.784,86	184.414,58	184.362,72	178.737,19	182.216,23	188.376,56	183.199,96	188.309,02	182.484,29	181.846,57	348.539,44	193.224,94	2.380.496,36
PSS – Empregador		6.354.348,40	6.017.471,58	6.229.649,52	6.310.667,26	6.325.703,24	6.344.780,34	6.126.964,06	6.098.048,08	6.141.597,54	6.113.240,06	12.175.304,48	6.367.126,22	80.604.900,78
FGTS		20.048,26	19.589,43	21.152,12	21.017,23	21.589,51	28.335,09	19.570,63	19.947,85	19.750,85	19.562,62	28.695,67	21.678,79	260.938,05

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

Mesmo com um aumento dos servidores ativos, a despesa mensal com salários (considerada o Vencimento Básico) no período de janeiro de 2012 a janeiro de 2015 sofreu aumento vegetativo de apenas 1,46%. O aumento dos servidores se deu sobretudo na Gratificação de Desempenho para o triênio 2012-2015. No cômputo geral, o aumento anual girou em torno de 7%. A evolução mensal da folha de pagamento do INCRA evoluiu em 36 meses cerca de 29%, passando de R\$ 60 milhões para quase R\$ 80 milhões, como demonstrado no gráfico abaixo.

Figura 19 - Gráfico de evolução da Despesa com Pessoal



Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

g) Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada:

A Controladoria Geral da União possui instrumentos para cruzar informações e apontar eventuais irregularidades sobre a folha de pagamento. O INCRA a partir dos apontamentos da CGU vem tomando todas as providências necessárias para sanar eventuais irregularidades.

De outra forma, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão possui seus apontamentos de auditoria, que também observam eventuais falhas. Recentemente, apontou a necessidade de exclusão de rubrica relativa à vantagem pessoal (VINI), imediatamente o INCRA adotou todas as providências com vistas ao ressarcimento ao Erário.

h) Descrever os principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade jurisdicionada e as providências adotadas para mitigá-los:

Há ainda na Gestão de Pessoas do Governo Federal rubricas não parametrizadas, o que deve gerar maior atenção por parte da equipe que cadastra e inclui no SIAPE. Portanto, enquanto não se parametrizar tais rubricas, qualquer tarefa envolvendo tais operações pode gerar erros.

Outra atividade importante para a gestão de pessoas é a instituição de aposentadorias, pensões e admissão no SISAC (Sistema do TCU), entretanto, a complexidade da legislação e a infinidade de códigos deste sistema gera riscos potenciais. O passivo de processos a serem lançados neste sistema era considerável. A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas desenvolveu esforços para mitigar esse passivo, priorizando por meio de mutirão o cadastramento de processos antigos, sem registro.

i) Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas:

i.1) Índice de Rotatividade de Pessoal

A causa da rotatividade de pessoal no INCRA pode ser diagnosticada pelos fenômenos internos e externos à organização cujos dados são obtidos por meio de levantamentos na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

O custo da rotatividade de pessoal agrupa custos primários (todas as despesas com desligamentos e substituições), secundários (custos intangíveis: perda na produção, clima ambiental) e terciários (perdas de conhecimento agregado e investimentos extras no novo recrutamento).

Com o advento dos concursos de 2004, 2005 e 2010 o nível de ingresso de novos servidores influiu positivamente no contingente de trabalhadores no INCRA, entretanto a quantidade de egressos vem, a partir de 2009, em uma tendência crescente. Devido ao efeito do contingente de aposentadorias, que passou a ser de 200 a 300 servidores anuais, e à quantidade de egressos por vacância para outras carreiras do mercado público e privado, o Indicador de Rotatividade de Pessoal no INCRA atingiu em média 9% ao ano, mas se considerarmos o período de 2004 a 2014, este *turn-over* chegou a 90%, ou seja, 90 em cada 100 servidores encontraram-se ingressando, em vacância ou se aposentando, o que causa pouca estabilidade para a massa de trabalhadores da entidade. Estima-se que dos 2.609 servidores que ingressaram no período, cerca de 900 solicitaram vacância ou exoneração.

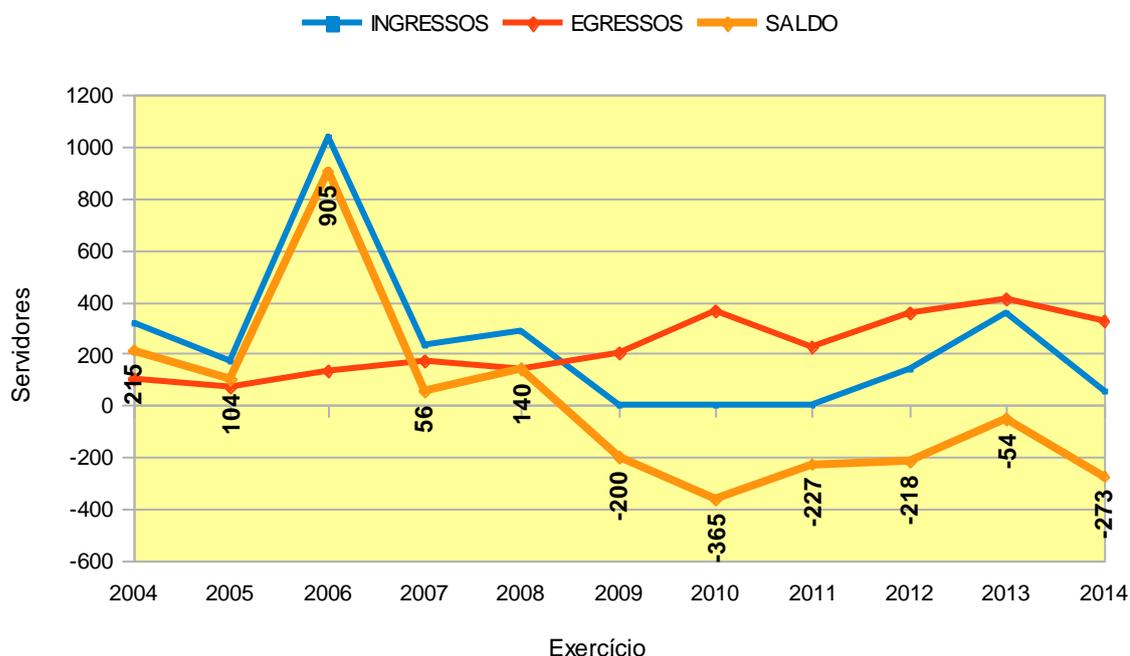
Quadro 12 - Demonstração dos ingressos e egressos ao longo dos anos

ANO	INGRESSOS			EGRESSOS							SALDO (TOTAIS)	Efetivos Anuais e Efetivo Médio	Índices de Rotatividade de Pessoal
				APOSENTADORIAS			EXCLUSÕES						
	NI	NS	TOTAL	NI	NS	TOTAL	NI	NS	TOTAL				
2004	1	319	320	38	9	47	45	13	58	105	215	5.189	8,19%
2005	1	173	174	23	3	26	16	28	44	70	104	5.293	4,61%
2006	210	829	1.039	24	1	25	37	72	109	134	905	6.198	18,93%
2007	52	179	231	21	8	29	35	111	146	175	56	6.254	6,49%
2008	39	246	285	22	11	33	50	62	112	145	140	6.394	6,73%
2009	3	1	4	52	23	75	48	81	129	204	-200	6.194	3,36%
2010	0	0	0	159	107	266	35	64	99	365	-365	5.829	6,26%
2011	0	0	0	130	32	162	39	26	65	227	-227	5.602	4,05%
2012	13	129	142	224	56	280	38	42	80	360	-218	5.384	9,32%
2013	63	295	358	211	104	315	46	51	97	412	-54	5.330	14,45%
2014	1	55	56	184	44	228	36	65	101	329	-273	5.057	7,61%
TOTAL	383	2.226	2.609	1.088	398	1.486	425	615	1.040	2.526	83	5.702	90,05%

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

Constata-se clara tendência de redução do contingente total de servidores do INCRA devido, sobretudo ao comportamento da curva de egressos, conforme demonstrado na figura seguinte.

Figura 20- Gráfico de demonstração de Ingressos e Egressos no INCRA ao longo dos anos – evolução

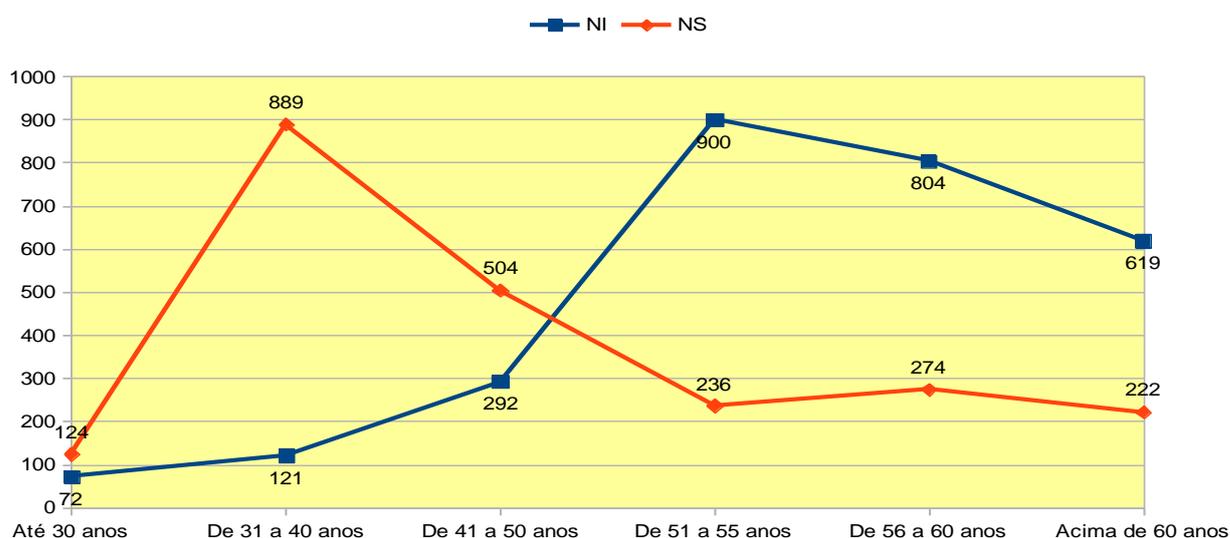


Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

i.2) Distribuição dos Servidores por Faixa Etária

A distribuição da força de trabalho do INCRA por faixa etária indica que 82% dos servidores de nível intermediário possuem idade superior a 50 anos, o que implica em importante contingente da força de trabalho. Já entre os servidores de nível superior, verifica-se que 67% possuem no máximo 50 anos. O que demonstra uma inversão nítida no comportamento das duas curvas, conforme demonstrado a seguir:

Figura 21 - Histograma por faixa etária e nível



Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

Essa situação resulta da concentração de vagas em cargos de nível superior nos três últimos concursos públicos realizados para o INCRA.

i.3) Expectativa de Aposentadoria

Tabela 22 - Expectativa de aposentadoria por nível e sexo ao longo dos anos

Expectativa de Aposentadoria	Nível Intermediário			Nível Superior			Total	%
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total		
2015	478	540	1.018	129	202	331	1.349	26,68%
2016	62	194	256	10	99	109	365	7,22%
2017	57	130	187	20	44	64	251	4,96%
2018	55	135	190	13	41	54	244	4,82%
2019	58	146	204	18	34	52	256	5,06%
2020 em diante	168	785	953	525	1.114	1.639	2.592	51,26%
Total	878	1.930	2.808	715	1.534	2.249	5.057	100,00%

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

A distribuição da Força de Trabalho por faixa etária indica que 26,68% dos servidores do INCRA ou já possuem ou irão completar a idade limite para aposentadoria em 2015, o que indica que, caso não haja novos ingressos, a redução da força de trabalho poderá ocorrer de forma acentuada.

10.2 Mão de obra de apoio e contratação de estagiários

O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

INCRA firmou Contrato de prestação de serviços de Agente de Integração para fins de administração do Programa de Estágio Supervisionado, com a empresa Super Estágios com vigência do contrato de 30/03/2014 a 30/03/2015.

A Super Estágios tem objetivo intermediar junto às instituições de ensino médio e superior, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios no INCRA sede e nas Superintendências.

Estudantes de nível superior e de nível médio perceberão, a título de bolsa de estágio, a importância de R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais), e R\$ 203,00 (duzentos e três reais), respectivamente, conforme definido pela ON 04/2014.

Quadro 13 - Contratos e custos de estágio vigentes por trimestre - Ano 2014

Unidade do INCRA	Nível de escolaridade	Área de Atuação	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Custo do exercício em bolsa estágio (valores em R\$)	Contribuição institucional Super Estágio 4.13%	Auxílio-Transporte
SRFA	Superior	Fim	8	8	8	7	R\$ 52.258,05	R\$ 2.158,25	R\$ 23.002,10
		Meio	0	0	0	1			
	Médio	Fim	7	6	7	6			
		Meio	2	2	2	0			
SR-01	Superior	Fim	5	0	2	3	R\$ 87.029,02	R\$ 3.594,30	R\$ 39.660,00
		Meio	7	9	11	9			
	Médio	Fim	9	9	9	10			
		Meio	4	7	5	4			
SR-02	Superior	Fim	8	6	8	5	R\$ 72.091,83	R\$ 2.977,39	R\$ 28.410,00
		Meio	4	11	8	10			
	Médio	Fim	2	6	6	3			
		Meio	0	4	2	4			
SR-03	Superior	Fim	2	4	4	7	R\$ 102.807,54	R\$ 4.245,94	R\$ 42.557,46
		Meio	13	12	9	10			
	Médio	Fim	8	5	7	5			
		Meio	7	9	7	8			
SR-04	Superior	Fim	5	3	1	1	R\$ 48.759,93	R\$ 2.013,78	R\$ 18.912,00
		Meio	6	5	5	5			
	Médio	Fim	1	1	1	4			
		Meio	4	6	6	2			
SR-05	Superior	Fim	8	6	9	11	R\$ 91.578,93	R\$ 3.782,21	R\$ 36.492,00
		Meio	9	9	9	5			

	Médio	Fim	6	5	6	6			
		Meio	3	4	2	2			
SR-06	Superior	Fim	7	8	10	5	R\$ 38.374,28	R\$ 1.584,86	R\$ 11.634,00
		Meio	0	0	0	1			
	Médio	Fim	0	1	1	0			
		Meio	0	0	0	0			
SR-07	Superior	Fim	3	3	3	2	R\$ 62.951,18	R\$ 2.599,88	R\$ 23.616,00
		Meio	10	10	9	10			
	Médio	Fim	0	2	2	3			
		Meio	3	3	2	2			
SR-08	Superior	Fim	5	1	1	2	R\$ 30.499,58	R\$ 1.259,62	R\$ 12.541,13
		Meio	3	3	0	5			
	Médio	Fim	0	1	1	1			
		Meio	2	3	2	2			
SR-09	Superior	Fim	4	7	7	3	R\$ 37.853,82	R\$ 1.563,36	R\$ 16.680,00
		Meio	1	1	0	0			
	Médio	Fim	4	4	3	4			
		Meio	4	4	3	0			
SR-10	Superior	Fim	4	2	4	3	R\$ 33.949,00	R\$ 1.402,08	R\$ 11.226,00
		Meio	3	5	4	5			
	Médio	Fim	0	0	0	0			
		Meio	0	0	0	0			
SR-11	Superior	Fim	5	4	4	2	R\$ 24.670,35	R\$ 1.019,01	R\$ 11.020,00
		Meio	1	2	0	1			
	Médio	Fim	0	0	1	3			
		Meio	1	3	3	0			
SR-12	Superior	Fim	6	7	9	8	R\$ 70.287,01	R\$ 2.902,78	R\$ 23.244,00
		Meio	9	10	9	8			
	Médio	Fim	0	0	0	0			
		Meio	4	0	0	0			
SR13	Superior	Fim	3	2	2	4	R\$ 71.382,69	R\$ 2.948,08	R\$ 31.766,72
		Meio	3	5	5	4			
	Médio	Fim	9	9	8	9			
		Meio	9	11	10	7			
SR-14	Superior	Fim	2	2	4	2	R\$ 88.201,55	R\$ 3.642,70	R\$ 39.210,00
		Meio	5	9	9	9			
	Médio	Fim	15	10	14	9			
		Meio	7	11	6	7			
SR-15	Superior	Fim	1	0	1	1	R\$ 55.670,17	R\$ 2.299,26	R\$ 27.056,00
		Meio	6	5	4	4			
	Médio	Fim	9	8	10	8			
		Meio	4	5	4	6			
SR-16	Superior	Fim	5	6	7	6	R\$ 83.533,66	R\$ 3.449,94	R\$ 34.524,00
		Meio	5	10	10	9			

	Médio	Fim	7	6	6	4			
		Meio	3	6	4	3			
SR-17	Superior	Fim	1	2	2	4	R\$ 70.975,63	R\$ 2.931,29	R\$ 35.457,57
		Meio	2	4	4	2			
	Médio	Fim	4	1	5	5			
		Meio	18	19	17	16			
SR-18	Superior	Fim	4	4	6	6	R\$ 53.855,71	R\$ 2.224,22	R\$ 21.144,00
		Meio	5	2	5	4			
	Médio	Fim	3	2	4	3			
		Meio	2	2	1	2			
SR-19	Superior	Fim	2	2	4	7	R\$ 61.326,10	R\$ 2.532,77	R\$ 25.069,20
		Meio	7	9	7	3			
	Médio	Fim	3	2	2	2			
		Meio	4	5	4	5			
SR-20	Superior	Fim	2	1	2	3	R\$ 34.061,56	R\$ 1.406,72	R\$ 15.594,00
		Meio	4	5	7	5			
	Médio	Fim	1	2	2	2			
		Meio	1	2	2	1			
SR-21	Superior	Fim	3	0	3	0	R\$ 39.299,37	R\$ 1.623,07	R\$ 17.265,00
		Meio	4	6	6	5			
	Médio	Fim	1	0	4	1			
		Meio	4	5	5	6			
SR-22	Superior	Fim	2	1	2	1	R\$ 31.498,61	R\$ 1.301,08	R\$ 14.758,00
		Meio	3	4	3	6			
	Médio	Fim	0	0	0	0			
		Meio	4	4	4	4			
SR-23	Superior	Fim	1	1	1	1	R\$ 35.483,25	R\$ 1.465,45	R\$ 13.548,00
		Meio	3	7	7	6			
	Médio	Fim	2	4	4	3			
		Meio	1	1	0	1			
SR-24	Superior	Fim	7	5	5	5	R\$ 37.237,19	R\$ 1.537,88	R\$ 13.541,45
		Meio	3	4	4	4			
	Médio	Fim	0	0	0	0			
		Meio	0	0	0	0			
SR-25	Superior	Fim	4	2	2	2	R\$ 30.550,81	R\$ 1.261,73	R\$ 15.054,00
		Meio	0	2	1	1			
	Médio	Fim	4	0	7	1			
		Meio	0	7	0	5			
SR-26	Superior	Fim	1	3	1	2	R\$ 36.808,76	R\$ 1.520,20	R\$ 14.594,00
		Meio	7	5	5	6			
	Médio	Fim	1	2	1	1			
		Meio	2	2	1	1			
SR-27	Superior	Fim	5	4	4	6	R\$ 82.831,81	R\$ 3.420,92	R\$ 36.234,00
		Meio	6	8	1	5			

	Médio	Fim	3	4	4	4			
		Meio	6	8	8	8			
SR-28	Superior	Fim	1	1	1	1	R\$ 18.044,84	R\$ 745,26	R\$ 10.326,00
		Meio	1	1	0	1			
	Médio	Fim	1	1	1	5			
		Meio	2	4	4	2			
SR-29	Superior	Fim	3	4	4	2	R\$ 37.084,38	R\$ 1.531,54	R\$ 14.988,00
		Meio	2	5	1	5			
	Médio	Fim	2	2	2	1			
		Meio	1	1	1	1			
SR-30	Superior	Fim	4	8	7	9	R\$ 73.694,03	R\$ 3.043,54	R\$ 30.780,00
Total	Nível Superior	Fim	125	107	134	140	R\$ 1.795.745,94	R\$ 74.164,33	R\$ 754.058,63
		Meio	142	166	159	165			
		Subtotal	267	273	293	305			
	Nível Médio	Fim	121	112	132	151			
		Meio	119	154	119	94			
		Subtotal	240	266	251	245			
	Geral			507	539	544			

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

10.3 Desoneração da folha de pagamento

O INCRA iniciou os procedimentos visando desoneração da folha de pagamento mencionados na legislação, vide contrato nº 32.300/2013, celebrado com a empresa Software Tecnologia em Informática. No entanto, foi admitido Pedido de Reexame, com efeito suspensivo até a decisão final de mérito do Tribunal de Contas da União – TCU. Portanto, os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2859/2013 e as suas determinações estão suspensas, o que impede que os órgãos as apliquem até decisão final do TCU.

11 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão da frota de veículos

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

Empresa: SEMATEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA -

CNPJ: 03.602.000/0001-50

CONTRATO: CRT/DF Nº 37200/2014

VIGÊNCIA: 13/10/2014 A 12/10/2015

A contratação se justifica tendo em vista que o INCRA Sede não possui frota própria de veículos funcionais e necessita de transporte de pessoal para a execução de suas atividades.

Os serviços são de natureza comum e continuada e não podem ser interrompidos, razão pela qual a sua continuidade é tida como essencial para o desenvolvimento das atividades cotidianas a serem desempenhadas.

Os serviços são executados por empresa especializada, devidamente habilitada pelos órgão de controle e fiscalização da atividade, com utilização de mão-de-obra detentora de formação profissional específica.

A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa contratada e o INCRA e é vedado qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Não gera também custos com contratação, treinamento e administração de mão-de-obra.

Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitaram obter preço compatível com a finalidade estabelecida.

Quadro 14 - Descrição dos serviços de transporte do INCRA

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR ANUAL ESTIMADO (R\$)
1	Serviços de caráter permanente	39.415,00	472.980,00
2	Serviços de caráter eventual	5.415,00	64.980,00
TOTAL MENSAL			44.830,00
TOTAL ANUAL			537.960,00

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Serviços Gerais - DAA

ESTIMATIVA DE QUILOMETRAGEM

Para o serviço **PERMANENTE – Item 1**

Tipo de Veículo	Qtde de km total estimado por veículo (média/mês)	Demanda Total Estimada (Mensal)	Estimativa de km excedente (Mensal)
Funcional	1.400	7.000	1.500

* São utilizados 5 carros.

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Serviços Gerais - DAA

Para o serviço **EVENTUAL – Item 2**

Tipo de Veículo	Qtde	Qtde estimada de Diárias com franquia de 100 Km (Mensal)	Estimativa de km excedente (Mensal)
Van para passageiros	2	2	100
Ônibus	1	1	100
Furgão para transporte de carga	1	1	100

11.2 Patrimônio imobiliário da União sob a responsabilidade da UJ

Figura 22 – Imóveis de posse do INCRA

ADMINISTRATIVOS

IDENTIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
SGON QD.05 LOTE 01	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
14º Andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
15º Andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
16º Andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
17º Andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
18º Andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
19º Andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
20º Andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
21º Andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
22º Andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
SGON Quadra 04 Lotes 7/8	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
SBN – Ed. Palácio do Desenvolvimento, 02 - Lote 32, Qd 01, Bloco D, Asa Norte	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
SAUS Q 04 LOTE 05	INCRA	CEDIDO	ASA SUL
SAUS Q 04 LOTE 06	INCRA	CEDIDO	ASA SUL

LOJA/COMERCIAL

IDENTIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
SCLS 307, Bloco "A", loja 03 – Comerc.	INCRA	CEDIDO	ASA SUL

TERRENOS/DESOCUPADOS – LAGO NORTE

IDENTIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
SHIN QI 03 CJ 05 LOTE 09	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QI 01 CJ 02 LOTE 12	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QI 01 CJ 02 LOTE 14	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QI 01 CJ 07 LOTE 22	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QI 01 CJ 08 LOTE 08	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QI 03 CJ 03 LOTE 04	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QI 03 CJ 03 LOTE 11	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 01 CJ 05 LOTE 09	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 01 CJ 06 LOTE 14	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 01 CJ 08 LOTE 11	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 03 CJ 05 LOTE 09	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 03 CJ 07 LOTE 11	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 03 CJ 08 LOTE 03	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 03 CJ 08 LOTE 16	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 05 CJ 02 LOTE 16	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 05 CJ 04 LOTE 04	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 05 CJ 05 LOTE 15	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 05 CJ 06 LOTE 18	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE
SHIN QL 05 CJ 07 LOTE 04	INCRA	VAZIO	LAGO NORTE

RESIDENCIAIS / MORADIA

IDENTIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
SQN 215 BL A APTº609	INCRA	OCUPADO	ASA NORTE
SQS 202 BL J APTº502	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 308 BL H APTº102	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 315 BL E APTº104	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 315 BL E APTº207	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 315 BL H APTº503	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 405 BL L APTº108	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 405 BL P APTº207	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 406 BL P APTº301	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 406 BL P APTº305	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 408 BL P APTº303	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 408 BL.P APTº204	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 415 BL I APTº 307	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 415 BL I APTº 308	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 415 BL I APTº108	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 416 BL D APTº203	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 416 BL D APTº205	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 416 BL D APTº206	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 416 BL S APTº107	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 416 BL S APTº203	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
SQS 416, BL S, APTO 205	INCRA	OCUPADO	ASA SUL
QNJ 42 CASA 23	INCRA	OCUPADO	TAGUATINGA
QNJ 44 CASA 23	INCRA	OCUPADO	TAGUATINGA
QNJ 46 CASA 06	INCRA	OCUPADO	TAGUATINGA
QNJ 46 CASA 34	INCRA	OCUPADO	TAGUATINGA

TERRENOS/DESOCUPADOS – LAGO SUL

IDENTIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
SHIS QI 21 CJ 06 LOTE 05	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 21 CJ 06 LOTE 06	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 01 LOTE 13	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 03 LOTE 24	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 04 LOTE 01	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 04 LOTE 17	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 04 LOTE 20	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 06 LOTE 17	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 06 LOTE 18	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 07 LOTE 19	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 09 LOTE 06	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 09 LOTE 09	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 09 LOTE 18	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 11 LOTE 07	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 26 CJ 11 LOTE 10	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 28 CJ 06 LOTE 05	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 28 CJ 06 LOTE 09	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 28 CJ 07 LOTE 03	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 28 CJ 08 LOTE 07	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 28 CJ 08 LOTE 17	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 28 CJ 10 LOTE 06	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 28 CJ 10 LOTE 12	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QI 28 CJ 15 LOTE 10	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QL 28 CJ 04 LOTE 07	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QL 28 CJ 04 LOTE 09	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QL 28 CJ 05 LOTE 18	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QL 28 CJ 07 LOTE 02	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QL 28 CJ 07 LOTE 09	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QL 28 CJ 08 LOTE 08	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QL 28 CJ 08 LOTE 10	INCRA	VAZIO	LAGO SUL
SHIS QL 28 CJ 09 LOTE 16	INCRA	VAZIO	LAGO SUL

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Serviços Gerais - DAA

11.3 Imóveis locados de terceiros

Quadro 15 - Imóveis locados de terceiros

IMÓVEL	Localização UF	Município	Utilização	Contrato	Área Total	Área Útil	Nº de pessoas que trabalham no Local	Valor Anual do Aluguel
Travessa Floriano Peixoto, 263 – Centro	AC	Feijó	Escritório do INCRA	3730155029000200	120,0	120,0	3	R\$ 10.800,00
Avenida Antonio Frota, 325 – Centro	AC	Tarauaca	Escritório do INCRA	CRT/AC/6.000/2014	140,0	140,0	3	R\$ 13.800,00
Travessa Dez de Novembro n. 345 – Centro	PA	Altamira	Unidade Avançada Especial de Altamira		2153,2	1413,9	54	R\$ 300.000,00
Av. presidente Vargas, s/n – Centro	PA	Anapu	Escritório do INCRA	37308350356002000	474,0	132,2	9	R\$ 33.000,00
Av. Clarindo Chaves, 196 – Centro	AM	Parintins	Unidade Avançada de Parintins	37302550170002000	200,0	200,0	2	R\$ 14.400,00
Rua 25 de Dezembro, nº 924 – Shopping Marrakech – 1º a 3º Pisos – SS e Garagem	MS	Campo Grande	Superintendência Regional do INCRA	37305850700002000	5203,0	5203,0	139	R\$ 1.239.767,03
Av. Araguaia nº 544, Centro	MT	São Félix do Araguaia	Unidade Avançada Norte do Mato Grosso	3730775000003200	1075,0	1075,0	10	R\$ 36.000,00
Rua dos Cristais nº 200, Vila Mariana	MT	Cáceres	Unidade Avançada de Cáceres	CRT/MT 04/2012	679,6	451,0	26	R\$ 59.980,32
Av. Pedro Ludovico nº 402, Centro	TO	Araguatins	Unidade Avançada de Araguaatins	CRT/TO.05000/12DL/04/2012	956,4	347,5	15	R\$ 18.000,00
Quadra 54. lotes 02 e 03, Setor União V	TO	Gurupi	Unidade Avançada de Gurupi	CRT/TO/79001/2004	1167,6	687,9	23	R\$ 43.200,00
Rua Coronel Sezefredo, 1064	RS	São Gabriel	Escritório do INCRA	DISP 14/2010	40,0	40,0	1	R\$ 32.767,24
Av. Getúlio Vargas, 180-S – Centro	SC	Chapécó	Unidade Avançada de Chapécó	CRT/SC/6000/2013	563,0	563,0	14	R\$ 62.400,00
Av. Adail Sá Centro, 456 – Castanho	AM	Careiro	Unidade Avançada	3730255024000200	80,0	80,0	2	R\$ 13.800,00
Av. Eduardo Ribeiro 1381, Centro	AM	Manacapuru	Unidade Avançada de Manacapuru	37302550170002000	80,0	80,0	4	R\$ 22.800,00
Trav. Tatajuba nº 253 Km 01	PA	Capitão	Poço Unidade Avançada de Capitão Poço	37303050010002000	152,0	152,0	10	R\$ 31.920,00
Trav. Lameira Bittencourt nº 273	PA	Tomé Açu	Unidade Avançada de Tomé Açu	3730305003000200	448,3	448,3	13	R\$ 57.600,00
Rua Magalhaes de Almeida, nº 548	MA	Bacabau	Unidade Avançada de Bacabau	3730425001000200	405,0	405,0	9	R\$ 32.400,00
Rua do Sol, Centro	MA	Zé Doca	Unidade Avançada de Zé Doca	CRT/MA/Nº 29.000/2014	480,0	480,0	35	R\$ 17.075,00
Av. Presidente Vargas nº 817 do 23º ao 25º andar, Centro	RJ	Rio de Janeiro	Superintendência Regional do INCRA	3730625001000200	2445,0	2445,0	157	R\$ 3.120.000,00
Rua Dr. Faivre, 1220	PR	Curitiba	Superintendência Regional do INCRA	3730675073000200	3727,0	3727,0	168	R\$ 750.809,16
Avenida Vereador Honório Babinski nº 12 Centro	PR	Laranjeiras do Sul	Unidade Avançada de Laranjeiras do Sul	3730675061000200	1494,0	683,0	7	R\$ 57.061,69
Rua Albino Torroca 1541 - Bairro Jardim Pará	MS	Dourados	Unidade Avançada de Dourados	3730615026000200	2313,0	825,0	28	R\$ 57.382,00
Rua Primeiro de Maio, nº 571, Centro	MS	Jardim	Unidade Avançada de Jardim	3730605000002200	1256,0	838,0	9	R\$ 66.000,00
Rua Padre Francisco da Soledade, s/n – Centro	BA	Bom Jesus da Lapa	Unidade Avançada Oeste	3730535000016200	442,5	442,5	17	R\$ 33.600,00
Rua Osório Duque Estrada, nº 107 – Sala 601, Edifício Capital, Bairro Araés	MT	Cuiabá	SRFA	1330035000054200	120,0	120,0	4	R\$ 21.680,78
Rua Osório Duque Estrada, nº 107 – Sala 502, Edifício Capital, Bairro Araés	MT	Cuiabá	SRFA	1330035000055200	120,0	120,0	3	R\$ 9.646,82
Rua Osório Duque Estrada, nº 107 – Sala 501, Edifício Capital, Bairro Araés	MT	Cuiabá	SRFA	1330035000056200	120,0	120,0	3	R\$ 21.680,78
Rua Osório Duque Estrada, nº 107 – Sala 602 a 605, Edifício Capital, Bairro Araés	MT	Cuiabá	SRFA	1330035000057200	120,0	120,0	2	R\$ 47.829,50
Rua Osório Duque Estrada, nº 107 – Sala 503 a 505, Edifício Capital, Bairro Araés	MT	Cuiabá	SRFA	1330035000058200	120,0	120,0	2	R\$ 28.940,63
Av. Rui Barbosa, nº 1321 – 1º Andar - Centro	PA	Santarém	SRFA	1330035000059200	800,0	800,0	8	R\$ 144.000,00

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa - DA

12 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quadro 16 - Relação de Sistemas do INCRA

SISTEMA	MÓDULOS	FUNÇÃO	ALINHAMENTO COM OS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
SIPRA (Sistema de Informações dos Projetos da Reforma Agrária)	SIPRA/BENEFICIÁRIO (DAP)	Registro, controle e processamento das atividades pertinentes aos projetos de Reforma Agrária, desde a sua criação, inscrição de candidatos, seleção de famílias, acompanhamento dos beneficiários, controle dos créditos, infraestrutura, produção, acampamentos, bem como a emissão de certidões, contratos, títulos e outros documentos afins. Envolve transferir o domínio da terra. Manter controle sobre o título que é o documento que dá posse definitiva da terra. Manter informações referentes aos projetos de assentamento.	<p>Macroprocesso finalístico: DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</p> <p>Objetivos estratégicos alinhados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade. - Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais. - Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social. - Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.
	SIPRA/TITULAÇÃO		
	SIPRA/CANDIDATO		
	SIPRA/PROJETO		
	SIPRA/ACAMPAMENTO		
	SIPRA/AMBIENTAL		
	SIPRA/SICOI (Sistema de Ocupantes Irregulares)		
	SIPRA/COMUNIDADE SOCIAIS		
	SIPRA/PROJETO - REGULARIZACAO		
	SIPRA/TITULAÇÃO - REGULARIZACAO		
SIPRA/TITULO RATIFICAÇÃO			

			- Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.
SNCCI (Sistema Nacional de Cobrança de Crédito de Instalação)	SNCCI/Cadastro	Sistema responsável pelas atividades desempenhadas pela área de cobrança de crédito instalação. O sistema deverá apoiar os serviços de cobrança relacionados ao crédito instalação.	- Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.
	SNCCI/Cobrança		
Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF		Sistema desenvolvido pelo INCRA/MDA para gestão de informações fundiárias do meio rural brasileiro. Por ele são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais.	Macroprocesso Finalístico: - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA Objetivos estratégicos: - Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.
Sistema de Segurança Integrada - SSI		Sistema de Segurança Integrada que possibilita que os sistemas utilizados pelos usuários do INCRA sejam autenticados pelo SSI e liberado acesso de acordo com o perfil cadastrado de cada gestor de sistema responsável na autarquia	Macroprocessos Finalísticos: - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO Objetivos estratégicos: -Efetivar uma política de governança fundiária,

			com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.
Sistema de Pontos de GPS – RIBAC		Capturar e disponibilizar pontos de GPS dos assentamentos do INCRA como coordenadas, para observação, geração de mapas, e navegação	<p>Macroprocesso Finalístico:</p> <p>- ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</p> <p>Objetivos estratégicos:</p> <p>- Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.</p> <p>- Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.</p>
SISPROT - Sistema de Controle de Processos		Cadastramento e manutenção de protocolos internos do INCRA.	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <p>- ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</p> <p>- OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</p> <p>- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</p>

			<p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esse sistema de apoio à tramitação e gestão de processos administrativos gerais está alinhado a todos os objetivos estratégicos, por se tratar de sistema típico de atividades-meio do INCRA.
SISDOC - Sistema de Controle de Documentos		Registrar histórico e localização de documentos dentro da instituição	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esse sistema de apoio à tramitação e gestão de documentos diversos está alinhado a todos os objetivos estratégicos, por se tratar de sistema típico de atividades-meio do INCRA.
Sistema de Patrimônio		Gerar e controlar os patrimônios e tombamentos de bens materiais de todo o órgão.	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE

			<p>ASSENTAMENTO</p> <p>Objetivos estratégicos:</p> <p>- Esse sistema de gestão de patrimônio está alinhado a todos os objetivos estratégicos, por se tratar de sistema típico de atividades-meio do INCRA.</p>
Sistema de Almoarifado		Controla e gerencia o almoarifado da autarquia	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <p>- ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</p> <p>- OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</p> <p>- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</p> <p>Objetivos estratégicos:</p> <p>- Esse sistema de gestão de almoarifado está alinhado a todos os objetivos estratégicos, por se tratar de sistema típico de atividades-meio do INCRA.</p>
SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais		Sistema responsável pela geração de certificação de imóveis rurais baseado em plataforma de software livre.	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <p>- ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</p> <p>- OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</p>

			<p>- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</p> <p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais. - Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.
<p>CERTIFICAWEB - Sistema de Acompanhamento do Processo de Certificação de Imóveis Rurais</p>		<p>Acompanhar e controlar o andamento dos processos de certificação de imóveis rurais.</p>	<p>Macroprocesso finalístico:</p> <p>- ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</p> <p>Objetivos Estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais. - Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária,

			observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.
SISPAD		Controle de processos administrativos disciplinares (PAD) do INCRA.	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esse sistema de controle de PAD está alinhado a todos os objetivos estratégicos, por se tratar de sistema típico de atividades-meio do INCRA.
Terra Forte		Sistema do Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária	<ul style="list-style-type: none"> - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Macroprocesso finalístico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Objetivo estratégico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

<p>Sistema de Informação ao Cidadão (SIC)</p>		<p>O Sistema de Informação ao Cidadão – SIC desenvolvido no início da vigência da “Lei de Acesso à Informação”. Após a concepção/implantação do sistema, foi regulamentado, entre outras coisas, que a informação deveria sempre ser solicitada através da CGU e respondida por esta também.</p>	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esse sistema de apoio à disseminação de informação, conforme a lei 11.527/2011, possui caráter transversal; está alinhado com todos os objetivos estratégicos, por se tratar de sistema afeto às finalidades da Autarquia.
<p>Portal da Sala da Cidadania</p>		<p>Central de serviços e informações que visa a facilitar o acesso dos beneficiários da Reforma Agrária e dos proprietários rurais aos serviços prestados pelo INCRA.</p>	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esse sistema, de interface do INCRA com os clientes da reforma agrária, possui caráter transversal; está alinhado com todos os objetivos estratégicos, por se tratar de sistema afeto a todos as atividades finalísticas do INCRA.

Sistemas em desenvolvimento, constantes do PDTI, que caracterizam demandas de 2014:

Quadro 17 - Sistemas em desenvolvimento

SISTEMA	FUNÇÃO	ALINHAMENTO COM OS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS/ OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
GePlanes – Planejamento Estratégico	Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico que está sendo reformulado por solicitação da área de planejamento do INCRA e em substituição ao sistema SIR/Planejamento.	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esse sistema, de interface do INCRA com os clientes da reforma agrária, possui caráter transversal; está alinhado com todos os objetivos estratégicos, por se tratar de sistema afeto a todas as atividades finalísticas do INCRA.
Cadastro e Seleção de Famílias	Novo “SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – Módulo de Cadastro e Seleção” tem como objetivo cadastrar, selecionar e homologar os candidatos aptos ao programa nacional de reforma agrária, além de emitir relatórios gerenciais.	<p>Macroprocesso finalístico:</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</p> <p>Objetivos estratégicos alinhados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

		<ul style="list-style-type: none"> - Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais. - Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social. - Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento. - Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.
Sistema de Ponto Eletrônico	Sistema para controle e acompanhamento do registro eletrônico de frequência de servidores do INCRA.	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esse sistema de controle de frequência está alinhado a todos os objetivos estratégicos, por se

		tratar de sistema típico de atividades-meio do INCRA.
Sistema Nacional de Titulação	O Sistema Nacional de Titulação tem como objetivo integrar, em um único sistema, todas emissões de títulos realizadas atualmente pelo INCRA e SERFAL. O objetivo é centralizar informações, simplificar o processo, dar maior clareza a situação de cada Título, dar maior transparência ao processo e possibilitar um acompanhamento gerencial de toda emissão de título do órgão.	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esse sistema de controle de frequência está alinhado a todos os objetivos estratégicos, por se tratar de sistema típico de atividades-meio do INCRA.
Rede Brasil Rural	A Rede Brasil Rural é um sistema informatizado, criado pelo MDA para organizar a cadeia de produtos da agricultura familiar, desde o processo de produção até o mercado consumidor.	<p>Macroprocessos Finalísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO <p>Objetivos Estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade. - Fomentar a produção, difusão e gestão dos conhecimentos técnico científicos, com vistas a qualificar e divulgar as ações referentes ao desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Fonte: Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação - DET

Relação de contratos Continuados de TI vigentes – INCRA Sede

Quadro 18 - Contratos de TI vigentes

Divisão	Número	Continuado?	Objeto	Nome da contratada	Vigência	Valor mensal	Valor global
DET-1	32300/2013	sim	fábrica de software	Softway Tecnologia em Informática	04/03/15	R\$ 481.000,66 em média	R\$ 5.772.008,90
DAA-4 / DET	31400/2012	sim	manutenção do software de patrimônio ASI	Link Data Informática e Serviços S/A	26/12/15	R\$ 14.851,99	R\$ 178.223,88
DET-2	36000/2014	sim	MPLS	Embratel S/A	18/03/15	R\$ 322.108,85	R\$ 3.865.318,09
	36100/2014	sim	acesso à internet	Embratel S/A	18/03/15	R\$ 34.258,12	R\$ 411.097,50
	36200/2014	não	Renovação das licenças de firewall	MBA Teleinformática Ltda – EPP	27/02/15		R\$ 743.639,80
	37400/2014	sim	Acesso à internet; conexão com a Infovia	Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados	20/12/15	R\$ 21.800,00	R\$ 261.600,00
	22500/2011	sim	manutenção da sala-cofre	Orion Telecomunicações Engenharia S/A	25/01/16	R\$ 23.930,78	R\$ 287.169,36
	31200/2012	sim	suporte à rede de dados	Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática Ltda.	31/12/15	R\$ 180.894,15	R\$ 2.170.729,80
	29700/2012	não	fornecimento de storage	Vert Soluções em Informática Ltda	04/04/15		R\$ 939.941,76
	30100/2012	não	fornecimento de storage	Vert Soluções em Informática Ltda	30/07/17		R\$ 1.954.700,00
	37500/2014	não	solução de banco de dados (SQL Server 2012)	Brasoftware Informática Ltda.	27/05/15		R\$ 425.264,00
DET-3	99900/2009	sim	serviços de suporte ao usuário (atendimento de nível 1 e 2)	Hepta Tecnologia e Informática Ltda.	30/12/15	R\$ 67.758,05	R\$ 813.096,60
	36300/2014	não	fornecimento de microcomputadores, notebooks e monitores de vídeo	Hewlett-Packard do Brasil Ltda.	17/06/15		R\$ 4.329.000,00

Fonte: Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação - DET

13 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1 Critérios de sustentabilidade ambiental

Embora o INCRA ainda não tenha um Plano de Sustentabilidade consolidado, este Instituto adota práticas sustentáveis, tanto na elaboração de Termos de Referência, quanto na observância das diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, visando promover a compra de produtos que levam em conta critérios ambientais, econômicos e sociais em todas as etapas de seu ciclo de vida.

Ademais, diante desta nova gestão do INCRA, informamos que a elaboração de metas de sustentabilidade, conforme Instrução Normativa nº 10/2012, da SLTI/MPOG serão priorizados.

14 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

14.1 Determinações em acórdãos do TCU

Quadro 19 - Acórdãos do TCU

Nº	Nº do Acórdão	Processo / Assunto	Item	Unid. Interna	Providência do Órgão
1	525/2014	TC-006.043/2008-0 - autos de levantamento de auditoria, tendo por objeto obras de recuperação e manutenção de estradas vicinais no estado do Acre.	9.3	SR-14/AC	<p>A Auditoria do Interna do INCRA, por meio OFÍCIO/AUD Nº 59, de 01/04/2014, encaminha a SECEX/AC a INFO/DDI1/Nº 05/2014, informando que a recomendação do item 9.3 do acórdão já foi parcialmente atendida através das normas de execução NE 108 e NE 111 e duas outras normas já elaboradas encontram-se na Procuradoria Federal Especializada – PFE, INCRA Sede, para análise quanto aos aspectos jurídicos ali abordados.</p> <p>A Auditoria do Interna do INCRA, por meio OFÍCIO/AUD Nº 255, de 17/11/2014, leva ao conhecimento da SECEX/AC, a Informação da DDI consoante INFO/DIVISAO DE IMPLATAÇÃO DE OBRAS-DDINº 27/2014 no qual retrata acerca das medidas adotadas em cumprimento da determinação expressa no item 9.3 do Acórdão 525/2014.</p>
2	863/2014	TC 023.441/2013-5 –reapresentação formulada pela Associação Brasileira de Empresas de geodésica e Topografia.	1.7.1	DA	<p>OFÍCIO/AUD/Nº 74, de 08/05/2014 enviado a SecexAmbiental, cujo expediente encaminha o OFÍCIO/INCRA/SRFA/Nº 091/2014, informando que tal solicitação contida no item 1.7, subitem 1.7.1 do acórdão é inviável em razão do Sr. Marlon Sandro de Alencar Gomes não ser o representante da empresa Ativa Consultoria e Assistência Técnica Ltda.</p> <p>OFÍCIO/AUD/Nº 192, de</p>

					22/08/2014 enviado a SecexAmbiental, cujo expediente encaminha o Ofício/INCRA/ SRFA/Nº 141/2014, contendo anexo cópia da Certidão de Acervo Técnico nº 992/Cop/2013 e Atestado de Capacidade Técnica do Sr. Nelson Palo do Nascimento.
3	935/2014	TC-07141/2012-2 - monitoramento das medidas adotadas para cumprir os subitens 9.4 e 9.5 do acórdão 118/2012 plenário, pela FETAEMA para verificar a execução do projeto de crédito fundiário e combate a pobreza rural.	9.9	SR-12/MA	A SR-12/MA por meio do Ofício nº 692, de 14/05/2014 respondeu diretamente a SECEX/MA sobre as medidas tomadas quanto ao convênio CRT/MA 6.000/2004 celebrado com a FETAEMA, atendendo ao item 9.9 do acórdão.
4	1372/2014	TC 023.909/2011-0 – ato de concessão de aposentadoria	1.7.1	DA	A DA encaminha a Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIP/DF, o Ofício/Nº 290/2014- DAH/DA/INCRA/MDA, de 18/06/2014, documentação comprobatória concernentes ao cadastramento de novo ato do SISAC referente a aposentadoria de Maria Alice de Araujo.
5	1989/2014	TC 025.197/2009-8- irregularidades no convenio CRT/MA/Nº 9000/2004 celebrado com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola-AESCA.	1.7, 1.7.1.1, 1.7.1.1.1 , 1.7.1.1.2 , 1.7.1.2 a 1.7.1.5, 1.7.1.5.1 a 1.7.1.5.3	SR-12/MA	O Presidente do INCRA por meio do ofício nº 534/2014, de 13/11/2014, encaminha ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União as informações concernentes ao cumprimento dos itens 1.7 e 1.7.2 do citado Acórdão.

			e 1.7.2		
6	2146/2014	TC 020.748/2010-8 - prestação de contas do INCRA do Mato Grosso referentes ao exercício de 2009.	9.2	SR/13-MT	<p>A SR-13/MT por meio do OFICIO Nº 21572014-INCRA//SR-13/G prestam todos os esclarecimentos ao Ministério Público Federal sobre o passivo ambiental na fazenda Panorama/MT.</p> <p>Segue anexo ao ofício um CD contendo relatório do passivo ambiental no formato digital.</p>
7	2174/2014	TC 015.563/2012-0 – representação formulada por equipe de auditoria sobre indícios de irregularidades ocorridas no INCRA PR , relacionadas com estruturação de assentamentos da reforma agrária.	9.8	SR-09/PR DD e DT	<p>A SR-09/PR por meio do Memorando SR(09)/Nº 251, de 17/09/2014, encaminha a Auditoria Interna do INCRA, cópia do recurso apresentado ao Tribunal de Conta da União – TCU, referente as informações concernentes à estruturação de assentados da reforma agrária.</p>
8	4532/2014	TC 012.231/2012-6 Representação. Fracionamento indevido de débito decorrente de inexecução parcial de objetos de convênios. Determinação para por termo ao parcelamento.	9.2	SR-04/GO	<p>A SR-04/GO por meio do MEMO/INCRA/SR-04-G/Nº 512, de 30/09/2014 informou a Auditoria Interna que a Superintendência Regional já efetuou a anulação do termo de Parcelamento das dívidas decorrentes de inexecução dos convênios nº 734716/2010 e nº 734730/2010 e que irá se obster de efetuar qualquer outro parcelamento decorrente de inexecução de objeto de convênio.</p> <p>Nesse sentido a Auditoria Interna – AUD encaminhou às Diretorias e Superintendências Regionais do INCRA o Memorando/Circular/AUD/Nº12, de 23/9/ 2014, contendo o referido Acórdão e orientações quanto às medidas que devem ser tomadas referentes ao assunto.</p>

Fonte: Auditoria Interna - INCRA

14.2 Recomendações feitas pelo órgão de controle interno

Constam no Relatório de Auditoria sobre a Gestão do INCRA/Sede, concluído pela CGU em 2014, as seguintes recomendações:

1.1.1.2 CONSTATAÇÃO

Ausência de informações sobre o Convênio nº742522 nos autos do processo administrativo e no Siconv.

Recomendação 1: Incluir no Processo 54000.002569/2009-85, em mídia eletrônica, os documentos que comprovam a execução das metas do Convênio nº742522.

Recomendação 2: Inserir no Siconv informação consolidada (relatório) por meio da qual seja possível identificar as metas executadas em cada parcela do Convênio nº742522, especificando as informações, tais como datas de realização das capacitações em cada Estado; quantidade de participantes em cada evento; assuntos tratados nos relatórios de acompanhamento elaborados pela convenente; e data, quantidade e assunto tratado nas visitas técnicas às famílias.

2.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Permanência nos sistemas SIAFI e SPIUnet de classificação indevida de 51 terrenos com bens de uso especial, localizados no distrito Federal, de propriedade do INCRA, não utilizados na destinação definida no inciso II do artigo 99 da Lei nº10.406, de 10/12/2012, decorrente em custos de manutenção pela Autarquia e afetação pela inalienabilidade.

Recomendação 1: Elaborar rotinas de controle para a atualização, no SPIUnet e no SIAFI, dos dados referentes à realização dos bens imóveis de propriedade da Autarquia.

Recomendação 2: Providenciar a adequação da classificação dos 51(cinquenta e um) terrenos de propriedade do INCRA nos sistema SIAFI e SPIUnet, de acordo com a avaliação realizada pela Comissão de Inventário designada pela Ordem de Serviço/INCRA/DA/Nº101/2012, de 28/11/2012, com vistas à efetiva destinação dos imóveis, inclusive alienação, se for o caso.

3.2.1.1 CONSTATAÇÃO

Não realização de ações programadas no PAINT 2013

Recomendação 1: Recomendamos ao Conselho Diretor do INCRA prover à Auditoria Interna de recursos humanos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, especialmente para a citada Unidade realizar ações de controle com intuito de analisar a execução^{9º} dos principais macroprocessos finalísticos da gestão.

3.2.1.2 CONSTATAÇÃO

Realização de atividade pela Auditoria Interna não pertencente às suas atribuições.

Recomendação 1: Suspender o encaminhamento de processos relativos a pagamentos de exercícios anteriores para análise e parecer da Unidade de Auditoria Interna. (Recomendação atendida)

Recomendação 2 : Alocar a força de trabalho da Auditoria Interna em atividades inerentes às competências da Unidade, especialmente ações de controle para avaliar a execução das políticas operacionalizadas pela Autarquia.

5.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Insuficiência dos procedimentos estabelecidos para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Portaria nº352/2013 para restabelecimento das operações de Crédito Instalação.

Recomendação 1: Adotar as providências pertinentes de apuração de responsabilidades das solicitações apresentadas para restabelecimento de operações de crédito que não guardam observância aos dispositivos da portaria INCRA nº352, de 18/6/2013.

O Relatório de Auditoria sobre a Gestão do INCRA/Sede, feito pela CGU foi concluído no 2º semestre 2014, cujas recomendações ainda não constam do Plano Permanente de Providências CGU/INCRA. Entretanto estão sendo objeto de adimplemento pela gestão do INCRA e sendo monitoradas pela CGU.

14.3 Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730, de 10/11/1993

Restam cumpridas, por parte dos agentes responsáveis que atuaram no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, registrados no Rol de Responsáveis, as exigências de apresentação de Declaração de Bens e Rendas, na forma da Lei 8.730, de 10/11/1993, conforme declaração abaixo.

Figura 23 – Declaração de cumprimento das exigências da Lei 8.730/1993



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DA
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - DAH

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Decisão Normativa/TCU/nº 134/2013, alterada pela Decisão Normativa nº 139/2014, especificamente no que tange ao item 11.3, do anexo II, PARTE A - CONTEÚDOS GERAIS, **DECLARO**, que os agentes responsáveis registrados no **Rol de Responsáveis**, no âmbito da Sede deste Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INRCA, que atuaram no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício financeiro de 2014**, estão em dia com as exigências de apresentação de Declaração de Bens e Rendas, na forma da Lei 8.730, de 10/11/93.

Brasília, 10 de abril de 2015.


Eva Maria de Souza Sardinha
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas

14.4 Medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

No exercício de 2014 foram analisados e emitidos pela Auditoria Interna do INCRA pareceres em 39 processos de Tomada de Contas Especial-TCE. Desses, 29 foram encaminhados à Controladoria-Geral da União-CGU para manifestação do Controle Interno com vistas ao Tribunal de Contas da União-TCU para trânsito e julgamento das contas dos responsáveis e 10 foram devolvidos às unidades instauradoras com diligenciamento, conforme especificados no quadro a seguir:

Quadro 20 - Processos de Tomadas de Contas

Unidade Instauradora	Retorno à Unidade Instauradora	Encaminhado à CGU
SR(03)PE	54140.002951/2005-61	
SR(04)GO		54150.001859/2008-15 54150.002986/2011-29
SR(06)MG	54170.005427/2008-37	54170.003755/2013-66 54170.005596/2010-91
SR(08)SP		54190.005754/2012-37
SR(11)RS		54220.002403/2013-51
SR(12)MA		54230.003124/2013-95 54230.003351/2013-11 54230.003968/2010-93
SR(13)MT		54240.002956/2008-16
SR(15)AM		54270.000248/2009-66
SR(18)PB		54320.000137/2014-84
SR(21)AP		54350.000940/2008-13
SR(22)AL		54360.001171/2011-57
SR(23)SE	54370.001260/2010-01	
SR(24)PI		54380.000817/2011-41 54380.000818/2011-95
SR(26)TO	54400.000268/2012-18	
SR(27)MBA	54600.000275/2004-45 54600.000363/2009-51	54600.000162/2005-21 54600.000624/2013-10

	54600.001222/2010-90	54600.0010642008-53
	54600.001567/2013-96	54600.001117/2007-55
	54600.002077/2005-05	54600.001483/2008-95
SR(28)DFE		54700.000340/2014-86
		54700.000344/2014-64
SR(29)MSF		54141.000130/2014-71
		54141.000131/2014-15
		54141.001792/2014-87
SR(30)STM	54501.030168_2013-51	
SEDE		54000.000243/2013-08
		54000.000213/2013-93
		54000.001549/2005-53

Fonte: Auditoria Interna - INCRA

14.5 Demonstração da correção e tempestividade da inserção das informações no SIASG e SICONV

Visando manter a correção e tempestividade das informações inseridas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, foi providenciada, no final do exercício de 2012, a implantação do módulo “Cronograma físico-financeiro” com o objetivo de inserir as informações referentes aos contratos celebrados pelo INCRA, qualificando como gestor responsável a Diretoria de Gestão Administrativa - DA, que no exercício de 2014 esteve sob responsabilidade de Juliano Flávio dos Reis Rezende (conforme descrição de Identidade Funcional presente no item 1.2 deste Relatório).

A partir de tal implantação, foram encaminhados às Superintendências Regionais de forma tempestiva, documentos contendo orientações e estabelecimento de prazos para encaminhamento dos cronogramas de assinaturas de novos contratos, visando melhor acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos celebrados¹⁰.

Em relação às informações do Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, que tem como gestor responsável o Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD (conforme descrição de Identidade Funcional presente no item 1.2 deste Relatório), informamos que na UG 373083/INCRA_Sede há registros de 02 (dois) convênios no sistema: **742522/2010** e **781425/2012**. De acordo com a área responsável, as informações foram inseridas no SICONV de forma tempestiva e os convênios estão em análise de prestação de contas e em execução, respectivamente.

¹⁰ Fonte: Divisão de Administração de Contratos – DAA-3 (Mem. 87/2015 /DAA-3 de 27 de Maio de 2015).

15 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

15.1 Adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Os procedimentos adotados na Unidade Gestora/Gestão (373083/37201), seguem o estabelecido na macrofunção SIAFI – ASSUNTO 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, sendo a base legal de sua elaboração: Lei n 4.320/64, Lei Complementar 101/00, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei n 10.180/2001.

Depreciação:

I - critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto → custo de aquisição

II - o método utilizado → quotas constantes

III - vida útil econômica e taxa utilizada → considera-se a Tabela de Vida Útil constante na macrofunção SIAFI – ASSUNTO 020330 no estabelecimento de período de vida útil e taxa de valor residual.

Para o exercício de 2014, houve um impacto do resultado apurado pelo Unidade Gestora/Gestão (373083/37201), tendo como variação passiva o montante de R\$ 12.366.388,67, conforme abaixo:

Quadro 21 - Informações de contas contábeis

Conta Contábil	Descrição	Valor (R\$)
5.2.3.2.0.00.00	Ajustes de bens, valores e créditos	50.125.515,25
5.2.3.2.1.00.00	Desvalorização de bens	37.759.126,58
5.2.3.2.8.00.00	Depreciação, Amortização e Exaustão	12.366.388,67

Fonte: sistema SIAFI 2014

15.2 Sistemática de apuração de custos

Embora a Secretaria do Tesouro Nacional – STN tenha criado o Sistema de Custos do Governo Federal – SIC, visando a evidenciar os custos dos programas e das unidades da administração pública federal; e considerando ainda que o processo de implantação do SIC deve ser sistemático e gradual, esta UJ não iniciou atividades relacionadas à implantação do referido sistema.

15.3 Conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UJ

Conforme macrofunção SIAFI Assunto 020315 – Conformidade Contábil, “o registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim”.

No decorrer do exercício de 2014, esta UJ apresentou as seguintes ocorrências:

Quadro 22 - Demonstração de conformidade contábil

Conformidade Contábil – Ano 2014		
Equação	Título	Restrição
0005	GRU-VALORES EM TRANSITO X LIMITE SAQUE 0190 987	681
0007	BENS MOVEIS EM TRANSITO	
0009	MATERIAIS EM TRANSITO	
0017	OBS CANCELADAS	674
0053	MATERIAIS EM TRANSITO	
0058	BENS EM TRANSITO	
0079	CONTR. DE CONVÊNIO SAIDA RECUR. X TOTAL DE PARCELA	
0096	OBRIGACOES A RECOLHER	
0098	GFIP A EMITIR X RECURSOS DA GFIP	737
0115	VALORES RECEBIDOS POR GRU OU OBTV	674
0145	CONTROLE DO REGISTRO SPIUNET A RATIFICAR	647
0147	CONTROLE VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANCEIRO	680
0209	OB CANCELADA X LIMITE SAQUE 019098 990	683
0220	EMPENHOS INDICADOS RP X EMPENHOS A LIQUIDAR	723

Fonte: Sistema SIAFI 2014

Constatadas essas ocorrências, a Divisão de Análise e Orientação Contábil/DAC-1 informava às áreas competentes da necessidade de ajuste, orientando-as nos procedimentos, atendendo-se dessa maneira a observância da segregação de função no processo de registro da conformidade.

No encerramento do exercício, permaneceram as seguintes ocorrências:

Quadro 23 - Demonstração de conformidade contábil – encerramento do exercício

Conformidade Contábil – Dezembro/2014		
Equação	Título	Restrição
0005	GRU-VALORES EM TRANSITO X LIMITE SAQUE 0190 987	681
0007	BENS MOVEIS EM TRANSITO	
0009	MATERIAIS EM TRANSITO	
0053	MATERIAIS EM TRANSITO	
0096	OBRIGACOES A RECOLHER	
0147	CONTROLE VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANCEIRO	680

Fonte: Sistema SIAFI 2014

A permanência dessas ocorrências, justifica-se pelo fato de que a Divisão de Análise e Orientação Contábil/DAC-1, além de setorial contábil desta UJ também é setorial contábil do Órgão. Acrescenta-se ainda o reduzido quantitativo de servidores.

15.4 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Não houve contratação de serviço de auditoria independente por parte do INCRA.

16 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Não existem outras informações.

17 SOBRE A SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL

Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas à SRFA:

Tabela 23 - Resultados físicos e financeiros – SRFA

AÇÕES	Plano Orçamentário		Financeiro previsto (LOA + adicionais)	Financeiro realizado (liquidado)		Físico previsto	Físico realizado		Unidade de medida
				Exercício	RAP		Exercício	RAP	
2111C Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009	0003	Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária	75.400.000,00	4.210.718,81	43.968.882,85	14.000.000	21.307.934	Não se aplica	Hectares
	0004	Identificação e Destinação de Terras Públicas Rurais e Urbanas	2.000.000	954.752,05	14.377,19	2.800.000	10.109.249	Não se aplica	Hectares

Fonte: SRFA

a) O montante planejado e o obtido no exercício e o planejamento para o próximo exercício:

Figura 24 – Ações planejadas e obtidas no exercício – SRFA

Titulação			
Meta 2014	Nº de Títulos	% Alcance da meta	Área
10.683	10.399	97%	943.996 ha
Georreferenciamento de Parcelas			
Meta 2014	Área	% Alcance da meta	Nº Parcelas
2.500.000 ha	4.504.704 ha	180%	41.866

Fonte: SRFA

b) Estratégias para utilização ou destinação de terras públicas com análise crítica dos resultados obtidos no exercício (incluindo diagnóstico de terras pública disponíveis na jurisdição da Superintendência):

O processo de regularização fundiária de imóveis rurais inicia-se com o georreferenciamento de glebas públicas federais arrecadadas pelo INCRA. Com o georreferenciamento do perímetro da gleba, dá-se encaminhamento à certificação da área e registro da matrícula em cartório. As áreas internas da gleba são consultadas por meio de uma Câmara Técnica de Destinação, em que participam representantes de vários órgãos que por ventura tenham interesse em terras na Amazônia Legal, como SPU, MMA, FUNAI, INCRA etc. As áreas em houver manifestações de interesses por parte dos órgãos serão destinadas a estes mesmos órgãos, as demais, remanescentes, estarão aptas para o processo de regularização fundiária. Os posseiros que por ventura estiverem ocupando estas áreas não destinadas e obedecendo aos requisitos da Lei 11.952/2009, terão direito a regularização fundiária. O perímetro interno da área da posse é medido e a documentação do requerente junta ao processo, conforme estabelecido nos normativos legais. Em seguida é emitido o título de domínio com cláusulas resolutivas que se cumpridas nos próximos dez anos, torna-se um título com caráter definitivo.

De forma geral, a programação operacional anual de áreas a serem trabalhadas leva-se em consideração a situação das glebas, ou seja, prioriza-se áreas localizadas em glebas já certificadas, que já tenham sido feita consultas aos órgãos com interesses, e que tenham possíveis beneficiários

da Lei 11.952/09. Há também trabalhos em áreas com demandas judiciais ou conflitos conforme solicitado pela Justiça ou Ouvidoria Agrária Nacional.

Até o fim do ano 2014 foram destinados 11 milhões de hectares pelo Programa Terra Legal, onde 9,5 milhões destinados para órgãos públicos federais, estados e municípios e 1,5 milhão de hectares destinados para regularização fundiária.

No ano de 2014, foram georreferenciadas 41.866 parcelas que equivalem 4.504.704 hectares, e emitidos 10.399 títulos dentro de uma meta de 10.683. Foi o ano que mais se tituló desde a criação do Programa em 2009. O ano de 2013, que até então tinha sido o ano em que produziu o maior número de títulos realizou 4.649 títulos. Um crescimento significativo que é maior que 2,5 a titulação no ano de 2013.

O Programa tem tido um histórico positivo, em que a cada ano se titula mais que no ano anterior e os valores vêm em média se duplicando desde 2011 com mudanças nos normativos legais e aplicação e refinamento da atual metodologia operacional para a regularização fundiária na Amazônia Legal.

c) Estratégias, metas e resultados do exercício para os serviços de cadastramento de posseiros, georreferenciamento e cadastramento de áreas, processos de regularização iniciados, titulação de áreas e arrecadação:

ESTRATÉGIAS

1) Anteriormente, a ação de cadastramento era realizado através dos mutirões e gerida através de um sistema informatizado para gerenciamento dos cadastros. Nesse formato, foram atraídos muitos que não eram beneficiários do Programa. Além disso, boa parte dos cadastrados venderam suas áreas e houve alterações de posses depois do cadastro realizado. A partir disso, a sistemática foi alterada, de modo a iniciar o processo a partir do georreferenciamento e não mais pelo simples cadastramento de beneficiários.

Assim, as metas de cadastramento dos posseiros são realizadas com base no conceito de Geo Cadastro, que é uma estratégia de realizar o cadastramento de posseiros a partir da existência de peça técnica de georreferenciamento.

2) Aprimoramento do plano operacional através da metodologia PDCA com encontros trimestrais; mapeamento de processos para fins de elaboração de sistemas.

3) Regulamentação e implementação do uso de sensoriamento remoto para o georreferenciamento de grandes áreas; contratação de serviços de apoio à fiscalização do georreferenciamento.

4) Contratação de servidores através de concurso temporário.

5) Maior celeridade à destinação de terras através das reuniões da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais, nas quais os interesses dos órgãos são registrados por meio do Sigef e após consenso entre as partes, é definida a afetação da área.

6) Alteração da forma de assentimento do CDN de parcela para gleba na titulação de particulares, o que possibilitou otimizar a titulação de áreas de até 4 módulos fiscais com a utilização de Parecer Jurídico Referencial, assim a instrução dos processos de regularização fundiária se tornou mais célere, permitindo a titulação em menor tempo.

METAS E RESULTADOS

As inovações realizadas pelo Programa Terra Legal possibilitaram obter significativos resultados durante o ano de 2014 em relação aos anos anteriores. A meta pactuada para o exercício foi de 10.683 títulos rurais e foram realizados 10.399, que corresponde a 97% da meta e uma destinação de 943.996 hectares.

Em relação ao georreferenciamento de parcelas, foram georreferenciados 4,5 milhões de hectares superando a meta prevista de 2,5 de hectares.

d) Análise de preços praticados no âmbito do Programa Terra Legal para regularização de áreas acima de quatro módulos fiscais:

A legislação determina como base o valor mínimo da Planilha de Preços Referencial de Terras do INCRA ao qual serão aplicados os índices de ancianidade, dimensão, localização e acesso (art. 19 do Decreto 6.992/2009). Nesse sentido, a definição dos valores cobrados, segue estritamente o que determina a Lei nº 11.952/09 e seus regulamentos, que delega ao MDA a discricionariedade na definição dos valores a serem praticados, dentro dos limites que estabelece.

À época da edição da Portaria foi realizado estudo comparativo dos preços praticados na política de regularização fundiária. A definição dos valores a serem cobrados foi amplamente discutida no Grupo Executivo Interministerial - GEI, do qual fazem parte o Ministério Público Federal, representantes da sociedade civil, organizações não governamentais, representantes dos 9 (nove) governos estaduais da Amazônia e outros órgãos do governo federal. Além disso, no ano de 2010, o tema foi objeto de apresentação ao Tribunal de Contas da União, ocasião em que não houve questionamento quanto a metodologia a ser aplicada na Portaria SERFAL Nº 01 de 2010.

Há diferenciação de preços entre área até 4 módulos fiscais – agricultura familiar - e às acima de 4 até 15 módulos fiscais – médios produtores. O Programa Terra Legal promove diferenciação de preço para estes extratos de área, enquanto o valor médio/hectare apurado pelo Programa Terra Legal para áreas superiores a 4 módulos fiscais é de R\$ 188,95 o valor médio/hectare para áreas entre 1 e 4 módulos fiscais é de R\$ 139,21. Ou seja, o valor médio/há para áreas acima de 4 módulos fiscais é 35,7% maior. Verifica-se ainda que o valor médio dos imóveis acima de 4 módulos é de R\$ 115.118,60, seis vezes maior que o valor cobrado pelos imóveis entre 1 e 4 módulos fiscais.

Para o ano de 2015, há previsão de revisão dos valores praticados incluído a participação de diversos órgãos e instituições que estejam envolvidos com esse assunto.

PARTE C – ANEXOS SOBRE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AOS ITENS 1 A 8

Anexo I: complementa informações do item 1.1 – Normas da UJ

- Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada:

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

- Decreto nº 1.110/70 – Dispõe sobre a criação do INCRA;
- Decreto-Lei nº 2.363/87 – Dispõe sobre a extinção do INCRA;
- Decreto Legislativo nº 02/89 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA;
- Decreto nº 6.812/2009 – Estrutura Regimental do INCRA;
- Decreto nº 8.248/2014 que altera o Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do INCRA.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

- Lei 13.001/2014 – liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e dispõe sobre remissão em alguns casos;
- Decreto 8.179/2013 que prevê liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e concede remissão;
- Decreto 8.253/2014, que altera o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a concessão de financiamentos com recursos do fundo de terras e da reforma agrária;
- Decreto 8.256/2014, nova sistemática de garantia de recursos ao público beneficiário;
- Portaria Interministerial nº 78/2013 – Inclui os agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;
- Portaria nº 20/2009/MDA – Regimento Interno do INCRA;
- Portaria nº 06/2013, estabelece os parâmetros a serem observados pelo MDA e pelo INCRA no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária;
- Portaria nº 12/2013 – Regulamenta o procedimento de adjudicação de imóveis em favor da reforma agrária;
- Portaria INCRA nº 352, de 18/06/2013 – Recolhimento dos créditos e outras providências.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

- Instrução Normativa Nº 57 - 20/10/2009 – Reconhecimento Quilombos;
- Instrução Normativa Nº 65 - 31/12/2010 – Manejo Florestal;
- Instrução Normativa nº 70 - 06/12/2011 – Aquisição por estrangeiros;
- Instrução Normativa nº 71 – 17/05/2012 – Supervisão ocupacional;
- Instrução Normativa nº 72 - 17/05/2012 – Obtenção Quilombos;
- Instrução Normativa nº 73 - 17/05/2012 – Indenização benfeitorias Quilombos;
- Instrução Normativa nº 74 - 14/11/2012 – Crédito Instalação - Instrução Normativa nº 70 - 06/12/2011 – Aquisição por estrangeiros - Instrução Normativa Nº 69 - 06/12/2011 – Cobrança Crédito Instalação - Instrução Normativa Nº 66 - 30/12/2010 – Atualização cadastral

- Instrução Normativa nº 77 – 23/08/2013 – Regula o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais (SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária)
- Instrução Normativa nº 80 – 13/05/2014 - Regularização de imóveis rurais com áreas de até 100 hectares, fora da Amazônia Legal, localizados em áreas de domínio da União e da autarquia.
- Norma de Execução nº 04 – 25/07/2011 – Reassentamento de não quilombolas
- Norma de Execução nº 95 - 08/2010 – Obtenção de Terras
- Norma de Execução nº 102 – 04/06/2012 – Supervisão ocupacional
- Norma de Execução nº 103 – 12/07/2012 – Terra Sol
- Norma de Execução nº 105 – 26/11/2012 – Georreferenciamento e Certificação de Imóveis Rurais
- Norma de Execução nº 110/2014 – Programa Terra Forte
- Norma de Execução nº 111/2014 – Critérios de seleção para projetos de assentamento;
- Norma de Execução nº 113/2014 – Valores máximo, custo por família;
- Norma de Execução nº 114/2014 – Parametrização preços de referência;
- Norma de Execução nº 115/2014 – Procedimentos para assentimento prévio
- Resolução CONAMA nº 458/2013 – Licenciamento ambiental em assentamentos.
- Norma de Execução/Conjunta DF e DT nº03 - 21/06/2010 – Critérios para vistoria e avaliação de imóveis Quilombos
- Resolução nº 05 – 29/03/2012 – Obtenção de Terras
- Nota Técnica/DFR Nº 01/2013 – Padroniza procedimentos administrativos de arrecadação sumária de terras devolutas da União
- 2ª Edição da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Anexo II: Finalidades e competências institucionais – REF 1.2 DN

O artigo 184 da Constituição Federal estabelece que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

O Decreto nº 1.110/70, que dispõe sobre a criação do INCRA, em seu artigo 2º, estabelece que passam ao INCRA todos os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA).

As finalidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme disposto na Portaria nº 20/2009, do MDA, são:

I - promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;

II - promover, coordenar, controlar e executar a colonização;

III - promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e

IV - gerenciar a estrutura fundiária do país.

As competências das unidades do INCRA, conforme Regimento Interno, encontram-se descritas a seguir:

“Art.11. Ao Conselho de Diretor (CD) Compete:

I- deliberar sobre as propostas dos Planos Regionais de Reforma Agrária;

II- aprovar a proposta orçamentária anual do INCRA e solicitações de créditos adicionais;

III- aprovar a programação operacional anual do INCRA e suas alterações, com detalhamento das metas e recursos;

IV- aprovar as normas gerais que tratem de:

a) Aquisição, desapropriação, alienação e concessão de imóveis rurais;

b) Transações judiciais, visando à eliminação de pendências e celebrações de acordos;

c) Seleção e cadastramento de famílias candidatas ao assentamento.

d) Criação, implantação, desenvolvimento e consolidação de projetos de assentamento de reforma agrária e colonização;

e) Fornecimento de bens, prestação de serviços e celebração de contratos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres;

f) Procedimentos e atos administrativos e de funcionamento do INCRA; e

g) Regularização fundiária, inclusive de territórios quilombolas;

V- dispor sobre as Diretorias, Superintendências Regionais e Unidades Avançadas;

VI- autorizar o Presidente a adquirir, conceder e alienar bens imóveis;

VII- autorizar o Presidente a indenizar bens decorrentes de ações de desintrusão em territórios quilombolas;

VIII- autorizar os pedidos de aquisição de imóveis rurais, com área de até cinquenta módulos de exploração indefinida para pessoa física estrangeira em todo território nacional, e com área de até cem módulos de exploração indefinida para pessoa jurídica estrangeira localizada em faixa de fronteira;

IX- apreciar e aprovar as contas e balanços gerais do INCRA;

X- conhecer dos relatórios mensais de avaliação de desempenho do INCRA e sobre eles deliberar; e

XI- apreciar assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por quaisquer dos demais membros.

Parágrafo único. O regimento interno do Conselho Diretor, a ser aprovado pelo próprio colegiado, disporá sobre sua organização e funcionamento, bem como dos Comitês de Decisão Regional.

Art. 13. Ao Gabinete (GAB) compete:

- I- Assistir ao Presidente em sua representação políticas e sociais e incumbir-se do controle de suas agendas;
- II- Coordenar supervisionar as atividades de assessoramento ao Presidente e aos Diretores de Programas;
- III- Promover o acompanhamento e sistematização das informações sobre tensões e conflitos agrários visando subsidiar as decisões da Autarquia;
- IV- Acompanhar as matérias de interesse da Autarquia, junto aos poderes da União;
- V- Incumbir-se do preparo e despacho dos expedientes a serem assinados pelo Presidente e Diretores de Programas, levando-os a despacho;
- VI- Processar todos os assuntos e documentos de natureza especial, encaminhados ou endereçados ao Presidente e aos Diretores de Programas; e
- VII- Assistir ao Presidente e aos Diretores de Programas quando do atendimento de autoridades das diferentes esferas de governo e de representantes da sociedade.

Art. 14. À Coordenação de Gestão do Atendimento e Apoio Administrativo (GABA) compete coordenar e supervisionar as atividades de estruturação, análise, acompanhamento e execução das atividades de atendimento ao público, de apoio administrativo do Gabinete, e secretariar, através de seu titular ou substituto, o Conselho Diretor.

Art. 17. À Coordenação de Registro de Normas e Apoio Técnico (GABT) compete coordenar, controlar e supervisionar as atividades dos feitos administrativos disciplinares e sindicantes; da execução, análise e acompanhamento das atividades de preparo de expedientes e atos a serem assinados pelo Presidente, Diretores de Programa e Chefe de Gabinete e da organização e divulgação das normas internas.

Art. 20. À Assessoria de Comunicação Social (GABC) compete:

- I- Assistir o Presidente, Diretores de Programas, Diretores e Superintendentes Regionais nos assuntos relacionados com a comunicação social e o relacionamento com os meios de comunicação internos e externos;
- II- Elaborar e executar o plano de comunicação para o órgão;
- III- Difundir informações sobre as realizações do INCRA;
- IV- Articular com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, com a intermediação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a divulgação de publicidade oficial de interesse do INCRA;
- V- Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse do INCRA;
- VI- Produzir comunicação interna das atividades da Autarquia;
- VII- Realizar, assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social no país
- VIII- Orientar, supervisionar e articular, nas Superintendências Regionais, as atividades de comunicação social, em especial aquelas relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas;
- IX- Manter relacionamento com órgãos governamentais e entidades particulares no interesse das atividades de comunicação social;
- X- Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse do INCRA;
- XI- Providenciar a produção de material publicitário do órgão para divulgação dos programas e ações da Autarquia;
- XII- Coordenar a atualização das páginas do INCRA na Internet e Intranet; e
- XIII- Outras atividades compatíveis com as suas competências.

Art. 21. À Diretoria de Gestão Administrativa (DA) compete propor atos normativos, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de administração orçamentária e financeira, contabilidade, recursos humanos e serviços gerais e e propor, supervisionar, controlar e acompanhar a implementação de convênios, contratos e instrumentos congêneres relativos à sua área de competência.

Art. 22. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano (DAH) compete propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 31. À Coordenação-Geral de Administração e Serviços Gerais (DAA) compete estruturar, executar e acompanhar as atividades de licitação e contratos, administração de bens patrimoniais e de serviços gerais, introduzir técnicas e métodos objetivando o alcance de melhores índices de eficiência, desempenho e redução de custos e orientar e supervisionar as unidades descentralizadas homólogas.

Art. 40. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (DAF) compete coordenar, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades de administração e execução orçamentária e financeira, créditos e financiamentos, bem como os instrumentos contratuais quanto aos seus aspectos financeiros.

Art. 45. À Coordenação-Geral de Contabilidade (DAC) compete coordenar e supervisionar a execução da contabilidade do INCRA em conformidade com a legislação vigente, obedecendo aos aspectos formais e aritméticos; elaborar a prestação de contas anual, os balanços patrimoniais, financeiros e orçamentários e a demonstração das variações patrimoniais, atendendo às diligências dos órgãos de controle interno e externo, e analisar as prestações de contas.

Art. 49. À Procuradoria Federal Especializada, (PFE) órgão de execução da Procuradoria Geral Federal, compete representar judicial e extrajudicialmente a Autarquia; exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos do INCRA; apurar a liquidez, certeza e exigibilidade dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da Autarquia, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial e coordenar, orientar e supervisionar as atividades dos Assistentes junto aos Tribunais Regionais Federais e das Procuradorias Regionais na condução dos procedimentos administrativos e dos processos judiciais.

1º. Por ato do Procurador-Chefe poderão ser atribuídas competências dos Assistentes nos Tribunais Regionais Federais para as Procuradorias Regionais.

2º. Por ato do Procurador-Chefe poderão ser designados Procuradores Federais para atuar junto ao Assistente nos Tribunais Regionais Federais.

Art. 52. À Coordenação-Geral Agrária (CGA) compete coordenar, orientar e supervisionar as atividades de interpretação e aplicação uniforme da legislação, doutrina e jurisprudência relativas ao Direito Agrário.

Art. 53. À Coordenação-Geral Trabalhista (CGT) compete coordenar, supervisionar e orientar as atividades de interpretação e aplicação uniforme da legislação, doutrina e jurisprudência, inclusive as de natureza disciplinar, bem como prestar consultoria em matéria de pessoal,

Art.54. À Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos e Administrativos (CGJ) compete coordenar e supervisionar as atividades de interpretação e aplicação uniforme da legislação, doutrina e jurisprudência dos ramos do Direito que não sejam de competência das coordenações especializadas de que tratam os artigos anteriores,

Art. 57. À Auditoria Interna (AUD) compete assessorar o Conselho de Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I- Assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II- Prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III- Planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV- Subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional;

V- Examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI- Elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII- Analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

Art. 58. À Diretoria de Gestão Estratégica (DE) compete coordenar, monitorar e avaliar, em articulação com os órgãos da Administração Pública Federal, as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de programação orçamentária, os planos relativos às políticas de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária, compatibilizando as diretrizes estratégicas da Autarquia com os projetos de desenvolvimento de recursos humanos, formulação e avaliação orçamentária, gestão da informação e programas de avaliação do desempenho gerencial e propor, supervisionar, controlar e acompanhar a implementação de convênios, contratos e instrumentos congêneres relativos à sua área de competência.

Art. 59. À Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico (DEP) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos para elaboração de planos de curto, médio e longo prazo, bem como da programação orçamentária anual e programações operacionais da Autarquia, referentes às políticas de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo governo federal.

Art. 62. À Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão (DEA) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos que permitam monitorar e controlar o desempenho das ações desenvolvidas pelo INCRA no âmbito da reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária, bem como a avaliação da gestão.

Art. 65 – À Coordenação-Geral da Tecnologia e Gestão da Informação (DET) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos relativos à Tecnologia da Informação, especialmente nas áreas de infra-estrutura de rede e comunicação de dados, voz e imagem, desenvolvimento e manutenção de sistemas e suporte técnico aos usuários.

Art. 69. À Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) compete normatizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de implantação, fiscalização e manutenção dos cadastros integrantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR; de natureza cartográfica, incluindo ações de georreferenciamento e geoprocessamento; de discriminação, arrecadação, destinação, controle e titulação em terras devolutas e públicas federais; de ratificação de titulação de imóveis em faixa de fronteira; de controle do arrendamento e da aquisição de terras por estrangeiros e de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas e propor, supervisionar, controlar e acompanhar a implementação de convênios, contratos e instrumentos congêneres relativos à sua área de competência.

Art. 70. À Coordenação-Geral de Cadastro Rural (DFC) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos relativos às atividades afetas à administração dos cadastros que compõem o SNCR, incluindo o CNIR, desempenhadas pelos órgãos que lhes são diretamente subordinados; à fiscalização cadastral; aos estudos e estatísticas cadastrais e da organização, sistematização e disseminação dos indicadores e dados cadastrais, para fins de zoneamento e planejamento das ações de reforma agrária, e de controle da aquisição de terras por estrangeiros.

Art. 76. À Coordenação-Geral de Regularização Fundiária (DFR) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos visando às ações de regularização fundiária, arrecadação, discriminação, destinação e titulação em terras devolutas e públicas federais; promover a ratificação de titulação de imóveis em faixa de fronteira; elaborar

estudos visando a identificação e a implementação de novas tecnologias, metodologias e diagnósticos para destinação de terras públicas da União.

Art.79. À Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) compete:

- I- Coordenar, supervisionar, propor atos normativos e controlar as atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas;
- II- Definir métodos e procedimentos relativos à regularização dos territórios quilombolas;
- III- Promover a defesa dos interesses das comunidades remanescentes de quilombos nas questões relacionadas com a titulação de seus territórios;
- IV- Promover a articulação interinstitucional necessária à solução de conflitos ocorrentes nas áreas reclamadas pelas comunidades quilombolas;
- V- Analisar e encaminhar as propostas de desapropriação e aquisição de áreas privadas incidentes nos territórios quilombolas;
- VI- Promover articulação com os órgãos governamentais envolvidos na regularização dos territórios quilombolas;
- VII- Propor a celebração, supervisionar, controlar e acompanhar a implementação de convênios ajustes, contratos e termos de cooperação técnicos relativos à regularização de territórios quilombolas;
- VIII- Propor critérios e metodologia visando o controle, uso, manutenção, segurança, atualização e disseminação de dados para o sistema de informação, de modo a garantir que sejam contempladas as diretrizes e os procedimentos previstos nos atos normativos de sua competência; e
- IX- Executar outras atividades compatíveis com suas competências.

Art. 80. À Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT) compete coordenar, regulamentar, orientar e supervisionar as atividades de aquisição, desapropriação e incorporação de terras ao patrimônio do INCRA; as atividades de seleção de famílias, promoção do acesso à terra e criação de projetos de reforma agrária e aproveitamento sustentável do meio-ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento; assim como propor, supervisionar, controlar e acompanhar a implementação de convênios, contratos e instrumentos congêneres relativos a sua área de competência.

Art. 81. À Coordenação-Geral de Obtenção de Terras (DTO) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos voltados à obtenção de terras, inclusive os atos administrativos necessários à decretação de imóveis rurais de interesse social e a indenização de imóveis para a reforma agrária; estudos e avaliação sistemática da qualidade dos procedimentos técnicos praticados, visando à identificação e implementação de novas tecnologias e metodologias; estudos e análises do mercado de terras e prestar apoio às Superintendências Regionais na elaboração da sua programação anual de obtenção e assentamento de trabalhadores rurais.

Art. 84. À Coordenação-Geral de Implantação (DTI) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos voltados ao desenvolvimento das atividades de cadastramento e seleção das famílias e de criação e reconhecimento de projetos de reforma agrária; gerenciar e manter atualizadas informações sobre os beneficiários e projetos de reforma agrária; e propor acordos, contratos e convênios de cooperação, e demais instrumentos congêneres, para pesquisas e cruzamentos de dados das famílias selecionadas para reforma agrária com os sistemas de informações dos órgãos governamentais.

Art. 87. À Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos para implementar, orientar e acompanhar as ações de gestão ambiental e de monitoramento da utilização dos recursos naturais nos assentamentos, atualizações e revisões necessárias do Plano de Gestão Ambiental do INCRA e articulação institucional com órgãos governamentais e não governamentais visando à promoção de atividades sustentáveis nos assentamentos.

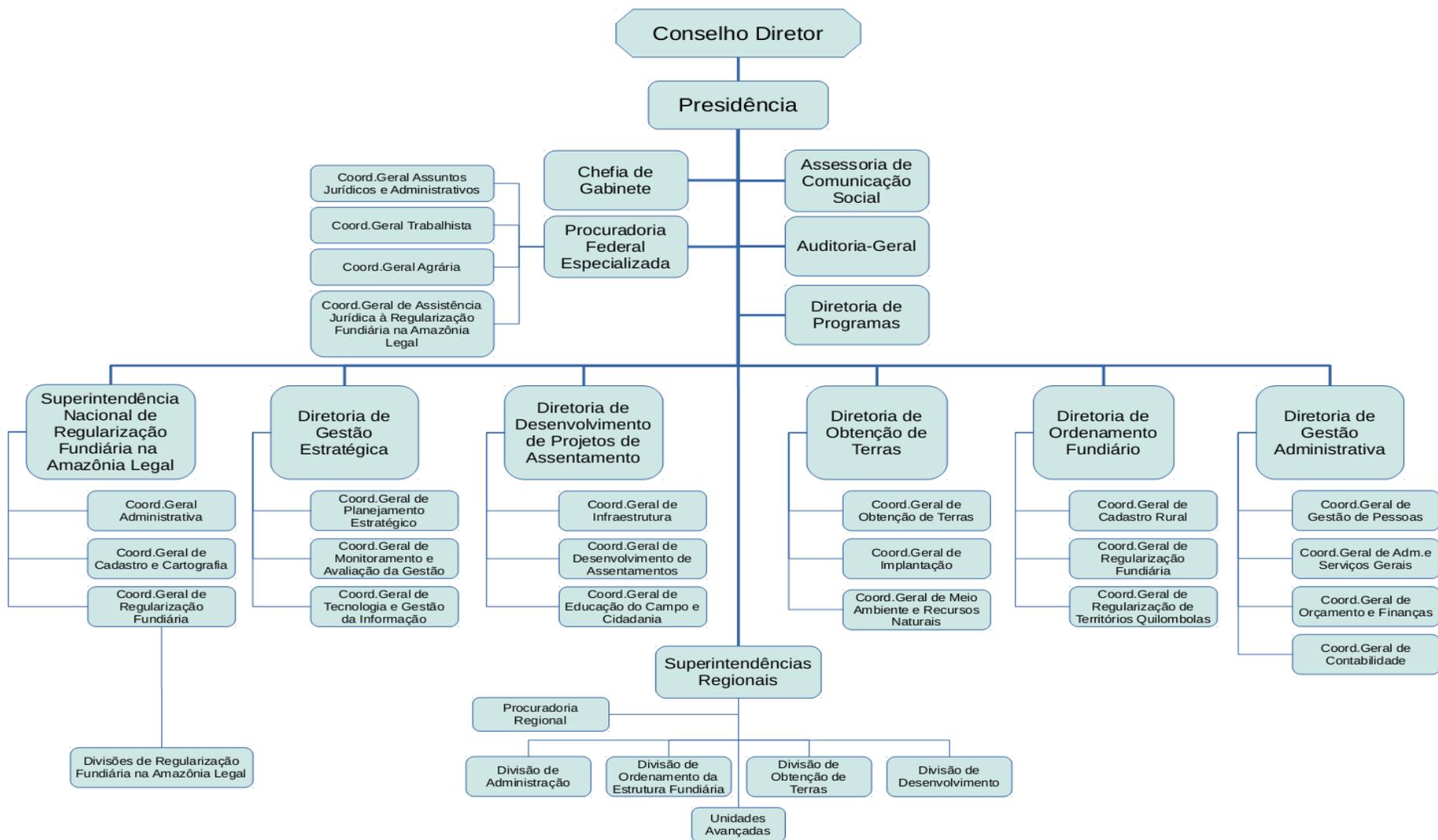
Art. 90. À Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) compete coordenar, supervisionar e normatizar o desenvolvimento dos projetos de assentamento; acompanhar, controlar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários, consignados para sua área de atuação, integrar políticas públicas e ações do INCRA para garantir o desenvolvimento sustentável, econômico e social dos projetos de assentamento e para consolidação do Programa de Reforma Agrária; propor, supervisionar, controlar e acompanhar a implementação de convênios, contratos e instrumentos congêneres, relativos a sua área de competência.

Art. 91. À Coordenação-Geral de Infra-estrutura (DDI) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos relativos às atividades de elaboração dos planos de desenvolvimento e de recuperação dos projetos de reforma agrária, de serviços topográficos, de implantação de obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos, de concessão de crédito instalação, de assessoria técnica, social e ambiental; de capacitação de beneficiários e técnicos de reforma agrária e acompanhar todos os procedimentos relacionados aos sistemas de informação de projetos de reforma agrária, no âmbito de sua área de competência.

Art. 94. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Assentamento (DDA) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos para as atividades voltadas ao desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de assentamento; de titulação de imóveis e destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; acompanhar a política agrária para a reforma agrária e promover a integração das políticas públicas federal, estaduais e municipais, através de parcerias, voltadas ao desenvolvimento local/regional; apoiar a agro industrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias em assentamentos da reforma agrária; assegurar a inserção das mulheres trabalhadoras rurais nas políticas públicas para promoção da igualdade no campo, acompanhar e supervisionar todos os procedimentos relacionados ao sistema de informações de projetos de reforma agrária, no âmbito de sua área de atuação.

Art. 97. À Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania (DDE) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos para as atividades relacionadas à educação no campo e cidadania; definir a gestão política e pedagógica do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, ou outro que venha a substituí-lo; promover a articulação interministerial e dos poderes públicos para integração do PRONERA e das ações de cidadania; coordenar a Comissão Pedagógica Nacional; apoiar a produção de material didático e pedagógico no âmbito da educação na reforma agrária e coordenar ações voltadas para o exercício da cidadania pelos beneficiários da reforma agrária.”

Anexo III: Complementa item 1.2 - Organograma



Anexo IV: Complementa itens 3 e 4 - Responsáveis pelos Objetivos Estratégicos

Objetivo 1	Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD)	Diretor	César Fernando Schiavon Aldrighi	(61) 3411-7439/7659 cesar.aldrighi@incra.gov.br
Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT)	Diretor	Marcelo Afonso Silva	(61) 3411-7125/7588 marcelo.afonso@incra.gov.br

Objetivo 2	Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF)	Diretor	Richard Martins Torsiano	(61) 3411-7379/7138 richard.torsiano@incra.gov.br
Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD)	Diretor	César Fernando Schiavon Aldrighi	(61) 3411-7439/7659 cesar.aldrighi@incra.gov.br

Objetivo 3	Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT)	Diretor	Marcelo Afonso Silva	(61) 3411-7125/7588 marcelo.afonso@incra.gov.br
Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD)	Diretor	César Fernando Schiavon Aldrighi	(61) 3411-7439/7659 cesar.aldrighi@incra.gov.br

Objetivo 4	Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD)	Diretor	César Fernando Schiavon Aldrighi	(61) 3411-7439/7659 cesar.aldrighi@incra.gov.br

Objetivo 5	Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF)	Diretor	Richard Martins Torsiano	(61) 3411-7379/7138 richard.torsiano@incra.gov.br

Objetivo 6	Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT)	Diretor	Marcelo Afonso Silva	(61) 3411-7125/7588 marcelo.afonso@incra.gov.br

Objetivo	Fomentar a produção, difusão e gestão dos conhecimentos técnico científicos, com vistas a qualificar e divulgar as ações referentes ao desenvolvimento rural sustentável e solidário.		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF)	Diretor	Richard Martins Torsiano	(61) 3411-7379/7138 richard.torsiano@incra.gov.br

Objetivo	Desenvolver ações para aumentar o comprometimento, a capacitação e a satisfação das equipes colaboradoras.		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Diretoria de Gestão Administrativa (DA)	Diretor	Juliano Flávio dos Reis Rezende	(61) 3411-7292/7715 juliano.rezende@incra.gov.br

Anexo V: Complementa item 2.2 – Visão por Regional

Superintendência Regional do Pará – SR-01/PA
<p>Descrição Geral</p> <p>Grandes distâncias, principalmente, entre a sede da SR-01/PA e os projetos agroextrativistas, implantados em sua maioria em Ilhas; exploração ilegal de madeira e outros produtos extrativistas nessas áreas, além de conflitos sobre o domínio das mesmas.</p> <p>Conflitos sociais para criação de assentamentos em imóveis rurais implantados em áreas da União, envolvendo o Programa Terra Legal e o INCRA.</p> <p>Grande número de registros indevidos dificultando a obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária.</p> <p>No aspecto relacionado as atividades da área administrativa e financeira da Superintendência Regional do INCRA/PA no exercício de 2014, as ações foram direcionadas a manutenção das unidades administrativas localizadas nos municípios de Belém, Paragominas, Capitão Poço e Tomé-Açu, bem como o apoio administrativo e logístico às ações finalísticas no cumprimento das metas programadas para o exercício.</p> <p>Número considerável de comunidades quilombolas com processo na SR; grande número de comunidades quilombolas que ainda não formalizaram processo; grande extensão territorial da SR com relação ao trabalho quilombola; preocupantes problemas pela posse da terra com cerceamento de acesso ao deslocamento e a recursos naturais, ameaças, agressões físicas/morais, mortes, etc.</p>
<p>Adversidades</p> <p>Infraestrutura inadequada nas áreas de trabalho, especialmente nas Ilhas: de acomodação, transporte, água potável, comunicação entre as equipes e às comunidades, etc.</p> <p>O desenvolvimento das ações anteriormente descritas esbarraram na insuficiência de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício, razão pela qual as atividades foram realizadas com alguma dificuldade, face a indisponibilidade de recursos para recuperação das instalações físicas, recuperação e manutenção dos bens móveis diversos (máquinas e equipamentos), e cumprimento em tempo das obrigações assumidas através de contratos administrativos e convênios formalizados ou em execução no exercício. Outro fator foram as dificuldades de deslocamentos no apoio às atividades desenvolvidas nas regiões ribeirinhas do arquipélago do Marajó, Baixo Tocantins e outros, onde é necessário a utilização de embarcações locadas, ocasionando um elevado custo operacional.</p> <p>Dificuldade em obter as certidões dos imóveis para obtenção, solicitadas aos cartórios em tempo hábil;</p> <p>Demora do Instituto de Terras do Pará em responder sobre a autenticidade, legitimidade e localização dos Títulos Definitivos apresentados como origem dos imóveis, que poderão ser obtidos para fins de reforma agrária</p> <p>Falta de capacitação de servidores na área de infraestrutura.</p> <p>Plano de cargos e carreiras inadequado</p> <p>Cronograma de liberação financeira incompatível com a execução física da obra.</p> <p>Más instalações prediais: estruturas já desgastadas, salas com muitas goteiras, pisos quebrados, esgotamento sanitário com tubulações freqüentemente entupidas.</p> <p>Frota de veículos bastante avariada.</p> <p>Ausência de capacitação/formação continuada dos motoristas para aperfeiçoamento da direção, da condução de outros servidores e do bom uso dos veículos.</p> <p>Número de servidores inferior à necessidade da administração: muitos servidores se aposentaram, diminuindo a capacidade de trabalho de muitos setores, como Cadastro Rural, Protocolo, Implantação; poucos servidores para atender a demanda do Serviço Quilombola.</p> <p>Quantidade insuficiente de equipamentos de informática em boas condições de uso.</p> <p>Dificuldades em manter o planejamento de ações de campo</p> <p>Dificuldade e demora na descentralização de recursos, provocando o descumprimento do planejamento.</p> <p>Liberação de boa parte dos recursos nos últimos meses do ano, sobrecarregando o setor de transporte: como resultado, algumas ações precisaram ser adiadas, por falta de motorista ou de veículo em condição de trafegabilidade; além disso, pelo período chuvoso da região se concentrar nos meses de novembro a março, a maioria das ações (supervisão ocupacional, georreferenciamento, cadastro de famílias, delimitação de territórios) é prejudicada pelas chuvas (estradas mais perigosas, período de trabalho em campo reduzido).</p> <p>Quantidade de servidores da “área meio” insuficiente para atender às necessidades administrativas de rotina.</p> <p>Cerceamento de acesso no deslocamento dentro dos imóveis quilombolas e a recursos naturais, além de ameaças de agressões físicas/morais, mortes, etc.</p>
<p>Riscos</p> <p>Assaltos às embarcações que percorrem os rios da Amazônia, por “piratas”; O constante risco de contrair doenças endêmicas.</p> <p>A demora dos cartórios e ITERPA resulta em prazos muito longos para a conclusão ou não dos processos de obtenção de terras.</p> <p>Em relação as instalações físicas, preocupa-nos o ambiente insalubre para o desenvolvimento das atividades diárias de nossos servidores lotados nas Divisões de Ordenamento e Estrutura Fundiária, Patrimônio, Ouvidoria Agrária,</p>

<p>Quilombolas, Desenvolvimento Humano, Transporte, SISPAD, Administrativo, Sala Cidadão, Protocolo, e sede das unidades de Paragominas e Tomé-Açu.</p> <p>Dada a complexidade e quantidade de Projetos Agroextrativistas assistidos pelo INCRA/PA nas mais diversas ilhas que compõem os municípios das áreas citadas, incorremos na utilização elevada da modalidade saque através de cartão corporativo em percentual acima das disposições legais.</p> <p>Fiscalização inadequada dos contratos e convênios firmados com a Autarquia, o que resulta em inúmeras demandas dos Órgãos de Controle.</p> <p>Solução de continuidade na finalização das obras de infraestrutura.</p> <p>Conflitos com violência e até morte – AMARQUALTA/Acará, Mariana/Viseu, Gurupá/Cachoeira do Arari, Fugido Rio Tucunaré/Baião, Caldeirão/Salvaterra, Santana do Arari/Ponta de Pedras, Sauá Mirim/Taperinha/Ipixuninha/São Domingos do Capim.</p> <p>Não cumprimento das atividades inerentes à administração e à execução de metas da Unidade.</p> <p>Intensificação de conflitos dentro de territórios quilombolas.</p> <p>Maior probabilidade de acidentes de carro durante o deslocamento de servidores.</p>
<p>Estratégias de Enfrentamento</p> <p>Locação de embarcação nas sedes dos municípios, com tripulação que conhece o fluxo das marés e locais seguros para pernoitar. A comunicação das equipes, durante o trabalho, com as comunidades, é feita através de rádio VHS dos barcos. Com relação aos trabalhos pelos rios: Não pernoitar no mesmo local; não viajar à noite, e locar embarcações registradas na Capitania dos Portos.</p> <p>Com relação aos Cartórios, O INCRA desloca servidores treinados até as Comarcas para realizar o trabalho de elaboração das cadeias dominiais junto aos Cartórios, especialmente dos imóveis com processo tramitando de desapropriação e/ou aquisição.</p> <p>Para resolução das dificuldades apresentadas seria necessário que houvesse a disponibilidade de recursos orçamentários em valores compatíveis com a necessidade integral de cada unidade administrativa, valores esses informados quando da elaboração da nossa programação anual, no entanto a cada exercício verificamos um corte significativo nesses recursos. Quanto as dificuldades na realização dos deslocamentos citados, estamos dentro das possibilidades e da logística encontrada nos municípios assistidos, estabelecer contratos para a utilização do meio de transporte fluvial necessário aos deslocamentos propostos.</p> <p>Capacitação, assim como solicitação de treinamento ao Serviço de Desenvolvimento Humano</p> <p>Reuniões com comunidades, lideranças, autoridades, movimentos sociais na SR e em comunidades; denúncias às autoridades; visitas e formas alternativas de metodologia da regularização fundiária quilombola (AMARQUALTA/Acará).</p> <p>Um contato mais constante com as comunidades para tomar conhecimento das situações de tensão/conflito antecipadamente, por conseguinte, agindo com maior eficácia na resolução das situações, evitando o agravamento.</p>
<p>Mudanças Ocorridas</p> <p>Ampliação do número de servidores na área de infraestrutura, dois para seis.</p> <p>Diminuição de tensão; redução de agravos ilegais e ambientais (AMARQUALTA/Acará).</p>

Superintendência Regional do Ceará – SR-02/CE
<p>Descrição Geral</p> <p>A Superintendência Regional do INCRA no Estado do Ceará tem como substrato de suas atividades uma cobertura territorial de 148,9 mil km². Desde o seu surgimento, nos anos de 1970, foram criados e reconhecidos ao todo 454 Projetos de Assentamento, onde foram assentadas 21.970 famílias.</p> <p>A regional adota como estratégia de atuação neste espaço as Equipes de Articulação Territorial-EAT que atualizam sistematicamente as demandas de organização e infraestrutura dos diversos assentamentos do Ceará. As informações repassadas pelas equipes são organizadas por território: EAT 1 - Leste Jaguaribe, EAT 2 - Centro Sul Cariri, EAT 3 - Sertões de Canindé, EAT 4 - Inhamuns/Crateus, EAT 5 - Zona Norte, EAT 6 - Vale do Curu/Aracatiaçu, EAT 7 - Extremo Oeste, EAT 8 - Metropolitana e EAT 9 - Sertão Central. Uma vez que cada equipe tem uma região de atuação específica, em suas viagens de campo, observam as demandas dos assentamentos e informam às chefias de divisão.</p> <p>Diversas demandas também são apresentadas através de propostas no SICONV, com seus projetos básicos encaminhados à Superintendência Regional, sendo todas analisadas pelo setor técnico, onde priorizam-se as propostas resultantes das escolhas das comunidades demandantes.</p> <p>Outra fonte de informação para o registro da necessidade de infraestrutura nos assentamentos são as solicitações encaminhadas diretamente pelos assentados, através de suas associações.</p> <p>Foram assentadas, em 2014, 583 famílias, sendo 73 em projetos de assentamento federais criados no exercício, outras 65</p>

em áreas reconhecidas e 445 em projetos criados em exercícios anteriores.

Adversidades

O exercício em tela, apresentou algumas características que influíram nos resultados obtidos. As condições climáticas regionais, que se agravaram no período, geraram o fenômeno da seca, atingindo duramente os assentamentos.

O quadro supracitado, certamente, criou dificuldades para muitas entidades parceiras, limitando o andamento de convênios, acordos e parcerias.

Importante destacar, ainda, os problemas oriundos da insuficiência da força de trabalho, em setores como a análise de prestação de convênios, o que gerou passivos nesta área.

Não obstante, cabe frisar que tais obstáculos, intempéries, externalidades, dentre outros, não são passíveis de controle pelo INCRA, que mantém estrito zelo e aderência na utilização dos normativos e legislação pertinente, nos casos de convênios, acordos, termos de cooperação, etc.

Estratégias de enfrentamento

Como estratégia, investiu-se, fortemente, na qualificação de parcerias com outros ministérios, como forma de buscar a ampliação das ações de acesso à energia e água nos assentamentos. As atividades em parceria com o Governo do Estado foram mantidas e aprofundadas, a exemplo dos esforços envidados para a viabilização de novos convênios com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário -SDA.

Registra-se, também, a efetiva participação da Superintendência Regional no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - CEDR, incluindo a coordenação do processo da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - 2ª CNDRSS.

Ressalta-se, ainda, o projeto de capacitação do INCRA no âmbito das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, na maioria das prefeituras cearenses, oportunizando a ampliação significativa no acesso on-line ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Priorizou-se a reivindicação por recursos para possibilitar a reforma nas instalações da Superintendência Regional, objetivando assegurar melhores condições de trabalho e de acesso ao público.

Buscou-se, intensamente, o saneamento de passivos importantes que implicavam no engessamento da gestão, a exemplo da análise de convênios e pagamento de recursos de restos a pagar, com intensas articulações com outras superintendências e com a Sede do INCRA, no sentido de viabilizar técnicos para a consecução dos trabalhos.

Importante esforço foi empreendido no sentido da retomada das atividades de assistência técnica, mediante a elaboração de nova chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - ATER, para atender inicialmente 3.664 famílias, em cinco lotes.

Especial atenção foi dedicada ao relacionamento com os órgãos de controle, no sentido de priorizar o atendimento às demandas dos mesmos, não obstante as dificuldades operacionais, notadamente aquelas relacionadas ao grande número de ações desenvolvidas pela Superintendência Regional, sem as respectivas condições necessárias e suficientes de infraestrutura, força de trabalho e aporte financeiro.

Decisões importantes foram tomadas no âmbito federal com impactos significativos na atenuação dos dificuldades nos assentamentos, a exemplo da remissão de grande parte das dívidas contraídas na aquisição de créditos pelas famílias assentadas.

Mudanças Ocorridas

As estratégias enunciadas proporcionaram mudanças importantes, como por exemplo:

Retomada das atividades de ATER

Saneamento de processos, notadamente na área de análise de convênios, abertura de TCE

Importante ressaltar ainda, o Planejamento para a definição das metas para cada regional. Trabalhou-se em uma Matriz de Metas, Ações e Créditos Orçamentários para elaboração do planejamento para o exercício de 2014 e 2015, resultando no caderno de Metas e Créditos Orçamentários.

Fortalecimento do Convênio de Regularização Fundiária com IDACE (Governo do Estado do Ceará) com a entrega de títulos de propriedade, a milhares de agricultores familiares.

Aplicação de R\$ 19.000.000,00 em Crédito Instalação, antiga modalidade.

Realização de convênios de Infraestrutura para os projetos de assentamento com ampliação de recursos e constituição de um Banco de Projetos.

Superintendência Regional de Pernambuco – SR-03/PE

Descrição Geral

A Superintendência regional do INCRA em Pernambuco (SR-03/PE) tem sob sua área de jurisdição, 162 municípios, com 336 projetos de assentamento criados e 23.327 famílias assentadas, sendo 186 projetos de assentamento localizados na região do semiárido, instalados nos municípios do Agreste e Sertão Pernambuco, com 7.900 famílias assentadas (SIPRA). Os demais projetos de assentamento estão localizados na região metropolitana e Zona da Mata, em diversas usinas e engenhos desativados, onde predominava a exploração da cana-de-açúcar ,

Adversidades
O semiárido pernambucano ocupa cerca de dois terços do estado localizados entre o Agreste e o Sertão, onde as adversidades ambientais provocam sérias limitações no processo produtivo das populações, particularmente daqueles que compõem o conjunto dos pequenos agricultores, que desenvolvem agricultura familiar. Os municípios da zona da mata, apesar das condições de solo e clima favoráveis e altas precipitações e grande disponibilidade de água, apresenta situação socioeconômica preocupante, em face da predominância do modelo de monocultura da cana-de-açúcar, provando degradação ambiental com sucessivas queimadas e uso indiscriminado de agrotóxicos, exaurindo os solos.
Riscos
Os projetos de assentamento ainda se encontram em condições de baixa sustentabilidade econômica, social e ambiental, requerendo a presença do Estado e políticas públicas concentradas para que se consolide a sua inserção nas cadeias e arranjos produtivos e proporcione às famílias os direitos de cidadania que permitam concretizar seus anseios de qualidade de vida, qualificação profissional e dignidade social e política, evitando assim, a evasão do meio rural, em busca de novas oportunidades nas cidades.
Estratégia de enfrentamento
Diante dessa realidade e da importância dos processos de assessoria técnica para o desenvolvimento dos projetos de assentamento e, conseqüentemente, melhoria das condições de vida das famílias assentadas, a SR-03 realizou no exercício de 2014, dois processos de Chamada Pública para prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, contemplando todos os projetos de assentamento. Essa estratégia teve como foco promover o acesso das famílias assentadas nos projetos de assentamentos da reforma agrária em Pernambuco à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.
Mudanças ocorridas
A SR-03/PE espera como resultado que o acesso à terra associada a uma assistência técnica que promova as técnicas agroecológicas irá possibilitar a geração de emprego, renda, moradia, alimentação, escola e melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiadas com o Programa de Reforma Agrária.

Superintendência Regional do Goiás – SR-04/GO
Descrição Geral
Assentamentos rurais administrados pela SR geograficamente dispersos por várias regiões. Redução significativa da força de trabalho sem reposição via concurso público. Pressão dos inúmeros movimentos sociais existentes no Estado. Complexidade em celebração de Termos de Parcerias com entidades públicas para incremento da agricultura familiar. Dificuldade na obtenção de imóveis rurais face à restrição ao valor por custo família.
Adversidades
Baixo índice de empresas com profissionais capacitados para prestação de serviços de ATER. Dificuldade na celebração de convênios com as municipalidades para implantação e/ou recuperação de infraestrutura em projetos de assentamento. Contingenciamento de recursos orçamentários / financeiros.
Riscos
Ocupação da Regional por integrantes de movimentos sociais. Perda acentuada da força de trabalho. Limitação de recursos orçamentários e financeiros. Não cumprimento da meta física por falta de disponibilidade de recursos.
Estratégia de enfrentamento
Dar maior publicidade nas chamadas públicas para contratação de serviços de ATER. Construção de agenda de compromisso com integrantes de movimentos sociais. Priorizar / planejar execução das ações face à disponibilidade de recursos. Utilizar também do procedimento licitatório para contratação de empresa para implantação e/ou recuperação de infraestrutura em projetos de assentamento.
Mudanças ocorridas
Redução de incidência de ocupação da Regional de Goiás por integrantes de movimentos sociais. Ampliação do número de famílias assistidas com prestação de serviços de ATER. Cumprimento da meta física das principais ações desenvolvidas pela Regional de Goiás.

Superintendência Regional da Bahia – SR-05/BA
Descrição Geral
A Superintendência Regional da Bahia tem circunscrição sobre cerca de 50 milhões de hectares. Seu corpo técnico é formado por 192 servidores. Atualmente existem 640 PAs , onde vivem 42.695 famílias assentadas em 1,9 milhões de hectares sob sua responsabilidade, numa razão de 10 mil ha/servidor. Existem duas unidades avançadas, uma em Itabuna, sul do estado, e outra, em Bom Jesus da Lapa, oeste do estado.
Adversidades
A Bahia possui quatro tipos de biomas, Zona Costeira, Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado, o que caracteriza uma grande diversidade de exploração agrícola familiar. O acesso à água é o maior problema enfrentado pelas famílias assentadas na Bahia; pois 70,9% vivem na região de semiárido. A inexistência de Plano de Desenvolvimento e sua correta consecução para a maioria dos assentamentos é outra grande dificuldade enfrentada. Via de regra, os passivos de infraestrutura, assistência técnica e crédito, são muito maiores que a capacidade de atendimento (físico e orçamentário) da Superintendência. No âmbito administrativo, a principal dificuldade apresentada no exercício 2014 foi a implantação do novo crédito de financiamento da Reforma Agrária e a conclusão de obras de infraestrutura a muito em andamento.
Riscos
Durante muitos meses, entre 2013 e 2014, o INCRA ficou impossibilitado de fazer o cadastro ambiental dos assentamentos, por inadequação do sistema do órgão ambiental rural do Estado da Bahia. Isto fez com que muitos processos de licenciamento ambiental fossem represados, o que gerou um aumento do passivo por esta regularização. Outro risco na gestão do Programa Nacional de Reforma Agrária na Bahia está na dificuldade de órgão parceiros, como companhia de abastecimento de água, de energia elétrica, prefeituras, e outros, têm para implantar políticas públicas em parceria com o INCRA.
Estratégia de enfrentamento
A Superintendência da Bahia tem tentado manter constante diálogo com outros entes públicos para promover uma ação pública integrada junto às comunidades, entretanto a falta de institucionalização de uma política pública unificada e a existência de um passivo muito elevado, tem prejudicado de sobremaneira um atendimento amplo.
Mudanças ocorridas
Na questão da regularização ambiental, estudos e peças técnicas foram modificados para atender as exigências do órgão ambiental estadual.Quanto às políticas de desenvolvimento e fomento à produção, esta regional tem procurado buscar prefeituras mais bem estruturadas, como parceiras para obras de infraestrutura.

Superintendência Regional de Minas Gerais – SR-06/MG
Descrição Geral
Região estruturada em seus setores produtivos. Grande extensão territorial. Alta ocorrência de imóveis muito valorizados principalmente nas regiões sul e triângulo. Baixa ocorrência de graves conflitos fundiários. Elevada demanda pela política de reforma agrária nas regiões com terras mais caras, com expressivo número de acampamentos. Alta relevância das questões ambientais.
Adversidades
A grande extensão do Estado e a dispersão territorial das ações.. 847 municípios sob a jurisdição da SR-6 com valores de módulo fiscal entre 5 e 70 hectares. Inexistência de unidades avançadas no interior do estado. Baixa capacidade operacional. Insuficiência de servidores públicos. Alta complexidade dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Grande extensão dos territórios quilombolas exigindo recursos orçamentários e financeiros de grande monta. Pouca interação entres as divisões da superintendência. Quadro insuficiente de servidores e desproporcional a demanda de criação e ações de desenvolvimento dos assentamentos. Desmotivação e grande demanda de qualificação dos servidores por temas afetos as atividades fins. Cobrança incessante de outros órgãos, em especial do Poder Judiciário, com imputação de prazos e multas, que demandam força de trabalho, recursos e redirecionamento de planejamentos. Legislação ambiental estadual e órgão de fiscalização não atuam conforme resoluções do CONAMA referente a projetos de assentamento. Baixa disponibilidade orçamentária para execução das ações de desenvolvimento. Seleção e homologação das famílias em tempo inadequado para cumprimento das ações de desenvolvimento estabelecidas na portaria de criação dos assentamentos. Baixa execução do crédito instalação (NE 79/2008) impactando na estruturação produtiva dos assentamentos.

Limitação de emissão do CCU face as recomendações do MEMO/PFE/INCRA/SR.06/MG/Nº 56/2013.

Baixa qualificação das empresas e órgãos públicos para execução de contratos/convênios referentes a infraestrutura (água, estrada, demarcação topográfica, ATES) dos assentamentos.

Mobilização dos engenheiros agrônomos para reivindicação de melhores salários e condições de trabalho (EPI – Decisão judicial), que ocasionou a paralisação dos serviços em grande parte do ano 2014.

A falta de controle e organização dos dados também foi um problema encontrado, uma vez que não há um banco de dados centralizado onde podem ser encontrados as informações, que muitas vezes estão presente apenas nos processos (ex. Controle de pagamentos de TDA's; Áreas transcritas; imóveis ofertados e indicados).

A modificação normativa sem que houvesse o devido “treinamento”. (ex. Inclusão do ECGR na Kit Decreto; parcelamento e softwares utilizados no mesmo, etc.). Ingerência política na seleção de famílias.

Ingerência política no foco dos trabalhos da obtenção de terras, que não atende ao diagnóstico (que aponta o norte de minas como área prioritária, sendo o foco foi diverso – áreas centrais e mais próximas ao triângulo mineiro), e que realiza retrabalho em áreas anteriormente já descartadas.

Complexidade de se gerir cerca de 150 servidores mais 75 funcionários terceirizados.

Complexidade de se realizar um intenso e contínuo levantamento para que não haja falta de materiais, ao mesmo tempo em que se propõe a coibir os desperdícios, é de extrema importância.

A gestão de uma frota de cerca de 12 veículos trazem um enorme esforço, que vai desde o rastreamento dos veículos, passando pelo gerenciamento do abastecimento, até a manutenção dos veículos, considerada a parte mais sensível.

O controle contábil das contas perpassa por uma análise criteriosa de retaguarda das finanças públicas evitando que ocorram eventuais prejuízos financeiros ao erário.

O gerenciamento da utilização de materiais é sensivelmente um caso que traz à tona o problema do desperdício dos materiais ou a sua má utilização.

A gestão dos recursos relacionados à manutenção do imóvel requer um programa permanente e contínuo de investimento na manutenção preventiva.

A fiscalização de contratos não parece ser feito de maneira adequada, com sobrecarregamento de alguns poucos servidores.

A histórica lotação de servidores de cargos de área meio exercendo atividades em divisões de área fim traz um desmantelamento da política de administração da unidade que pode impactar nos resultados de todas as outras áreas, dependentes da parte administrativa.

Riscos

Suspensão ou paralisação da prestação dos serviços dada a baixa capacidade operacional da Superintendência.

Insuficiência de servidores públicos.

Suspensão ou paralisação da prestação dos serviços de cadastro rural dada precariedade das parcerias com os Municípios.

Baixa confiabilidade nas informações prestadas pela declaração eletrônica de cadastro e certificação por meio do Sigef.

Grande rotatividade entre as famílias ocupantes dos lotes.

Lentidão no processo de desenvolvimentos dos assentamentos

Dificuldade de cumprimento de metas em algumas ações orçamentárias.

Elevação de conflitos agrários devido à morosidade e à falta de um posicionamento claro em relação a alguns imóveis. A morosidade também pode acarretar na inutilização de alguns imóveis em áreas do Bioma Mata Atlântica e de Mata Seca.

Perda de prazos e multas decorrentes de não pagamento de TDA's complementares.

Insegurança Jurídica e cartorial, e falta da dominialidade dos imóveis, o que acarreta em problemas diversos.

Assentamentos de pessoas sem o perfil adequado e que posteriormente evadirão do assentamento, com ou sem venda da parcela.

Não atendimento de demandas prioritárias ou em áreas com população de menor IDH e perigo social.

Estratégia de enfrentamento

Parcerias com Municípios para a prestação de serviços de cadastro rural.

Parcerias com universidades para a elaboração de relatórios antropológicos.

Otimização dos recursos orçamentários através de ações conjuntas de supervisão/fiscalização de crédito modalidade AMC e RMC e supervisão ocupacional.

Apoio do planejamento do levantamento ocupacional do assentamento através de diagnósticos realizados pelas prestadoras de ATER.

Capacitação das equipes de prestadoras de ATES e servidores do núcleo de ATES e comissão de crédito para execução dos novos créditos.

Qualificação dos servidores do núcleo de ATES para monitoramento dos contratos. Qualificação dos projetos básicos vinculados a procedimento licitatório e maior aproximação institucional para atendimento de infraestrutura dos assentamentos. Reuniões com os servidores dos diversos setores para atualização do planejamento e verificação do cumprimento de meta.

Alocação de servidores em pontos chaves para controle de informação.

Busca da realização dos trabalhos de obtenção de terras conforme orientação do diagnóstico.

Multiplicação dos conhecimentos necessários aos trabalhos de obtenção/ “treinamento” (Ex.: ECGR, parcelamento).

Adequação, qualificação e ampliação do processo de seleção de famílias.

Foram implantadas algumas medidas como o pedido de lotação de servidores na parte administrativa, a substituição de copos descartáveis por copos de vidro e xícaras, utilização de impressoras locadas, avaliação da liberação de materiais de expediente, gerenciamento dos sistemas de abastecimento e de manutenção de veículos, implantação de rotinas para pagamento de notas fiscais, desfazimento de bens inservíveis, controle de ligações telefônicas, fiscalização de contratos administrativos por profissionais capacitados.

Mudanças ocorridas

Implementação da automatização da certificação por meio do Sigef.
Possibilidade do próprio titular atualizar seu cadastro pela declaração eletrônica de cadastro.
Pactuação técnica, em nível estadual, entre INCRA e DNOCS de proposta de celebração de Termo de Cooperação para Descentralização de Recursos para atendimento de sistema de abastecimento de água em assentamentos.
Ajustamento de paradigma do modelo de obtenção dos projetos de assentamento.
Transferência de Engenheiros Agrônomos para a Divisão de Obtenção, visando atender maior demanda de trabalho exigida pelos novos normativos para obtenção de terras.
Inicialmente foram notadas resistência nas mudanças administrativas que foram implantadas, mas avaliado de forma natural. Posteriormente estas modificações foram absorvidas na rotina diária desta Superintendência e mostradas que todas as modificações foram para que o órgão se adaptasse a uma nova agenda, a de melhor utilização dos recursos públicos sem a perda da qualidade dos serviços executados.

Superintendência Regional do Rio de Janeiro – SR-07/RJ

Descrição Geral

Apesar de uma estrutura fundiária não tão concentrada como em outras regiões do país, o Rio de Janeiro ainda possui conflitos fundiários importantes, com cerca de 1000 (mil) famílias de trabalhadores rurais acampadas. Nos últimos três anos ocorreram cerca de cinco assassinatos no campo com possibilidade de terem sido decorrentes de conflitos agrários. Na regularização fundiária a grande problemática é a gestão das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, próprio do INCRA, cuja destinação ainda funciona sob regime enfitêutico com possibilidade de remissão dos aforamentos. A Fazenda Nacional de Santa Cruz possui área superior a 80.000 (oitenta mil) hectares e no interior do seu perímetro residem mais de um milhão de pessoas.
Ademais, o Rio de Janeiro é um dos maiores mercados consumidores para os produtos da reforma agrária devendo sempre a estratégia de desenvolvimento dos assentamentos, e não apenas em âmbito estadual, contemplar maneiras de conquistar espaço neste mercado.

Adversidades

Corpo de funcionários insuficiente para atender toda a demanda existente no âmbito da Superintendência como um todo, quadro agravado com diversas aposentadorias ocorridas no último ano.
As constantes demandas que surgem fora do planejamento e das metas institucionais, como demandas do Ministério Público Federal Procedimentos administrativos, Inquéritos Cíveis Públicos, Ações Cíveis Públicas, decisões judiciais, parlamentares ou demandas do próprio movimento social atrapalham a execução daquilo que foi planejado.
Diversos processos de obtenção de terras paralisados por decisões judiciais.
Dificuldade em conseguir informações sobre registros, mapas e documentos relativos a Fazenda Nacional de Santa Cruz (F.N.S.C.) para regularização de posses nos Municípios de Rio de Janeiro (Santa Cruz), Japeri, Itaguaí, Seropédica e Paracambi.
Contingenciamento e liberação inadequada dos recursos financeiros, comprometidos com metas.
Questionamento da constitucionalidade do decreto 4.887/2003 que regulamente a regularização das áreas Quilombolas no processo de desapropriação com vistas a titulação da Comunidade de Santana, eventual decisão desfavorável poderá paralisar todos os processos nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Falta de capacitação dos técnicos da Regional para a elaboração da chamada pública de ATES.
Muitos assentamentos antigos e consolidados que ainda demandam trabalho com questões referentes a titulação e quitação do pagamento referente aos lotes concedidos, bem como a destinação de áreas remanescentes de antigos projetos que absorvem uma parcela importante da força de trabalho da Superintendência.

Riscos

Interrupção das programações de campo e da fluidez dos trabalhos, ou mesmo suspensão de serviços contratados devido à descontinuidade no recebimento de recursos financeiros.
Impossibilidade de atender as demandas por engessamento da Administração da Superintendência, pela escassez de servidores
Suspensão ou atraso em trabalhos já planejados em decorrência do atendimento a demandas externas como Ministério Público, parlamentares ou movimento social.
Interiorização do tráfico de entorpecentes no Estado em decorrência do combate ao mesmo nos centros urbanos com risco de entrada do mesmo em projetos de assentamento.

Estratégia de enfrentamento

Com vistas a suprir a carência de servidores intensificamos a articulação institucional com as Prefeituras e com o

<p>Governo do Estado visando a parcerias para a gestão da malha fundiária através da implantação das Unidades Municipais de Cadastro, da fiscalização da função social das propriedades rurais, da regularização de territórios quilombolas, da implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, combate à violência no campo, entre outras atividades de menor destaque.</p> <p>Maior transparência com os atores externos que apresentem demandas que influenciam no planejamento e negociação em busca de maiores prazos para o atendimento destas demandas.</p> <p>Agilização dos trabalhos de recuperação e indexação do arquivo da F.N.S.C. ao SIGEF. Mesmo antes da conclusão do saneamento do arquivo existente, iniciar tratativas com os cartórios dos municípios afetados e SPU para recolher maiores documentos a fim de subsidiar e aperfeiçoar as informações a fim de iniciar com segurança o processo de regularização das áreas.</p> <p>Maior articulação com o poder judiciário tanto para o desenlace das desapropriações para fins de reforma agrária quanto para aquelas que visam a titulação de comunidades remanescentes de quilombos.</p> <p>Capacitação dos servidores de forma a qualificar o corpo técnico da casa.</p> <p>Maior persistência na busca ao atendimento das metas de redução do custeio e otimização do planejamento para minorar o impacto da descontinuidade financeira.</p>
<p>Mudanças ocorridas</p> <p>Através das parecerias o INCRA/RJ conseguiu se fazer mais presente junto ao seu público beneficiário. Um dos principais exemplos é o município de Campos dos Goytacazes onde, em parceria com a prefeitura, temos mantido um funcionário para atender o município que conta com o maior número de famílias assentadas do Estado, bem como os municípios da mesma região que também possuem expressivo número de assentados.</p> <p>Foi realizada licitação para higienização e digitalização do acervo da F.N.S.C.</p> <p>Foram feitas diversas reuniões com Ministério Público, Parlamentares, Movimentos Sociais que se mostraram compreensíveis na maioria dos casos às limitações operacionais do INCRA.</p> <p>O Superintendente e os Procuradores da autarquia realizaram diversas audiências com juízes o que resultou na imissão na posse em três imóveis no exercício de 2014 e na adjudicação de dois imóveis devido a dívidas com os (uma das imissões e as adjudicações foram posteriormente suspensas).</p>

Superintendência Regional de São Paulo – SR-08/SP
<p>Descrição Geral</p> <p>Estado altamente estruturado em seus setores produtivos, economia dinâmica e imóveis valorizados.</p>
<p>Adversidades</p> <p>Em economia dinâmica e estruturado a existência de imóveis improdutivos é pequena marginal em relação a grande maioria dos imóveis; Alta concentração habitacional no estado estimula alta demanda por programas públicos de inclusão social/fundiária; Poder judiciário conservador em relação a intangibilidade do direito de propriedade fazendo com que os processos de desapropriação se arraste lentamente por décadas antes de sua solução; Licenciamento ambiental, extremamente difícil em função de exigências complexas formuladas a partir de conceitos de que a população alvo da Reforma Agrária é predadora do meio ambiente e sem capacidade de sua conservação.</p>
<p>Riscos</p> <p>Investimento elevado na busca por imóveis improdutivos e dúvidas na sua obtenção judicial em vista do arraigado conceito de que o direito de propriedade tem mais valia que outros direitos constitucionalmente previstos, o que não permite segurança na consecução do objetivo.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento</p> <p>Aprimoramento dos mecanismos de eleição dos imóveis a serem fiscalizados, reuniões com o Judiciário, mecanismos alternativos de obtenção de imóveis; compra, arrecadação de terras devolutas judiciais, acordos judiciais na desapropriação.</p>
<p>Mudanças ocorridas</p> <p>Aumento da eficiência fiscalizatória em encontrar imóveis passíveis de desapropriação, imissão na posse dos imóveis em menor tempo e a manutenção de elevado número de famílias assentadas por ano.</p>

Superintendência Regional do Paraná – SR-09/PR
<p>Descrição Geral</p> <p>A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Paraná – INCRA/SR09/PR, tem característica marcante como Unidade Jurisdicionada o fato de desenvolver ações em um estado com agricultura altamente desenvolvida e com grande valorização fundiária. Desse quadro destaca-se por exemplo intensa demanda sobre serviços de cadastro rural e dificuldades no processo de obtenção de terras para reforma agrária dentro dos parâmetros nacionais de custo/família. O próprio fato de ter assistido a um processo de “modernização agrícola” intenso nas últimas</p>

<p>décadas, fez com que a estrutura fundiária no estado se concentrasse excluindo trabalhadores e parceiros rurais da terra. Acrescido a isso, a construção de um grande número de hidrelétricas, fez com que o Paraná se tornasse o berço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O estado tem hoje 325 projetos de assentamentos de reforma agrária, onde temos investido prioritariamente em seu desenvolvimento, integrando as ações de assistência técnica, educação do campo e agroindustrialização cooperativada, mas ainda tem cerca de 100 acampamentos, com mais de 6 mil famílias acampadas que reivindicam terras para serem assentadas. Na área de ordenamento e regularização fundiária há grande número de demandas específicas na faixa de fronteira, em especial de ratificação de títulos. Quanto a regularização quilombola chegou-se em 2014 ao reconhecimento do primeiro Território Remanescente Quilombola, dentre as 36 áreas identificadas pela Fundação Palmares.</p>
<p>Adversidades</p> <p>Grande número de famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas e dificuldade de obtenção de terras; ii) grande demanda por infraestruturas, créditos, supervisão nos assentamentos e falta de servidores, agravada pelo crescente número de servidores em processo de aposentadoria, de orçamento/financeiro, em especial de custeio (diárias, etc.) o que dificulta na maximização dos resultados com os servidores disponíveis.</p>
<p>Riscos</p> <p>Conflitos nos acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra; ii) inviabilização de determinados serviços da SR09; iii) não cumprimento de prazos e demandas em diferentes tarefas; iv) intensificação da pressão dos movimentos sociais; v) aumento da insatisfação dos servidores; vi) responsabilização injusta de gestores e servidores diante das condições de trabalho.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento</p> <p>Promoção de entendimento da SR09 com a Ouvidoria Regional, Assessoria Especial para Assuntos Agrários do Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Magistratura e Promotoria de Justiça, tando estadual como federal, bem como, os movimentos sociais e representação dos proprietários rurais, visando distensionar os conflitos, quer seja evitando reintegrações com uso de força policial e buscar entendimentos para obtenção de áreas para assentamento de famílias; ii) permanente “reengenharia” na gestão com redistribuição de tarefas, acompanhada de redefinições de organização e métodos da alçada da Superintendência para enfrentar o problema da falta de servidores, além de forte gestão visando novos concursos; iii) trabalho intensivo de busca de novas áreas para criar assentamentos, pela fiscalização do cumprimento da função social, arrecadação de terras griladas, adjudicação pela Fazenda Nacional por dívidas junto a União e de forma complementar a compra de áreas produtivas; iv) integração das políticas/programas de desenvolvimento rural e de Órgãos afins, como MCMV, PAA, Terra Forte, Terra Sol, ATER, Pronera, Territórios da Cidadania visando aumentar a renda e sustentabilidade dos assentamentos; v) consolidação dos projetos de assentamentos, com o atendimento das infraestruturas e créditos necessários, através de parcerias com CEF (contratos de repasses), Governo de Estado e Prefeituras.</p>
<p>Mudanças ocorridas</p> <p>Diminuição dos conflitos em razão das articulações de mediação; ii) estruturação da rede de ATER, com 100% dos assentamentos regularizados atendidos; iii) Manutenção do nível de atendimento ao público, mesmo com quadro de servidores reduzidos; iv) maior capilaridade com a integração de novos parceiros e programas, como o MCMV (CEF, BB, entidades organizadores), PAA (Conab), Terra Forte (Bndes, Fundação Banco do Brasil); v) retomada da ação de regularização fundiária.</p>

<p>Superintendência Regional de Santa Catarina – SR-10/SC</p>
<p>Descrição Geral</p> <p>O Estado de Santa Catarina é constituído basicamente de imóveis com menos de 50 hectares, sendo considerado um Estado da Federação altamente minifundiário e de produção integrada às indústrias de laticínios e de produtos animais (indústrias de aves, suínos, ovinos e bovinos), com imóveis de maior área em sua maioria avaliados como produtivos pela crescente expansão nos últimos 10 anos das lavouras comerciais de Pinus sp e Eucalyptus sp. Os assentamentos em Santa Catarina, se encontram localizados em maior número em áreas do Oeste e Extremo Oeste Catarinense, bem como Planalto Norte e Planalto Serrano.</p>
<p>Adversidades</p> <p>Além de relevo montanhoso e a necessidade de preservação da Mata Atlântica em suas inúmeras facetas com áreas de fontes e rios de águas doces, a união desses fatores causa enorme dificuldade em localizar áreas aptas para a intervenção fundiária com fins de reforma agrária. Não bastasse temos também a impossibilidade de vistoriar áreas para fins de</p>

desapropriação com a previsão dada pela Lei nº 8.629/93, conforme artigos abaixo: Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente. § 7º Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie.
Riscos
Em Santa Catarina, não temos visto nos últimos anos confrontos ou conflitos que não tenham sido resolvidos ou discutidos em consonância entre o INCRA e movimentos sociais.
Estratégia de enfrentamento
Diálogo e a articulação institucional para dirimir conflitos com potencial de risco ou consequências mais sérias.
Mudanças ocorridas

Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR-11/RS
Descrição Geral
Com atuação em um dos estados da Região Sul do país a SR-11 tem sua atuação voltada ao atendimento dos 343 projetos de assentamento (12.578 famílias assentadas) e comunidades quilombolas (96 comunidades com processo administrativo aberto), além dos demais serviços a cargo da SR como é o caso da manutenção do SNCR, a certificação de imóveis rurais e a regularização fundiária. Não obstante situação econômica do país e a condição de pleno emprego alcançada na região sul, o ano de 2014 foi marcado pela retomada de ações dos movimentos sociais, especialmente o MST e MAB, com ocupação de 07 imóveis rurais para reivindicá-los ao programa de reforma agrária. Resultado desta nova movimentação, a SR-11 cadastrou novas famílias em acampamentos no interior do estado, que passaram de pouco mais de 500 famílias acampadas no início de 2014 para mais de 2 mil no final do ano. Os projetos de assentamento estão todos atendidos com ATES. Os convênios para obras de infraestrutura resultantes do chamamento público 01/2014 foram assinados. Ações integradas com o Governo Estadual tiveram continuidade no ano de 2014, especialmente na área de infraestrutura de estradas e abastecimento de água e na área a inclusão produtiva.
Adversidades
A SR-11 sofre com a falta de instrumentos viáveis para obtenção de imóveis para o assentamento de novas famílias. A desapropriação por descumprimento da função social da propriedade está praticamente descartada, com os atuais índices de produtividade não se encontram mais imóveis improdutivos no estado. Já o instrumento da compra, regido pelo Decreto 433/92, não acompanhou a evolução do mercado de terras, ou seja, pelo Decreto 433/92 pagaríamos ao proprietário do imóvel apenas as benfeitorias (5 a 10% do valor total para 95% dos imóveis no estado) em moeda corrente à vista e a terra nua em TDAs resgatáveis do 2º ao 5º ano, esta forma de pagamento exclui o INCRA do mercado de terras. Para agravar ainda mais a situação da falta de imóveis para obtenção, o preço da terra se elevou a patamares muito acima de qualquer investimento, o valor do hectare praticamente dobrou em todas as regiões do estado nos últimos 4 anos.
Riscos
Falta de recursos financeiros para pagamento de contratos e convênios da SR. A falta de recursos financeiros no momento certo prejudica o bom andamento das ações, se não há pagamento, as empresas paralisam as obras e as empresas de prestação de serviços (ATES) param de trabalhar, e os prejuízos são grandes, especialmente para as famílias assentadas.
Estratégia de enfrentamento
Não há muito o que ser feito a nível de SR, tendo em visto que os recursos são distribuídos pelo INCRA Sede, porém para amenizar a SR sempre manteve o diálogo com as contratadas e conveniadas e também o contato permanente com o INCRA Sede para garantir os recursos financeiros com a maior brevidade possível.
Mudanças ocorridas
Com diálogo e estabelecendo prioridades tivemos no ano de 2014 pouquíssimas paralisações de obras e serviço pelo atraso no repasse de recursos financeiro.

Superintendência Regional do Maranhão – SR-12/MA
Descrição Geral
A SR12 tem sob sua responsabilidade a administração direta e/ou indireta de 1.012 Projetos de Assentamentos, ocupando uma área de quatro milhões e setecentos mil hectares para 130.600 famílias. Distribuindo-se em: Assentamentos Federais: 670 projetos, 85.945 famílias assentadas; Assentamentos Estaduais: 283 projetos, 36.266 famílias assentadas;

Assentamentos Casulos: 38 projetos, 2.072 famílias assentadas; Assentamentos Reserva Extrativista: 4 projetos, 1.573 famílias assentadas; Assentamentos Quilombolas: 2 projetos, 249 famílias assentadas; Assentamentos Municipais: 2 projetos, 43 famílias assentadas; Assentamentos Agroextrativista Federal: 7 projetos, 732 famílias assentadas; Assentamentos Projeto de Desenvolvimento Sustentável: 5 projetos, 575 famílias assentadas; Assentamentos Projeto Integrado de Colonização: 1 projetos, 3.190 famílias assentadas (Fonte:SIPRA).

Adversidades

A limitada capacidade operacional em detrimento do reduzido quadro de servidores, motivado pela flutuação dos concursados nomeados, pelos salários subestimados; Ausência de políticas efetivas de valorização aos servidores; Deficiência na estrutura física comprometendo as instalações elétricas, hidráulicas e de TI (realização de Reforma do prédio prevista); Morosidade no Processo do PNHR junto as instituições bancárias; Indisponibilidade de Recursos Orçamentário/Financeiros; Inviabilização da concessão do novo Crédito Instalação, dado aos atrasos de treinamento de servidores, necessário à operacionalização do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação, somados aos problemas constantemente apresentados pelo próprio sistema; Invasão constante do prédio da SR, por parte de grupos sociais como quilombolas, indígenas, MST, etc; Entrave na execução da ação de Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais, devido decisão judicial do Tribunal Regional Federal – 1ª Região (Processo nº 0058255-77.2014.4.01.3400 da 16ª Vara Federal) de suspensão imediata das vistorias;etc.

Riscos

- Não cumprimento de prazos e demandas em diferentes tarefas;
- Intensificação da pressão dos movimentos sociais;
- Solução de continuidade a cada mudança de servidores;
- Paralisação das atividades e insegurança em decorrência da deficientes estrutura física do prédio;
- Consecutivas mudanças na direção da Regional.

Estratégia de enfrentamento

Estruturação por rotas prioritárias para o Desenvolvimento de Assentamento em cumprimento a MP636/13 que dá uma nova roupagem ao crédito e facilidades à titulação; Realização de Estudos de Viabilidade com um novo olhar à aptidão/custos e capacidade de assentamento, com vistas a identificação de áreas adequadas a Obtenção de Terras e Implantação de Novos Projetos de Assentamentos; Favorecimento de uma integração entre setores de Obtenção e Desenvolvimento; Ampliação de parcerias institucionais buscando aprimorar a identificação de comunidades quilombolas; Capacitação dos servidores de forma a qualificar o corpo técnico; etc

Mudanças ocorridas

De um modo geral as mudanças ocorridas em razão das estratégias utilizadas, foram bem sucedidas, possibilitando: Atendimento a áreas objeto de reivindicações dos movimentos sociais, através da readequação das vistorias e avaliação de imóveis, obedecendo as Portarias MDA Nº. 5, 6, 7 de 31/01/2013, com a Elaboração do ECGR, diminuindo a burocracia do andamento do processo de desapropriação e propiciando a célere publicação dos decretos; Priorização na remissão e renegociação de dívidas e atualização cadastral dos assentados, a partir da implantação da Sala da Cidadania Digital; Contratação e manutenção dos serviços ATES, para atendimento das famílias, contribuindo para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável; Promoção e garantia de infraestrutura básica nos assentamentos da reforma agrária, preferencialmente os contemplados com o MCMVR; Promoção da capacitação continuada de assentados/as, atendendo trabalhadores/as rurais em processo de alfabetização e/ou escolarização nas ações de EJA - Educação de Jovens e Adultos e a formação profissional de jovens e/ou adultos/ as assentados da reforma agrária, em capacitação técnica de nível médio e superior; Ultrapassagem em 106,82% da meta de famílias assentadas, com criação de novos projetos; Recuperação de áreas degradadas por meio de implantação e manejo de sistemas agroflorestais e de outras alternativas sustentáveis de produção em assentamentos de Reforma Agrária do INCRA; etc.

Superintendência Regional do Mato Grosso – SR-13/MT

Descrição Geral

Grande quantidade de assentamentos e extensão do Estado de Mato Grosso o que dificulta a presença do INCRA nos Assentamentos, ocasionando constantes transferências sem anuência do órgão. O novo Código Ambiental, que reconhece como área de exploração somente aquelas desmatadas até julho de 2008, traz muitas incertezas quanto à regularização das áreas desmatadas após esta data. Suspensão desde o início do ano de 2014 das ações de Demarcação, Titulação e Supervisão Ocupacional em função da regulamentação da MP 636, posteriormente convertida na Lei 13.001/2014.

Adversidades

A longa distância dos PAs com relação a sede, chegando até a mil e quatrocentos quilômetros de distância. Falta de servidores e de estrutura nas Unidades Avançadas que poderiam amenizar este problema. Falta de recursos para Infra Estrutura (estradas). Apesar de Mato Grosso apresentar um grande número de proposta, os critérios para seleção dos projetos na chamada publica 01/2014, dificultou o acesso aos recursos pelos municípios. Morosidade no Processo do PNHR junto as instituições bancárias. Assentamentos com mais de 10 anos, ainda sem títulos.

Riscos
Abandono das parcelas com alto grau de vendas do mesmo. Penalização dos Beneficiários pelos órgãos ambientais, o que inviabilizará a Unidade Familiar. Falta de Infraestrutura ocasionar também o abandono e comercialização das parcelas. E grande demanda do Ministério Público e Polícia Federal.
Estratégia de enfrentamento
Parcerias com Município e a Sociedade Civil Organizada bem como parceria com os órgãos de controle e Judiciário. Articulação da equipe de Engenharia junto aos Municípios e entidades organizadas para auxiliar o acesso aos recursos de Infraestrutura e PNHR.
Mudanças ocorridas
Grande quantidade de Projetos apresentados pelos Municípios para estradas e grande quantidade de proposta para o PNHR.

Superintendência Regional do Acre – SR-14/AC
Descrição Geral
A atuação do INCRA no Estado do Acre, tem sido bastante intensa na medida em que ele atua nos 22 municípios acreanos com a criação e gestão de projetos de assentamento de Reforma Agrária. Dentro desse contexto cabe destaque para a regularização de ocupações e retomada de lotes, bem como o ajustamento fundiários dos mesmos. Lembrando que os assentamentos instalados no Estado apresentam grande dispersão no Estado e as prefeituras municipais tem sempre esperado do INCRA uma ação mais intensa sobretudo nas áreas de infraestrutura e assistência técnica. Outra questão que permeia a operacionalização da Reforma Agrária é a grande demanda social originária desses assentamentos criados, haja visto que a Instituição nos últimos anos vem sofrendo com a redução do quadro de servidores frente ao planejamento e execução das políticas planejadas para operacionalização das ações de campo e controle dos projetos de assentamento. Nossa força de trabalho vem se reduzindo a cada ano principalmente com a aposentadoria de vários servidores, na velocidade em que essa força de trabalho não está sendo mais reposta como deveria, em contraponto a pressão por metas audaciosas de assentamento de famílias da parte do Governo Federal.
Adversidades
É muito comum ocorrer o planejamento da Instituição nos meses iniciais do ano, apontando as estratégias de execução de acordo com um prazo estabelecido durante o ano vigente. No entanto o orçamento geralmente vem sofrendo atrasos na liberação, o que dificulta em muito a sua aplicabilidade em um tempo mais exíguo. Essa questão muitas vezes inviabiliza a aplicação mais adequada de recursos ou não execução de algumas atividades previstas devido o tempo exigido para consecução dos objetivos como é o caso dos processos licitatórios que demandam muito tempo e das atividades de campo que tem se concentrado mais nos dois últimos trimestres do ano. Não obstante, houve a incidência de invasão de lotes em áreas tanto de estudo para a criação de novos projetos, com em assentamentos já criados. Esse fato tem gerado uma grande demanda do INCRA junto aos setores do Governo para coibir e sanar essa prática, que vem dificultando o processo de obtenção e assentamentos com o objetivo de assentar as famílias devidamente cadastradas e beneficiárias da Reforma Agrária.
Riscos
Os riscos operacionais enfrentados pela Instituição são decorrentes das adversidades apresentadas. De um lado a os prazos estabelecidos vão vencendo e o INCRA fica refém de cumprir as metas operacionais até a vigência legal do exercício. De outro lado a incidência de invasões de lotes também vem dificultando e atrasando o cronograma de assentamento das famílias nos Projetos de Assentamento já criados, além de impactar os recursos orçamentários que são usados na manutenção da segurança dessas áreas com o intuito de liberar os trabalhos de execução do projeto produtivo e as ações de infraestrutura como a demarcação topográfica e ramais de acesso.
Estratégia de enfrentamento
Para vencer os prazos apertados a Superintendência mobilizou os servidores em uma verdadeira força tarefa com vistas ao alcance das metas planejadas. Houve um verdadeiro esforço conjunto e parcerias que foram necessárias para o cumprimento das operações, tarefas e procedimentos adequados a cada eixo de atuação da SR. De outro lado como estratégia de ação o INCRA do Acre recorreu à justiça federal pedindo a reintegração de posse das áreas invadidas, como também solicitou da justiça o interdito proibitório para várias áreas de Projetos de Assentamento, em especial os Projetos de assentamento diferenciados, e mobilizou técnicos da instituição, polícia militar e polícia federal para executar a ação e preservar a integridade dos atores envolvidos.
Mudanças ocorridas
De um modo geral as mudanças ocorridas em razão das estratégias utilizadas pela SR.14, foram bem sucedidas, isto porque foi possível cumprir a maioria das metas operacionais previstas para o exercício de 2014, em especial a meta de assentamento de famílias. O INCRA mobilizou também uma série de parcerias. Com relação as invasões também houve uma diminuição significativa, possibilitando o assentamento de famílias previsto para ser realizado. Isto porque diminuiu com o tempo as invasões de terras e foi possível assentar as famílias cadastradas graças à atuação conjunta do INCRA junto as instituições parceiras em especial as policias militar e federal.

Superintendência Regional do Amazonas – SR-15/AM

Descrição

A despeito das peculiaridades regionais e dos poucos recursos disponíveis, esta Superintendência pelo seu corpo diretivo e técnico, tem buscado cumprir as metas que lhes são atribuídas, somando de maneira positiva para o avanço da reforma agrária brasileira, considerando ainda a Amazônia ser uma região diferenciada. Outro fato que pode ser considerado importante é o avanço da reforma agrária nas áreas de várzeas e de unidades de conservação, um desafio que está sendo vencido com determinação e competência, levando a esses brasileiros, vigilantes das florestas e rios, inclusão social e cidadania.

Vale ressaltar que o INCRA Amazonas vem sofrendo com a redução do corpo técnico, mesmo havendo o ingresso de servidores nomeados em 2013 relativos ao concurso ocorrido em 2010, contribuiu pouco em consequência desses servidores por serem originários de outros estados brasileiros, que buscam transferências aos seus estados de origem, e esse fato se agrava ano a ano em função das aposentadorias que naturalmente ocorrem.

Alm desses fatos, o órgão conta com poucos recursos para trabalhar num estado amazônico de dimensões continentais e dificuldades de locomoção, utilizando para isso, vários meios de transportes, como carros, aviões, embarcações regionais e voadeiras, além da falta de logística no interior, onde a rede hoteleira é praticamente inexistente.

Apesar de todos esses obstáculos, o INCRA, conseguiu cumprir com as determinações da autarquia e dessa forma, superou algumas metas estabelecidas nos mais diversos seguimentos, como assentamentos de famílias, imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural, mesmo a despeito dos poucos recursos financeiros para essa ação.

Adversidades

- Falta de EPI's: decisão judicial em atendimento a ação movida pelo Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (PFA), determinou ao INCRA a suspensão das atividades que envolvam riscos aos Peritos Federais Agrários até o completo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

O INCRA forneceu no mês de novembro somente parte dos EPI's, não completando a lista dos equipamentos necessários, fazendo com que os PFA's continuassem com a paralisação dos serviços até o final do exercício;

- Indisponibilidade de Recursos Orçamentário/Financeiros: a SR(15)AM durante o exercício de 2014 trabalhou com recursos orçamentários/financeiros reduzidos, voltando a repetir o ocorrido no exercício de 2013. Inclusive sendo o fato destacado no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201407453 da Controladoria Geral da União (CGU).

No exercício de 2013, a SR(15)AM, recebeu apenas 0,41% dos recursos totais repassados pelo INCRA/Sede sendo a 10ª Superintendência que menos recebeu recursos entre as 30 (trinta) SR's.

No relatório de auditoria de 2013 a CGU destacou ainda que entre as 9 (nove) superintendências da Região Norte, a SR(15)AM foi a 3ª que menos recebeu recursos, ficando atrás apenas das SR's dos Estados de Amapá e Roraima, observando-se que não se levou em conta o fato de o Estado do Amazonas possuir a maior extensão territorial entre os 27 (vinte e sete) Estados da Federação.

Em razão da indisponibilidade de recursos, muitos projetos que estavam planejados para o exercício não foram iniciados, destacando-se:

- a ampliação da rede de atendimento para cadastro de imóvel rural;
- implantação de salas da cidadania em Prefeituras de municípios do Estado do Amazonas;
- ampliação da subestação elétrica da sede da Superintendência;
- ampliação da rede lógica da Superintendência;
- recuperação de imóveis, reforma e manutenção de prédios de Unidades Avançadas;
- atraso em pagamentos de contratos de fornecedores de material e prestadores de serviços;
- falta de material de expediente e aquisição de no-breaks, manutenção de impressoras, etc.
- falta de entidades credenciadas para operacionalizar os serviços de ATES;

Capacitação de Servidores: os recursos destinados a SR(15)AM também não atendem a demanda de capacitação de servidores, o que prejudica a realização de serviços com mais qualidade

- **Metas estabelecidas pelo INCRA/Sede** sem a correspondência de recursos humanos e financeiros;

Riscos

A falta do fornecimento de EPI's, ainda é um risco para a execução de atividades no ano de 2015, visto que este até o mês de fevereiro/2015, ainda a SR não recebeu os itens completos.

- Desmotivação dos servidores, ocasionada pela comparação de menores salários com o que se paga em outros órgãos do Governo Federal, e também pela pouca estrutura de trabalho fornecida, levando muitos servidores a prestar concursos para outros órgãos, aumentando a possibilidade de redução do número de servidores;

- Possibilidade de paralisação das atividades em decorrência de problemas na estrutura da rede elétrica e rede lógica da sede da Superintendência, pela falta de execução dos projetos previstos para ampliação dessas estruturas,

Ressalta-se que o prédio da Superintendência do INCRA no Amazonas, abriga também a Delegacia do MDA e Coordenação Estadual do Programa Terra Legal, sendo que esses dois órgão também utilização a estrutura de rede elétrica e lógica da SR, e que em 2014 aumentaram a seu número de servidores, o que sobrecarregou ainda mais a

infraestrutura da Superintendência.
Estratégias de enfrentamento
- Articular com o INCRA/Sede o fornecimento completo dos EPI's; Buscar junto ao INCRA/Sede, o estabelecimento de metas compatíveis com a força de trabalho; Continuar buscando junto ao INCRA/Sede mecanismos que possibilitem o aumento da força de trabalho, ou que pelos menos cesse a redução.
Mudanças Ocorridas
Não identificamos no exercício de 2014 mudanças que possibilitem um melhor cenário para 2015, pelo contrário, o que se percebeu foi a continuidade de problemas enfrentados em exercícios anteriores, como a redução do quadro de servidores, que apesar de recomendação através de Acórdão do TCU, e a indisponibilidade de recursos orçamentários/financeiros, destacado no Relatório de Auditoria realizada pela CGU em 2013, voltaram a ocorrer.

Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul – SR-16/MS
Descrição Geral
O Mato Grosso do Sul é caracterizado pelo alto índice de imóveis de grande extensão e baixo índice de povoamento nas zonas rurais e muitos latifúndios. Os municípios se localizam muito distantes entre si, em comparação aos vizinhos Paraná e São Paulo, o que demonstra a necessidade premente de um reordenamento da estrutura fundiária de modo a otimizar o uso das terras e coibir o latifúndio improdutivo.
O estado apresenta, ainda, vastas áreas de grande interesse ambiental, sendo a principal situada no bioma do Pantanal e do Cerrado, ocorrendo esparsas incidências de Mata Atlântica remanescente, o que, do ponto de vista ambiental, se constitui um importante limitante à ocupação a ser respeitado.
Do ponto de vista do controle fundiário, pode-se considerar um estado com baixo índice de terras irregulares ou indevidamente ocupadas.
Adversidades
Número de reduzido de servidores, agravado pelo grande número de aposentadorias recentes e no próprio exercício sem a correspondente contratação de novos servidores.
Valorização imobiliária inviabilizando a obtenção de terras, dado o baixo valor admitido por família, impedindo o avanço da Reforma Agrária, preservando o latifúndio e fomentando a especulação no mercado de terras e a baixa produtividade.
Riscos
Aumento da tensão no campo em virtude do ritmo mais lento da Reforma Agrária, dadas as barreiras para implantação de novos assentamentos.
Falta de recursos para atendimento das obras de infraestrutura necessárias, em decorrência da priorização de obras no Norte e Nordeste do país, em decorrência da classificação por pontos na chamada pública nacional, com pontuação específica nestes casos.
Estratégia de enfrentamento
Informação ao INCRA Sede sobre a atual situação da força de trabalho, solicitando apoio e subsidiando o planejamento de contratação de novos servidores, de forma a suprir a demanda, assim como tratativas com o governo estadual e prefeituras para cooperações técnicas de apoio aos trabalhos.
Discussão com as instâncias superiores sobre as limitações impostas para aquisição de terras, assim como a atuação dentro de um Plano Estratégico focado na região prioritária, determinada após estudo em prospecção por sensoriamento remoto e integrado ao planejamento de desenvolvimento do Governo Estadual, sendo priorizadas áreas de grande extensão com fortes indícios de improdutividade em áreas com boa capacidade de geração de renda.
A mesma estratégia do item “c” (acima).
Articulação com prefeituras e entidades organizadoras para o atendimento aos pré-requisitos possíveis e elaborar projetos de forma a atingir a melhor pontuação de prioridade para obras de Infraestrutura, mitigando os efeitos da não priorização do estado pela posição geográfica, além de buscar parcerias com outros órgãos federais como a Funasa.
Mudanças ocorridas
Há informações de que em 2015 será elaborado concurso para contratação de novos servidores. Além disso, a Superintendência logrou estabelecer parcerias com as prefeituras com maior quantidade de famílias assentadas, assim como contar com a parceria do governo do estado nas atividades fundiárias.

Ainda há que se avançar na análise dos entraves para obtenção de terras. Em 2015 espera-se baixa disponibilidade orçamentária, estagnando ainda mais a questão. As vistorias de terras na região prioritária renderam um considerável número de imóveis improdutivos com excelentes condições para implantação de assentamentos. Também estão em estudo imóveis de boa qualidade ofertados para compra.

As pressões e conflitos agrários têm sido mitigados pela percepção de eficiência na busca por recursos fundiários, mas ainda há expectativas de mobilizações frequentes para o próximo período.

Foi possível classificar dois projetos de infraestrutura para assentamentos localizados no único município incluído no Programa Brasil Sem Miséria, mas todos os outros projetos ficaram sem recursos da chamada pública. No caso da implantação de rede de água a parceria com a Funasa foi bem sucedida com a perfuração de poços em cooperação técnica.

Superintendência Regional de Rondônia – SR-17/RO
Descrição Geral
Grande dispersão territorial dos projetos de assentamentos; boa estrutura (física e lógica); Demanda latente e crescente pela atuação mais presente e constante às famílias assentadas; Participação em atividades/programas múltiplos e complexos como: Programa Assentamentos Verdes, Arco de Fogo, Território da Cidadania, Programa Brasil sem Miséria, entre outros; Pouca cultura organizacional de planejamento, monitoramento e avaliação.
Adversidades
Quadro insuficiente de servidores (sendo 2014 um ano atípico onde houve 27 novas aposentadorias); Desmotivação ou pouca integração e baixa qualificação dos poucos servidores; Cobrança incessante de outros órgãos, em especial do Poder Judiciário, para a realização de trabalhos que não resultam nas metas estabelecidas, mas que demandam força de trabalho e recursos, e ainda com imputação de prazos e multas.
Riscos
Pouca conectividade das atividades realizadas por cada Divisão; Grande rotatividade entre as famílias assentadas que vendem suas benfeitorias; Conflitos agrários que surgem diariamente.
Estratégia de enfrentamento
Reuniões constantes para instigar a conexão entre os servidores, as atividades e respectivas Divisões; vistorias nos lotes com ações de retomada e regularização; participação em reuniões de grupos interinstitucionais formados para tratativas de cada conflito que surge
Mudanças ocorridas
Alinhamento político-institucional através do estabelecimento de parcerias (União, Estado e Municípios); Ajustamento de paradigma do modelo de desenvolvimento dos projetos de assentamento; enfrentamento dinâmico dos conflitos. Enfrentamento dinâmico dos conflitos.

Superintendência Regional da Paraíba – SR-18/PB
Descrição Geral
Contexto fundiário caracterizado pela radical diminuição do estoque de terras com possibilidade de serem incorporadas à política de reforma agrária. Grande extensão territorial localizada na região semi-árida, dificuldades de acesso à água e condições climáticas regionais desfavoráveis ao processo produtivo, particularmente daqueles que compõem o conjunto dos pequenos agricultores, que desenvolvem agricultura familiar. Os projetos de assentamento ainda se encontram em condições de baixa sustentabilidade econômica, social e ambiental, requerendo a presença do Estado e políticas públicas concentradas para que se consolide a sua inserção nas cadeias e arranjos produtivos e proporcione às famílias os direitos de cidadania que permitam concretizar seus anseios de qualidade de vida, qualificação profissional e dignidade social e política, evitando assim, a evasão do meio rural, em busca de novas oportunidades nas cidades.
Adversidades
Insuficiência da força de trabalho; Desmotivação dos servidores em razão do salário e das responsabilidades institucionais; Ausência de Kit de equipamentos de proteção individual; Falta de estrutura física para alocação de servidores, organização de processos administrativos e material e equipamentos diversos; Descompasso entre a execução orçamentária e a disponibilidade financeira; Pequeno estoque de terras com potencialidade para serem incorporadas à política de reforma agrária (determinado pelo

<p>aumento do preço por hectare e pela defasagem dos índices mínimos de produtividade e uso da terra determinados pela legislação);</p> <p>Inexistência de Plano de Desenvolvimento e sua correta consecução para a maioria dos assentamentos é outra grande dificuldade enfrentada;</p> <p>Pressões políticas provenientes dos latifundiários direcionadas às comunidades quilombolas, as quais dificultaram o avanço dos processos de reconhecimento dos seus territórios ancestrais, pois as comunidades estão sentindo receio de que o prosseguimento dos processos aumente às referidas pressões e coloque em risco sua segurança;</p> <p>Não utilização pelas prefeituras das máquinas doadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na melhoria da infraestrutura dos assentamentos;</p> <p>Dificuldade de órgão parceiros, como companhia de abastecimento de água, de energia elétrica, prefeituras, e outros, têm para implantar políticas públicas em parceria com o INCRA</p>
<p>Riscos</p> <p>Dificuldades financeiras para muitas entidades parceiras, limitando o andamento de convênios, acordos e parcerias;</p> <p>Criação de passivos em virtude da insuficiência da força de trabalho, em setores como a análise de prestação de convênios;</p> <p>Impossibilidade de ampliar a obtenção de terras frente a diminuição de estoques;</p> <p>Ampliação dos conflitos no campo;</p> <p>Inexecução da ação de infraestrutura nos projetos de assentamento devido a ausência suficiente de crédito orçamentário para celebração da avenças e atraso nas obras em andamento devido a morosidade do repasse de recursos financeiros;</p> <p>Paralisação dos serviços de vistoria e avaliação de imóveis rurais;</p> <p>Comprometimento da execução das ações e atingimento das metas;</p> <p>Desconfiança dos parceiros (prefeituras) e contratados pelo não atendimento dos prazos de repasses e atraso no pagamento das faturas;</p>
<p>Estratégia de enfrentamento</p> <p>Utilização de Equipes de Articulação Territorial-EAT que atualizam sistematicamente as demandas de organização e infraestrutura dos diversos assentamentos;</p> <p>Intensificação de parcerias com os governos estaduais e com outros ministérios, como forma de buscar a ampliação das ações de acesso à energia e água nos assentamentos;</p> <p>Priorização do saneamento de passivos importantes que implicavam no engessamento da gestão, a exemplo da análise de convênios e pagamento de recursos de restos a pagar, com intensas articulações com outras superintendências e com a Sede do INCRA, no sentido de viabilizar técnicos para a consecução dos trabalhos;</p> <p>Especial atenção foi dedicada ao relacionamento com os órgãos de controle, no sentido de priorizar o atendimento às demandas dos mesmos, não obstante as dificuldades operacionais, notadamente aquelas relacionadas ao grande número de ações desenvolvidas pela Superintendência Regional, sem as respectivas condições necessárias e suficientes de infraestrutura, força de trabalho e aporte financeiro;</p> <p>Implantação do Sistema de Atendimento ao Público onde o público é atendido pela Sala da Cidadania;</p> <p>Priorização da capacitação de servidores envolvidos com a obtenção de terras e racionalizar seu processo de trabalho, buscando aproveitar ao máximo o pequeno estoque de terras passíveis de vistoria para fins de reforma agrária;</p> <p>Realização de reuniões com Prefeituras e lideranças de assentamentos para ratificação de demanda, elaboração de propostas e esclarecimento de dúvidas relativas às ações em andamento</p>
<p>Mudanças ocorridas</p> <p>A atitude cooperativa dos movimentos sociais no contexto da execução dos contratos de ATER;</p> <p>Parceria bem-sucedida com algumas prefeituras na efetivação de atividades do INCRA em ações conjuntas com a Delegacia Estadual do MDA;</p> <p>Retomada das atividades de ATER;</p> <p>Saneamento de alguns processos, notadamente na área de análise de convênios, com abertura de TCE;</p> <p>Na questão da regularização ambiental, estudos e peças técnicas foram modificados para atender as exigências do órgão ambiental estadual;</p> <p>Cumprimento das metas de obtenção.</p>

Superintendência Regional do Rio Grande do Norte – SR-19/RN
<p>Descrição Geral</p> <p>A SR/19 possui 132 servidores em seu quadro funcional, 23 terceirizados da área administrativa e 29 estagiários e tem 289 projetos de assentamento com 20.218 famílias. Desenvolve ações voltadas para a reforma agrária, buscando consolidar o desenvolvimento do agricultor familiar. Suas atividades estão descritas no regimento interno e a gestão da SR/19 não mede esforços para perseguir os objetivos descritos neste documento e cumprir as metas pactuadas com as diretorias em Brasília.</p>
<p>Adversidades</p> <p>Na SR/19 são encontrados poucos servidores para desenvolverem toda a demanda de ações que o INCRA guarda em si. As diversas ações que devem ser executadas pela Superintendência ficam pulverizadas entre os servidores, que não raras</p>

vezes ficam sobrecarregados de atividades (trabalho). Aliada a sobrecarga de trabalho há a natural desmotivação dos servidores em razão do salário e das responsabilidades institucionais.
Riscos
Devido ao excesso de atividades os servidores não podem se concentrar totalmente no acompanhamento de um úmero reduzido de assentamentos, exemplo disto, quando um mesmo servidor deve aplicar crédito em muitos assentamentos, não sendo possível um ontrele pelo mesmo do que ele estava aplicando. Outra situação é o não acompanhamento sistemático de um grupo de controle das ações que estão ocorrendo na SR, muitas vezes só descobrimos algum evento negativo após o acompanhamento dos órgãos de controle externo.
Estratégia de enfrentamento
Implantação do Sistema de Atendimento ao Público onde cada pessoa que chega a SR/19 é atendida pela Sala da Cidadania que direciona através deste sistema para o agente que irá atendê-lo e com data aprazada para a resposta ser fornecida. Este sistema permite que se observe todos os atendimentos e demandas presentes na SR e ainda subsidia a motivação das viagens a campo dos servidores.
Mudanças ocorridas
Devido à implantação deste sistema os chefes percebem os projetos de assentamento que estão com demanda crítica e designam servidores para acompanhar o problema, fornecendo maior eficácia ao gasto público.

Superintendência Regional do Espírito Santo – SR-20/ES
Descrição Geral
O Estado do Espírito Santo possui uma estrutura fundiária uniforme. Não há grandes concentrações fundiárias. Acesso terrestre a todos os assentamentos.
Adversidades
Falta do serviço de ATER pois a chamada pública foi deserta. Impossibilidade de aplicação de créditos e supervisão ocupacional por falta de assistência rural. Evasão de beneficiários Venda de lotes Modelo de obtenção de imóveis rurais saturado Falta de motivação por parte dos servidores
Riscos
Não ter êxito numa próxima chamada pública para contratação de ATER devido à suspensão dos certames licitatórios pelo INCRA Sede.
Estratégia de enfrentamento
Implementação da ANATER Ações de motivação para os servidores
Mudanças ocorridas
Mudança de paradigma por parte das Prefeituras Municipais no trato com o INCRA. Novas parcerias junto às prefeituras municipais, especialmente na infraestrutura em geral Maior apoio na inclusão dos assentados em programas e desenvolvimento social municipais.

Superintendência Regional do Amapá – SR-21/AP
Descrição Geral
A SR(21)AP, é uma das 11 Superintendências que compõem a Amazônia Legal. Nesse sentido o foco de trabalho da SR é o assentamento de famílias cadastradas no PNRA, uma vez que a atribuição de realizar a regularização fundiária na Amazônia foi transferida para o Programa Terra Legal. Dentre as características locais mais visíveis na zona rural do estado, temos as grandes distâncias que aliadas à insuficiência das infraestruturas básicas necessárias, como estradas, energia e água, além de assistência técnica e educação, dificultam o desenvolvimento rural do estado. Quanto à incidência de conflitos graves pela posse da terra é praticamente inexistente. No ano de 2014 a SR realizou os primeiros trabalhos visando o reassentamento de famílias atingidas que serão atingidas pela inundação para construção da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, localizada no município de Porto Grande. A SR possui atualmente 39 projetos de assentamentos sob sua jurisdição, dos quais 13 são ambientalmente diferenciados, além disso, existem 11 assentamentos reconhecidos pelo INCRA, sendo 1 reserva extrativista federal (Ibama), 1 projeto casulo e 9 assentamentos estaduais. O total de famílias assentadas no estado é de 14.747 famílias. A SR tem tentado investir prioritariamente no desenvolvimento, integrando as ações implantação e recuperação de estradas vicinais, construção de pontes, assistência técnica, educação do campo e agroindustrialização, porém, devido principalmente a insuficiência de recursos trabalha-se em ritmo lento.

Adversidades
<p>As principais adversidades são as seguintes:</p> <p>Insuficiência de servidores lotados da UJ;</p> <p>Baixos valores da remuneração dos servidores, que resulta em insatisfação generalizada;</p> <p>Não disponibilização de equipamentos de proteção individual para o desempenho das atividades de campo, pois, a região amazônica é bastante insalubre;</p> <p>Falta de um programa de capacitação continuada específica para os servidores que atuam na área técnica, com disponibilização de cursos voltados, por exemplo, para a gestão ambiental, regularização de territórios quilombolas etc;</p> <p>Alto índice de atendimento a demandas encaminhadas por outros órgãos (MPF, TCU, CGU, DPU, DPF etc), situação que toma o tempo dos servidores;</p> <p>Elevado número de famílias assentadas sem acesso a infraestrutura (estradas, energia elétrica, água, assistência técnica etc);</p> <p>Elevado número de famílias assentadas que não acessaram os créditos da reforma agrária em 2014 (devido burocracia dos agentes financeiros);</p> <p>Elevado número de famílias assentadas que não foram beneficiadas em 2014 com abertura e recuperação de ramais, devido tanto precariedade do corpo técnico das prefeituras municipais, como a ausência de uma capacitação mais específica para os servidores do INCRA que atuaram como representantes da SR;</p> <p>Insuficiência de empresas prestadoras do serviço de Ater no estado.</p>
Riscos
<p>Os principais riscos são:</p> <p>Inviabilização de determinados serviços da SR(21)AP, por insuficiência e também pela demora na liberação dos recursos para execução dos trabalhos;</p> <p>Não cumprimento de prazos, por parte das divisões, para atendimento das demandas em diferentes tarefas;</p> <p>Aumento da insatisfação dos servidores devido tanto a insuficiência na quantidade de servidores (o que acarreta a sobrecarga dos servidores que trabalham), como aos baixos valores da remuneração (falta de valorização dos servidores da Autarquia);</p> <p>Baixo índice de integração entre as divisões que compõem a SR;</p> <p>Responsabilização injusta de gestores e servidores diante das condições de trabalho.</p>
Estratégia de enfrentamento
<p>Aprimoramento e adequações das normas que tratam da implantação de infraestrutura (estradas e crédito);</p> <p>Liberação dos recursos nas quantidades e dentro do prazo necessário para utilização no mesmo exercício, sem que fiquem pendências para os exercícios seguintes;</p> <p>Maior empenho das divisões em cumprir os prazos estipulados para realização de cada tarefa sob responsabilidade;</p> <p>Realização de reuniões ou encontros com o fito que integrar as divisões;</p> <p>Contratação de novos servidores a partir do ano de 2015 com a finalidade de suprir as demandas das SR's;</p> <p>A sede deve viabilizar a reestruturação das carreiras que compõem o quadro funcional da Autarquia;</p> <p>A SR deve fomentar a integração entre as divisões.</p>
Mudanças ocorridas
<p>Melhoria nas relações político-institucionais entre o INCRA e outros órgãos;</p> <p>Diminuição da insatisfação no campo.</p>

Superintendência Regional de Alagoas – SR-22/AL
Descrição Geral
<p>O ambiente externo no qual a SR-22 exerceu suas funções legais em 2014 foi marcado, nos aspectos do desenvolvimento de assentamentos, da regularização fundiária e da obtenção de terras, pelas conseqüências negativas para a política de reforma agrária em Alagoas do caráter monocultor da agropecuária na mesorregião do Leste Alagoano e pela precariedade da infraestrutura produtiva no Sertão e no Agreste, mesorregiões estruturadas a partir da agricultura familiar e inseridas no semi-árido.</p> <p>No segundo semestre de 2014, mesmo em um contexto fundiário caracterizado pela radical diminuição do estoque de terras com possibilidade de serem incorporadas à política de reforma agrária, surgiu a perspectiva de ampliação desse estoque por conta da falência de um dos maiores grupos canavieiros de Alagoas, fenômeno particular que expressa um novo momento de reestruturação produtiva deste setor do agronegócio no estado, o qual tem potencialidade de liberar importantes áreas para a constituição de novos assentamentos, superando um dos principais gargalos para a atuação da SR-22 na busca de diminuir os conflitos no campo e reestruturar a estrutura fundiária.</p> <p>Outros fatos decisivos no ambiente externo foram: 1) a consolidação da Vara Agrária, tornando mais ágeis os processos e facilitando a escuta, por parte das instâncias estatais, das demandas dos acampados; 2) a atitude cooperativa dos</p>

<p>movimentos sociais no contexto da execução dos contratos de ATER; e 3) a parceria bem-sucedida com algumas prefeituras na efetivação de atividades do INCRA em ações conjuntas com a Delegacia Estadual do MDA.</p>
<p>Adversidades:</p> <p>Uma das principais adversidades enfrentadas pela SR-22 na execução de sua missão foi o pequeno estoque de terras com potencialidade para serem incorporadas à política de reforma agrária. Esta circunstância apenas começou a ser contornada no final de 2014, quando a situação foi remediada pela aludida falência de um grande grupo canavieiro, tornando milhares de hectares passíveis de vistoria. No que se refere à regularização fundiária, uma das adversidades importantes foram as pressões políticas provenientes dos latifundiários enfrentadas pelas comunidades quilombolas, as quais dificultaram o avanço dos processos de reconhecimento dos seus territórios ancestrais, pois as comunidades estão sentindo receio de que o prosseguimento dos processos aumente às referidas pressões e coloque em risco sua segurança. Na área do desenvolvimento de assentamentos, uma das adversidades importantes foi a atitude de várias prefeituras alagoanas de não utilizarem na melhoria da infraestrutura dos assentamentos as máquinas doadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que representou um claro desrespeito aos objetivos democráticos do programa.</p>
<p>Riscos</p> <p>A diminuição do estoque de terras (determinado pelo aumento do preço por hectare e pela defasagem dos índices mínimos de produtividade e uso da terra determinados pela legislação) com potencialidade de serem incorporadas à política de reforma agrária foi um dos principais riscos para a execução das funções legais da SR-22 em 2014, pois a impossibilidade de ampliar a obtenção de terras ocorreu numa conjuntura de aumento do desemprego rural em Alagoas determinado pelo avanço da mecanização da agropecuária, principalmente no Leste Alagoano. A convivência dessas duas variáveis teve a potencialidade de ampliar dramaticamente os conflitos no campo, com a possibilidade de violência patrocinada por todos os autores envolvidos diretamente, inclusive as instâncias estatais, como a Polícia Militar. O que não ocorreu pela intervenção de outras variáveis do ambiente externo, como a continuidade dos níveis de emprego na construção civil, pois o setor continuou a absorver milhares de desempregados agrícolas, e a mediação pacificadora dos movimentos sociais agrários entre os acampados.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento</p> <p>Esta SR-22 procurou capacitar melhor seus servidores envolvidos com a obtenção de terras e racionalizar seu processo de trabalho, buscando aproveitar ao máximo o pequeno estoque de terras passíveis de vistoria para fins de reforma agrária. No final de 2014, houve um esforço conjunto da SR-22 e do INCRA - Sede para a vistoria dos milhares de hectares de terras da massa falida do Grupo João Lyra, um dos principais do setor canavieiro alagoano. No que se refere às pressões contra os quilombolas, a SR-22 procurou avaliar melhor o equilíbrio de forças políticas de cada situação e fazer um trabalho mais mediado de convencimento das comunidades. No que se refere à atitude de várias prefeituras de não usarem as máquinas doadas pelo MDA na melhoria da infraestrutura dos assentamentos, a SR-22 procurou anotar atentamente as reclamações relativas ao fato feitas pelos assentados e encaminhar as reclamações para as instâncias superiores do INCRA e do MDA.</p>
<p>Mudanças ocorridas</p> <p>Com a ação conjunta de vistoria da SR-22 e do INCRA – Sede, ocorrida no final de 2014, ampliou-se o estoque de terras com potencialidade para serem incorporadas à política de reforma agrária, diminuído as possibilidades de graves conflitos agrários no ano de 2015. A equipe da SR-22 tornou-se mais consciente da complexidade da situação política da luta pelo território das comunidades quilombolas em Alagoas, isso tem facilitado o fortalecimento de uma rede de apoio a essas comunidades, destravando os processos. A percepção dos problemas de execução no programa de doação de máquinas às prefeituras e sua comunicação aos órgãos competente inibiu a atitude de várias prefeituras de privilegiar a melhoria da infraestrutura das grandes propriedades em detrimento da infraestrutura dos assentamentos.</p>

Superintendência Regional de Sergipe – SR-23/SE

<p>Descrição Geral</p> <p>Esta Regional tem como área de atuação o menor Estado da Federação. Há uma demanda por políticas de Reforma Agrária por mais de 8.000 acampados, além da necessidade de desenvolvimento de 237 assentamentos e aproximadamente 10.600 famílias.</p>
<p>Adversidades</p>

Desmotivação dos servidores Aposentadorias sem reposição de força de trabalho Quantitativo insuficiente de servidores Descompasso entre a execução orçamentária e a disponibilidade financeira
Riscos Novas aposentadorias Exonerações de servidores por aprovação em outros concursos
Estratégia de enfrentamento Melhoria do ambiente de trabalho (reforma do prédio, novas viaturas) Gestão orçamentária e financeira eficaz
Mudanças ocorridas Cumprimento das metas de obtenção Ausência de reconhecimentos de despesas do exercício anterior.

Superintendência Regional do Piauí – SR-24/PI
Descrição Geral
<p>O Estado do Piauí está localizado na parte oeste do Nordeste brasileiro, entre o Meio Norte úmido e o Nordeste semiárido, ocupando uma área territorial de 251.529 km², o que representa 16,2% da área da região Nordeste e 2,95% do Território Nacional. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, o Piauí possui uma população de cerca de 3,2 milhões de habitantes distribuídos em 11 Territórios de Desenvolvimento com um total de 224 municípios. A densidade demográfica do Estado é de 12,7 hab/km², sendo que o município de Teresina concentra cerca de 1/4 da população do Estado.</p> <p>A ocupação territorial do Piauí em termos fundiário, segundo dados cadastrais do INCRA de 2013, apresenta um quadro com predominância de imóveis classificados como minifúndios (68,7%) e pequenas propriedades (22,7%), vindo em seguida a média propriedade (8,4%) e apenas, 8,4% estão classificados como grande propriedade, restando 0,2% não classificadas.</p> <p>Em termos de distribuição espacial, observa-se que os territórios localizados nas regiões norte e centro do Estado são aqueles onde estão concentradas os minifúndios e pequenas propriedades, destacando-se o território do Vale do Guaribas (região centro do Estado) como o que apresenta maior concentração de minifúndios. Por outro lado, a região sul é aquela que apresenta maior concentração de grandes propriedades, com destaque para o Território Alto Parnaíba. Dentro desse contexto, estão os assentamentos sob a jurisdição do INCRA (PA's e PE, PDS, RESEX, PIC e CASULO) que de acordo com dados do SIPRA de fevereiro de 2014, totalizam 495 Projetos de assentamentos criados diretamente pelo INCRA e outros reconhecidos, abrangendo uma área total de 1.380.401 ha, representando uma cobertura de cerca de 5% do território do Estado do Piauí.</p> <p>Tais assentamentos estão distribuídos espacialmente em todos os Territórios de Desenvolvimento do Piauí, sendo que a maior concentração em número de projetos se verifica nos Territórios “Entre Rios” (31%) e “Cocais” (25%) localizados na região centro e norte do Estado.</p> <p>Outra característica fundiária do Estado é a existência de terras devolutas que segundo o Instituto de Terras do Piauí – INTERPI existe mais de 5 milhões de hectares de terras devolutas com concentração na região sul do Estado, aonde se registra no Estado conflitos pela posse e uso da terra.</p> <p>De um modo geral, pode-se afirmar que com exceção da região sul do Estado que envolve os cerrados piauienses e ocorrem conflitos fundiários em detrimento da grilagem de terras, no restante do território piauiense não há registro de conflitos emblemáticos envolvendo a questão agrária.</p>
Adversidades
<p>A atuação da SR(24) em 2014 na condução da política de Reforma e Desenvolvimento Agrário no Piauí em 2014 teve como princípio básico as orientações emanadas em termos de diretrizes estratégicas operacionais pela Diretoria de Gestão Estratégica do INCRA que se consubstanciou no Plano de Compromisso elaborado pela SR(24) e aprovado pelo Conselho Diretor do INCRA.</p> <p>Tais Diretrizes apontaram como prioridade de atuação da SR(24) em 2014 as ações voltadas para o ordenamento fundiário (cadastro rural e regularização fundiária) e o desenvolvimento dos assentamentos (Infraestrutura e moradia rural – PNHR, Assistência Técnica aos assentados e Educação Rural).</p> <p>Na execução do Plano de Compromisso por parte da SR(24) ocorreram algumas adversidades que impactaram nos resultados das ações desenvolvidas no exercício, destacando entre elas as que se seguem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento contingenciado e descentralização dos recursos para algumas atividades com atraso em relação à programação prevista (o PC foi alterado 3 vezes); • Alternância por 3 vezes no comando da SR(24) – Superintendente, no decorrer do exercício; • Não aprovação por parte do Governo Federal das reivindicações salariais dos servidores do INCRA; <p>Desqualificação Técnica das empresas de prestação de serviços de Assistência Técnica no Estado do Piauí – 2 chamadas públicas e houve contratação de 2 lotes.</p>

Riscos

Embora seja esta uma demanda dos órgãos de controle para com as Instituições públicas do Governo Federal, a avaliação de riscos não tem sido feita pela nossa Instituição – INCRA.

Desta forma, não há registro formais por parte desta SR(24) quanto aos eventos adversos que tenham alto grau de possibilidade de ocorrer e que possam causar impactos significativos nas nossas ações institucionais.

No entanto, de forma empírica, podem-se enumerar alguns eventos que se verifica na prática do dia a dia que poderiam ter sido alvo de monitoramento específico por parte da SR(24), com vistas a evitar possíveis impactos negativos na gestão da SR(24):

- Descumprimento de cronograma de execução de obras de infraestrutura nos PA's, provocando revolta nos Assentados, podendo gerar conflito na área;
- Descumprimento por parte do INCRA dos compromissos assumidos no tocante a estruturação do Escritório de Governança Fundiária no município de Bom Jesus - PI, de forma agilizar os trabalhos de levantamento e ordenamento da estrutura fundiária da região sul do Estado;
- Acidente de trabalho envolvendo os servidores que desenvolvem atividades de campo, em detrimento de uso de veículos antigos e com em condições precárias de funcionamento.

Estratégia de enfrentamento

Estruturação e funcionamento do Escritório de Governança Fundiária no município de Bom Jesus – PI;
Cumprimento de cronograma de descentralização de recursos orçamentários e financeiros para as obras de infraestrutura dos assentamentos aprovados no Plano de Compromisso;
Renovação da frota de veículos da SR(24);
Abertura de negociação com a participação dos servidores e da Direção do INCRA para aprovação das reivindicações salariais dos servidores da Autarquia.
Divulgação com maior abrangência do perfil das empresas de para prestação de Assistência Técnica aos assentados do INCRA no Piauí.

Mudanças ocorridas

Criação pelo INCRA em parceria com Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), e Vara Agrária do Escritório de Governança Fundiária no município de Bom Jesus – PI, porém não está funcionando por falta de recursos para custear despesas de pessoal, equipamentos e manutenção do prédio.

Superintendência Regional de Roraima – SR-25/RR**Descrição Geral**

A Superintendência Regional do INCRA, no estado de Roraima, possui uma baixíssima incidência de conflitos agrários (quase nenhuma). Considerando a Lei 11.952 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida no art. 2º da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, mediante alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.

Considerando ainda, o Art. 33. da Lei 11.952/2009, “ ficam transferidas do INCRA para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo prazo de 5 (cinco) anos renovável por igual período, nos termos de regulamento, em caráter extraordinário, as competências para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, expedir os títulos de domínio correspondentes e efetivar a doação prevista no § 1º do art. 21, mantendo-se as atribuições do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão previstas por esta Lei.”

Assim sendo, o INCRA/RR, representado pela SR-25/RR, perdeu o objeto de regularização fundiária de imóveis rurais em áreas da União, passando toda atividade ao MDA, através da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SERFAL, em Roraima pela Coordenação Estadual de Regularização Fundiária/CERFAL e Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SRFA-10/RR (Programa Terra Legal).

Adversidades

No âmbito logístico, pode ser destacado o problema com a internet, que ainda é de baixa velocidade de conexão. Outro problema enfrentado é relacionado com a infraestrutura das estradas vicinais que dão acesso aos lotes dos projetos de assentamento – péssimas condições e muitas vezes sem ponte para transpor os igarapés.

Riscos

Redução do efetivo de servidores devido às condições insatisfatórias de trabalho, aliado aos baixos valores das remunerações, o que tem levado a muitos servidores pedirem exoneração de seus cargos. Outro problema enfrentado é o desempenho das atividades realizadas em prédio alugado – fato esse que motivou uma ação judicial com o propósito de mudança de sede, pois o prédio não atendia as condições mínimas para atender o seu público alvo, bem como proporcionar aos seus servidores condições adequadas para o desempenho de suas funções.

Estratégia de enfrentamento

Gestão junto ao INCRA/ SEDE para a melhoria da rede de internet;

Contratação de mão-de-obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos.
Mudanças ocorridas
Instalação de uma nova rede de internet (wi fi); Gestão junto ao Ministério do Planejamento por parte do INCRA/SEDE para autorização de concurso público.

Superintendência Regional de Tocantins – SR-26/TO
Descrição Geral
<p>A Superintendência Regional do Tocantins - SR(26)TO - foi criada pela Portaria nº 95, de 08/08/91, publicada no Diário Oficial da União, de 13/08/91, com Sede em Palmas e Unidades Avançadas nos municípios de Araguaína, Araguatins e Gurupi.</p> <p>A força de trabalho é composta por 170 servidores efetivos e o público-alvo da unidade é composto por famílias assentadas, acampados, comunidades rurais tradicionais, ribeirinhos e atingidos por barragens e outras obras de infraestrutura.</p> <p>A Regional administra 377 projetos com 24.156 famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, em áreas que totalizam 1.235.738 hectares. No exercício de 2014, 1.004 famílias foram homologadas e assentadas em projetos de assentamento no estado.</p> <p>Localizado na Amazônia Legal, o estado do Tocantins faz parte da nova fronteira agrícola brasileira, denominada Matopiba, que inclui a região localizada entre as divisas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com crescente desenvolvimento de projetos agrícolas e valorização das terras.</p> <p>Na pesquisa de mercado realizada no último trimestre de 2014 para elaboração de planilha referencial de preço de terras, o INCRA registrou aumento no preço médio do hectare no estado.</p> <p>O Tocantins possui demanda de regularização fundiária de áreas estaduais e federais, esta última sob a responsabilidade do Programa Terral Legal Amazônia do Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p> <p>Houve aumento dos conflitos agrários no estado e segundo dados da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Estatística do Tribunal de Justiça do Tocantins em 2013 foram registrados 576 novos casos de conflitos fundiários nas comarcas do estado, que representam um crescimento de 168,91% de novos casos em comparação com o período anterior.</p> <p>O número de comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares aumentou para 32, ampliando assim a demanda por regularização fundiária desse público.</p> <p>O número de trabalhadores rurais sem terra acampados cresceu com o surgimento de novos acampamentos no estado. A unidade já recebeu demandas de criação de assentamentos de 30 acampamentos, com mais de 1.800 famílias acampadas. O número de famílias acampadas deve aumentar com a continuidade do processo de cadastramento de candidatos nos acampamentos para inserção de dados no Sipra.</p>
Adversidades
<p>Baixa participação dos municípios no chamamento público de infraestrutura nº 01/2014;</p> <p>Deficiências dos municípios no planejamento, elaboração, execução e prestação de contas de convênios de infraestrutura destinados aos projetos de assentamento;</p> <p>Desinteresse das instituições de ensino em firmar parcerias visando a execução das ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);</p> <p>Falta de equipamentos de proteção individual (EPI) para execução das atividades finalísticas de vistoria e avaliação de imóveis rurais;</p> <p>Insuficiência orçamentária visando a implantação das salas de cidadania nos municípios com a capacitação de agentes municipais visando ampliar a rede de atendimento ao público;</p> <p>Insuficiência orçamentária visando implantação e capacitação das Unidades Municipais de Cadastro (UMC);</p> <p>Reduzido número de projetos de assentamentos georreferenciados e certificados;</p> <p>Falta de assistência técnica contratada pelo INCRA nos assentamentos;</p> <p>Morosidade na regularização ambiental dos assentamentos;</p> <p>Baixa execução das ações do Programa Assentamentos Verdes (PAV);</p> <p>Baixa contratação de financiamentos do programa Minha Casa Minha Vida Rural para construção e recuperação de habitações nos assentamentos;</p> <p>Suspensão das ações de consolidação e titulação dos projetos de assentamentos com mais de dez anos;</p> <p>Suspensão das ações de supervisão ocupacional nos assentamentos;</p> <p>Dificuldades na execução das ações de regularização fundiária das comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares;</p>

<p>Incapacidade de promover a análise dos requerimentos de atualização cadastral de imóveis rurais no prazo estabelecido na Carta de Serviços ao Cidadão do INCRA;</p> <p>Não atendimento de parte dos requerimentos e solicitações nos prazos estabelecidos estabelecido na Carta de Serviços ao Cidadão do INCRA;</p> <p>Demora no atendimento das solicitações dos órgãos de controle, em especial, Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal;</p> <p>Insuficiência de recursos para reformas estruturais nas instalações da sede do INCRA, em Palmas;</p> <p>Insuficiência de recursos para pagamentos de contratos administrativos de prestação de serviços;</p>
<p>Riscos</p> <p>Não conclusão, no exercício de 2014, do procedimento licitatório visando aquisição de equipamentos de proteção individual/EPI para equipes de vistoria e avaliação de imóveis rurais e demora na entrega dos itens adquiridos;</p> <p>Descentralização insuficiente e tardia de créditos orçamentários e recursos financeiros para as despesas de custeio da Regional;</p> <p>Dificuldade da unidade no estabelecimento de parcerias com os entes municipais visando a operacionalização das Salas da Cidadania;</p> <p>Insucesso da SR(26)TO em firmar parcerias para viabilizar as ações de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);</p> <p>Não cumprimento de parte das metas previstas;</p> <p>Acirramento dos conflitos agrários em virtude de dificuldades no processo de obtenção de terras para criação de assentamentos e no processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas;</p> <p>Conflitos agrários em áreas públicas federais de regularização fundiária;</p> <p>Possibilidade de conflito entre não índios e índios na área delimitada do Território Indígena Taego Awã, em Formoso do Araguaia, que afeta o projeto de assentamento Caracol;</p>
<p>Estratégia de enfrentamento</p> <p>Intensificar a gestão com os municípios visando a participação no chamamento público de infraestrutura nº 02/2014;</p> <p>Orientar os municípios em relação à apresentação de propostas no chamamento público de infraestrutura nº 02/2014;</p> <p>Contratação de assistência técnica com a conclusão do chamamento público de Ates SR(26)TO nº 01/2014;</p> <p>Definição de áreas prioritárias para fiscalização visando a obtenção de terras com a participação dos movimentos sociais e a elaboração de cronograma de vistorias de imóveis rurais;</p> <p>Fazer gestão junto aos municípios para implantar a Sala da Cidadania com a capacitação de agentes municipais;</p> <p>Intensificar a execução das ações do Programa Assentamentos Verdes (PAV);</p> <p>Prestadoras de assistência técnica contratadas por meio do chamamento público de Ates SR(26)TO nº 01/2014 devem orientar e incentivar o acesso às políticas de custeio e de comercialização da produção;</p> <p>Avaliar periodicamente com os agentes financeiros oficiais estratégias para ampliar a contratação de financiamentos do programa Minha Casa Minha Vida Rural para construção e recuperação de habitações nos assentamentos;</p> <p>Realização ou participação em audiências públicas para discutir ações de enfrentamento a conflitos agrários no estado, com presença do Ministério Público Federal, Defensoria Pública Agrária, Ouvidoria Agrária Nacional e Regional, Delegacia Civil de Repressão a Conflitos Agrários e movimentos sociais.</p>
<p>Mudanças ocorridas</p> <p>Implantação do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) ampliou e acelerou a certificação de imóveis rurais no estado;</p> <p>Implantação da Sala da Cidadania Digital facilitou o acesso do público aos serviços do INCRA com a emissão online de documentos, reduzindo o número de solicitações apresentadas nas unidades do INCRA em Palmas, Araguaína, Araguatins e Gurupi;</p> <p>Chamamentos públicos de Infraestrutura, Terra Sol e Pronera incentivaram a apresentação de propostas e participação de outros atores (municípios, instituições de ensino, cooperativas e associações de agricultores familiares) no planejamento e desenvolvimento de ações destinadas aos projetos de assentamentos;</p> <p>Realização de audiências públicas para tratar de conflitos agrários auxiliou no combate aos casos de violência e no enfrentamento de estratégias para solucionar os casos de disputa pela posse da terra.</p> <p>Inclusão dos beneficiários assentados no Programa Minha Casa Minha Vida Rural;</p> <p>Suspensão do Programa de Crédito Instalação com o advento da Portaria nº 352 e implantação de novo crédito após a publicação da Lei 13.001;</p> <p>Implantação do Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito Instalação (SNCCI);</p> <p>Gestão junto aos municípios para cadastramento das famílias assentadas no Cad-Único.</p>

Superintendência Regional do Sul do Pará – SR-27MBA
Descrição Geral
<p>A Superintendência Regional do Sul do Pará é relativamente grande em termos de problemas e adversidades, pelo quantitativo de Assentamentos criados e pela falta de estrutura que foi destinada a eles através do Plano Nacional de Reforma Agrária, junte-se a isto, a região conta com um Movimento Social organizado, ativo e exigente. Não bastasse a exuberância dos Assentamentos e dos problemas encontrados, nos últimos anos, embora tenham ocorridos Concursos Públicos para suprir a necessidade de recursos humanos na Superintendência para atender uma demanda tão significativa, as remoções ocasionadas pelas mais diversas justificativas, entre elas remoções Independente do Interesse da Administração e também vacâncias para outros órgãos e outras instâncias de governo ocasionadas por classificação em concursos públicos, ocorreram na mesma intensidade em que ocorreram as aposentadorias e os óbitos de servidores, tendo em vista que a Superintendência conta com um significativo quadro de servidores com tempo suficiente para aposentarem-se. Além disso há também muitos servidores que além do tempo de serviço, encontram-se em idade bastante expressiva, que contribui com a diminuição da capacidade laborativa, já bastante comprometida, embora não se sintam a vontade para pedir aposentadoria em função da diminuição do salário. Assim, a transitoriedade de servidores imprime a esta SR, a característica de uma Superintendência que está sempre em rotatividade de servidores e neste processo alguns setores se ressentem mais do que outros pela falta de uma continuidade e de acúmulo de experiência em determinadas áreas.</p>
Adversidades
<p>A Divisão de Administração, por exemplo, está sempre enfrentando o dilema da falta de servidores, especialmente no Serviço de Contabilidade, onde os processos de TCE, Prestações de Contas de Convênios, se acumulam progressivamente, impactando negativamente as ações administrativas da Superintendência.</p> <p>Outro Setor que se insere nesse dilema é o Serviço de Desenvolvimento Humano, que culturalmente acaba agregando aqueles servidores que diminuíram sua capacidade laboral, embora teoricamente, ainda estejam na ativa.</p> <p>Outra adversidade é o quantitativo de servidores novos desmotivados e insatisfeitos com o salário que passam a vislumbrar a possibilidade de um melhor emprego, desviando o foco das atividades, e buscando outros afazeres.</p> <p>Assim, a cada redução do número de servidores sobrecarrega os que ainda se mantém propriamente na ativa.</p> <p>Assim, as duas maiores adversidades da SR-27 acabam sendo: a falta de servidores e capacitação. Isto porque a capacitação neste contexto fica extremamente prejudicada, por dois motivos: primeiro porque muitas vezes o servidor deixa de se capacitar em uma área em que atua, por estar atuando em várias outras atividades ao mesmo tempo e não dispor de tempo para se capacitar em nenhuma delas. Ou simplesmente por ser o único no setor e assim não poder deixá-lo para se capacitar. Muitos servidores novatos que não tem experiência, sente-se inseguros para desenvolver determinadas tarefas que lhe são atribuídas as vezes até com certa imposição por causa dessa problemática. O que de certa forma até sobrecarrega e por vezes até desvirtua o trabalho de servidores terceirizados e estagiários no afã de cumprir metas e prazos.</p> <p>Outra adversidade que atinge o recursos humanos é a falta de um espaço físico adequado para a guarda e manutenção de documentos de servidores e ex-servidores</p>
Riscos
<p>Os riscos são de um serviço de má qualidade, perda de prazos, servidores doentes, stressados, clima organizacional tenso, pagamentos de multas, compromissos assumidos e não honrados, prejuízos financeiros, processo administrativos amontoados, processos trabalhistas em excesso pela falta de servidores para fazer encaminhamentos simples, tais como avaliação de servidores, impactando em seu salário, processos de exercícios anteriores, extravio de documentos, falha na fiscalização de contratos, servidores sem qualificação/capacitação, fracionamento de despesas, falta de planejamento.</p>
Estratégia de enfrentamento
<p>As estratégias de enfrentamento esbarram no acúmulo de trabalho em determinados servidores mais comprometidos, trabalhos além da carga horária permitida, reuniões exaustivas. Algumas ações embora tenham sido informatizadas, mas carecem também de servidores qualificados para operá-las nos sistemas.</p>
Mudanças ocorridas
<p>Nos últimos anos a SR-27, tem contado com uma melhoria significativa nos equipamentos de trabalho e nas instalações oferecidas aos servidores. Mas na área de RH o trabalho tem se multiplicado, uma vez que a resistência à tecnologia, leva os servidores mais antigos a não utilizar os serviços informatizados e sobrecarregam a equipe do RH já bastante reduzida.</p>

Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno – SR-28/DFE
Descrição Geral
<p>Esta SR é sui generis quanto a sua competência territorial na administração do PNRA, pois, além de outras atividades do Distrito Federal, possui projetos de assentamento no noroeste do estado de minas gerais e nordeste goiano.</p> <p>Com predominância básica do Bioma Cerrado, nas mais de duzentas áreas destes projetos contam com infraestrutura básica, tais como: energia, água, casa, estrada, escolas, etc, onde estas edificações ou foram feitas mediante convênios firmados com prefeituras ou foram licitadas diretamente por esta SR.</p>

<p>Em nossa jurisdição poucos são os conflitos agrários que temos que administrar, até porque as chefias que estão ligadas diretamente ao fomento do PNRA são hábeis em destravar este tipo de lide quando aparece, através da mediação, da conscientização dos beneficiários do PNRA e dos movimentos sociais sobre a dificuldade em se ter recursos públicos na quantia adequada, que é a grande queixa apresentada, incluindo neste debate o uso da racionalidade para mostrar as virtudes deste programa social e que não são poucas.</p> <p>A todo momento estamos buscando viabilizar novas áreas, pois a demanda é crescente, inclusive fazendo um trabalho austero quanto ao combate da compra e venda de parcelas por terceiros estranhos ao PNRA, onde tão logo retomamos a posse destas parcelas, fazendo a destinação a quem de direito.</p> <p>Outro aspecto que merece destaque é a implementação da assistência técnica em quase a totalidade dos assentamentos da SR, situação que já podemos perceber uma melhora na propagação de conhecimento nestas comunidades.</p>
<p>Adversidades</p> <p>Número reduzido de servidores efetivos, contingenciamento de recursos de custeio e os disponibilizados para a edificação de obras de infraestrutura, acabaram por inviabilizar uma fiscalização mais efetiva, mais duradoura dentro destes projetos e o lamento dos beneficiários principalmente quanto à falta de sistemas de captação e distribuição de água dentro destes projetos.</p> <p>Aposentadorias de um número expressivo de servidores efetivos sem a recomposição imediata desta força de trabalho.</p>
<p>Riscos</p> <p>Dificuldade em fixar os filhos dos beneficiários nas parcelas</p>
<p>Estratégia de enfrentamento</p> <p>Foram feitas campanhas de conscientização tanto dos servidores efetivos quanto dos colaboradores para a racionalização e diminuição dos gastos administrativos</p>
<p>Mudanças ocorridas</p> <p>Diminuição das despesas administrativas</p> <p>Assinatura de alguns convênios com prefeituras para construção de sistemas de água, construção de pontes e recuperação de estradas.</p> <p>No aspecto ambiental, houve avanços significativos na concessão de licenças ambientais por parte dos órgãos licenciadores estaduais.</p>

Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR-29/MSF
<p>Descrição Geral</p> <p>O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n.º 1.110, de 9 de julho de 1970. Em Pernambuco, o INCRA está representado pelas Superintendências Regionais (SR-03 e SR-29) e compõe órgão descentralizado desta autarquia, no estado da Bahia, a SR-29 atende 6 municípios, os demais, são atendidos pela SR-05.</p> <p>As ações executadas nesta Regional propiciaram avanços importantes na execução das políticas públicas de responsabilidade desta Autarquia, todavia, é necessário destacar alguns elementos que dificultaram maiores realizações, dos quais citamos: morosidade na disponibilização do orçamento ocorrendo o maior aporte no segundo semestre, impactando, principalmente na realização de obras de infraestrutura, suspensão de viagens em decorrência do Decreto de contingenciamento e o número de servidores aquém da necessidade para o atendimento de todas as demandas. Para enfrentar estes desafios é necessária a ampliação do número de servidores, porém ação não está ao alcance desta UJ. De outra parte esta unidade está adotando medidas visando planejamento das ações em todas as áreas para garantir processo de monitoramento e avaliação, permitindo melhoria nos fluxos internos e maior eficiência na gestão.</p> <p>Apesar das limitações operacionais, ocasionados pelo reduzido quantitativo de servidores e indisponibilidade parcial de saldo financeiro, o INCRA-MSF contribuiu para a política de Reforma Agrária mediante a execução de metas físicas distribuídas em Programas e 4 (quatro) programas, são eles: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária com 22 Ações/Planos Orçamentários, 2012 – Agricultura Familiar com 5 Ações/ Planos Orçamentários, 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial e 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário com duas Ações/Planos orçamentários.</p>
<p>Adversidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Viaturas da regional em sua grande maioria com mais de 5 (cinco) anos de uso, demandando altos gastos com manutenção; - Não adequação do quadro de servidores, considerando que temos um número de apenas 92 (noventa e dois) servidores efetivos; - Falta de estrutura física para alocação de servidores, organização de processos administrativos e material e equipamentos diversos; - Área de atuação da regional, está completamente inserida em região afetada por estiagem, e sob decretos emergenciais o que impossibilitou a execução de fiscalização visando aferir o cumprimento da função social do imóvel; - Ausência de Kit de equipamentos de proteção individual, o que levou alguns servidores a não executar as atividades

<p>estritamente de campo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Evasão de novos concursados nos quadros do INCRA ; - Inadequação das instalações físicas no ambiente de trabalho, com organização de um prédio central e dois anexos (imóveis alugados); - Insuficiência no atendimento de descentralização orçamentária e financeira, para algumas Ações, a exemplo Infraestrutura Básica (Demanda Hídrica e Estradas), Demarcação topográfica em Projetos de Assentamentos e aquisição de viaturas.
<p>Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexecução da ação de infraestrutura nos projetos de assentamento devido a ausência suficiente de crédito orçamentário para celebração da avenças e atraso nas obras em andamento devido a morosidade do repasse de recursos financeiros; - Paralisação dos serviços de vistoria e avaliação de imóveis rurais; - Desmotivação generalizada dos servidores, causando maior evasão de novos concursados nos quadros do INCRA, comprometendo a execução das Ações; - Aposentadoria de grande número de servidores que implementam os requisitos; - Visão negativa dos parceiros (prefeituras) e contratados pelo não atendimento dos repasses e atraso no pagamento das faturas; - Morosidade no atendimento de descentralização orçamentária e financeira, cuja situação, leva a regional a situação de não celeridade nos processos e inadimplência, respectivamente; - Desabamento da Sede da Regional.
<p>Estratégia de enfrentamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com Prefeituras e lideranças de assentamentos para ratificação de demanda, elaboração de propostas, e outras dúvidas concernentes ao atual chamamento público; - Abertura e instrução do processo para construção de nova sede, bem como, reiteração de solicitação orçamentária nos anos de 2012, 2013 e 2014; - Identificação de ata de registro de preços para locação de viaturas; - Levantamento de demanda de capacitação para treinar e motivar servidores; - Abertura e instrução de processo para contratação de empresa para demarcação topográfica.
<p>Mudanças ocorridas</p> <p>Mapeamento de demanda de infraestrutura básica na jurisdição desta Regional; Empenho parcial para contratação de viaturas.</p>

Superintendência Regional de Santarém – SR-30/STM
<p>Descrição Geral</p> <p>Criada em maio de 2005, a Superintendência Regional de Santarém - SR(30), localizada no Oeste do Estado do Pará, Município de Santarém, absorveu em sua jurisdição 74 Projetos de Assentamento oriundos da Superintendência Estadual do Pará - SR(01), distribuídos em 28 Municípios do Oeste do Estado, e em três Territórios – Transamazônica, BR-163, e Baixo Amazonas-PA.</p> <p>Também passaram a constituir jurisdição da SR(30) as 04 Unidades Avançadas do INCRA - UA: UA de Altamira, UA de Itaituba (cuja sede fica no Município de Rurópolis), UA de Miritituba (cuja sede fica no Município de Itaituba) e UA de Monte Alegre.</p> <p>No período de 2005 a 2007, a SR(30) encontrava-se com 220 Projetos de Assentamento e, aproximadamente, 52 mil famílias em Relação de Beneficiário – RB.</p> <p>A partir de 2008, sofre uma ação civil pública – ACP, pelo MPF, culminando com a interdição de 106 Projetos de Assentamento, sob a assertiva da ausência de Licenciamento Ambiental; destes, ainda a partir de 2008, 15 Assentamentos foram cancelados pelo INCRA; a partir de 2009, 23 foram desinterditados e, 65 aguardam o posicionamento judicial.</p> <p>Também em 2008, o governo federal, por meio do MDA, criou o Programa Territórios da Cidadania, abrangendo 100% dos Assentamentos da jurisdição da SR(30), quais sejam: Território da Cidadania da Transamazônica, da BR-163 e do Baixo Amazonas-PA;</p> <p>Ao final de 2011, por meio de uma portaria, a UA Altamira tornou-se uma Unidade Avançada Especial ligada diretamente à presidência da Autarquia, com uma jurisdição específica nos Projetos de Assentamento localizados no Território da Cidadania da Transamazônica.</p> <p>Assim, embora com a jurisdição diminuída, a SR(30) continua atuando nos três Territórios da Cidadania: Território da Transamazônica com 06 Assentamentos, localizados no Município de Rurópolis; Território do Baixo Amazonas-PA com</p>

120 Assentamentos e, Território da BR-163 com 31 Assentamentos, totalizando 157 Projetos de Assentamentos, nas modalidades PA, PAC, PDS, PAE, PAEQ, PEAEX, Resex, e Flona.

Neste contexto, trabalhamos o exercício de 2014, e dentre as Ações ressaltamos as atividades de impacto e cunho social, dentro dos Projetos de Assentamento, como: a revisão ocupacional e de perímetro, a recuperação de estradas vicinais, a implantação do crédito instalação modalidade - apoio inicial, as vistorias de constatação para as futuras instalações do programa MCMV/PNHR, a efetiva implantação dos trabalhos oriundos das parcerias, como o Acordo de Cooperação Técnica - ACT INCRA/IPAM como, por exemplo, construção de poços individuais e coletivos, capacitação de famílias de agricultores em agroecologia, a elaboração de CAR individual; bem como os Convênios com as prefeituras para a recuperação de estradas vicinais, e o termo de cooperação técnica – TCT INCRA/Emater para a elaboração de CAR individual.

Outro destaque foram as chamadas públicas para a contratação dos serviços de assessoria técnica social e ambiental – ATES, possibilitando melhorar a qualificação dos Assentamentos, e principalmente a qualidade de vida das famílias beneficiárias.

Ressalta-se ainda como destaque fundamental a conclusão de RTID nas áreas Quilombolas e, ainda, o remanejamento de famílias de áreas denominadas **terras-caídas**, característico da região amazônica, para áreas de terra firme.

Adversidades

a) Internos/Riscos:

O fator mais importante observado foram as ausências dos EPI, tendo como consequência a dificuldade de disponibilizar servidor habilitado para os serviços de campo;

O descompasso entre a solicitação e a descentralização dos recursos orçamentários e financeiros, continua um importante entrave;

A insuficiência de servidores, bem como da estrutura física do órgão, permanecem comprometendo a tempestividade na condução das Ações;

A base de dados cartográfica dos Assentamentos, encontra-se desatualizada, inclusive, divergindo das informações identificadas em alguns cartórios de registro de imóveis;

A pouca proximidade e contato dos gestores da SR(30) com os representantes dos cartórios da Região, dificultam a fluxo da tramitação, quando da necessidade de cruzamento de informações.

b) Externos/Riscos:

Dentre os mais antigos fatores externos, no coração da Amazônia, a exploração ilegal madeireira permanece com destaque; a ocupação irregular dos Assentamentos por indivíduos sem o perfil de agricultor familiar é outro fator importante e da mesma forma antigo.

Este quadro se agrava, quando observamos a presença de garimpos clandestinos, dentro ou nas proximidades de alguns Assentamentos, com destaque para o Território da BR-163;

A presença de mineradoras expandindo suas pesquisas para futuras instalações e explorações, vem se destacando como importante possibilidade de conflitos;

Ressalta-se outro importante fator externo na condução dos trabalhos do INCRA, as grandes obras do governo federal, tais como: o asfaltamento da BR-163, sentido Cuiabá-Santarém, a futura implantação da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, a construção de portos, no Território da BR-163, com destaque ao Município de Itaituba e às margens do rio Tapajós;

Mais recentemente, o aparecimento da cultura da soja na região, vem causando forte impacto em razão da disputa por áreas inicialmente ocupadas por agricultores familiares.

Os fatores Impactantes acima mencionados, contribuem, sensivelmente, para o surgimento de uma especulação fundiária, seguida da “grilagem de terras”, e culminando com um caos social, fenômeno peculiar nesta circunscrição.

Estratégia de Enfrentamento:

É notória a mediação de conflitos que os servidores do INCRA necessitam para o cumprimento das atividades determinadas pelo órgão. Neste sentido observa-se a necessidade de antecipação das Ações do INCRA, sobretudo, nas áreas identificadas com maior possibilidade de conflitos.

A curto prazo, ampliar a relação de parcerias é uma alternativa que o INCRA pode e deve implementar, visando dar celeridade, seja na atividade de CAR ou na de georreferenciamento dos perímetros e lotes dos Assentamentos, quando for o caso.

A médio prazo, a Autarquia deve priorizar a contratação de novos servidores, ou mesmo, remanejar servidores experientes para compor equipe visando a uma força-tarefa para atuar nas prioridades. Assim como concluir o projeto de

construção da sede da Superintendência;

Ainda a médio prazo, a Autarquia deve constituir nos Territórios priorizados, parceria com MPF, PF, Força Nacional, Ibama, ICMbio, SFB, Vara Agrária, e afins, visando a celeridade na condução das questões fundiárias da região.

Sugerimos à presidência do INCRA que se deve articular com o MDA, a exemplo do que foi feito com o consórcio Norte Energia SA, responsável pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, a viabilização orçamentária/financeira com a empresa que construirá a hidrelétrica São Luiz do Tapajós, visando georreferenciar/demarcar todos os Assentamentos do INCRA de abrangência da futura hidrelétrica.

Mudanças Ocorridas:

Observamos no exercício de 2014 a incipiente efetivação das parcerias, fato que poderá em exercícios futuros ser ampliado, considerando o importante resultado obtido com a pequena amostra.

As demais mudanças de responsabilidades internas e externas deveram ser encaminhadas pela alta direção da autarquia e pelos gestores da SR-30 no decorrer dos próximos anos.

Descrição Geral

Criada em maio de 2005, a Superintendência Regional de Santarém - SR(30), localizada no Oeste do Estado do Pará, Município de Santarém, absorveu em sua jurisdição 74 Projetos de Assentamento oriundos da Superintendência Estadual do Pará - SR(01), distribuídos em 28 Municípios do Oeste do Estado, e em três Territórios – Transamazônica, BR-163, e Baixo Amazonas-PA.

Também passaram a constituir jurisdição da SR(30) as 04 Unidades Avançadas do INCRA - UA: UA de Altamira, UA de Itaituba (cuja sede fica no Município de Rurópolis), UA de Miritituba (cuja sede fica no Município de Itaituba) e UA de Monte Alegre.

No período de 2005 a 2007, a SR(30) encontrava-se com 220 Projetos de Assentamento e, aproximadamente, 52 mil famílias em Relação de Beneficiário – RB.

A partir de 2008, sofre uma ação civil pública – ACP, pelo MPF, culminando com a interdição de 106 Projetos de Assentamento, sob a assertiva da ausência de Licenciamento Ambiental; destes, ainda a partir de 2008, 15 Assentamentos foram cancelados pelo INCRA; a partir de 2009, 23 foram desinterditados e, 65 aguardam o posicionamento judicial.

Também em 2008, o governo federal, por meio do MDA, criou o Programa Territórios da Cidadania, abrangendo 100% dos Assentamentos da jurisdição da SR(30), quais sejam: Território da Cidadania da Transamazônica, da BR-163 e do Baixo Amazonas-PA;

Ao final de 2011, por meio de uma portaria, a UA Altamira tornou-se uma Unidade Avançada Especial ligada diretamente à presidência da Autarquia, com uma jurisdição específica nos Projetos de Assentamento localizados no Território da Cidadania da Transamazônica.

Assim, embora com a jurisdição diminuída, a SR(30) continua atuando nos três Territórios da Cidadania: Território da Transamazônica com 06 Assentamentos, localizados no Município de Rurópolis; Território do Baixo Amazonas-PA com 120 Assentamentos e, Território da BR-163 com 31 Assentamentos, totalizando 157 Projetos de Assentamentos, nas modalidades PA, PAC, PDS, PAE, PAEQ, PEAEX, Resex, e Flona.

Neste contexto, trabalhamos o exercício de 2014, e dentre as Ações ressaltamos as atividades de impacto e cunho social, dentro dos Projetos de Assentamento, como: a revisão ocupacional e de perímetro, a recuperação de estradas vicinais, a implantação do crédito instalação modalidade - apoio inicial, as vistorias de constatação para as futuras instalações do programa MCMV/PNHR, a efetiva implantação dos trabalhos oriundos das parcerias, como o Acordo de Cooperação Técnica - ACT INCRA/IPAM como, por exemplo, construção de poços individuais e coletivos, capacitação de famílias de agricultores em agroecologia, a elaboração de CAR individual; bem como os Convênios com as prefeituras para a recuperação de estradas vicinais, e o termo de cooperação técnica – TCT INCRA/Emater para a elaboração de CAR individual.

Outro destaque foram as chamadas públicas para a contratação dos serviços de assessoria técnica social e ambiental – ATEs, possibilitando melhorar a qualificação dos Assentamentos, e principalmente a qualidade de vida das famílias beneficiárias.

Ressalta-se ainda como destaque fundamental a conclusão de RTID nas áreas Quilombolas e, ainda, o remanejamento de famílias de áreas denominadas **terras-caídas**, característico da região amazônica, para áreas de terra firme.

**Anexo VI: Complementa itens 3.1.2, 3.2.2, 3.3.2, 3.4.2, 3.5.2, 3.6.2 e 4.2.1 –
Indicadores de Desempenho**

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de acesso à moradia</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício, em relação ao número de famílias assentadas no exercício.
Fórmula de Cálculo	Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício, dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas
Periodicidade de Medição	Bimestral
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação, MCid e SIPRA.

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de acesso ao Crédito Instalação</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias com crédito disponibilizado no exercício em relação ao número total de famílias assentadas.
Fórmula de Cálculo	número de famílias com crédito disponibilizado no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR ou Sede x 100
Unidade de Medida	Percentual de famílias com crédito
Periodicidade de Medição	Bimestral
Fonte	SIR – Módulo de Monitoramento e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de provimento efetivo de Assistência Técnica</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de famílias efetivamente atendidas no exercício e registradas no SIATER, em relação ao número total de famílias com previsão de atendimento nos contratos de ATER lançados no SIATER.
Fórmula de Cálculo	número de famílias efetivamente atendidas no exercício e registradas no SIATER, dividido pelo número total de famílias com previsão de atendimento nos contratos de ATER lançados no SIATER x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas.
Periodicidade de Medição	Bimestral.
Observação	- Este indicador apenas indicará a efetividade dos contratos lançados no SIATER, não apurando a realidade dos demais contratos. - Relatório extraído do SIATER, sem tratamento dos dados. Dada a possibilidade de que um contrato iniciado no exercício seja para um público já atendido por outro contrato/aditivo com registro no SIATER (finalizado ao longo do exercício), este número pode estar superestimado.

	<p>- Relatório extraído do SIATER. Para o cálculo do indicador cada CFP foi considerado apenas uma vez e o marco para o atendimento foi a Data de Início da Atividade. Fonte: Relatório SIATER 16.01.15 (2014 apenas).</p> <p>- Em 2013 o quantitativo de contratos inseridos no SIATER era reduzido, o que não possibilita uma leitura adequada do indicador.</p>
Fonte	SIATER

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de acesso à água para consumo doméstico</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício – em relação ao número de famílias assentadas no exercício.
Fórmula de Cálculo	número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas.
Periodicidade de Medição	Bimestral.
Observação	
Fonte	Módulo de Monitoramento – SIR e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de acesso a estradas</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias com obra de estrada concluída no exercício em relação ao número de famílias assentadas no exercício.
Fórmula de Cálculo	número de famílias com obra de estrada concluída no exercício, dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas.
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	Módulo de Monitoramento – SIR e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Projetos de Assentamentos em processo de regularização ambiental pelo CAR</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de Projetos de Assentamento com CAR em relação ao número total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização).

Fórmula de Cálculo	número total de Projetos de Assentamento com CAR, dividido pelo número total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de Projetos de Assentamentos regularizados.
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	SIR – Módulo de Monitoramento, SiCAR e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de alcance de formação profissional do PRONERA na Reforma Agrária</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de alunos na EJA profissionalizante, na formação de nível médio, superior e especialização, em relação ao número total de famílias assentadas.
Fórmula de Cálculo	número de alunos na EJA profissionalizante, na formação de nível médio, superior e especialização, dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de assentados escolarizados.
Periodicidade de Medição	Bimestral
Fonte	Módulo de Monitoramento – SIR, DATAPRONERA e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de área ocupada por imóveis cadastrados em relação à superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede.
Fórmula de Cálculo	superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	percentual de área (ha) ocupada por imóveis cadastrados.
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	SNCR

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Demarcação Topográfica em Assentamento</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de Projetos de Assentamento demarcados e inseridos na Base Cartográfica do INCRA em relação ao total de projetos de assentamento cuja responsabilidade de demarcação é do INCRA.

Fórmula de Cálculo	nº total de assentamentos com perímetro demarcado e inserido na base cartográfica do INCRA, dividido pelo número total de Projetos de Assentamentos cuja responsabilidade de demarcação é do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	percentual de Projetos de Assentamento demarcados e inseridos na base cartográfica.
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	Acervo Fundiário e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Regularização Fundiária</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício em relação ao número total de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício.
Fórmula de Cálculo	número de imóveis regularizados e titulados no exercício, dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	percentual de imóveis regularizados
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de gastos com Obtenção de Terras</i>
Descrição e forma de análise	Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício em relação pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos, em hectares, no exercício.
Fórmula de Cálculo	valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR ou Sede.
Unidade de Medida	R\$/ha
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	Neste indicador não serão contabilizados os pagamentos de complementação judicial das áreas, sendo assim, pode haver uma subestimação do valor total pago. Também é importante frisar que apenas o pagamento de TDA já leva a área para o cálculo do indicador, não necessariamente tendo efetuado o pagamento das benfeitorias e das sobras de TDA no exercício. No cálculo do Indicador se soma o custo total da terra nua e benfeitoria, vinculada ao PO 02.
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de área destinada à Reforma Agrária</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de área (ha) total dos Projetos de Assentamento em relação à superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA.
Fórmula de Cálculo	área (ha) total dos Projetos de Assentamento dividida pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de área (ha) destinada.
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	importante salientar que no cálculo do indicador estão incluídas as Unidades de Conservação de uso sustentável onde há famílias integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária.
Fonte	SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de acréscimo da área destinada à Reforma Agrária</i>
Descrição e forma de análise	Percentual da área (ha) de Projetos de Assentamento criados no exercício em relação à área total de Projetos de Assentamento.
Fórmula de Cálculo	área (ha) de Projetos de Assentamento criados no exercício dividida pela área total de Projetos de Assentamento existente, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de área (ha).
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Parcelas Supervisionadas</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, em relação ao número total de parcelas.
Fórmula de Cálculo	número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pelo número total de parcelas, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual do número de parcelas supervisionadas
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de acesso de mulheres ao Crédito Fomento Mulher</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher em relação ao total de mulheres assentadas.
Fórmula de Cálculo	Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher, dividido pelo número total de mulheres assentadas x 100

Unidade de Medida	Percentual de mulheres atendidas
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	SNCCI e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>% de mulheres beneficiárias com ATER em relação ao total efetivamente atendido.</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de mulheres atendidas com ATER em relação ao total de beneficiários atendidos.
Fórmula de Cálculo	Número de mulheres beneficiárias com ATER, dividido pelo número de beneficiários efetivamente atendidos pela ATER x 100
Unidade de Medida	Percentual de mulheres atendidas
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	SIATER e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Titulação de Comunidades Quilombolas</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de comunidades quilombolas tituladas em relação ao número total de comunidades com portaria de reconhecimento
Fórmula de Cálculo	número total de comunidades quilombolas tituladas, dividido pelo número total de comunidades com portaria de reconhecimento, na jurisdição da SR ou Sede x 100
Unidade de Medida	Percentual de comunidade quilombola titulada
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	DFQ

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Famílias Quilombolas em Áreas Tituladas</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de famílias quilombolas tituladas em relação ao número total de famílias quilombolas em comunidades com portaria de reconhecimento.
Fórmula de Cálculo	número total de famílias em comunidades quilombolas tituladas (CCDRU e TD), dividido pelo número total de famílias quilombolas em comunidades com portaria de reconhecimento, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias tituladas
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	DFQ

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>% de Jovens assentados (até 29 anos)</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de jovens (até 29 anos) assentados em relação ao número total de famílias assentadas.
Fórmula de Cálculo	Nº total de jovens assentados no exercício, dividido pelo número de famílias assentadas no exercício x 100
Unidade de Medida	Percentual de Jovens assentados
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	
Fonte	SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Abrangência de Capacitação</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de servidores capacitados em relação ao número total de servidores
Fórmula de Cálculo	número de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividido pelo número total de funcionários, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de servidores capacitados.
Periodicidade de Medição	Bimestral
Observação	Pode haver duplicidade na contabilização do número de servidores, isto é, um mesmo servidor pode usufruir de mais de uma oportunidade de capacitação.
Fonte	SIR – Módulo de Monitoramento, DAH3 e SIAPE

Anexo VII: complementa informações do item 5.1 c) – Objetivos PPA_LOA

Alinhamento de cada objetivo estratégico com PPA e LOA

Programa PPA/LOA	Objetivos do PPA	Iniciativa	Ação
Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade			
2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamentos sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01EU - Desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária com a concessão de títulos conjuntos a mulheres e homens assentados, a regularização e gestão ambiental, o fomento à agroindustrialização e à comercialização proporcionando aos assentamentos condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, além de fortalecer os grupos produtivos de mulheres.	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais
	0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	01F1 - Proporcionar ao público-alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional	210 T - Promoção da Educação do Campo
	0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, abastecimento de água, moradia, segurança alimentar e início de estruturação produtiva para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.	0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas
2012 – Agricultura familiar	0412 - Ampliar o acesso e qualificar o serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e	01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas,	210S - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária

	assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER.	
Objetivo Estratégico 2: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.			
2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.	01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais. 01DW - Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e ampliar a inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do INCRA e a integração dele com outras bases geográficas para qualificar o controle e o gerenciamento da malha fundiária nacional, dar apoio à certificação de imóveis rurais e promover a massificação do seu acesso.	Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
	0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.	01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do INCRA e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.	210U - Organização da Estrutura Fundiária
Objetivo Estratégico 3 - Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.			

Objetivo Estratégico 4: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).	211B - Obtenção de Imóveis Rurais para criação de Assentamentos da Reforma Agrária
		01EL Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, em articulação com o Cadastro Único de Políticas Sociais do Governo Federal (CAD Único), visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.	
	0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01EU - Desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária com a concessão de títulos conjuntos a mulheres e homens assentados, a regularização e gestão ambiental, o fomento à agroindustrialização e à comercialização proporcionando aos assentamentos condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, além de fortalecer os grupos produtivos de mulheres.	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais
0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos	01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural	210U - Organização da Estrutura Fundiária	

	indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.	(SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do INCRA e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.	
Objetivo Estratégico 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.			
2034 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.	047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.	210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas Produto/Unidade de medida - Área reconhecida
Objetivo Estratégico 6: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural			
OBS: O objetivo acima não guarda relação direta com os objetivos/iniciativas/ações do INCRA			

Anexo VIII: Descrição das estruturas de governança – REF 2.1 DN

Consoante a Portaria nº 20 de 2009, que aprova o Regimento Interno do INCRA, os órgãos colegiados que fazem parte da estrutura desta Autarquia são:

I – Órgãos colegiados:

- a) Conselho Diretor - CD
- b) Comitês de Decisão Regional – CDR

O Conselho Diretor é constituído por dez membros, com a seguinte composição:

I - Membros natos:

- a) o Presidente do INCRA, que o preside;
- b) os Diretores;
- c) o Diretor de Programa;
- d) o Procurador-Chefe; e
- e) o Chefe de Gabinete.

II - Membro designado: um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, indicado pelo Ministro de Estado.

As competências do Conselho Diretor englobam: deliberação sobre as propostas dos Planos Regionais de Reforma Agrária; aprovação da proposta orçamentária anual do INCRA; aprovação da programação operacional anual do INCRA; aprovação das normas gerais que tratem de aquisição, desapropriação, alienação e concessão de imóveis rurais; transações judiciais; seleção e cadastramento de famílias candidatas ao assentamento; criação, implantação, desenvolvimento e consolidação de projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; fornecimento de bens, prestação de serviços e celebração de contratos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres; procedimentos e atos administrativos e de funcionamento do INCRA; e regularização fundiária, inclusive de territórios quilombolas; disposição sobre as Diretorias, Superintendências Regionais e Unidades Avançadas; autorização ao Presidente para adquirir, conceder e alienar bens imóveis; autorização ao Presidente para indenizar bens decorrentes de ações de desintrusão em territórios quilombolas; autorização dos pedidos de aquisição de imóveis rurais com área de até 50 módulos de exploração indefinida, para pessoa física estrangeira em todo o território nacional, e com área de até 100 módulos de exploração indefinida, para pessoa jurídica estrangeira, localizados em faixa de fronteira; apreciação e aprovação das contas e balanços gerais do INCRA; deliberação sobre os relatórios mensais de avaliação de desempenho do INCRA.

Já o Comitê de Decisão Regional é composto:

- I - pelo Superintendente Regional, que o coordena;
- II - pelos Chefes de Divisão; e
- III - pelo Chefe da Procuradoria Regional.

Aos Comitês de Decisão Regional (CDR) compete aprovar procedimentos, atos normativos e operacionais; encaminhamento ao Conselho Diretor, para deliberação definitiva, de procedimentos, atos administrativos e operacionais que ultrapassem suas alçadas de decisão; autorização para o Superintendente Regional a adquirir, por compra e venda, imóveis rurais, nos limites de sua alçada; autorização ao Superintendente Regional para encaminhar à Administração Central as propostas de decretação de interesse social para fins de reforma agrária; proposição de normas gerais que tratem de alteração e simplificação de procedimentos operacionais, normas e regulamentos, com vistas ao

aprimoramento e agilização do processo de tomada de decisão;

É presente ainda na estrutura do INCRA a Auditoria Interna, que é dirigida pelo Auditor-chefe, e a qual compete assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis.

São competências da Auditoria Interna: assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão; prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições; planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA; subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional; examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais; elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

Como será mais detidamente informado no item 6.2, que trata do Sistema de Correição, no INCRA ainda não está implantada formalmente a unidade de Corregedoria, embora já exista uma proposta que ainda não foi passível de implantação considerando os ajustes necessários à estrutura regimental deste Órgão.

Há ainda um Comitê de Tecnologia da Informação que disciplina a utilização dos Recursos de Tecnologia da Informação nas unidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e um Comitê de Segurança da Informação, criado por meio da Portaria 587/2013 que estabelece os princípios e diretrizes para a Gestão da Segurança da Informação no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, visando à adoção de soluções integradas e específicas de segurança da informação adequadas às responsabilidades, funcionalidades e peculiaridades de cada uma das suas unidades administrativas e de negócio.

Anexo IX: Complementa item 6.3 – Avaliação dos Sistemas de Controles

Avaliação do sistema de controles internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Anexo X: Complementa item 8.2 - Carta de serviços ao cidadão.

Serviço	Demanda nos sistemas	Qtd atendida	Prazo médio de atendimento	Qtd locais de atendimento	Avaliação qualitativa
Coordenação Geral de Cartografia					
Credenciamento de Profissionais	509	509	1 dia útil	Serviço online Somente internet	Ótimo
Certificação de Imóveis Rurais	63870	63809	Imediato	Serviço online Somente internet	Ótimo
Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e GNSS - Ribac	292 (e-mail)	292	2 dias úteis (e-mail)	Serviço online Somente internet	
	3.121.164 (acesso aos serviços)	3.121.164	Imediato (acesso aos serviços)		
Acompanhamento dos Processos de Certificação de Imóveis Rurais	10.125	10.125	Imediato	Serviço online Somente internet	Ótimo
Acervo Fundiário Digital	47.267 acessos divididos entre os 156 temas	47.267	Imediato	Serviço online Somente internet	Ótimo
Normatização e Operacionalização do Georeferenciamento de Imóveis Rurais	*	*	*	*	*
Ratificação de Títulos em Faixa de Fronteira		3	4 meses	SR-19	Razoável
Coordenação Geral de Regularização Fundiária					
Legitimação de Posses		213	6 meses		Ótimo
Coordenação Geral de Cadastro Rural					
Recepção de Declaração para Cadastro de Imóvel Rural (DP)	327.693	327.693	-	2,8 mil	Ótimo - As unidades de recepção são as Superintendências Regionais, Unidades Avançadas do INCRA e Unidades Municipais de Cadastramento - UMC.
Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR)	3.227.673	3.227.673	On line	Via internet	Ótimo - A emissão de CCIR é feita via internet e emitida automaticamente após o preenchimento dos campos obrigatórios.
Declaração para Concessão de Benefícios do INSS	14.147	14.147	On line	Via internet	Razoável – Atualizado dia 07/04/2015.
Certificação de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)	327.693	327.693	-	2,8 mil	Ótimo - As unidades de recepção são as Superintendências Regionais, Unidades Avançadas do INCRA e Unidades Municipais de Cadastramento - UMC.

Orientação, supervisão e controle das Atividades de Fiscalização de Imóveis Rurais (com vistas ao combate de grilagem de terras)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ação de rotina no âmbito das Superintendências Regionais, sobretudo na Amazônia e, articulação com a SERFALMDA. Fora da Amazônia, é uma ação articulada com os Institutos Estaduais de Terras. Não há sistema de demandas.
Proposta de Metodologia de elaboração, execução e controle da programação de fiscalização cadastral	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	A metodologia definida pelo Manual de Fiscalização e Instrução Normativa 28/2006. Não há sistema de demandas.
Proposta da Fixação de Critérios, métodos, normas e instrumentos operacionais das atividades relacionadas com a fiscalização cadastral	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Os critérios são fixados pelo Manual de Fiscalização e Instrução Normativa 28/2006. Não há sistema de demandas.
Orientação, acompanhamento e avaliação do Desenvolvimento das programações de fiscalização	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	As orientações são demandas rotineiras das Superintendências Regionais à Divisão responsável pela Fiscalização na Sede – DFC-2. Não há sistema de demandas.
Proposta da Fixação de Critérios, métodos, normas e instrumentos operacionais das atividades relacionadas com a fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ação em discussão. Ainda não se delineou uma estratégia articulada, sobretudo com as áreas do MTE para a questão do trabalho escravo e com o MMA para as questões ambientais. Não há sistema de demandas.
Orientação, supervisão e controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Controle em consolidação através do Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiros – Sinate, módulo do SNCR desenvolvido para centralizar os processos de autorização de estrangeiros. Estamos na etapa de depuração de dados em face da construção de um novo Sistema Nacional de Cadastro Rural. Não há sistema de demandas.
Orientação, supervisão e controle das atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	As orientações são demandas rotineiras das Superintendências Regionais à Divisão responsável pela Fiscalização na Sede – DFC-2 e são normatizadas pela Instrução Normativa 28/2006. Não há sistema de demandas.

Consultar a autenticidade do CCIR	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Consulta feita pela internet. Não há dados disponíveis sobre o total de consultas sobre autenticidade. Não há sistema de demandas.
Titulação de Territórios Quilombolas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Os procedimentos de regularização fundiária de quilombos são demandados e executados em 27 Superintendências Regionais junto à Divisão responsável, com acompanhamento e monitoramento da Sede do INCRA. Considerando a necessidade de qualificar a eficiência do atendimento ao cidadão e o controle das titulações de quilombos, existe o projeto do Sistema Nacional de Titulação em andamento com previsão do Módulo quilombola no escopo sistema, cujo resultado após implementação permitirá a integração em um único sistema de todas as emissões de títulos realizadas atualmente pelo INCRA e SERFAL/MDA, simplificando os procedimentos e qualificando os dados como medida de gestão fundiária no país, possibilitando o acesso on line de informações aos cidadãos sobre a regularização fundiária no país, em atendimento aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência da Administração Pública.
Disponibilização dos Índices Cadastrais	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	O Núcleo de Estudos Fundiários – NEF, da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária publica periodicamente as Estatísticas Cadastrais. A última tabulação foi consolidada em em Junho de 2014. Encontra-se em fase final de desenvolvimento pela área de TI do INCRA (DET) módulo de consulta pública do SNCR. Não há sistema de demandas.

** Segundo foi informado pela área responsável, este item deve ser excluído da Carta de Serviços uma vez que o grupo foi criado para discussão da 3ª NTGIR e definir o escopo do SIGEF, não se tratando de uma prestação de serviço propriamente dita.*

Anexo XI: Medidas adotadas para cumprimento das normas relativas à acessibilidade REF 3.6 DN

O Edifício Palácio do Desenvolvimento é uma obra de Oscar Niemeyer e foi inaugurado em 1973, entretanto até o presente não possui “habite-se”, nesse sentido, a Diretoria de Gestão Administrativa contratou em 2015 uma empresa especializada para Projeto de Acessibilidade, Rota de Fuga e Prevenção de Incêndio, itens necessários para a legalização do imóvel junto aos órgãos competentes. O serviço só será pago após a entrega e aprovação do Projeto nos órgãos competentes do Distrito Federal.

Por meio do Termo de Contrato de Prestação de Serviços Nº 38.500/2015, o INCRA firmou contrato com a empresa Aquino de Paula Engenharia Ltda. – ME especializada na Elaboração de Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, além de projetos complementares nas áreas de Arquitetura Estrutural e acessibilidade do Edifício Palácio do Desenvolvimento, de acordo com o Termo de Referência anexado ao Processo nº 54000.000647/2014-74.

Anexo XII: Complementa itens 3.1.2, 3.2.2, 3.3.2, 3.4.2, 3.5.2, 3.6.2, 4.1.1 e 4.2.1 - Fontes dos dados das Tabelas comparativas de indicadores em três exercícios

Fonte dos Dados: Objetivo 01 – Item 3.1.2 – Subitem 3:

Análise indicadores	2013		2014		2015	OBSERVAÇÃO 2013	OBSERVAÇÃO 2014
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta		
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	-	-	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Relatório SNCCI (22.01.14) e SIAFI Gerencial	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Necessário explicar o motivo de não haver meta em 2013 - Recolhimento do Recurso e Transição para o Novo Crédito. Não foi informado o realizado no RG 2013, tendo em vista que a Portaria nº 352 de 18 de junho de 2013 recolheu os valores depositados e ainda não operacionalizados do crédito instalação e, considerando que a meta física desta ação se dá no momento do depósito em conta, optou-se por não contabilizar as famílias atendidas em 2013 na execução física.	
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Detalhamento wiki.INCRA.gov.br (05.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Obra Contratada	Obra Contratada

assentamento							
Número de créditos instalação supervisionados	LOA 2013	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	-	-	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	A meta do Plano orçamentário PO 05 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária era "Licença protocolada", sendo apenas definido o cadastro ambiental como meta a partir de 2014, com a regulamentação do seu uso em assentamentos da reforma agrária.	
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DDE	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		

PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA							
--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte dos Dados: Objetivo 02 – Item 3.2.2 – Subitem 3:

Análise indicadores	2013		2014		2015	OBSERVAÇÃO 2013	OBSERVAÇÃO 2014
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta		
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SNCR	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	Não havia meta para este indicador no exercício de 2013	Coordenação-Geral de Cadastro Rural - DFC		DFC	-		A meta do Caderno de Metas é "Hectare".
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DFC	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013, não eram monitorados em separados no exercício de 2013, passando a ser em 2014	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Utilizado o indicador "Arrecadação sumária de terras devolutas da União" como referência para o "previsto".	
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	Plano de Ação 2013 3ª Versão		Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Utilizado o indicador "Concessão de direito real de uso ao ICMBIO" como referência para o "previsto".	

Número de imóveis rurais georreferenciados	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	A somatória da meta no "Caderno de metas" está errada, foi lançado o valor correto, conforme registro do RG 2013	
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	-		
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DDA e SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	-		
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		Além dos valores informados para o "Realizado", existem lançamentos de 4.451 imóveis no indicador geral. Recomenda-se que a área qualifique a informação e distribua no indicador correto.

Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	-		Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Não havia meta específica no "Caderno de Metas de 2013" e a apuração era realizada de forma conjunta.	
--	---	--	--------------------------------------	--	--------------------------------------	---	--

Fonte dos Dados: Objetivo 03 – Item 3.3.2 – Subitem 3:

Análise indicadores	2013		2014		2015	OBSERVAÇÃO 2013	OBSERVAÇÃO 2014
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta		
Área total de imóveis vistoriados	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Área com vistoria de campo finalizada no exercício	
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Plano de Ação 2013 3ª Versão	SIR - Módulo de Monitoramento, apuração 25/03/2014	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de famílias assentadas	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIPRA (Relatório 233 - Total de Famílias Assentadas - 02.01.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DT	-		
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DT	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão		

Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	-	SIR - Módulo de Monitoramento, apuração 25/03/2014	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	No "Caderno de metas 2013" o indicador possuía meta apenas para trabalho de campo realizado,
---	---	--	--------------------------------------	--	--------------------------------------	--

Fonte dos Dados: Objetivo 04 – Item 3.4.2 – Subitem 3:

Análise indicadores	2013		2014		2015	OBSERVAÇÃO 2013	OBSERVAÇÃO 2014
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta		
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	-	-	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Relatório SNCCI (22.01.14) e SIAFI Gerencial	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	A modalidade foi instituída em 2014, sendo não teve meta nem execução em 2013	
Número de mulheres beneficiárias com ATER	-	-		SIATER		Não havia meta em 2013, visto que não havia ainda forma de apuração do indicador neste exercício	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão (Calculado a partir do indicador "% mínimo de mulheres beneficiárias com ATER em relação ao total efetivamente atendido"). Assim, o cálculo do "previsto" foi calculado após a finalização da execução.

Fonte dos Dados: Objetivo 05 – Item 3.5.2 – Subitem 3:

Análise indicadores	2013		2014		2015	OBSERVAÇÃO 2013
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	LOA 2013	Dados DFQ (08.01.2015)	LOA 2014	DFQ (08.01.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	Plano de Ação 2013 3ª Versão	SIR - Módulo de Monitoramento, apuração 25/03/2014	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015) e DFQ	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Dados DFQ (08.01.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DFQ (08.01.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	

Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	-	Dados DFQ (08.01.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DFQ (09.01.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	-	Dados DFQ (08.01.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DFQ (08.01.2015)	-	Não havia meta para este indicador no "Caderno de Metas 2013".
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	Plano de Ação 2013 3ª Versão	Relatório de Gestão 2013	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	

Fonte dos Dados: Objetivo 06 – Item 3.6.2 – Subitem 3:

Análise indicadores	2013		2014		2015	OBSERVAÇÃO
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	
Número de jovens assentados (até 29 anos)	*	SIPRA	*	SIPRA	*	* Previsto definido de acordo com a Portaria MDA nº 06/2013 determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos.

Fonte dos Dados: Item 4.1.1 – Subitem 2:

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Núcleo de Estudos Fundiários - NEF instalado no INCRA	-	-	Planejamento Estratégico INCRA-MDA	DF	-
Número de Estudos realizados	Planejamento Estratégico INCRA-MDA	-	Planejamento Estratégico INCRA-MDA	DF	-
Número de Bibliotecas Quilombolas implantadas	-	-	Planejamento Estratégico INCRA-MDA	NEAD/MDA	Ainda em definição com o NEAD/MDA

Fonte dos Dados: Item 4.2.1 – Subitem 2:

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de servidores capacitados	Plano de Ação 2013 3ª Versão	SIR - Módulo de Monitoramento, apuração 25/03/2014	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DAH	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão

Anexo XIII – Complementa item 6.4 - Balanço recomendações do plano permanente de providências da CGU

Nº OS/ nº da constatação	Descrição Sumária	Posição Gestor - nov/dez/2014
OS 201108584/constatação 051 (item 2.1.1.1)	Não atendimento das determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União mediante Acórdão/TCU nº 577/2010-Plenário.	Conforme análise do Controle Interno – SFC/CGU, o Como o processo de reestruturação da Auditoria Interna está atrelado ao processo de revisão da estrutura do INCRA como um todo. Neste caso, referida reestruturação encontra-se ainda em procedimento de revisão, devendo a matéria estender-se para o exercício de 2015.
OS 201114857/constatação 004 (item 1.1.1.4)	Ausência de estrutura adequada na área de Auditoria Interna	Conforme análise do Controle Interno – SFC/CGU, o Como o processo de reestruturação da Auditoria Interna está atrelado ao processo de revisão da estrutura do INCRA como um todo. Neste caso, referida reestruturação encontra-se ainda em procedimento de revisão, devendo a matéria estender-se para o exercício de 2015.
OS 201114857/constatação 005 (item 1.1.1.5)	Falhas relativas à organização dos papéis de trabalho da Auditoria Interna do INCRA	Os novos procedimentos para implementação de rotinas para padronizar a organização e o arquivamento dos papéis de trabalho serão contemplados na inserção no Sistema de Auditoria Interna (SIAUD), por ocasião de sua implementação em 2015.
201203412/034 (item 4.3.1.1)	Permanência de estoque de 13 (treze) convênios na situação "a aprovar" no SIAFI, no montante total de R\$ 25.858.546,31, após atividades de Grupo de Trabalho criado para mitigar o estoque de convênios nas situações de "a aprovar" e "a comprovar".	Situação em NOV/2014: O Grupo de Supervisão Nacional de Convênios - GSN/DA, informa que encontram-se pendentes na SEDE/BSB 02(dois) convênios, na situação "A Aprovar".
201203412/039 (item 6.1.3.3)	Dispensa de licitação nº 94/2011, fundamentada no art. 24, IV da Lei 8.666/93, sem a devida caracterização da urgência, no montante de R\$ 62.700,00.	Apresentamos planilha com relação dos servidores da DAA que foram treinados após a recomendação da Auditoria. (planilha anexa) – ANENO I

<p>201203412/040 (item 6.1.3.4)</p>	<p>Ausência de previsão no edital de critérios de aceitabilidade de preços e não realização de diligências para confirmação de propostas presumidamente inexequíveis – Pregão 01/2011 SRFA. SRFA/DA</p>	<p>Apresentamos planilha com relação dos servidores da DAA que foram treinados após a recomendação da Auditoria. (planilha anexa) – ANEXO I</p>
<p>201203412/041 (item 4.1.1.1)</p>	<p>Impropriedades no planejamento da licitação e julgamento das propostas: ausência de critérios de aceitabilidade de preços unitários; não realização de estudo de quantitativo para a contratação; e ausência de vínculo empregatício ou contratual entre a empresa contratada e a equipe responsável pela elaboração dos relatórios antropológicos.</p> <p>Irregularidade no julgamento das propostas no Pregão nº 16/2011: licitante desclassificada por critério inadequado, gerando prejuízo de R\$ 607.518,84.</p>	<p>a) Considerando que houve manifestação da área responsável sobre este assunto dissonante à recomendação, a DA solicita Reunião com DRDAG/SFC/CGU, visto que a Administração deve garantir o direito a todos os servidores em transportar seus mobiliários em caso de transferência para outra unidade do INCRA ou retorno à cidade de origem. b) Quanto ao planejamento para licitação para telefones celulares, a Administração está em processo de Edital para futura Licitação, onde a Administração efetuará o planejamento das necessidades do INCRA sobre o uso de linhas de telefones celulares.</p>
<p>201203412/042 (item 4.2.1.1)</p>	<p>Irregularidades na execução de contrato de telefonia móvel: ausência de controle de gastos com telefonia móvel e aquisição de aparelhos sem cobertura contratual.</p>	<p>Após a análise da documentação e dos comprovantes encaminhados pela autarquia, restaram pendentes de atendimento os seguintes itens:</p> <p>1) Efetuar e comprovar o recolhimento do valor gasto acima do limite pelo usuário da linha 9987-0270 no 4º trimestre de 2011; Resposta: ARQUIVO ANEXO VIII. OBS: A área técnica responsável indica a necessidade de entendimento e melhor esclarecimento em reunião com a área técnica da DRDAG/SFC/CGU.</p> <p>2) Encaminhar documentação comprobatória de recolhimento dos valores excedidos relativos ao 2º trimestre de 2012, conforme dados da tabela anexa a este PPP; Resposta: No segundo semestre de 2012 o INCRA iniciou tratativas com a Empresa VIVO em função de contestações acerca de valores onde à época foram questionados, em consequência, várias faturas não foram consideradas pelo</p>

		<p>INCRA e neste caso, até a presente data a situação não foi resolvida, e também, não foi apurado se houveram ou não valores superiores ao limite máximo permitido por usuários neste período. Resposta: ARQUIVO ANEXO - IX.</p> <p>3) Ao fim da apuração por Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, encaminhar dados referentes aos gastos relativos aos 2º, 3º e 4º trimestre de 2011, bem como documentação comprobatória de recolhimento (GRU) dos gastos realizados em excesso. Resposta: PROCESSO ADMINISTRATIVO NÃO FOI ENCERRADO. (PROCESSO Nº 54000.001075/2011-06 E 54000.001094/2006-67 ENCAMINHADO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PARA JULGAMENTO.</p>
<p>201203412/043 (item 4.2.1.2)</p>	<p>Irregularidades nos atestos e pagamentos de notas fiscais – Contratos 23.600/2011, 23.700/2011 e 14.000/2010, gerando prejuízo de R\$6.553,02. DA</p>	<p>PROCEDIMENTO DISCIPLINAR NÃO FOI ENCERRADO CRT/DF nº 74700/2007 - Trata de apuração de responsabilidade no CRT firmado entre esta Autarquia e a empresa CONFIANÇA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA, processo nº 54000.000271/2007-79, o qual encontra-se na Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1, aguardando formar Equipe de PAD. Nº Antigo Identificação 54000.000271/2007-79</p> <p>Documento SISDOC Unid. Protocolizadora 54000 Data do Processo 08/02/2007</p> <p>Assunto 76001 - 01/DISPENSA DE LICITACAO/COMPRAS DE MATERIAL</p> <p>Observação – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MOBILIARIOS DE SERVIDORES</p> <p>Último trâmite Origem 54741 - DAA-2-DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Destino 54583 - GABT-1 - DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES Data 26/09/2013.</p>

NA 201207254/003	Pagamentos relativos ao contrato CRT/DF 74.700/2007 realizados sem cobertura contratual no valor total de R\$ 77.392,28; e superfaturamento por atesto de quilometragem majorada no montante de R\$ 71.900,96.	<p>PROCEDIMENTO DISCIPLINAR NÃO FOI ENCERRADO CRT/DF nº 74700/2007 - Trata de apuração de responsabilidade no CRT firmado entre esta Autarquia e a empresa CONFIANÇA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA, processo nº 54000.000271/2007-79, o qual encontra-se na Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1, aguardando formar Equipe de PAD. Nº Antigo Identificação 54000.000271/2007-79</p> <p>Documento SISDOC Unid. Protocolizadora 54000 Data do Processo 08/02/2007 Assunto 76001 - 01/DISPENSA DE LICITACAO/COMPRAS DE MATERIAL Observação – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MOBILIARIOS DE SERVIDORES Último trâmite Origem 54741 - DAA-2-DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Destino 54583 - GABT-1 - DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES Data 26/09/2013</p>
NA 201207254/003	Pagamentos relativos ao contrato CRT/DF 74.700/2007 realizados sem cobertura contratual no valor total de R\$ 77.392,28; e superfaturamento por atesto de quilometragem majorada no montante de R\$ 71.900,96.	<p>PROCEDIMENTO DISCIPLINAR NÃO FOI ENCERRADO Nº Antigo Identificação 54000.000271/2007-79 Documento SISDOC Unid. Protocolizadora 54000 Data do Processo 08/02/2007</p> <p>Observação – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MOBILIARIOS DE SERVIDORES Último trâmite Origem 54741 - DAA-2-DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Destino 54583 - GABT-1 - DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES Data 26/09/2013 CRT/DF nº 74700/2007 - Trata de apuração de responsabilidade no CRT firmado entre esta Autarquia e a empresa CONFIANÇA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA, processo nº 54000.000271/2007-79, o qual encontra-se na Divisão de Procedimentos</p>

		Disciplinares - GABT-1, aguardando formar Equipe de PAD.
201305777/004 (item 1.1.1.3)	Sobre preço no orçamento base em razão da ausência de análise crítica de preços cotados para formação do valor estimado de contratação no Pregão 19/2012, no montante de R\$ 1.973.545,44	Não houve adesão desde os levantamentos da CGU e os procedimentos de contratação de outra Ata já foram cumpridos.
201305777/014 (item 2.1.1.1)	Ausência de utilidade dos indicadores de desempenho instituídos por meio do Acórdão TCU nº 753/2008 - Plenário	Alguns dos indicadores de desempenho acordados com o TCU foram incorporados aos temas trabalhados pelo INCRA no Plano de Ação 2014/2015 e outros indicadores de resultado foram propostos para melhor adequação às políticas do INCRA. No primeiro semestre de 2014, foram elaborados os cálculos de resultado dos referidos indicadores para os três últimos exercícios, assim como foi concluída a confecção do Manual de Indicadores. No entanto, devido ao atraso na conclusão do processo de Planejamento bianual do INCRA, ainda não foi dada publicidade aos referidos documentos. Estamos trabalhando para que a recomendação seja plenamente atendida até o fim do ano. Cabe esclarecer que o atraso na conclusão da elaboração do Plano 2014/2015 se deu pelas mudanças estruturais na execução da ação de crédito (MP 636/2013), atual Lei 13001/2014 a qual está em processo de regulamentação. Cabe salientar, ainda, que o desenvolvimento da Ficha de Acompanhamento das SRs no Pentaho já foi concluída em ambiente de homologação no Pentaho e aguarda apenas aprovação final para entrar em ambiente de produção. A ficha abarca as metas e histórico de execução física das principais ações desenvolvidas pelo INCRA e apresenta também o resultado dos principais indicadores de desempenho. Esta ferramenta permitirá o acesso rápido e fácil às informações de execução física regionalizadas, otimizando o trabalho de gestão junto a cada Superintendência Regional. - ANEXO V

201305777/017 (item 3.1.1.2)	31% de processos administrativos instaurados e/ou concluídos não registrados no CGU-PAD	Conforme comentário constante do item 2.13 do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU nº 201407969, por meio de cruzamento entre a relação dos processos disciplinares informados pelo INCRA e a relação de processos cadastrados no CGU-PAD todos os registros já haviam sido efetuados e concluiu que a gestão do sistema CGU-PAD no exercício 2013 foi suficiente para garantir o registro dos processos disciplinares instaurados pelo INCRA Sede.
201305777/019 (item 4.1.1.1)	Pagamento de despesas com a prestação de serviços de telefonia móvel sem cobertura contratual, no montante de R\$ 37.041,60.	Processo nº 54000.001075/2011-06, já foi instaurado, concluído e encaminhado o Relatório Final da CPAD ao MDA para julgamento.
201316035/002 (item 2.1.1.1)	Procedimento de controle não eficaz e falhas de planejamento que resultaram em contratação de serviços desnecessários no montante de R\$ 44.640,00.	Novo modelo de Ordem de Serviço será parte integrante de novo processo aquisitivo dos serviços. (arquivo anexo) – ANEXO II

<p>201316035/002 (item 2.1.1.1)</p>	<p>Procedimento de controle não eficaz e falhas de planejamento que resultaram em contratação de serviços desnecessários no montante de R\$ 44.640,00.</p>	<p>Resposta da gestão responsável pela matéria enviada por meio de mensagem eletrônica de 6 de Novembro de 2014 13:39 (Letícia Petrarca): - ANEXO III Em relação ao apontamento derivado dos achados de auditoria realizada nos processos relativos à Ata de Registro de Preços nº 19/2012, em que, referente ao ponto 201316035, foi expresso que:</p> <p>"Procedimento de controle não eficaz e falhas de planejamento que resultaram em contratação de serviços desnecessários no montante de R\$ 44.640,00", havendo a recomendação de</p> <p>“Adotar procedimentos administrativos com vistas a ressarcir ao erário o valor de R\$ 44.640,00, e apurar a responsabilidade pela contratação e pagamento de serviço de transporte por ônibus interestaduais, além da demanda necessária, o que ensejou o prejuízo indicado.”</p> <p>após verificação e análise da questão e verificação do material constante nos referidos autos, a área técnica responsável indica a necessidade de entendimento do achado e discussão acerca do ponto, uma vez que não há compreensão sobre os critérios utilizados para a conclusão apontada. Tendo em vista que há documentos comprobatórios dos deslocamentos realizados, bem como justificativas para a mensuração da demanda que ensejou a contratação e razões para a estimativa que subsidiou a mesma respeitosamente solicita-se reunião para tratar sobre esse ponto específico.</p>
---	--	---

201316035/003 (item 2.1.1.2)	Planejamento inconsistente e ausência, no processo, de documentos de liquidação de despesas totalizando o valor de R\$ 18.650,00.	<p>Novo procedimento adotado: No Termo de Referência da nova contratação de empresa especializada em organização de eventos, constou no item 8 as subcláusulas conforme a seguir como obrigação da Empresa: “ 8.1.3. Ao final das hospedagens a empresa deverá remeter imediatamente ao INCRA os home list do hotel, mais a lista de presença assinada por todos os hóspedes; devendo as mesmas serem enviadas junto com as notas fiscais e fotos do evento;</p> <p>8.1.4. Para solicitar as hospedagens, o INCRA deverá apresentar uma relação com os nomes dos hóspedes com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do início do evento, podendo este rol sofrer reajuste de até 10% (dez por cento) no quantitativo previsto;</p> <p>8.1.5. As hospedagens devem iniciar na noite anterior ao evento e o seu encerramento no último dia, às 12h;”</p>
201316035/003 (item 2.1.1.2)	Planejamento inconsistente e ausência, no processo, de documentos de liquidação de despesas totalizando o valor de R\$ 18.650,00.	Assunto na esfera da gestão da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD: A matéria encontra-se em diligência junto à Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba – SR-18. Aguardando resultados da diligência.
201316035/003 (item 2.1.1.2)	Planejamento inconsistente e ausência, no processo, de documentos de liquidação de despesas totalizando o valor de R\$ 18.650,00.	Assunto na esfera da gestão da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD: A matéria encontra-se em diligência junto à Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba – SR-18. Aguardando resultados da diligência.
201316035/003 (item 2.1.1.2)	Planejamento inconsistente e ausência, no processo, de documentos de liquidação de despesas totalizando o valor de R\$ 18.650,00.	Novo modelo de Ordem de Serviço será parte integrante de novo processo aquisitivo dos serviços. (arquivo anexo) – ANEXO II

201316035/004(ite m 2.1.1.3)	Inconsistência entre a quantidade de cadeiras contratada para a realização de evento, e a quantidade de participantes, resultando em despesa além do necessário no montante de R\$ 9.920,00.	O evento foi organizado para 320 servidores do INCRA e MDA, entretanto, além dos novos servidores, participaram também uma grande quantidade de pessoas (representantes dos diversos setores do MDA e do INCRA, técnicos de apoio, trabalhadores rurais, palestrantes e expositores), assim, além das 320 cadeiras do auditório, todas as demais cadeiras foram, efetivamente, distribuídas nos diversos espaços utilizados para o evento (sala plenária, sala para credenciamento, dez salas de grupos, stands e também foram usadas para hora do almoço). Ocorriam atividades concomitantes e não havia como prever, antecipadamente, quantos servidores iriam para cada uma das oficinas temáticas, uma vez que os novos servidores podiam se deslocar conforme a sua necessidade de aprendizagem. Além disso, evitou-se que houvesse deslocamentos de cadeiras entre os ambientes. (DAH-3/DA- Raquel) - ANEXO IV
201316035/004(ite m 2.1.1.3)	Inconsistência entre a quantidade de cadeiras contratada para a realização de evento, e a quantidade de participantes, resultando em despesa além do necessário no montante de R\$ 9.920,00.	Situações eventuais que necessitem aluguel de insumos, mobiliários ou meios de locomoção requer planejamento. Os eventos de capacitação já estão disciplinados na IN INCRA Nº 78/2014. Entretanto, eventos de capacitação que envolva inúmeras atividades e oficinas simultâneas e de natureza singular, é possível a ocorrência de imprevisibilidade de quantitativos contratados. Novo modelo de Ordem de Serviço será parte integrante de novo processo aquisitivo dos serviços. (arquivo anexo) – ANEXO II
201316035/005(ite m 2.1.1.4)	Ineficácia de instrumento de controle instituído no Termo de Referência da Ata de Registro de Preços nº 19/2012, haja vista a ausência de ordem de serviço para requisitar os itens e quantitativos junto à contratada para realização de evento.	Novo modelo de Ordem de Serviço será parte integrante de novo processo aquisitivo dos serviços. (arquivo anexo) – ANEXO II
201316035/006(ite m 2.1.1.5)	Fragilidade nos procedimentos de planejamento de evento em Xambioá-TO.	Situações eventuais que necessitem aluguel de insumos, mobiliários ou meios de locomoção requer planejamento. Os eventos de capacitação já estão disciplinados na IN INCRA Nº 78/2014. Entretanto, eventos de capacitação que envolva inúmeras atividades e

		oficinas simultâneas e de natureza singular, é possível a ocorrência de imprevisibilidade de quantitativos contratados. Novo modelo de Ordem de Serviço será parte integrante de novo processo aquisitivo dos serviços. (arquivo anexo) – ANEXO II
201315164/002 (item 1.1.1.2)	Ausência de designação formal de servidores para solicitação no SCDP e terceirizados com perfil de solicitantes nesse Sistema, em desacordo com art. 1º da Portaria MPOG nº 505/2009.	Documento que solicita que as Diretorias indiquem um servidor para atuar na operacionalização do SCDP. Resposta: Mem. Circular 366/DA, de 11 de outubro de 2013. Cópia anexa. - ANEXO V
201315164/002 (item 1.1.1.2)	Ausência de designação formal de servidores para solicitação no SCDP e terceirizados com perfil de solicitantes nesse Sistema, em desacordo com art. 1º da Portaria MPOG nº 505/2009.	Documento que determina o cancelamento de senhas do SCDP à Terceirizados. Resposta: O INCRA contratou no mês de outubro de 2014 os Serviços Continuados de Técnico em Secretariado, foi emitido o Mem. 198/Circular-DA, de 14 de outubro de 2014, o qual em seu item 4, ressalta a necessidade de cumprimento do Acordo Plenário nº 38/2013-TCU, que trata da não utilização de mão de obra terceirizada à atividades inerentes ao servidor publico, bem como a recomendação de não fornecer senhas de acesso aos sistemas (...)(SIAFI, SIASG, SIMEC, SCDP,...) . cópia anexa. - ANEXO VI
201315164/002 (item 1.1.1.2)	Ausência de designação formal de servidores para solicitação no SCDP e terceirizados com perfil de solicitantes nesse Sistema, em desacordo com art. 1º da Portaria MPOG nº 505/2009.	Recomendação de fiel cumprimento da legislação de que trata do prévio agendamento e envio de solicitação de Autorização para deslocamento (Portaria/MP/nº 505/2009) Resposta: Mem. 14/2014/P/Circular, de 15 de setembro de 2014. Cópia anexa. - ANEXO VII
201315164/003 (item 1.1.1.3)	Ausência de comprovação do caráter excepcional para as solicitações de passagens aéreas com prazo inferior a dez dias da data do voo.	Resposta: Mem. 14/2014/P/Circular, de 15 de setembro de 2014. Cópia anexa. ANEXO VII
201315164/003 (item 1.1.1.3)	Ausência de comprovação do caráter excepcional para as solicitações de passagens aéreas com prazo inferior a dez dias da data do voo.	Vide Memo Circular nº 14 emitido em 15/09/2014, do Sr. Presidente do INCRA determinando o cumprimento da Portaria MP nº 505/09. - ANEXO VII

201315164/003 (item 1.1.1.3)	Ausência de comprovação do caráter excepcional para as solicitações de passagens aéreas com prazo inferior a dez dias da data do voo.	Resposta: Mem. 14/2014/P/Circular, de 15 de setembro de 2014. Cópia anexa. ANEXO VII
Relatório de Acompanhamento da Execução de Programa de Governo nº 44/2013	Ausência de Plano de Aplicação e/ou projeto técnico das habitações em cerca de 50% dos Processos Administrativos de Concessão e Prestação de Contas de Crédito Instalação analisados.	Via Memo/Circular/DD/Nº 204/2014, encaminhado as 30 Superintendências Regionais, à DD orientou sobre os apontamentos da CGU e cobrou o cumprimento dos procedimentos definidos pela NE Nº 79/13 quanto à devida instrução de processos de concessão do Crédito Instalação, bem como informou sobre a realização de Oficinas-Pólo. Esforços vem sendo empreendidos quanto as orientações e cobranças para a devida instrução processual das aplicações dos Créditos Instalação e solução para os apontamentos da CGU, via realização de Oficinas-Pólo de Capacitação de Servidores das SRs e de Videoconferências. Quanto as Oficinas-Pólo: Foram realizadas nas SR 05/BA, 06/MG, 12/MA, 15/AM, 18/PB, 30/Santarém e INCRA Sede, que objetivaram aplicar/desenvolver uma metodologia visando o saneamento simplificado dos Processos Individuais (PI), conforme previsto no Memo/Conjunto/DD/DA/PFE/Nº 378/13, identificar os beneficiários do Crédito Instalação remitidos e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida, extraíndo dados e informações dos Processos de Concessão (PC); b) cadastrar os beneficiários, das diversas modalidades do Crédito Instalação no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação – SNCCI; d) orientar sobre os procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 122310000 – empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP, e d) capacitar os técnicos da Regional sobre os trabalhos objeto da Oficina, para multiplicarem o conhecimento adquirido. Observamos que os trabalhos nas Oficinas-Pólo abrangeram inicialmente, Projetos de Assentamentos criados no período de 2009 a 2013 e que tenham assentados com contratos de créditos instalação aplicados. Na sequência, as SR dariam continuidade nos trabalhos, em Projetos criados em outros períodos. Entre setembro e outubro de 2014 serão realizadas

		oficinas nas SR 02/CE, 03/PE, 08/SP, 09/PR, 13/MT, 01/BL, 27/MB e 28/DFE.
Relatório de Acompanhamento da Execução de Programa de Governo nº 44/2013	Ausência de prestações de contas parciais ou finais em 88% dos processos analisados.	Ocorreu a regulamentação da MP 636/2013, conforme edição da Lei/Nº 13.001/2014 e Decreto 8256/2014 e NT 03/2014/INCRA/DD estabelecendo regras e recomendações quanto à plicação e prestação de contas do crédito instalação, visando a cobrança dos assentados/as que não foram remidos.
Relatório de Acompanhamento da Execução de Programa de Governo nº 44/2013	Ausência de cobrança dos Créditos Instalação concedidos aos assentados, e de controles para essa finalidade.	Como citado acima, Oficinas-Pólos foram realizadas e outras estão previstas para setembro/outubro/2014. O Módulo cobrança encontra-se em elaboração, por força das novas regras estabelecidas na Lei 13.001/2014 e Decreto 8.256/2014. As Diretorias de Desenvolvimento - DD e de Administração - DA continuam envidando esforços no sentido de conclusão do Módulo Cobrança, bem como das capacitações de servidores nas Oficinas-Pólo.
Relatório de Acompanhamento da Execução de Programa de Governo nº 44/2013	Ausência de cobrança dos Créditos Instalação concedidos aos assentados, e de controles para essa finalidade.	Como citado acima, Oficinas-Pólos foram realizadas e outras estão previstas para setembro/outubro/2014. Todas as Superintendências Regionais possuem servidores capacitados para realizarem o processo de saneamento de processos individuais, identificar os beneficiários do Crédito Instalação remitidos e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida e cadastramentos no Sistema SNCCI.

<p>Relatório de Acompanhamento da Execução de Programa de Governo nº 44/2013</p>	<p>Necessidade de monitoramento das ocorrências verificadas nos relatórios resultantes das ordens de serviço emitidas para auditoria dos processos e fiscalização nos projetos de assentamento sob a responsabilidade das Superintendências Regionais.</p>	<p>Foi encaminhado as Superintendências Regionais o Memo/Circular/DD/Nº 204/2014, contendo orientações quanto aos apontamentos da CGU, bem como cobrando o cumprimento dos procedimentos definidos pela NE Nº 79/13, ou seja, que se tenha a devida instrução de processos de concessão do Crédito Instalação. Orientações também tem sido repassadas as SR, nas Oficinas-Pólo realizadas e em Videoconferências. Esforços continuam sendo empreendidos pela Diretoria de Desenvolvimento - DD, quanto as orientações e cobranças para a devida instrução processual das aplicações dos Créditos Instalação e solução para os apontamentos da CGU, via realização de Oficinas-Pólo de Capacitação de Servidores das SRs e de Videoconferências. A Auditoria da CGU ocorreu nas SR: 14/AC; 11/RS; 09/PR; 08/SP; 04/GO; 21/AP; 13/MT; 16/MS; 05/BA; 02/CE; 23/SE; 20/ES. Esta DD deu início aos trabalhos de verificação se as medidas apontadas pela CGU foram efetivadas, nas SR 04/GO e 20/ES, no entanto, foram suspensos por força da edição da Lei nº 13.001/2014 e Resolução/INCRA/Conselho Diretor INCRA - CD/Nº 14/2014, que tratam de recolhimento de recursos financeiros do Crédito Instalação, de procedimentos quanto ao estorno dos recursos recolhidos para as contas correntes bloqueadas do Crédito Instalação. A Resolução do CD estabeleceu prazo de 30/06/2014 e até 30/08/2014 para análises e encaminhamentos nas demandas de restabelecimento de recursos do Crédito Instalação, apresentados pelas Superintendências Regionais – SR e estornados para as Unidades Gestoras - UG das SR. Assim, toda equipe DDI-2, acrescida de servidores de algumas SR, estão concentrados nas verificações e encaminhamentos sobre as demandas de restabelecimentos de recursos do Crédito Instalação, para submeter à análise e decisão do Conselho Diretor do INCRA, até 30/08/2014. A programação desta Diretoria para retomar os trabalhos de verificação dos apontamentos da CGU, nas Superintendências Regionais objeto de Auditoria, está programada a partir de outubro/2014.</p>
--	--	--

Anexo XIV – Complementa o item 4.2.1 – Contribuição das SRs para o Índice de Horas de Capacitação

Contribuição de cada Superintendência para o índice de horas de capacitação - 2014

